



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1237

Segunda-feira - 13 de Maio de 2013

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce .....	1
Antônio Carlos .....	4
Ascurra .....	7
Biguaçu .....	8
Braço do Trombudo .....	8
Caçador .....	25
Camboriú .....	28
Campo Alegre .....	54
Campos Novos .....	65
Canoinhas .....	66
Capinzal .....	67
Catanduvas .....	67
Chapadão do Lageado .....	67
Concórdia .....	67
Cordilheira Alta .....	68
Corupá .....	69
Curitibanos .....	70
Ermo .....	77
Ervai Velho .....	77
Faxinal dos Guedes .....	78
Forquilha .....	78
Fraiburgo .....	80
Garopaba .....	82
Garuva .....	82
Gaspar .....	85
Herval d'Oeste .....	86
Imbituba .....	124
Iomerê .....	130
Irineópolis .....	131
Itapiranga .....	141
Itapoá .....	142
Joaçaba .....	144
Lauro Muller .....	145
Lebon Regis .....	147
Leoberto Leal .....	147
Lindóia do Sul .....	148
Luzerna .....	148
Macieira .....	150
Massaranduba .....	165
Meleiro .....	165
Navegantes .....	166
Nova Trento .....	168
Paial .....	170
Palhoça .....	171
Papanduva .....	175
Passos Maia .....	185
Paulo Lopes .....	186
Porto União .....	189
Rio do Sul .....	193

Salto Veloso .....	207
Santa Rosa do Sul .....	207
São Bento do Sul .....	209
São Domingos .....	212
São João do Sul .....	215
São Lourenço do Oeste .....	216
São Pedro de Alcântara .....	216
Schroeder .....	221
Timbó .....	236
Três Barras .....	237
Turvo .....	243
Videira .....	244
Vitor Meireles .....	248

### Consórcios

CIGA .....	250
CIM-AMAVI .....	252
CIS/AMUREL .....	252
CISAM .....	253
CISAMA .....	257
IBERE .....	257

## Água Doce

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato N° 32/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO N° 32/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Celso Julian

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 23/2013 - Pregão Presencial nº. 19/2013

OBJETO : Contratação de serviços técnicos profissionais sem vínculo empregatício, como instrutor de judô para atendimento das necessidades da comissão municipal de esportes, sendo que o mesmo deverá dar treinamento em local a ser definido pela prefeitura municipal, perfazendo 20 horas semanais de atendimento.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 12.725,00 (doze mil setecentos e vinte e cinco reais)

PAGAMENTO : O pagamento será bimestral até o dia 5 do mês subsequente.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DATA : 18.03.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Celso Julian pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 33/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : A.J.A. Assessoria e Projetos LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 25/2013 - Pregão Presencial nº. 21/2013

OBJETO : Contratação de serviços de assessoria técnica na elaboração de projetos e informações no par.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 10 do mês subsequente ao dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 18.03.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Rita de Kássia Alves Lúlio pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 34/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Consórcio Informática na Gestão Pública Municipal.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 32/2013 - Dispensa de Licitação nº. 05/2013

OBJETO : Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do município de água doce no diário oficial dos municípios de santa catarina.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais).

PAGAMENTO : O pagamento será no último dia útil do mês.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 20.03.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Gilsoni Lunardi Albino pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 35/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Radar Transporte Turismo e Eventos LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 34/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2013

OBJETO : Contratação de banda para show de animação da 35ª expofeira e 5ª exposição da indústria, comércio e serviços do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.150,00 (oito mil cento e cinquenta reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 48 horas após o evento.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 21.04.2013.

DATA : 03.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Wilson Eduardo Oliveira Paim pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 36/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Conjunto Musical os Mirins LTDA ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 35/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº. 02/2013

OBJETO : Animação e show com banda para a realização da 35ª expofeira e 5ª exposição da indústria comércio e serviços no município de Água Doce, no dia 20 de abril com duração mínima de 4 horas.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 48 horas após o evento.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 21.04.2013.

DATA : 03.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Dinarcy Batista Manique pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 37/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Os Mateadores Produções Artísticas LTDA ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 36/2013 - Inexigibilidade de Licitação nº. 03/2013

OBJETO : Contratação de banda para show de animação da 35ª expofeira e 5ª exposição da indústria, comércio e serviços do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.930,00 (seis mil novecentos e trinta reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 48 horas após o evento.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 21.04.2013.

DATA : 03.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Luiz Fernando da Fontoura Ramos pela contratada.

### **Extrato do Contrato Nº. 38/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Concretos Água Doce LTDA ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 13/2013 - Pregão Presencial nº. 11/2013

OBJETO : Aquisição de tubos de concreto para utilização em obras e reparos em ruas e estradas do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 107.678,50 (cento e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.  
PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Josué Italo Luchese Piaia pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 39/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Tuboforte Derivados de Cimento LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 13/2013 - Pregão Presencial nº. 11/2013

OBJETO : Aquisição de tubos de concreto para utilização em obras e reparos em ruas e estradas do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 68.180,00 (sessenta e oito mil cento e oitenta reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Pollyane Maria Lattmann Chemin pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 40/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Delcir Boesing ME - Artefatos de Cimento Sidart

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 13/2013 - Pregão Presencial nº. 11/2013

OBJETO : Aquisição de tubos de concreto para utilização em obras e reparos em ruas e estradas do município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 47.107,00 (quarenta e sete mil cento e sete reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega dos materiais e da nota fiscal.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Sirlei Backes Boesing pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 41/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : SBM - Sul Brasileira de Mineração LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 29/2013 - Pregão Presencial nº. 24/2013

OBJETO : Aquisição de britas para utilização em diversos setores no município de Água Doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 6.080,00 (seis mil e oitenta reais).

PAGAMENTO : O pagamento será em até 10 dias após a entrega

dos materiais e da nota fiscal.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Azenir Locks pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 42/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Leonir Glacione Trindade Silveira ME

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 28/2013 - Pregão Presencial nº. 23/2013

OBJETO : Contratação de serviços de transporte escolar para alunos da rede municipal de ensino.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 55.500,00 (cinquenta e cinco mil e quinhentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 10 do mês seguinte aos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Leonir Glacione Trindade da Silveira pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 43/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Radio Sociedade Catarinense LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 27/2013 - Pregão Presencial nº. 22/2013

OBJETO : Contratação de serviços radiofônicos para divulgação de atos administrativos do município de água doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 5do mês seguinte aos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Valéria Brandalise Bonato pela contratada.

#### **Extrato do Contrato Nº. 44/2013**

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Radio Tropical FM LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 27/2013 - Pregão Presencial nº. 22/2013

OBJETO : Contratação de serviços radiofônicos para divulgação de atos administrativos do município de água doce.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 24.975,00 (vinte e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 5do mês seguinte aos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Fernando Lopes de Lima pela contratada.

### Extrato do Contrato Nº. 45/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO :Gute Schule Centro de Desenvolvimento da Arte e Cultura LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 31/2013 - Pregão Presencial nº. 25/2013

OBJETO : Contratação de serviços de instrução musical e dança.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais).

PAGAMENTO : O pagamento será até o dia 5do mês seguinte aos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013.

DATA : 08.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Sandra Regina Concatto pela contratada.

### Extrato do Contrato Nº. 46/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Pátria Segurança LTDA

OBJETO : Prestação de serviço de segurança, durante a 35ª Expo-feira e 5ª Exposição da Indústria, Comércio e Serviços.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 4.983,00 (quatro mil novecentos e oitenta e três reais).

PAGAMENTO : O pagamento será no dia 22 de abril de 2013.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 22.04.2013.

DATA : 16.04.2013

SIGNATÁRIOS: Novelli Sganzerla pelo Município de Água Doce e Andrea Terezinha de Sá pela contratada.

**Antônio Carlos**

**PREFEITURA**

### Decreto Nº 044/2013

DECRETO Nº 044/2013

Outros no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do

Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 1.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas 1.000,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 045/2013

DECRETO Nº 045/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.612,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos 1.552,00

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas 1.060,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 2.612,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 046/2013

DECRETO Nº 046/2013

Abre Crédito Especial - Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do



Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 13.308,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-4.4.50.00.00.00.00.00 -Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos 3.080,00

04.01.12.361.0002.2.008-4.4.50.00.00.00.00.00 -Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos 10.228,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 13.308,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 047/2013**

DECRETO Nº 047/2013

Abre Crédito Especial - Anulação de dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.876,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-4.4.50.00.00.00.00.00 -Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos 1.876,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.50.00.00.00.00.00 -Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu 1.876,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 09 de Maio de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Extrato de Errata****EXTRATO DE ERRATA**

Na Portaria nº. 243/2013, publicada no DOM de 03 de maio de 2013, pág.02, Edição nº. 1231 onde se lê no: "Art. 1º -

NOME	MATRI.	ADICIONAL P/TEMPO SERVIÇO
MARIA SUELI KOERICH CUNRADI	287	36%

Leia-sê: "Art. 1º -

NOME	MATRIC.	ADICIONAL P/TEMPO SERVIÇO
MARIA SUELI KOERICH CUNRADI	287	30%

Antônio Carlos, 10 de abril de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o EXTRATO DE ERRATA

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 263/2013**

PORTARIA Nº 263/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, MANOEL LUCAS DE SOUZA FILHO, ocupante do cargo temporario de ENGENHEIRO AGRONOMO, a partir de 10 de maio de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de maio de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de maio de 2013.

**Portaria Nº 264/2013**

PORTARIA Nº 264/2013

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor ACT, LUIZ HENRIQUE DE MORAIS, ocupante do cargo AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 02 de maio de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de maio de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de maio de 2013.

### **Extrato de Contrato Nº 060/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 060/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 033/2013 - Pregão Presencial nº. 023/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CELIA REGINA W. SANI ME; Objeto aquisição de material eletro doméstico, eletrônico, móveis, utensílios/bazar e de expediente para o novo Centro de Educação Infantil, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: R\$ 14.260,80 (quatorze mil, duzentos e sessenta reais e oitenta centavos avos).

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 061/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 061/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 033/2013 - Pregão Presencial nº. 023/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: L MOHR LTDA EPP; Objeto aquisição de material eletro doméstico, eletrônico, móveis, utensílios/bazar e de expediente para o novo Centro de Educação Infantil, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: R\$ 6.598,40 (seis mil, quinhentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 063/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 063/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 033/2013 - Pregão Presencial nº. 023/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA EPP; Objeto aquisição de material eletro doméstico, eletrônico, móveis, utensílios/bazar e de expediente para o novo Centro de Educação Infantil, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: R\$ 1.734,00 (hum mil, setecentos e trinta e quatro reais).

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 065/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 065/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 033/2013 - Pregão Presencial nº. 023/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: BAGATOLI COMERCIO DE

MÓVEIS LTDA ME; Objeto aquisição de material eletro doméstico, eletrônico, móveis, utensílios/bazar e de expediente para o novo Centro de Educação Infantil, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração e Finanças e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Município de Antônio Carlos/SC; Valor do Contrato: R\$ 6.989,00 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais).

Antônio Carlos, 18 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 067/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 067/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 031/2013 - Pregão Presencial nº. 021/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MARIO PRIM - ME; Objeto aquisição de material de expediente para Secretaria de Saúde e Assistência Social; Valor do Contrato: R\$ 179,60 (Cento e setenta e nove reais e sessenta centavos)

Antônio Carlos, 22 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 069/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 069/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 031/2013 - Pregão Presencial nº. 021/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CELIA REGINA W. SANI ME; Objeto aquisição de material de expediente para Secretaria de Saúde e Assistência Social; Valor do Contrato: R\$ 1.522,75 (Hum mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos)

Antônio Carlos, 22 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato Nº 076/2013**

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº. 076/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 050/2013 - Convite nº. 006/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: Vianna e Cidral LTDA; Objeto contratação de empresa de Consultoria e Assessoria Técnica para a Prestação de Serviços de Orientação e Elaboração de Propostas para a Captação de Recursos, Orientação no Cadastramento e Acompanhamento das Propostas no Portal de Convênios do Governo - SICONV, SIGEF, outros sistemas do Estado de Santa Catarina e Federal; Acompanhamento da Tramitação dos Projetos Cadastrados; Protocolo de documentos junto aos Órgãos Governamentais Federais e Estaduais (SC); Acompanhamento das Emendas Individuais e de Bancada; Articulação para apresentação de documentos e solicitações necessárias a habilitação do Município; Monitoramento de datas de vigência de Contratos e Convênios; Consultoria na elaboração e acompanhamento de processos de prestação de contas; Envio periódico de instruções quanto à disponibilidade e obtenção de recursos orçamentários junto ao Governo Federal, tais com: Editais, Instruções Normativas, Portarias, Decretos, Novos Programas, para s diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos S/C; Valor do Contrato: R\$ 66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

Antônio Carlos, 29 de Abril de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 071/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 071/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 041/2013 - Pregão Presencial nº. 030/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: BR IND COM PRE MOLDADOS E MATERIAL DE CONST. LTDA; Objeto: aquisição parcelada de material de construção e materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 46.100,00 (quarenta e seis mil e cem reais); Prazo: 19/04/2013 - 19/04/2014.

Antônio Carlos, 19 de abril de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 072/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 072/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 041/2013 - Pregão Presencial nº. 030/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA; Objeto: aquisição parcelada de material de construção e materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 4.510,00 (quatro mil quinhentos e dez reais); Prazo: 19/04/2013 - 19/04/2014.

Antônio Carlos, 19 de abril de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 073/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 073/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 041/2013 - Pregão Presencial nº. 030/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: HENRIQUE JOSÉ SOARES FILHO ME; Objeto: aquisição parcelada de material de construção e materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 14.321,00 (quatorze mil trezentos e vinte e um reais); Prazo: 19/04/2013 - 19/04/2014.

Antônio Carlos, 19 de abril de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 074/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 074/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 041/2013 - Pregão Presencial nº. 030/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EPP; Objeto: aquisição parcelada de material de construção e materiais para a manutenção e conservação das estradas vicinais, para uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 1.350,00 (hum mil trezentos e cinquenta reais); Prazo: 19/04/2013 - 19/04/2014.

Antônio Carlos, 19 de abril de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 075/2013**  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço nº.: 075/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 032/2013 - Pregão Presencial nº. 022/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: EDSON PAULI ELETROTÉCNICO ME; Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca com fornecimento de óleo lubrificante, fluido de freio, filtros e graxa, conforme necessidade para a manutenção da frota de veículos e máquinas da prefeitura municipal de Antônio Carlos; Valor: R\$ 125.983,30 (cento e vinte e cinco mil novecentos e oitenta e três reais e trinta centavos); Prazo: 24/04/2013 - 24/04/2014.

Antônio Carlos, 24 de abril de 2013.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**Ascurra****PREFEITURA****Edital de Carta Convite 11-2013**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA  
EDITAL DE CARTA CONVITE N. 11/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 21/05/2013 as 10h00min horas, EDITAL DE CARTA CONVITE, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO DR. ARMANDO ZONTA, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 13 de maio de 2013.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**Edital de Carta Convite 12-2013**  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA  
EDITAL DE CARTA CONVITE N. 12/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 21/05/2013 as 14h00min horas, EDITAL DE CARTA CONVITE, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO PSF ESTAÇÃO, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

ASCURRA, 13 DE MAIO DE 2013.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

**Edital de Pregão 26/2013**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA  
EDITAL DE PREGÃO N.26/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 24/05/2013 as 10h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO PARCELADA DE PAPEL A4, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo

site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br)

Ascurra, 13 de maio de 2013.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2013 FAMABI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GPS E MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS PARA OS TÉCNICOS AMBIENTAIS DA FAMABI.

EMPRESA CONTRATADA: GEOVANI LUIZ MARQUES ME  
VALOR: R\$ 1.520,00 (Hum mil quinhentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.01.2.080.44.90.52.33.00.00.00

19.01.2.080.44.90.52.35.00.00.00

#### TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2013 FAMABI

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E UNIFORMES DE SEGURANÇA INDIVIDUAL PARA O PESSOAL DO GALPÃO DE RECICLAGEM.  
EMPRESA CONTRATADA: CENTRAL DO EPI DE EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA ME

VALOR: R\$ 1.959,80 (Hum mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

19.01.2.082.33.90.30.23.00.00.00

19.01.2.082.33.90.30.28.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

Biguaçu, 06 de maio de 2013.  
DÉCIO BAIXO ALVES  
SUPERINTENDENTE DA FAMABI

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

#### Retifica Chamada Pública 1/2013

Retificação referente Chamada Pública nº 1/2013 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, Lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

O município de Braço do Trombudo, através de seu Prefeito Sr. Charles Rafael Schwambach, Retifica a Chamada Pública 1/2013 item 9. Letra f, que passa a ter a seguinte redação referente ao valor da DAP por ano Civil, onde lê R\$ 9.000,00 LÊ-SE R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano civil.

Braço do Trombudo, em 10 de maio de 2013.  
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH  
Prefeito Municipal.



O Poder Legislativo  
Municipal Acessível ao Cidadão

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



## Ata de Registro de Preços Nº 07/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013

<p><b>Número do Registro de Preços: 7/2013      Data do Registro: 09/05/2013      Válido até: 09/05/2014</b></p> <p><b>Objeto da Compra:</b> Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.</p>							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BACON (5340)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	WILL	0	15,5141	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	WILL	0	15,5176	2
2	BIFE DE COXÃO MOLE BOVINO, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8182)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	12,3168	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	12,3188	2
3	CARNE BOVINA MOIDA DE 1°, fresca, isenta de cartilagens, ossos. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate e o peso, registro do produto no SIF ou CISPOA. (8186)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	10,6016	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	10,6033	2
4	COSTELA SUINA, fresca e sem pele, sem excesso de gordura, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8183)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	WILL	0	9,8345	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	WILL	0	9,8361	2
5	COXA COM SOBRECOXA DE FRANGO, fresca e ou congelada. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8188)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,8181	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	4,8189	2
6	GALINHA CAPIRA, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8169)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SADIA	0	4,6026	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	4,6034	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

**Número do Registro de Preços: 7/2013      Data do Registro: 09/05/2013      Válido até: 09/05/2014**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,3500	3
60	MAMÃO FORMOSA, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8151)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	3,8934	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,9087	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6200	3
61	PIMENTÃO VERDE, tamanho médio, fresco e limpo, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (8162)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	4,5086	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,5263	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,3500	3
62	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	3,2192	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,2319	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,8200	3
63	SALSA LISA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr (8167)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VERDE	0	1,4495	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,4552	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7200	3
64	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8155)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	4,0030	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,0187	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 11/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7500	3
65	Batata aipo de 1ª qualidade (9174)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	SALSA	0	4,6434	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,6617	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,5100	3
66	Abacaxi tipo pérola (9176)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	4,0030	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,0187	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7500	3
67	Manga. Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (9177)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	TOMY	0	4,1378	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,1541	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,9100	3
68	Melância. unidadesa integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,3821	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,3875	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,6400	3
69	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	SALADA	0	2,6967	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	2,7073	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 12/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
70	ALHO graúdo, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	IMPORTADO	0	1,4916	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,4975	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7700	3
71	Couve flor. Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica. (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	3,8681	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,8833	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,5900	3
72	RABANETE, fresco, firme, isento de sujidades, tamanho e coloração uniformes (8147)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	NABO	0	4,2642	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,2810	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,0600	3
73	CARNE BOVINA tipo PALETA SETE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso. Registro do produto no SIF ou CISPOA. (8184)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	9,2053	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	9,2068	2
74	Amaciante de carne 120gr (9890)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	5,0383	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MAGGI	0	5,0397	2
75	COSTELA BOVINA C/ OSSO, pouca gordura, tipo ponta de peito. (10134)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	6,1627	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	VERDI	0	6,1637	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 13/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	FILE DE PEIXE (tilápia) (10135)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	LEARDINI	0	29,9800	1
77	MOSTARDA AMARELA, unidade de 200 gramas. (10136)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HEMMER	0	2,2513	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TAUÁ	0	2,2520	2
78	PALITOS (espeto de madeira) cx com 100 unidades. (10137)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GINA	0	0,4267	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PARANA	0	0,4268	2
79	ALFAVACA (temepero alfavaca pct 20 gramas). (10138)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,3163	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DA CASA	0	1,3167	2
80	AMIDO DE MILHO (CX 500GR) (6430)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAISCERTA	0	2,9050	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	2,9058	2
81	KETCHUP (pote 400 gramas). (10139)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FIGINI	0	2,5600	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'AJUDA	0	2,5607	2
82	MAIONESE ( BALDE C/ 3 KG) (1558)	BLD	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	14,7063	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'AJUDA	0	14,7104	2
83	BATATA PRÉ FRITA (pacote de 2,5 kgf). (10141)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MENESTRINA	0	12,6271	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GOLDEN	0	12,6292	2
84	TEMPERO EM PASTA (pote com 4.760kg). (10142)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OLIVEIRA	0	16,6944	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 14/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013****Número do Registro de Preços: 7/2013****Data do Registro: 09/05/2013****Válido até: 09/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	OLIVEIRA	0	16,6991	2
85	FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO, embalagem plástica de 1kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, Registro do Produto no SIF ou CISPOA. (10153)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	10,1706	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	10,1723	2
86	MACARRÃO CASEIRO massa com ovos, pct de 1 kg, bom aspecto fresco. (10154)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	3,5339	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ROSANE	0	3,5344	2
87	Recarga de gás (GLP) para cilindro de 45kg (8548)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	LIQUIGAS	0	225,0000	1
88	Laranja pêra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PERA	0	1,5928	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,5990	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Página: 15/16

**Número do Registro de Preços: 7/2013**      **Data do Registro: 09/05/2013**      **Válido até: 09/05/2014**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,8900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 16/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013****Número do Registro de Preços: 7/2013****Data do Registro: 09/05/2013****Válido até: 09/05/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2013****PROCESSO Nº 12/2013**

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.

(6852) - NELSON KNAUL ME

(7649) - I. TRAPP &amp; CIA LTDA

(8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 9 de Maio de 2013.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUBA	0	1,7152	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MU MU	0	1,7241	2
8	LINGÜIÇA MISTA, com identificação do produto, rótulo contendo fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8175)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	9,0932	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	9,0947	2
9	LINGUICINHA DE FRANGO (5550)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	7,6710	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	7,6723	2
10	OVOS DE GALINHA, tipo 2, grandes, inteiros, sem rachaduras e limpos. Embalagem com data e validade e aviário de origem (8191)	DZ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,7062	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CENTENÁRIO	0	3,7069	2
11	PEITO DE FRANGO com osso, fresco e ou congelado. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8192)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	7,4556	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MACEDO	0	7,4568	2
12	PERNIL SUINO SEM PELE, embalagem plástica, sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante, validade, temperatura de estocagem e registro do produto no SIF ou CISPOA. (8176)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	WILL	0	7,5676	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	WILL	0	7,5689	2
13	QUEIJO tipo MUSSARELA, isento de bolor e ou mau aspecto de conservação, conservado em embalagem plástica atóxica, contendo marca, data da fabricação e validade na embalagem. (8190)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAMO	0	12,8167	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TAIÔ	0	12,8188	2
14	Presunto cozido, sem bolor ou mal aspecto, deverá ser fresco (9172)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONATTI	0	12,3685	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BONATTI	0	12,3706	2
15	Massa para lasanha (fresca) pct de 500 gr (9173)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	3,5339	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	MASSITA	0	3,5344	2
16	Açúcar refinado especial (pct 5kg) (7430)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALTO ALEGRE	0	8,3055	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	CARAVELAS	0	8,3093	2
17	Arroz (pct de 5 kg) (7434)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MINUTINHO	0	8,3699	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	DO VALE	0	8,3722	2
18	caldo de bacon (cx c/ 6 und) (7503)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0349	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	kNORR	0	1,0352	2
19	caldo de feijão (cx c/ 6 und) (7504)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0349	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	kNORR	0	1,0806	2
20	caldo de galinha (cx c/ 6 und) (7502)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	0,9804	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	0,9807	2
21	CALDO DE LEGUMES, caixa com 6 unidades (8177)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,0712	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

**Número do Registro de Preços: 7/2013**      **Data do Registro: 09/05/2013**      **Válido até: 09/05/2014**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KNORR	0	1,0715	2
22	ERVILHA (LTA DE 200 GR) (1559)	LTA	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GOIAS VERDE	0	1,2800	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GOIÁS VERDE	0	1,2804	2
23	EXTRATO DE TOMATE (LT 840 GR) (6293)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONARE	0	4,5844	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'AJUDA	0	4,5857	2
24	Farinha de mandioca (pct de 1 kg) (7443)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,0684	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANTA RITA	0	3,0692	2
25	FARINHA DE ROSCA, pct 500gr (8172)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COELHO NETO	0	2,9322	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KI SABOR	0	2,9330	2
26	Farinha de trigo especial (pct 5kg) (7444)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	7,9523	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NORDESTE	0	7,9545	2
27	FERMENTO QUIMICO.(Lata com 250g. Ingredientes: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com data de fabricação e/ou lote e prazo de validade de, no mínimo 4 meses). (2382)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	APTI	0	4,1305	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ROYAL	0	4,1316	2
28	FUBÁ DE MILHO PRÉ COZIDO (PCT 500 GR) (5675)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	1,4706	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	POLENTINA	0	1,4710	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	LOURO EM FOLHAS, seco, em pacote 5g (8185)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,5991	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	0,5993	2
30	Macarrão espaguete furadinho c/ ovos (pct 500gr) (7505)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,0970	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PARATI	0	2,0976	2
31	MACARRÃO FRESCO tipo TALHARIM, pct 500gr (8173)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	1,7793	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	INÊS	0	1,7798	2
32	Macarrão parafuso c/ ovos (pct 500gr) (7674)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OLGIARI	0	2,0698	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	PARATI	0	2,0704	2
33	MACARRÃO TIPO PENNE com ovos, embalagem de 500g (8178)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,1515	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NORDESTE	0	2,1521	2
34	MANJERICÃO seco em flocos, pacote com 5g (8181)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,7898	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	BRETZKE	0	0,7900	2
35	Margarina com sal (pt de 500 gr) (7450)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	1,5160	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SOYA	0	1,5164	2
36	MILHO ( LTA DE 200 GR) (1560)	LTD	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GOIAS VERDE	0	1,3980	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	GOIÁS VERDE	0	1,3984	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	Orégano (pacote de 6 gr) (8502)	PC	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,7262	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	0,7264	2
38	Pão caseiro fatiado, unidade com peso aproximado de 500g, fresco, macio, sem presença de sujidades, feito no dia da entrega. Não deve ser embalado quente. Embalagem plástica atóxica, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação, validade e registro no SIM ou SIF. (8127)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COEKHO NETO	0	3,4042	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	KI SABOR	0	3,4052	2
39	Sal refinado (pct 1 kg) (7457)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CRUZEIRO	0	1,0712	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	ZIZO	0	1,0715	2
40	SUCO EM PÓ, pacote com 35g, sendo seu rendimentos de 1lt, nos sabores uva, tangerina, morango, manga, maçã, limão e laranja. (8180)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	0,4993	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	NEILAR	0	0,4994	2
41	Vinagre de 900ml (7460)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	HENING	0	0,9623	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	HEINNING	0	0,9625	2
42	Creme de leite cx 200 gr (9178)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUBA	0	1,4525	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TIROL	0	1,4529	2
43	Óleo de soja refinado. Embalagem de 900 ml, não amassadas, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8694)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	3,2045	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SOYA	0	3,2054	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	MANTEIGA COM SAL, obtido do creme de leite pasteurizado (9179)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TIROL	0	16,1134	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	TIROL	0	16,1179	2
45	AIPIIM descascado congelado, pedaços de tamanho médio, limpos e bem conservados (8166)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANDIOCA	0	2,9493	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	2,9613	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	SANTA RITA	0	3,5000	3
46	ALFACE LISA, folhas íntegras, frescas e limpas de tamanho médio. (8143)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	LISA	0	1,4495	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,4552	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7200	3
47	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,2135	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,2183	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,4400	3
48	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	1,9214	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,9290	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2800	3
49	BATATA INGLESA, unidades grandes, íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	2,0984	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	2,1067	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4900	3
50	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,8147	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	2,8258	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,3400	3
51	BROCOLIS, maço frescos e limpos, com cor característica. (8144)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	3,5479	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,5618	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,2100	3
52	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATARINA	0	3,0085	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,0204	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,5700	3
53	CEBOLINHA, fresca e limpa, firme e sem folhas velhas, cor uniforme, maço com 200gr (8168)	MÇ	NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VERDE	0	1,4495	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,4552	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,7200	3
54	CENOURA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8156)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	3,0170	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,0288	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/16

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2013**

Número do Registro de Preços: 7/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis, frutas, verduras, legumes, frios e carnes para manutenção do Refeitório dos funcionários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,5800	3
55	CHUCHU, unidades integras, frescas, limpas, firme sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, isenta de sujidades (8158)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,9383	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	1,9459	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3000	3
56	FEIJÃO PRETO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (8163)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	3,6153	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,6295	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,2900	3
57	FEIJÃO VAGEM, unidades frescas e limpas, com cor característica. (8145)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	4,9300	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	4,9494	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,8500	3
58	FEIJÃO VERMELHO, tipo I, natural, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondentes à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. (8164)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	5,3893	1
			NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,6716	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,7300	3
59	MAÇÃ FUJI, vermelha, unidades de tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados (8149)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FUJJI	0	3,6659	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LUCEMAR	0	3,6803	2

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.522

DECRETO nº 5.522, de 16 de abril de 2013.

Nomeia o Conselho Municipal de Educação e revoga o Decreto 5.285/2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis nºs 1.801, de 09/09/2002, 2.287, de 22/02/2006 e 2.478, de 21/09/2007,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação, pelo prazo de dois anos, a contar da data de posse de cada conselheiro, de acordo com as Leis Municipais nºs 1.801, de 09/09/2002, 2.287, de 22/02/2006 e 2.478, de 21/09/2007, na forma que segue:

#### I - Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Eliane Cavalheiro Cachinski

Suplente: Rosangela Aparecida Balchak

#### II - Representante do Ensino Superior

Titular: Cleci Faganello

Suplente: Ana Mara Soletti Rotta

#### III - Representante da 10ª GERED

Titular: Renato Vogel

Suplente: Neli Corbari Feldhaus

#### IV - Representante dos Especialistas de Ensino

Titular: Ieda Moschetta

Suplente: Neide Teresinha Paachem da Rosa

#### V - Representante da Educação Infantil

Titulares: Maria Clarice Sarturi

Suplente: Mariane Casagrande Baú

#### VI - Representante dos Diretores de Escola

Titular: Solange Margareth Campos

Suplente: Claudia Bischoff

#### VII - Representante da Associação de Pais e Professores - APP

Titular: Israel Muller

Suplente: Olir Concolato

#### VIII - Representante da Rede Municipal de Ensino (Ensino Fundamental)

Titular: Marilene Salete Setti

Suplente: Andréia Anciutti

#### IX - Representante da Rede Estadual de Ensino

Titular: Neide Rosana Colla

Suplente: Ivete Lázari

#### X - Representante dos Servidores Públicos Municipais na área de Educação

Titular: Márcia Inês Gonçalves Cordeiro Ruppel Mello

Suplente: Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

#### XI - Representante do Sindicato dos Professores Estaduais

Titular: Ilone Moriggi

Suplente: Noeli Maceno França

#### XII - Representante da Vigilância Sanitária

Titular: Ana Claudia Carpes Biela

Suplente: Nilo Sérgio Luiz Amorin

#### XIII - Representante do Conselho Tutelar

Titular: Elvira Krüger

Suplente: Andréia Teresinha Almeida

#### XIV - Representante da Educação Especial

Titular: Silmara Lurdes Moraes

Suplente: Eloí Coscodai Junior

#### XV - Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Ariani Scotti de Oliveira

Suplente: Diego Camargo Sampaio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.285, de 04 de julho de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### Decreto Nº 5.523

DECRETO nº 5.523, de 16 de abril de 2013.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.448, de 22/06/2007 e suas alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, de acordo com o previsto na Lei Municipal nº 2.448, de 22/06/2007 e suas alterações:

#### I - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Vilson Meireles da Silva

Suplente: Mary Morona

Titular: Edimar Scambara

Suplente: Janaína Demin

#### II - Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Ecleides de Fátima Bleichuvel da Cruz

Suplente: Glória Ribeiro dos Santos

#### III - Representante dos Diretores das Escolas Municipais

Titular: Orli Ribeiro Tibes

Suplente: Cleide Fátima Dariz

#### IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Teresinha Ap. Ferreira Baldicera

Suplente: Janete Ap. Tarniowicz

V - Representante dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais

Titular: Olir Concolato

Suplente: Ieda Mara Fernandes

Titular: Dinacema Ferreira

Suplente: Clóris Casagrande

VI - Representantes dos estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Ruan da Silva Xavier

Suplente: Ariane Scotti de Oliveira

Titular: Kállyta de Oliveira Hahn

Suplente: Diego Camargo Sampaio

VII - Representante do Conselho Municipal de Educação - COMED

Titular: Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

Suplente: Ieda Moschetta

VIII - Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Andréia Teresinha Almeida

Suplente: Elvira Krüger

IX - Representante da Educação Infantil Pública

Titular: Sandra Regina dos Santos

Suplente: Karla Mary Bechert

X - Representante da Educação Especial

Titular: Luiza Samira Flores Alves

Suplente: Jeane Aparecida Coldebella

XI - Representante da ACEIAS

Titular: Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti

Suplente: Adriana Faustino dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.284, de 04 de julho de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

### **Decreto Nº 5.539**

DECRETO Nº 5.539, de 03 de maio de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância de R\$ 2.472,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais):

02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.71.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 992,00

4.4.71.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 1.480,00

TOTAL R\$ 2.472,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 2.472,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e dois

reais):

02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 2.472,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

### **Portaria Nº 22.627**

PORTARIA Nº 22.627, de 30 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR a Portaria nº 22.507, de 22 de março de 2013, que designou servidoras para exercerem Funções Gratificadas por desempenharem atividades de maior responsabilidade, no que se refere a porcentagem da gratificação da Servidora MARIA APARECIDA BOSCATTO, que passa a ser de 50% (cinquenta por cento), com efeitos a contar de 01 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 30 de abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

### **Portaria Nº 22.640**

PORTARIA Nº 22.640, de 08 de maio de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

PRORROGAR por mais 02 (dois) anos, a licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, concedida ao Servidor Público Municipal EDSON DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, com carga horária 20 (vinte) horas semanais, lotado na EMEB Ulysses Guimarães, com efeitos a contar de 03 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.



**Aviso de Licitação - PR 38 - 2013 - Prefeitura**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Diretoria de Transito Transporte e Segurança de Caçador

**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2013

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Aquisição de duas motocicletas zero quilometro ano e modelo 2013, melhor descritos no Edital, destinados a Guarda Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 28/05/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 28/05/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos no site do Município de Caçador: [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) ou pessoalmente na avenida Santa Catarina, 195, e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de Maio de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

**Contrato Administrativo Nº 07/2013 - FMAS 2º Aditamento**

Contrato Administrativo nº 07/2013 - FMAS 2º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 14/2011, Prorroga Prazo e Concede Reajuste, pelo período de 12 (doze) meses e concessão de reajuste pelo IGP-M do período, Referente ao processo licitatório nº 13/2011 Dispensa de Licitação Nº 02/2011, Contratado MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, CNPJ sob o nº 83.059.758/0001-22, residente na cidade de Caçador/SC, Prazo de validade 12 meses.

**Contrato Administrativo Nº 42/2013 - Prefeitura 1º Aditamento**

Contrato Administrativo nº 42/2013 - Prefeitura - 1º Aditamento ao Contrato Administrativo nº 16/2013 ACRESCENTA SERVIÇOS E VALOR, que tem por Objeto a Contratação de SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, Referente ao processo licitatório nº 11/2013 Dispensa nº 01/2013, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA CNPJ sob nº 83.052.191/0001-62, com sede no Município de Caçador - SC.

**Ata Nº 39 Cmhís**

Ata nº 39

Aos vinte cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, reuniram-se no Auditório da Prefeitura Municipal de Caçador, para a realização da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, estando presente as seguintes pessoas: Ivonir Jose Pagotto, Valdomiro Cristóvão, Claudio Luiz Rottava, Elizete Farias, Eunice Misayo Ueda, Claudinei Alves Pereira, Thiago Borga, Romulo Machado de Souza,, Jorge Westerlon, Silvio Antonio Zipperer, Gentil Ferreira Lopes, Luiz Carlos Teles de Lima, Walmir Rigo, Beatriz Ribeiro dos Santos, Luciane Debarba Cereza e Paulo Eduardo Estanislovski. Sra. Beatriz Ribeiro dos Santos, Secretária Municipal de Assistência Social, apresenta a equipe do Departamento de Habitação, agradece a presença de todos, e apoio para as decisões e contribuições dos membros do Conselho, para reflexões e a importância da tomada de decisões destes. A Sra. Elizete, Assistente Social explana a importância do CMHIS, e explica a Lei 2534, a Lei que rege o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, em tempos Sr. Emerson Schmitt presente na reunião. Nesta primeira reunião ordinária do

ano de dois mil e treze, serão apresentados os novos conselheiros representantes do governo devido a mudança de Prefeito e Secretários. Sra. Elizete apresenta todos os membros do Conselho, Sr. Ivonir José Pagotto, Titular, da Associação dos Moradores; Luiz Carlos Teles de Lima, Suplente, Associação dos Moradores; Sr. Silvio Luiz Zipperer, Titular, Associação dos Moradores; Gentil Ferreira Lopes, Suplente, Associação dos Moradores; Vilmar Zollner, Titular, Sindicato do Comércio; Bernadete Maschio, Suplente, representante do Sindicato Rural; Sr. Romulo Machado de Souza, Titular, CREA; Alvaro Dourado, Suplente, CREA; Carine Marcon, Titular, representando o ADEAC; Thiago Borga, Suplente, representando o ADEAC; Sr. Valdomiro Cristóvão, Titular, Associação Pais e Professores,; Marici Menegal, APP, Suplente; Sra. Beatriz Ribeiro dos Santos, Titular SMAS; Sabrina Zafari, Suplente, SMAS; Sr. Claudio Luiz Rottava, Titular, SMAS; Eunice Misayo Ueda, Suplente, SMAS; Sra. Luciana Debarba, Titular, Secretaria Administração; Joice L. F. Wagner, Suplente, Secretaria Administração; Sr. Sergio Luiz Bizotto, Titular, Defesa Civil; Emerson Schmitt, Suplente, Defesa Civil; Walmir Rigo, Titular, IPPUC; Dilson Edgar Thome, IPPUC, Suplente; Jorge Alberto Westerlon, Titular, Infra-estrutura; e, Sr. Claudinei Alves Pereira, Suplente, representante da Infraestrutura. Foi efetuada a eleição do Fundo Gestor do FMHIS, por todos os Conselheiros presentes e assim vão compor a Diretoria do Conselho Gestor: Sra. Beatriz Ribeiro dos Santos - Presidente; Sr. Silvio Antonio Zipperer - Vice-presidente; Sr. Cláudio Luiz Rottava e Justina Ines Castilho - Tesoureiro; e, Eunice Misayo Ueda - Secretária, conforme Lei, digo, Regimento Interno do Conselho Gestor de FMHIS. Sra. Elizete faz uma breve explanação da Apostila "Direito A Moradia Cidadania começa em casa" e "A importância do Conselho Municipal", distribuídos aos presentes. Em tempos, Sr. Dilson Edgar Thome e Carine Marcon. A Sra. Elizete faz a comunicação, isto é, repassa aos Conselheiros que a Caixa Econômica Federal fará a vistoria Geral no Empreendimento Residencial Meu Lar beneficiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida, aos moradores no dia vinte e nove do mês de abril do ano de dois mil e treze. Falta Justificada por problemas de saúde, Sr. Alvaro Dourado Jr, Sabrina por motivos de qualificação profissional, Sr. Vilmar Zollmer por problemas de saúde e Sra. Joice Wagner por motivos profissionais. Informa também a Sra. Elizete a questão levantada pelo Sr. Thiago Borga referente aos inscritos do PNHR, no aguardo do parecer e contratos da COHAB, assim informando que o Departamento de Habitação está no aguardo dos contratos dos beneficiados e/ou inscritos aprovados pelo CMHIS no ano de dois mil e doze. Em correção a linha número três da 44 verso, "do Conselho Gestor do FMHIS, por todos os Conselheiros presentes", Elizete explana a importância do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, e dos Conselheiros aos direitos e deveres e também a responsabilidade sobre as decisões tomadas pelo Grupo. Noções básicas de compor o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social foi e será de suma importância para a comunidade. Fica decidido que no dia nove de maio às quatorze horas a próxima reunião, com o local a ser definido. Os conselheiros serão informados por meio de e-mail e/ou telefone. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata, que após lida e assinada segue assinada pelos presentes.



**PEGAS**  
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



# Camboriú

## PREFEITURA

### Lei Complementar N.º 055/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 055/2013

Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú - PDDTC.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal, do Capítulo III da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e da Lei Orgânica Municipal, fica aprovado, nos termos desta Lei Complementar, o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú.

#### TÍTULO I CONCEITUAÇÃO, PRINCÍPIOS E OBJETIVOS GERAIS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TERRITORIAL MUNICIPAL

##### CAPÍTULO I DA CONCEITUAÇÃO

Art. 2º O Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú - PDDTC é o instrumento da política de desenvolvimento urbano e territorial, voltado para orientação dos agentes públicos e privados na construção e utilização do espaço urbano de maneira coletiva e democrática, partindo de uma leitura real do Município, envolvendo aspectos urbanos, sociais, econômicos e ambientais.

Parágrafo único. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, os planos, programas e projetos urbanísticos, assim como os demais instrumentos municipais de desenvolvimento, deverão incorporar os princípios, objetivos e prioridades contidos nesta LEI.

Art. 3º É objetivo deste Plano Diretor, ser um instrumento de definição de estratégias de intervenção imediata e com base em seus princípios e ações, construir uma cidade para todos e para todas.

Art. 4º Este Plano Diretor é um instrumento de médio e longo prazo, que deve atravessar, necessariamente, várias administrações e sua abrangência compreende os problemas fundamentais da cidade, dentre eles, o transporte, saneamento, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas, o desenvolvimento econômico e social do Município, dentre outros.

Parágrafo único. Todas as etapas de elaboração, revisão e adequação deste Plano Diretor terão que, obrigatoriamente, ser precedidas do amplo debate com a sociedade Camboriuense.

Art. 5º Este plano abrange todo o território do Município de Camboriú, observado os planos nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento territorial, adequando sua política de desenvolvimento urbano e ambiental à Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e define:

- I - a política e as estratégias de desenvolvimento físico territorial do Município;
- II - os critérios para garantir que a cidade cumpra com sua função social;
- III - o planejamento e a gestão democráticos do desenvolvimento territorial.

Parágrafo único. A interpretação da presente Lei e seus apêndices

será realizada de forma a articular sistemática e integradamente todos os dispositivos nela contidos.

##### CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS

Art. 6º A política urbana deve se pautar pelos seguintes princípios:

- I - gestão democrática e participativa;
- II - sustentabilidade;
- III - função social da cidade e da propriedade.

§ 1º A gestão da política urbana se fará de forma democrática, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento.

§ 2º A Sustentabilidade é o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

§ 3º A função social do Município de Camboriú corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende os direitos a terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura e serviços públicos, ao transporte coletivo, à mobilidade urbana e acessibilidade, ao trabalho, à cultura e ao lazer.

##### CAPÍTULO III DOS OBJETIVOS

Art. 7º O modelo de política e desenvolvimento territorial tem como objetivos:

- I - orientar o zoneamento urbano de forma a priorizar as necessidades da comunidade nos itens: moradia, saneamento, infraestrutura, transportes, serviços públicos e lazer, por intermédio da leitura da cidade analisando as potencialidades e deficiências;
- II - gerar consciência coletiva na comunidade e poder público, na fiscalização e tomada decisões, bem como na transparência da gestão da informação técnica, para atingir o bem-estar social e o desenvolvimento ordenado do Município;
- III - incentivar parcerias entre poder público e iniciativa privada buscando nessa cooperação o interesse da sociedade como um todo;
- IV - garantir um Município no qual os conflitos de interesses entre aspectos econômicos e sociais sejam minimizados, visando o desenvolvimento sustentável;
- V - garantir a equilibrada distribuição dos equipamentos e serviços públicos em todo território, adequando os investimentos para um maior acesso da população;
- VI - planejar o Município objetivando a garantia da qualidade ambiental por meio do adequado uso e ocupação do solo e acessibilidade para todos;
- VII - controlar o uso e ocupação do solo rural, fortalecendo suas relações com os usos urbanos, principalmente nos aspectos sócio-econômico e cultural, com foco na geração de renda e preservação dos recursos naturais;
- VIII - promover a autonomia do Município na distribuição e acessibilidade dos bens e serviços e na expansão territorial conforme padrões legais (leis federais e estaduais) já existentes e elaborados posteriormente;
- IX - planejar o Município buscando uma correta distribuição dos investimentos públicos de acordo com os objetivos do desenvolvimento urbano evitando conflitos e impactos sócio-econômicos;
- X - adequar os instrumentos legais e os investimentos aos interesses do desenvolvimento do Município, promovendo justiça e bem estar social para coletividade;
- XI - garantir para a sociedade a adequada distribuição dos ganhos imobiliários decorrentes dos investimentos públicos em ações voltadas ao benefício da coletividade;
- XII - garantir o direito à proteção, preservação, recuperação e conservação do ambiente natural e construído bem como do

patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico e arqueológico, visando valorizar a identidade do Município;  
XIII - assegurar a participação da comunidade frente às iniciativas de empreendimentos público/privado garantindo os interesses coletivos;  
XIV - regularizar áreas ocupadas e promover sua urbanização respeitando a identidade dos atuais moradores, o acesso aos equipamentos públicos garantindo a qualidade de vida;  
XV - facilitar a compreensão e aplicação da legislação existente pela população, garantindo o uso adequado dos recursos territoriais e investimentos públicos;  
XVI - promover interação, entre poder público, iniciativa privada e população no processo de urbanização, promovendo o interesse social.

## TÍTULO II DAS ESTRATÉGIAS

### CAPÍTULO I DA ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Art. 8º Constitui objetivo da estratégia de qualificação ambiental manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de qualidade de vida, protegendo suas expressões materiais e imateriais.

Art. 9º A estratégia de qualificação ambiental inclui os seguintes temas:

- I - recursos naturais;
- II - patrimônio histórico cultural;
- III - saneamento ambiental.

Parágrafo único. A estratégia de qualificação ambiental se apresenta especializada no Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental, Apêndice A desta Lei Complementar.

#### Seção I Dos Recursos Naturais

Art. 10. Constituem objetivos da política de gestão dos recursos naturais conservar os recursos naturais para o desenvolvimento sustentável do Município, definindo ações para proteção, gerenciamento dos potenciais e a requalificação de locais degradados.

Art. 11. São diretrizes da política de gestão dos recursos naturais:  
I - promoção da gestão participativa na utilização dos recursos naturais, visando o atendimento ao princípio da sustentabilidade;  
II - regulação e interação dos instrumentos de controle ambiental, para fins de fiscalização e proteção dos recursos naturais do Município;  
III - controle da emissão de poluentes resultantes da produção econômica do setor primário e secundário;  
IV - utilização adequada dos recursos hídricos garantindo a sua proteção;  
V - gerenciamento de áreas de risco reduzindo perdas humanas e econômicas;  
VI - incentivo ao aproveitamento dos recursos naturais no sentido do desenvolvimento da atividade turística no Município;  
VII - criação de unidades de conservação e áreas verdes e de um sistema voltado para o gerenciamento das mesmas, segundo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;  
VIII - criar projetos de utilização do potencial das APA's existentes e projetadas no Município de Camboriú, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do turismo;  
IX - melhoria e adequação da proporção de áreas verdes, caracterizando o patrimônio ambiental, valorizando a paisagem e estruturando os espaços públicos no Município;  
X - implantação de políticas de Educação Ambiental junto às escolas do Município, visando à sensibilização da população e

incentivando a fiscalização ativa pela comunidade.

Art. 12. São ações definidas quanto aos recursos naturais:

- I - realizar audiências públicas para implantação de empreendimentos com efeitos potencialmente negativos ao ambiente e à coletividade;
- II - criar políticas de reflorestamento para áreas degradadas, com a utilização de espécies nativas;
- III - disciplinar a utilização de espécies exóticas nas áreas de reflorestamento;
- IV - fiscalizar e controlar as atividades com emissão de poluentes, do setor primário e do setor secundário;
- V - fortalecer as ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com o intuito de incrementar sua atuação;
- VI - identificar, regulamentar e fiscalizar as pedreiras existentes no Município, conforme legislação vigente;
- VII - promover a identificação, mapeamento e fiscalização dos pontos de saída de efluentes residenciais, industriais e agrícolas;
- VIII - desassorear e despoluir o Rio Camboriú, com o objetivo de possibilitar sua navegabilidade como opção de acessibilidade, assim como prevenir enchentes;
- IX - recuperar a fauna e a flora do Rio Camboriú, para permitir a restauração do equilíbrio natural;
- X - preservar a mata ciliar e as nascentes, em respeito à legislação federal em vigor;
- XI - incentivar a conservação dos Recursos Naturais no desenvolvimento de práticas de ecoturismo e turismo rural;
- XII - criar o Parque Turístico do Pico da Pedra, privilegiando o aproveitamento de seu potencial paisagístico, sua conservação e sua utilização no desenvolvimento econômico do Município;
- XIII - criar parque linear no Rio Camboriú, com o objetivo do aproveitamento de suas margens para a reconstituição de sua mata ciliar e implantação de equipamentos de lazer;
- XIV - implantar e conservar áreas verdes no Município, na área urbana e rural, proporcionando a permeabilidade do solo, o equilíbrio das condições climáticas, evitando a formação de ilhas de calor, bem como possibilitar seu aproveitamento para o lazer da população local;
- XV - criar e configurar o sistema de áreas verdes no Município, possibilitando seu gerenciamento, adequação e manutenção;
- XVI - recuperar e preservar a mata ciliar e proteger as áreas de mangue em conformidade à legislação em vigor;
- XVII - incluir a educação ambiental no ensino fundamental com um tema transversal, para o fomento da consciência ambiental-ecológica entre crianças e jovens;
- XVIII - criar consórcios municipais para sanar a problemática da falta de saneamento básico e sua fiscalização;
- XIX - propor alternativas para a manutenção das estradas rurais como forma de evitar o assoreamento do rio Camboriú;
- XX - determinar áreas para o futuro crescimento urbano, de forma que a relação ambiente construído e ambiente natural seja equilibrada e sustentável.

#### Seção II Do Patrimônio Histórico Cultural

Art. 13. Constitui objetivo do patrimônio histórico cultural preservar e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, no sentido do fortalecimento da identidade do Município.

§ 1º Entende-se como patrimônio cultural material o conjunto de bens culturais classificados como arqueológicos, paisagísticos e etnográficos; históricos; belas artes; e das artes aplicadas, divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

§ 2º Entende-se por patrimônio cultural imaterial o conjunto de

práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que as comunidades reconhecem como parte integrante de sua cultura.

§ 3º Entende-se por identidade cultural do Município as características de um grupo social que partilha as mesmas atitudes, segundo um ideal coletivo projetado, fixando-se como uma construção social estabelecida, aproximando os indivíduos semelhantes.

Art. 14. São diretrizes do patrimônio histórico cultural:

- I - a gestão participativa do patrimônio histórico cultural do Município;
- II - a identificação e o mapeamento do patrimônio histórico cultural remanescente em Camboriú;
- III - a preservação do patrimônio histórico cultural remanescente no Município, visando a sua valorização e o desenvolvimento da consciência popular;
- IV - fortalecimento da identidade cultural do Município de Camboriú por meio do resgate de sua memória, costumes, fazeres, festas, entre outros;
- V - aproveitamento das características e do patrimônio histórico cultural no desenvolvimento da modalidade de turismo histórico cultural no Município;
- VI - conscientização coletiva sobre a história e os costumes do Município e de sua população, assim como da importância de sua preservação como testemunho às presentes e futuras gerações.

Art. 15. São ações definidas quanto ao patrimônio histórico cultural:

- I - criar a Fundação Cultural no Município, com o objetivo de implantar e viabilizar projetos, bem como captar recursos;
- II - criar lei municipal para o tombamento de bens materiais e imateriais, possibilitando a implantação de outras ações legais no que diz respeito à sua preservação e manutenção;
- III - implantar o Arquivo Histórico do Município, reunindo documentos, mapas, fotografias e depoimentos diversos a respeito da história e cultura local;
- IV - buscar recursos por meio de projetos de captação nas esferas estadual e federal, voltados à implantação de ações de valorização e preservação do patrimônio;
- V - atribuir a gestão participativa do patrimônio histórico cultural do Município ao Conselho Municipal da Cidade;
- VI - realizar o inventário cultural existente no Município;
- VII - identificar e definir os imóveis de interesse histórico cultural no Município;
- VIII - criar a Área de Interesse Histórico e Cultural, abrangendo a região central do Município que concentra as edificações de interesse histórico cultural;
- IX - aplicar instrumentos urbanísticos e tributários com objetivo de valorização e incentivo à preservação do patrimônio histórico cultural do Município;
- X - implantar um centro cultural multieventos, que possibilite a realização de atividades de diversos segmentos da cultura local;
- XI - incentivar e valorizar a realização de manifestações culturais, de modo a fortalecer a identidade e pluralidade da população do Município;
- XII - criar roteiros culturais para o desenvolvimento e a diversificação das modalidades turísticas no Município;
- XIII - incentivar a realização das festas típicas existentes e a criação de novas, para valorização do patrimônio imaterial local;
- XIV - incluir a educação cultural no ensino fundamental com um tema transversal, para garantir a difusão da cultura no sentido de sua perpetuação;
- XV - prever incentivos por meio de isenção de tributos e taxas públicas dos imóveis a serem tombados.

Seção III  
Do Saneamento Ambiental

Art. 16. Constitui objetivo do saneamento ambiental melhorar os níveis de salubridade e sustentabilidade ambiental do Município, no sentido do incremento da qualidade de vida da população.

Art. 17. São diretrizes do saneamento ambiental:

- I - a implantação do sistema de gestão de resíduos sólidos, incluindo coleta seletiva, armazenamento, encaminhamento para reciclagem e destino final;
- II - promoção do monitoramento sanitário em todo o Município, para identificar áreas prioritárias para a aplicação de políticas de saneamento básico;
- III - ampliação das medidas de saneamento básico para áreas identificadas como deficitárias no município;
- IV - minimização da ocorrência de inundações, causadas pela insuficiência ou ausência da infraestrutura de redes de drenagem;
- V - promoção da auto-suficiência no abastecimento de água, no que tange a sua captação, tratamento e distribuição.

Art. 18. São ações definidas quanto ao saneamento ambiental:

- I - criar cooperativa e infraestrutura para viabilizar a realização de coleta seletiva domiciliar e industrial;
- II - criar alternativas de tratamento para resíduos sólidos na área rural, de maneira diferenciada, segundo suas características particulares;
- III - aumentar a frequência da realização da coleta de resíduos sólidos na área rural de Camboriú;
- IV - elaborar e instituir um programa para reutilização dos resíduos da construção civil, minimizando o volume de lixo e a consequente sobrecarga dos aterros municipais;
- V - construir aterro para a destinação dos resíduos da construção civil, no sentido do seu adequado reaproveitamento e destino final;
- VI - implementar unidades de tratamento de esgoto por bairro ou região, segundo as características de relevo, solo e densidade populacional de cada área específica;
- VII - instalar a rede de distribuição e de coleta e tratamento de esgoto e água, segundo as necessidades e características de cada bairro ou região, em conformidade com a legislação e os princípios de sustentabilidade ambiental definidos;
- VIII - criar alternativas de tratamento de esgoto diferenciadas adequadas às peculiaridades da área rural;
- IX - ampliar e adequar a rede de drenagem pluvial existente, prevenindo a ocorrência de inundações;
- X - implantar mecanismos alternativos para a preservação dos mananciais de recursos hídricos, como cisternas para a captação da água da chuva, pequenas represas, diques, entre outros;
- XI - estabelecer parceria pública entre o Município de Balneário Camboriú e o Município de Camboriú, no que se refere à água in natura e tratada, uma vez que ambos os Municípios se servem da mesma fonte de captação;
- XII - municipalizar o tratamento de água, no sentido da autonomia do Município evitando o racionamento e possibilitando a diminuição dos custos.

## CAPÍTULO II DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Art. 19. Constituem objetivos da estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

- I - promover a dinamização da economia objetivando o aumento de emprego e renda;
- II - implantar políticas de incentivos e ações junto aos setores produtivos e a comunidade para reduzir as desigualdades sociais.

Art. 20. São diretrizes da estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

- I - criação e implantação de políticas de geração de emprego e renda no Município, na busca da inclusão e equidade social;
- II - estabelecimento de ações de estímulo ao associativismo e



empreendedorismo como alternativa para a geração de trabalho e incremento de renda da população do Município;

III - implantação de iniciativas que visem atrair investimentos públicos e privados, como forma de dinamizar a economia e diversificar as atividades e cadeias produtivas;

IV - aproveitamento do potencial de áreas disponíveis de fácil acessibilidade para a localização e desenvolvimento das atividades econômicas do Município, no intuito de atrair investidores;

V - apoio ao desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, como instrumento de dinamização e diversificação em benefício da economia local.

Art. 21. São ações definidas quanto a estratégia de desenvolvimento socioeconômico:

- I - fomentar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico para gerenciar os recursos destinados ao pleno desenvolvimento das atividades turísticas e outras atividades econômicas;
- II - aproveitar e valorizar a vocação do Município, tais como rural, ecológica e religiosa, para incentivar o desenvolvimento do turismo;
- III - criar incentivos, identificar e mapear áreas para a implantação da agroindústria e agricultura familiar;
- IV - criar incentivos fiscais para o desenvolvimento das atividades turísticas e implantação de novos equipamentos turísticos;
- V - incentivar o empreendedorismo e a criação de cooperativas em todos os setores da economia, estimulando ainda a implantação e consolidação de micros e pequenas e empresas;
- VI - ampliar a dotação orçamentária para a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de modo a fortalecer o apoio técnico ao setor de produção primária;
- VII - realizar ações para inserção econômica regional de Camboriú, visando seu desenvolvimento e integração junto aos demais Municípios da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu - AMFRI;
- VIII - buscar a implementação, de forma descentralizada, de postos de serviços bancários no sentido do incremento da economia e da simplificação das operações financeiras da população do Município;
- IX - criar acessos rápidos para escoamento da produção agrícola e industrial visando o desenvolvimento econômico, a autonomia do Município, a segurança e a melhoria da mobilidade urbana, preservando a sustentabilidade ambiental;
- X - definir áreas adequadas à implantação de indústrias, segundo condições de infraestrutura instalada, acessibilidade, transporte público, entre outros;
- XI - garantir apoio técnico aos agricultores na diversificação das culturas agrícolas com o objetivo da diversificação da produção primária do Município;
- XII - capacitar e profissionalizar o cidadão camboriuense, firmando convênios com entidades de ensino, pesquisa e extensão, objetivando a qualificação destes para melhoria das técnicas de produção em todos os setores da economia e sua fixação no mercado de trabalho;
- XIII - criar alternativas para a construção civil, comércio varejista e atacadista, serviços e indústrias, diversificando as atividades econômicas do Município.

Parágrafo único. A estratégia de desenvolvimento socioeconômico se apresenta espacializada no Mapa da Estratégia de Desenvolvimento Socioeconômico, Apêndice B desta Lei Complementar.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA

Art. 22. Constituem objetivos da estratégia de estruturação urbana:

- I - integrar as áreas urbana e rural do Município de Camboriú;
- II - promover a integração de Camboriú com os demais Municípios integrantes da região;

- III - estruturar e distribuir de forma equilibrada os benefícios da urbanização entre toda a coletividade;
- IV - estruturar centralidades urbanas e rurais de modo a organizar a distribuição de equipamentos e serviços públicos em todo o território municipal;
- V - democratizar o acesso aos serviços públicos, garantindo sua disponibilidade, bem como sua distribuição e acesso físico de forma equitativa.

Art. 23. A estratégia de estruturação urbana inclui os seguintes temas:

- I - inserção regional;
- II - ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária;
- III - equipamentos de ensino;
- IV - equipamentos de saúde;
- V - equipamentos de lazer e eventos;
- VI - segurança pública;
- VII - equipamentos funerários;
- VIII - energia elétrica e comunicação.

Parágrafo único. A estratégia de estruturação urbana apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária, Apêndice C desta Lei Complementar.

#### Seção I

##### Da Inserção Regional

Art. 24. Constituem objetivos da inserção regional:

- I - reconhecer a importância do desenvolvimento regional equilibrado entre os Municípios da região;
- II - promover o desenvolvimento e o fortalecimento igualitário na região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu - AMFRI.

Art. 25. São diretrizes da inserção regional:

- I - a promoção da efetiva integração regional por intermédio dos aspectos econômico, ambiental, cultural, turístico, além do acesso a equipamentos urbanos e comunitários, entre outros;
- II - fortalecer a identidade do Município de Camboriú, reduzindo a dependência em relação aos outros Municípios da microrregião da foz do Rio Itajaí-Açu.

Art. 26. São ações definidas quanto à inserção regional:

- I - incentivar atividades econômicas diversificadas visando criar maior centralidade e garantindo uma maior permanência da população no Município;
- II - diversificar a produção agrícola regional e assim maximizar seus benefícios socioeconômicos, garantindo uma maior competitividade no mercado globalizado;
- III - integrar e diversificar os produtos turísticos oferecidos pela região, possibilitando a maior abrangência e competitividade no referido mercado por meio da oferta de roteiros e modalidades mais especializadas;
- IV - regularizar, propiciar e criar parcerias e consórcios intermunicipais para a utilização racional e sustentável dos recursos naturais em benefício ao desenvolvimento econômico regional.

#### Seção II

##### Do Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo e Estrutura Fundiária

Art. 27. Constituem objetivos do ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

- I - diversificar e mesclar os usos compatíveis tomando como referência os níveis de incomodidade das atividades relacionadas;
- II - reduzir os deslocamentos da população facilitando o acesso ao comércio e aos serviços locais;
- III - equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho no Município, segundo a localização das atividades, privilegiando a

proximidade ao local de residência;

IV - garantir tipologias de parcelamento do solo adequadas aos usos a serem implantados.

Art. 28. São diretrizes do ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

I - ordenamento do uso e ocupação do solo definido segundo o interesse e o benefício coletivo;

II - garantia da redução dos deslocamentos entre trabalho e moradia;

III - incentivo ao parcelamento do solo coerente com a infraestrutura implantada e a densidade populacional;

IV - eliminação da especulação imobiliária, reduzindo os vazios urbanos e garantido a função social da propriedade.

Art. 29. São ações definidas quanto ao ordenamento do uso e ocupação do solo e estrutura fundiária:

I - orientar o zoneamento urbano de forma a disciplinar os diferentes usos e ocupações do solo no Município;

II - disciplinar a atividade industrial segundo o porte e o nível de incomodidade de sua instalação e das atividades desempenhadas;

III - estimular as atividades de comércio e serviços nas diversas regiões do Município, criando novas centralidades com o intuito de melhorar o acesso ao comércio e serviços;

IV - adequar a legislação específica vigente para regulamentar o parcelamento, uso e ocupação do solo e mobilidade urbana no sentido de ordenar o crescimento do Município de acordo com o zoneamento;

V - coibir a construção e a ocupação de áreas irregulares, por meio da exigência de projeto, da obediência às normas construtivas vigentes e a não utilização de áreas inadequadas como: Áreas de Proteção Permanente - APP's, áreas verdes, unidades de conservação, áreas com restrições geológicas, com declividade acentuada, faixas não edificantes ao longo de rodovias e cursos d'água, redes de alta tensão e dutos, galeria de drenagem, conforme definição de legislação vigente mais restritiva à ocupação;

VI - implantar instrumentos urbanísticos e tributários visando inibir a especulação imobiliária nos vazios urbanos existentes no Município, assegurando o cumprimento à função social da propriedade;

VII - criar um sistema eficaz de fiscalização coibindo o surgimento de assentamentos irregulares, clandestinos ou subnormais e assim garantindo a obediência à legislação vigente.

### Seção III

#### Dos Equipamentos de Ensino

Art. 30. Constituem objetivos dos equipamentos de ensino:

I - ampliar o acesso à educação em todas as faixas etárias e níveis educacionais;

II - reduzir as distâncias entre os equipamentos de ensino e moradia;

III - incentivar a elaboração de programas para elevar os níveis de escolaridade da população do Município.

Art. 31. São diretrizes dos equipamentos de ensino:

I - distribuição equitativa dos equipamentos de ensino nos bairros, priorizando áreas deficitárias no panorama municipal;

II - melhoria nas condições de acesso aos equipamentos de ensino para toda a população do Município;

III - integração e parceria entre os Poderes Municipal, Estadual e Federal para qualificação do ensino no Município, possibilitando a inclusão dos diversos níveis de ensino.

Art. 32. São ações definidas quanto aos equipamentos de ensino:

I - melhorar o acesso à educação na área rural do Município, viabilizando a formação e a melhoria do nível de escolaridade e qualificação daquela população;

II - aumentar o número de vagas nos Centros de Educação Infantil - CEI, em todo o Município, criando condições de trabalho para a população adulta, em idade economicamente ativa;

III - construir escolas ou, ainda, ampliar a oferta de vagas a todos os níveis de ensino nos bairros, levando em consideração a densidade populacional, bem como as faixas etárias e níveis de escolaridade dos mesmos;

IV - articular e realizar convênios com o Governo Estadual e Federal para construção e abertura de vagas em escolas de ensino médio e profissionalizante, visando à qualificação profissional com ênfase à capacitação da mão de obra local;

V - incentivar a implantação de cursos e/ou equipamentos de ensino de nível superior, para atender a crescente demanda do Município;

VI - garantir a acessibilidade física aos equipamentos de ensino, por meio de sua proximidade com as áreas de moradia ou, ainda, do transporte escolar adequado;

VII - garantir o acesso aos equipamentos de ensino, as pessoas com necessidades especiais, segundo normas técnicas e legislação em vigor;

VIII - fiscalizar e coibir a evasão escolar.

### Seção IV

#### Dos Equipamentos de Saúde

Art. 33. Constituem objetivos dos equipamentos de saúde:

I - assegurar e proporcionar a melhoria das condições de salubridade em todo o Município;

II - garantir o acesso aos serviços de saúde a toda a população residente;

III - reduzir as distâncias entre os equipamentos de saúde e moradia.

Art. 34. São diretrizes dos equipamentos de saúde:

I - descentralização do atendimento de saúde, visando a abrangência e equidade destes serviços em todo o Município;

II - ampliação das ações de controle epidemiológico, possibilitando a realização de iniciativas preventivas em saúde pública;

III - garantia da gestão integrada no sistema de saúde, incluindo os sistemas municipal, estadual e federal, como forma de assegurar o pleno gozo dos direitos dos cidadãos;

IV - incremento ao acesso e à qualidade dos serviços de saúde em todas as regiões do Município;

V - melhoria no atendimento hospitalar municipal no tocante aos serviços de urgências e emergências, consultas, exames, inclusive via Sistema Único de Saúde - SUS, consolidando e garantindo a inclusão social;

VI - desenvolvimento de ações de saúde fundamentadas na territorialização, priorizando o atendimento às populações em risco, assim como, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações do setor.

Art. 35. São ações definidas quanto aos equipamentos de saúde:

I - revisar e adequar os convênios entre a municipalidade e a administração da Fundação Hospitalar de Camboriú - FHC, visando o melhor atendimento a população local;

II - ampliar os serviços hospitalares em relação à sua demanda potencial, reestruturando o atendimento, equilibrando a oferta de leitos utilizando como indicador o número de leitos por mil habitantes;

III - distribuir os equipamentos de saúde de forma equilibrada, garantindo o seu fácil acesso a coletividade, oferecendo estrutura conforme as características construtivas determinadas pela legislação, contemplando as áreas urbana e rural;

IV - implantar centro de zoonoses, assim como o serviço de recolhimento de animais de pequeno porte objetivando a redução dos agravos, riscos e danos à saúde;

V - estabelecer convênios com as esferas estaduais e federais para melhoria nos serviços de saúde municipais a fim de garantir o pleno atendimento à coletividade;

VI - garantir equidade no acesso aos equipamentos de saúde para pessoas com necessidades especiais, segundo normas técnicas e

legislação em vigor.

## Seção V

### Dos Equipamentos de Lazer e Eventos

Art. 36. Constituem objetivos dos equipamentos de lazer e eventos:

I - propiciar acesso ao lazer, esporte e recreação, no sentido da promoção de opções de entretenimento, difusão cultural e bem estar da população em geral, assim como dos turistas e visitantes;  
II - oferecer conforto e qualidade na realização de eventos, por meio da disponibilidade de centro de eventos e infraestrutura dimensionados adequadamente.

Art. 37. São diretrizes dos equipamentos de lazer e eventos:

I - adequada gestão e manutenção das áreas e equipamentos de lazer e eventos, no sentido de sua apropriação pela população, além de proporcionar conforto na realização das referidas atividades no Município;  
II - descentralização dos equipamentos de esporte e lazer favorecendo seu acesso por toda a coletividade, incentivando a construção de relações sociais e cívicas entre os residentes do Município;  
III - criação e diversificação das opções de lazer, assim como a ampliação de seu acesso a toda população do Município, inclusive as pessoas com necessidades especiais;  
IV - inclusão social em todo o Município por meio de ações e atividades ligadas à cultura, esporte, recreação e lazer;  
V - qualificação da infraestrutura do Município para a realização de eventos de grande porte, possibilitando conforto e qualidade de logística e acesso adequado, privilegiando a captação e consolidação dos mesmos.

Art. 38. São ações definidas quanto aos equipamentos de lazer e eventos:

I - identificar e mapear áreas disponíveis para instalação de espaços públicos de lazer, recreação e parques urbanos;  
II - construir equipamentos de lazer nos bairros, inclusive para recreação infantil, descentralizando-os e assim configurando um sistema municipal de lazer e recreação, propiciando seu fácil acesso a toda a coletividade;  
III - recuperar os equipamentos de esporte e lazer já existentes no Município, potencializando a sua utilização pela população por meio da implantação de mobiliário urbano e esportivo adequados;  
IV - garantir o acesso as pessoas com necessidades especiais às áreas de lazer, no sentido do exercício de seus direitos e de sua inclusão social;  
V - implantar parques acompanhados de equipamentos junto ao Rio Camboriú, agregando a prática de esportes e lazer da população à estratégia de preservação, no que diz respeito à recuperação da mata ciliar do rio;  
VI - criar programas de esporte e lazer em todo o Município, visando o fortalecimento da noção de cidadania entre a população local;  
VII - incentivar a participação de atletas camboriuenses em competições estaduais e nacionais;  
VIII - permitir e incentivar a utilização das áreas de lazer e esportes existentes nas escolas municipais pela população local durante os finais de semana, bem como permitir que a rede de ensino utilize os equipamentos públicos de lazer, mediante regulamentação específica;  
IX - incentivar e organizar a realização de jogos e torneios em todo o Município objetivando o fortalecimento das relações e da integração social da população;  
X - identificar e mapear áreas adequadas à implantação de centro de eventos, de forma a possibilitar sua realização com menor nível de interferência no cotidiano do Município;  
XI - criar infraestrutura de centro de eventos, permitindo sua adequada utilização segundo porte e necessidades específicas.

## Seção VI

### Da Segurança Pública

Art. 39. Constituem objetivos da segurança pública:

I - garantir a integridade física e psicológica do cidadão, bem como proteger os bens móveis e imóveis públicos e privados, proporcionando tranquilidade e bem-estar social;  
II - minimizar as taxas de violência no Município, por meio de ações preventivas e de integração social;  
III - incrementar os níveis de segurança no trânsito urbano e rural, por meio de ações de regulamentação, fiscalização e aplicação de sanções legais;  
IV - incentivar e colaborar para a integração dos sistemas de segurança, tanto nas esferas municipais, estaduais e federais, assim como entre os diversos setores municipais.

Art. 40. São diretrizes da segurança pública:

I - integração das esferas governamentais na gestão da segurança no Município, possibilitando maior eficiência e abrangência na sua atuação;  
II - criação de planos de redução da violência com ações integradas entre a Polícia Militar, o Poder Público Municipal e a própria sociedade, contemplando iniciativas educacionais e de inclusão da população em situação de risco;  
III - incentivo ao órgão municipal de Defesa Civil visando a redução e gerenciamento de riscos;  
IV - implantação de mecanismos que assegurem a segurança no trânsito, inclusive a regulamentação das atividades de trilha, implantação de passeios e ciclovias, sinalização e hierarquização das vias, possibilitando o estabelecimento das velocidades permitidas segundo suas categorias;  
V - descentralização dos serviços de segurança, permitindo o incremento da vigilância, da eficiência no atendimento às ocorrências, assim como da proximidade à população local;  
VI - diminuir os índices de criminalidade em todo o território do Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade social.

Art. 41. São ações definidas quanto à segurança pública:

I - fortalecer as ações do conselho de segurança pública, bem como garantir a participação popular quando da gestão da segurança no Município;  
II - mapear e hierarquizar as áreas de risco e violência no Município, identificando as condições de vulnerabilidade;  
III - criar e/ou incentivar programas de inclusão social e ensino profissionalizante;  
IV - solicitar o aumento do efetivo policial junto ao governo estadual, possibilitando a descentralização das ações de segurança com a criação de postos em todo o Município;  
V - garantir a segurança nos espaços públicos do Município, visando proporcionar tranquilidade e bem estar social no exercício do direito de ir e vir;  
VI - fortalecer a presença de policiamento no entorno das escolas municipais atuando de forma integrada à comunidade local, para a proteção das crianças, jovens e adolescentes;  
VII - criar a Guarda Municipal;  
VIII - sediar no Município um posto para a Polícia Ambiental do Estado;  
IX - implantar equipamentos de segurança como câmeras de vigilância em áreas públicas.

## Seção VII

### Dos Equipamentos Funerários

Art. 42. Constitui objetivo dos equipamentos funerários adequar e ampliar a capacidade dos equipamentos funerários segundo as exigências legais, em respeito à cultura local e contribuindo para a preservação do ambiente e nível de salubridade do Município.

Art. 43. São diretrizes dos equipamentos funerários:

I - ampliação da capacidade dos equipamentos funerários existentes no Município, segundo a necessidade da população projetada;  
II - inclusão e incentivo à adoção de novas opções de sepultamento, de maneira a diminuir a pressão sobre os equipamentos funerários já existentes.

Art. 44. São ações definidas quanto aos equipamentos funerários:

I - levantar e mapear as áreas adequadas e propícias para construção e ampliação de cemitérios;  
II - construir cemitérios e realizar sepultamentos em conformidade à legislação em vigor, ampliando a capacidade funerária também protegendo o meio natural e os mananciais de água;  
III - implantar crematório e cemitério vertical como formas alternativas de sepultamento, aumentando a capacidade funerária do Município e diminuindo a pressão sobre equipamentos funerários disponíveis.

#### Seção VIII

##### Dos Equipamentos de Energia Elétrica e Comunicação

Art. 45. Constituem objetivos da energia elétrica e comunicação:

I - incentivar a utilização racional dos recursos energéticos no Município, propiciando sua utilização adequada segundo os níveis de sustentabilidade;  
II - incentivar formas alternativas de geração de energia;  
III - qualificar e ampliar os serviços de comunicação e acesso à informação para toda a população do Município, garantindo sua eficiência tanto na área urbana quanto na área rural;  
IV - proporcionar conforto e segurança à população pela adequada iluminação noturna dos logradouros públicos.

Art. 46. São diretrizes da energia elétrica e comunicação:

I - inclusão de mecanismos de gestão eficiente dos recursos energéticos possibilitando o melhor controle do uso destes recursos, segundo os interesses da população e os limites de sustentabilidade;  
II - utilização sustentável dos recursos energéticos, possibilitada por ações de conscientização e do incentivo à adoção de formas alternativas de produção de energia;  
III - melhoria dos serviços de iluminação pública, garantindo sua distribuição e manutenção adequada nos logradouros públicos, para o conforto e segurança da população;  
IV - valorização dos espaços públicos por meio da implantação de iluminação especial, destacando edificações, monumentos e paisagens de interesse turístico-cultural;  
V - ampliação dos serviços de comunicação e informação em todo o Município, incluindo telefonia fixa, pública e móvel, assim como de serviço de Correio, especialmente na área rural.

Art. 47. São ações definidas quanto à energia elétrica e comunicação:

I - incentivar a produção de energia por meio de fontes alternativas, de forma a resguardar os recursos energéticos oriundos de fontes não renováveis e permitindo a inclusão de novas possibilidades de abastecimento energético;  
II - sensibilizar a população no que diz respeito à utilização racional dos recursos energéticos, diminuindo o desperdício e incentivando sua utilização sustentável e preservação;  
III - criar programas de informação sobre a utilização racional da energia;  
IV - aumentar a fiscalização no que diz respeito à manutenção da iluminação pública e à concessionária de energia elétrica local;  
V - identificar os pontos deficitários em iluminação pública visando a sua melhoria;  
VI - implantar, melhorar e manter a iluminação de vias, passeios e logradouros públicos, garantindo o conforto e a segurança da coletividade e do patrimônio;  
VII - modernizar o sistema de iluminação pública em busca de sua

maior eficiência, utilização racional e utilização de equipamentos e tecnologias adequadas;

VIII - implantar a iluminação pública especial em pontos turísticos, monumentos e edificações históricas, com a finalidade de valorizar e destacar os pontos de interesse existentes no Município;  
IX - viabilizar a implantação do serviço de telefonia fixa, móvel e internet na área rural, bem como sua ampliação nas demais áreas do Município, proporcionando o atendimento da população por este serviço, facilitando sua inclusão e acesso à cidade;  
X - viabilizar a implantação do serviço de telefonia pública na área rural, garantindo sua utilização equitativa por toda a sociedade;  
XI - ampliar os serviços de Correios, implantando postos de atendimento que sirvam a uma maior porção do território do Município;  
XII - viabilizar e implantar subestações de energia elétrica.

#### CAPÍTULO IV

##### DA ESTRATÉGIA DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 48. Constituem objetivos da estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - garantir a inclusão social por meio de ações de regularização fundiária, segundo critérios eletivos por prioridades dos riscos associados;  
II - minimizar o déficit habitacional no Município, assegurando moradia digna à população de baixa renda sem imóvel próprio;  
III - promover o acesso à moradia provida de infraestrutura urbana, no sentido do incremento das condições de habitabilidade no Município, como forma de garantir o desempenho da função social da propriedade.

Art. 49. São diretrizes da estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - promoção da requalificação urbana, garantindo a utilização de imóveis vazios, e da regularização fundiária no Município, atendendo áreas prioritárias, visando o desempenho da função social da propriedade;  
II - desenvolvimento de projetos com o objetivo de facilitar e incrementar o acesso à moradia, adequados às peculiaridades do Município e sua população;  
III - garantia de acesso à habitação de qualidade em todo Município.

Art. 50. São ações definidas quanto à estratégia de habitação e regularização fundiária:

I - realizar diagnóstico e mapeamento das condições atuais de moradia da população do Município de Camboriú, identificando as áreas deficitárias no concernente à habitação e condições de habitabilidade;  
II - identificar áreas adequadas para a implantação de habitação popular, em áreas definidas como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;  
III - incentivar programas de habitação popular, direcionados à população de baixa renda, sem imóvel próprio, visando à inclusão social;  
IV - articular planos de habitação com as esferas governamentais estadual e federal, possibilitando sua aquisição por intermédio de financiamentos de longo prazo ou fundo perdido, de regime de construção em mutirão, entre outros;  
V - oferecer apoio técnico às iniciativas individuais ou coletivas de construção de habitações de interesse social no Município, como forma de incremento às unidades habitacionais populares para famílias de baixa renda;  
VI - impedir ocupações irregulares nas áreas de proteção ambiental e de risco em todo território municipal, objetivando a segurança da população e a preservação ambiental;  
VII - classificar as áreas de moradia irregular identificando prioridades no atendimento quanto ao seu remanejamento ou regularização fundiária;  
VIII - urbanizar, requalificar e regularizar os assentamentos



subnormais, desde que não estejam localizados em áreas de proteção ambiental e de risco, loteamentos irregulares e cortiços visando à justa distribuição da urbanização e sua integração no Município;

IX - exigir qualificação dos loteamentos, dotando-os com infraestrutura básica, conforme definição da Lei de Parcelamento do Solo;

X - utilizar instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e definidos na presente Lei Complementar para regularização fundiária e produção da habitação popular para famílias de baixa renda.

Parágrafo único. A estratégia de habitação e regularização fundiária apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária, Apêndice C desta Lei Complementar.

## CAPÍTULO V

### DA ESTRATÉGIA DE MOBILIDADE URBANA

Art. 51. Constituem objetivos da estratégia de mobilidade urbana:

I - garantir a acessibilidade e a mobilidade da população, sejam pedestres, motoristas, ciclistas, portadores de necessidades especiais e com mobilidade reduzida, por meio do planejamento do sistema viário e de transportes vinculados ao uso e ocupação do solo;

II - garantir a fluidez e segurança do trânsito e de seus usuários.

Art. 52. A estratégia de mobilidade urbana inclui os seguintes temas:

I - sistema viário;

II - transporte urbano público e de cargas.

Parágrafo único. A estratégia de mobilidade urbana apresenta-se espacializada no Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana, Apêndice D desta Lei Complementar.

#### Seção I

##### Do Sistema Viário

Art. 53. Constitui objetivo do sistema viário garantir a fluidez e segurança no trânsito considerando as questões de logística com vistas à articulação da mobilidade e acessibilidade no Município de Camboriú.

Art. 54. São diretrizes do sistema viário:

I - promoção da gestão e planejamento adequado da malha viária do Município, contemplando sua hierarquização, ampliação, adequação e manutenção, segundo as peculiaridades locais;

II - qualificação do sistema viário do Município, permitindo o fluxo contínuo e seguro de pessoas, produtos e informações por meio do território do Município;

III - inclusão de mobiliário urbano e infraestrutura de apoio, como a sinalização vertical e horizontal, no sistema viário em todo Município proporcionando melhor orientação, conforto e bem estar da população residente.

Art. 55. São ações definidas quanto ao sistema viário:

I - diversificar e qualificar as opções de acesso regional por meio de vias, pontes e outras formas de acesso, tais como a estrada de acesso aos Municípios de Itajaí, Brusque, Tijucas, Itapema e Balneário Camboriú possibilitando a intensificação do fluxo de pessoas, bens e serviços na região e dinamização da economia;

II - integrar as diversas regiões do Município por meio da ampliação e adequação do sistema viário, melhorando as condições de acesso para a sua população;

III - criar uma opção de acesso viário direto ao Município, a partir da BR-101, e implantar via marginal, garantindo a autonomia no que diz respeito à mobilidade regional, além da segurança dos

municípios;

IV - estabelecer a hierarquização das vias do Município permitindo seu melhor planejamento e gestão, assim como sua adequada utilização pela população local;

V - aplicar a legislação municipal referente à nomenclatura das ruas do Município, possibilitando sua adequada identificação pelos diversos usuários do sistema viário local;

VI - implementar sinalização indicativa dos nomes de ruas em formato e local adequado, tanto na área urbana quanto rural, propiciando a melhor orientação dos usuários e residentes, assim como uma maior eficiência na prestação de serviços públicos;

VII - implementar sistema cicloviário no Município, segundo as normas legais;

VIII - realizar um levantamento das condições de caminhabilidade na área urbana do Município, gerando subsídios para futura elaboração de legislação específica;

IX - implantar passeios públicos urbanizados, arborizados e equipados com mobiliário urbano, proporcionando o maior conforto da população do Município;

X - adequar os passeios públicos às pessoas com necessidades especiais, garantindo seu direito de ir e vir;

XI - implantar placas de sinalização turística, valorizando e identificando o patrimônio e os atrativos do Município, orientando assim, os residentes, turistas e visitantes;

XII - inserir placas de sinalização e regularização do trânsito, aumentando a segurança dos transeuntes;

XIII - regulamentar e estruturar corredores para o transporte de cargas.

#### Seção II

##### Do Transporte Urbano

Art. 56. Constituem objetivos do transporte urbano:

I - atender as necessidades de deslocamentos, contemplando todas as localidades do território municipal de Camboriú;

II - reduzir a utilização de veículos individuais minimizando os impactos ambientais decorrentes da emissão de gases poluentes;

III - incrementar o acesso ao transporte público coletivo incentivando o uso pela coletividade, de maneira a promover o direito à cidade;

IV - reduzir os conflitos entre o transporte de cargas e o local;

V - garantir a qualidade do serviço de transporte público coletivo.

Art. 57. São diretrizes do transporte urbano:

I - criação de projeto para a implantação de um sistema de transporte público integrado, local e regional, possibilitando a diminuição dos custos tarifários, além da maior eficiência do serviço;

II - melhoria no sistema de transporte público coletivo, na disponibilização de horários e itinerários, objetivando seu amplo acesso por toda a população do Município;

III - adequação da acessibilidade ao transporte coletivo e de cargas, garantindo o escoamento da produção.

Art. 58. São ações definidas quanto ao transporte urbano:

I - disponibilizar maior variedade de horários e itinerários do transporte coletivo, segundo as necessidades da demanda da coletividade;

II - criar um órgão municipal de planejamento e gestão do sistema de transporte coletivo;

III - incentivar estudos e implantação de heliportos e marinas, em locais adequados para pista de pouso, respeitando as demais diretrizes deste Plano Diretor e legislação correlata;

IV - exigir das empresas municipais e intermunicipais o cumprimento das normas legais quanto à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais para os veículos utilizados no transporte público coletivo;

V - implantar o sistema de transporte público integrado, bem como o Terminal Urbano Integrado Intermunicipal, a fim de diminuir os custos tarifários e melhorar o atendimento às necessidades de

acessibilidade de toda a população;  
VI - implantar rotas de acessos adequados que reduzam os conflitos entre o transporte de cargas e o local;  
VII - exigir pavimentação adequada nas rotas de transporte público e de cargas;  
VIII - incentivar a utilização de transportes públicos menos poluentes;  
IX - implantar o transporte hidroviário coletivo e de cargas;  
X - implantar o transporte ferroviário coletivo e de cargas;  
XI - implantar o transporte coletivo aéreo.

### TÍTULO III DO MACROZONEAMENTO

Art. 59. O macrozoneamento estabelece um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo no Município, de acordo com as estratégias do Estatuto da Cidade e aquelas definidas por este Plano Diretor, bem como as características do ambiente natural e construído.

Art. 60. O território do Município de Camboriú divide-se em duas macrozonas:

- I - macrozona urbana;
- II - macrozona rural.

Art. 61. A macrozona urbana define o perímetro urbano do Município, conforme o Apêndice E desta Lei Complementar.

Art. 62. A macrozona rural compreende todas as demais áreas existentes no Município, conforme Apêndice E desta Lei Complementar.

### CAPÍTULO I DA MACROZONA URBANA

Art. 63. A macrozona urbana compreende a área urbanizada do Município, apresentando diferentes graus de consolidação e fica dividida, para orientar o desenvolvimento urbano, em dois setores:

- I - setor consolidado;
- II - setor em consolidação.

Art. 64. A macrozona urbana tem como objetivos:

- I - proporcionar a requalificação urbana;
- II - controlar e direcionar o adensamento urbano;
- III - proteger e preservar as áreas de fragilidade ambiental.

#### Seção I Do Setor Consolidado

Art. 65. O Setor Consolidado caracteriza-se pela existência de equipamentos públicos e comunitários, malha viária e transporte coletivo, presença de áreas verdes e áreas de alta e média densidade, além da diversificação de usos.

Art. 66. O Setor Consolidado tem como principais objetivos:

- I - regularizar imóveis organizando e direcionando o crescimento da cidade;
- II - implantar e manter áreas verdes melhorando a qualidade de vida;
- III - garantir a manutenção e ampliação dos equipamentos públicos e comunitários para o adequado atendimento da população;
- IV - organizar e ampliar a malha viária e o sistema de transporte coletivo evitando congestionamento e facilitando a acessibilidade;
- V - ampliar e organizar a diversificação geral de usos visando aumentar a renda per capita da população, a melhoria da acessibilidade e da vitalidade urbana;
- VI - ampliar, delimitar e dar incentivo ao setor industrial;
- VII - ocupar os vazios urbanos existentes;
- VIII - aumentar a densidade urbana conforme a capacidade de

suporte.

### Seção II Do Setor em Consolidação

Art. 67. O setor em consolidação caracteriza-se por apresentar áreas de densidade urbana reduzida, parcelamentos dispersos no solo, vazios urbanos, áreas livres de proteção ambiental e infraestrutura básica.

Art. 68. O setor em consolidação tem como objetivos:

- I - regularizar os parcelamentos existentes;
- II - garantir a conservação das áreas verdes melhorando a qualidade de vida;
- III - implantar equipamentos públicos e comunitários e manter a infraestrutura conforme a densidade populacional;
- IV - melhorar a acessibilidade e a mobilidade urbana;
- V - promover incentivo ao setor industrial;
- VI - evitar especulação imobiliária.

### CAPÍTULO II DA MACROZONA RURAL

Art. 69. A macrozona rural é caracterizada pelas áreas de proteção do ambiente natural, pelos núcleos de comunidades rurais e pelas atividades de produção agrícola.

Art. 70. Constituem-se objetivos da macrozona rural:

- I - garantir a preservação ambiental;
- II - garantir o uso adequado dos recursos naturais;
- III - promover o desenvolvimento econômico do setor primário;
- IV - incentivar o desenvolvimento do turismo ecológico e do rural.

Art. 71. A macrozona rural divide-se em dois setores:

- I - setor de proteção ambiental;
- II - setor de produção agrícola.

#### Seção I Do Setor de Proteção Ambiental

Art. 72. O setor de proteção ambiental é caracterizado pela existência de cobertura vegetal nativa, de mananciais hídricos, de recursos minerais, de fauna e flora, de paisagens naturais com potencial para o turismo e de áreas de preservação permanente conforme legislação federal e estadual.

Art. 73. Constituem objetivos do setor de proteção ambiental:

- I - proteger a Mata Atlântica, fauna e espécies de flora, mananciais hídricos e recursos minerais;
- II - potencializar o turismo ecológico;
- III - organizar e determinar áreas para implantação de equipamentos e pontos turísticos;
- IV - recuperar ambientalmente as áreas degradadas.

#### Seção II Do Setor de Produção Agrícola

Art. 74. O setor de produção agrícola é caracterizado pela existência de atividades econômicas do setor primário, pela baixa densidade populacional, presença de grandes lotes e turismo ecológico e rural.

Art. 75. Constituem objetivos do setor de produção agrícola:

- I - proteger os recursos naturais;
- II - determinar e regulamentar áreas de produção agrícola, pecuária, exploração mineral e reflorestamento;
- III - garantir a facilidade do escoamento da produção primária;
- IV - garantir ocupação de baixa densidade, com atividades econômicas que não causem impactos ambientais e degradação

ambiental;

V - buscar e ampliar a geração de emprego e renda com atividades de turismo rural e ecológico, respeitando os princípios de sustentabilidade;

VI - promover o desenvolvimento do turismo por meio da preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

#### TÍTULO IV

#### DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL MUNICIPAL

Art. 76. Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:

##### I - Instrumentos de Planejamento Municipal:

- a) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
- b) zoneamento ambiental;
- c) plano plurianual;
- d) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
- e) planos, programas e projetos setoriais;
- f) planos de desenvolvimento econômico e social;
- g) programas e projetos especiais de urbanização.

##### II - Instrumentos Tributários e Financeiros:

- a) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
- b) contribuição de melhoria;
- c) incentivos e benefícios fiscais e financeiros;
- d) tributos municipais diversos;
- e) taxas e tarifas públicas específicas.

##### III - Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos:

- a) parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- b) imposto territorial e predial (IPTU) progressivo no tempo;
- c) desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) usucapião especial de imóvel urbano;
- e) concessão de uso especial para fins de moradia;
- f) direito de superfície;
- g) direito de preempção;
- h) outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso;
- i) operações urbanas consorciadas;
- j) transferência do direito de construir;
- k) estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV);
- l) consórcio imobiliário.

##### IV - Instrumentos Jurídicos e Políticos:

- a) desapropriação;
- b) tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano;
- c) instituição de unidades de conservação;
- d) assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos;
- e) licenciamento ambiental.

##### V - Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana:

- a) conselhos municipais;
- b) fundos municipais;
- c) gestão orçamentária participativa;
- d) audiências públicas;
- e) conferências municipais;
- f) referendo popular e plebiscito.

##### VI - Instrumentos Jurídico-Administrativos:

- a) servidão administrativa;
- b) limitações administrativas;
- c) concessão, permissão ou autorização de usos de bens públicos municipais;
- d) contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- e) contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- f) convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação

institucional;

g) termo administrativo de ajustamento de conduta.

##### VII - Instrumentos de Regularização Fundiária:

- a) regularização fundiária;
- b) instituição de zonas especiais de interesse social;
- c) concessão de direito real de uso;
- d) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária;
- e) legitimação de posse.

#### CAPÍTULO I

#### DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS E URBANÍSTICOS

##### Seção I

##### Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios

Art. 77. São passíveis de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal e dos artigos 5º e 6º do Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados no setor consolidado da macrozona urbana.

§ 1º Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 1.200,00 m² (um mil e duzentos metros quadrados) localizados no setor consolidado da macrozona urbana, quando o coeficiente de aproveitamento utilizado, definido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, for igual a zero.

§ 2º Consideram-se solo urbano subutilizado os terrenos e glebas que não atingirem o coeficiente de aproveitamento mínimo estabelecido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo e localizados no setor consolidado da macrozona urbana.

§ 3º Ficam excluídos da obrigação estabelecida no caput deste artigo os imóveis:

I - utilizados para instalação de atividades econômicas que não necessitem de edificações para exercer suas finalidades;

II - os imóveis utilizados como postos de abastecimento de veículos;

III - que exerçam função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;

IV - os imóveis integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município;

V - de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;

VI - ocupados por clubes ou associações de classe;

VII - de propriedade de cooperativas habitacionais;

VIII - que explorem a atividade de estacionamento, em área inferior a 600 m² (seiscentos metros quadrados);

IX - os imóveis públicos;

X - casos omissos serão deliberados pelo Conselho Municipal da Cidade.

§ 4º Considera-se solo urbano não utilizado todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de 02 (dois) anos, ressalvados os casos dos imóveis integrantes de massa falida.

Art. 78. Os imóveis nas condições a que se refere o artigo anterior serão identificados e seus proprietários notificados, devendo a notificação ser averbada no cartório de registro de imóveis e será feita:

I - por funcionário do órgão competente do Poder Público Municipal, diretamente ao proprietário do imóvel, e em caso de o imóvel pertencer a pessoa jurídica ao representante legal desta;

II - por edital quando frustrada, por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I deste artigo.

§ 1º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de 01

(um) ano, contado a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 2º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da aprovação do projeto, e deverão ser concluídos no prazo máximo de 03 (três) anos a contar da aprovação do projeto, ressalvados os projetos de grande complexidade, assim definidos por lei específica.

§ 3º Para fins de cumprimento do disposto neste artigo, poderão ser apresentados até 02 (dois) pedidos de aprovação de projeto para a mesma área.

§ 4º As edificações enquadradas no § 4º do artigo 77 desta Lei Complementar deverão estar ocupadas no prazo máximo de 06 (seis) meses a partir do recebimento da notificação.

#### Seção II

Do IPTU Progressivo no Tempo e da Desapropriação com Pagamento em Títulos

Art. 79. Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos nos artigos 77 e 78 desta Lei Complementar, o Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º A alíquota progressiva do IPTU poderá atingir o percentual máximo de 15% (quinze por cento) do valor venal do imóvel, e não poderá ser superior a duas vezes a alíquota cobrada no ano anterior, nos termos do § 1º do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.257/2001.

§ 2º Lei específica baseada no § 1º do artigo 7º da Lei Federal n.º 10.257/2001, estabelecerá a gradação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§ 3º Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 05 (cinco) anos o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação, garantida a aplicação da medida prevista no artigo 80 desta Lei Complementar.

§ 4º É vedada a concessão de isenções ou de anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

Art. 80. Decorridos os 05 (cinco) anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º O pagamento em títulos da dívida pública será exercido, nos termos do § 1º do artigo 8º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

§ 2º O valor real da indenização:

I - refletirá o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista no artigo 78 desta Lei Complementar;

II - não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contado a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º O aproveitamento do imóvel poderá ser efetivado diretamente pelo Poder Público ou por meio de alienação ou concessão a terceiros, observando-se, nestes casos, o devido procedimento licitatório.

§ 6º Ficam mantidas para o adquirente de imóvel nos termos do § 5º deste artigo as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 77 desta Lei Complementar.

#### Seção III

Da Usucapião Especial de Imóvel Urbano

Art. 81. O direito da usucapião especial de imóvel urbano poderá ser exercido, nos termos dos artigos 9º, 10, 11, 12, 13 e 14 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

#### Seção IV

Da Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia

Art. 82. Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) de imóvel público municipal situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º O direito de que trata este artigo não será reconhecido ao mesmo concessionário mais de uma vez.

§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, na posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

Art. 83. Nos imóveis de que trata o artigo anterior, com mais de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), que, até 30 de junho de 2001, estavam ocupados por população de baixa renda para sua moradia, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse a de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

§ 2º Na concessão de uso especial de que trata este artigo, será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os ocupantes, estabelecendo frações ideais diferenciadas.

§ 3º A fração ideal atribuída a cada possuidor não poderá ser superior a 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados).

Art. 84. É facultado ao Poder Público assegurar o exercício do direito da concessão especial para fins de moradia em outro local na hipótese de ocupação de imóvel:



- I - de uso comum do povo;
- II - destinado a projeto de urbanização;
- III - de interesse da defesa nacional, da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais;
- IV - reservado à construção de represas e obras congêneres; ou
- V - situado em via de comunicação.

Art. 85. O título de concessão de uso especial para fins de moradia será obtido pela via administrativa perante o órgão competente da Administração Pública ou, em caso de recusa ou omissão deste, pela via judicial.

§ 1º A Administração Pública terá o prazo máximo de 12 (doze) meses para decidir o pedido, contados da data de seu protocolo.

§ 2º O título conferido por via administrativa ou por sentença judicial servirá para efeito de registro no cartório de registro de imóveis.

Art. 86. O direito de concessão de uso especial para fins de moradia é transferível por ato inter vivos ou causa mortis.

Art. 87. O direito à concessão de uso especial para fins de moradia extingue-se no caso de:

- I - o concessionário dar ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família; II - o concessionário adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A extinção de que trata este artigo será averbada no cartório de registro de imóveis, por meio de declaração do Poder Público concedente.

Art. 88. É facultado ao Poder Público competente dar autorização de uso àquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por 05 (cinco) anos, ininterruptamente e sem oposição, até 250 m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para fins comerciais.

§ 1º A autorização de uso de que trata este artigo será conferida de forma gratuita.

§ 2º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.

#### Seção V Do Direito de Superfície

Art. 89. O proprietário de área urbana poderá conceder a outrem o direito de superfície de seu terreno, por tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública registrada no cartório de registro de imóveis.

§ 1º O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

§ 2º A concessão do direito de superfície poderá ser gratuita ou onerosa.

§ 3º O superficiário responderá integralmente pelos encargos e tributos que incidirem sobre a propriedade superficiária, arcando, ainda, proporcionalmente à sua parcela de ocupação efetiva, com os encargos e tributos sobre a área objeto da concessão do direito de superfície, salvo disposição em contrário do contrato respectivo.

§ 4º O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos aos termos do contrato respectivo.

§ 5º Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros.

Art. 90. O direito de superfície poderá ser exercido, nos termos dos artigos 22, 23 e 24 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e deste Plano Diretor, em todas as macrozonas.

Art. 91. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:  
I - exercer o direito de superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários;  
II - exercer o direito de superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. 92. O Poder Público poderá conceder onerosamente o direito de superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos.

Art. 93. O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua administração direta ou indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implementação de diretrizes constantes desta Lei Complementar.

#### Seção VI Do Direito de Preempção

Art. 94. O Poder Público Municipal poderá exercer o direito de preferência, na aquisição de imóvel urbano que constitua objeto de alienação onerosa entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Parágrafo único. O direito de preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I - regularização fundiária;
- II - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social;
- III - constituição de reserva fundiária ou banco de terras;
- IV - ordenamento e direcionamento do desenvolvimento urbano;
- V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- VI - criação de espaços públicos e áreas verdes;
- VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;
- VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural, turístico e paisagístico.

Art. 95. Todas as macrozonas são passíveis de aplicação do direito de preempção.

Art. 96. Os imóveis colocados à venda nas áreas de incidência do direito de preferência deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel no prazo de vigência do instrumento.

Art. 97. Lei específica municipal regulará a aplicação do instituto do direito de preempção, observando as disposições expressas neste Plano Diretor e prevendo, no mínimo:

- I - delimitação das áreas nas quais será exercido o direito de preferência;
- II - enquadramento de cada área em que incidirá o direito de preferência em uma ou mais das finalidades enumeradas nos incisos I a VIII do parágrafo único do artigo 94 desta Lei Complementar;
- III - prazo de vigência do instrumento, não podendo ser superior a 05 (cinco) anos, renovável a partir de 01 (um) ano após o decurso do prazo inicial de vigência;
- IV - multas a serem aplicadas nos casos de descumprimento da lei específica;

V - procedimentos para entrega da intenção de venda por parte do proprietário.

Art. 98. A Administração Pública Municipal deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do direito de preferência, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da vigência da lei a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel nas condições mencionadas no caput, o proprietário deverá comunicar imediatamente, ao Poder Público Municipal, sua intenção de alienar onerosamente o imóvel.

#### Seção VII

##### Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 99. Considera-se outorga onerosa do direito de construir a concessão emitida pelo Município para edificar acima do limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento básico definido pela Lei de Uso e Ocupação e Parcelamento do Solo, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.

§ 1º O direito de construir adicional será exercido até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo.

§ 2º Para os fins desta Lei Complementar considera-se:

I - coeficiente de aproveitamento básico o limite de aproveitamento do lote abaixo do qual não há obrigatoriedade de contrapartida financeira;

III - coeficiente de aproveitamento máximo o limite máximo de aproveitamento do lote, no qual para ser atingido haverá, obrigatoriamente, contrapartida financeira.

§ 3º Os coeficientes de aproveitamento básico e máximo serão definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. 100. O Poder Executivo Municipal poderá outorgar onerosamente o exercício do direito de construir, para fins de edificação em áreas delimitadas neste Plano Diretor, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor.

Art. 101. São objetivos básicos da outorga onerosa do direito de construir:

I - a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

II - propiciar uma contrapartida à sociedade pelo incremento na utilização da infraestrutura causado pelo adensamento construtivo;

III - a geração de recursos para o atendimento da demanda de equipamentos urbanos e de serviços provocada pelo adensamento construtivo;

IV - a geração de recursos para o incremento de políticas habitacionais.

Art. 102. Por ocasião da discussão e elaboração do orçamento do Município, que deverá ser realizada sempre observando as regras de gestão orçamentária participativa a que se refere a presente Lei Complementar e a Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), deverá ser priorizado o repasse ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de iguais valores aos auferidos com a venda dos estoques da outorga onerosa do direito de construir, que serão aplicados para a consecução das seguintes finalidades:

I - execução de programas, projetos e obras habitacionais de interesse social;

II - criação de áreas de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

III - implantação de equipamentos públicos urbanos e comunitários;

IV - criação de espaços públicos e áreas verdes;

V - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;

VI - ordenamento e direcionamento da expansão urbana;

VII - obras de estruturação urbana;

VIII - obras de infraestrutura viária;

IX - regularização fundiária;

X - constituição de reserva fundiária.

Art. 103. São passíveis de aplicação da outorga onerosa do direito de construir, obedecidos os coeficientes máximos estipulados na Lei de Zoneamento, os seguintes setores da macrozona urbana:

I - setor consolidado;

II - setor em consolidação.

Art. 104. O direito de construir adicional passível de ser obtido mediante outorga onerosa será limitado, nos lotes, pelo coeficiente de aproveitamento máximo definido na Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, para os respectivos setores delineados no artigo anterior, salvo o imóvel que estiver inserido na lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

Art. 105. A outorga onerosa do direito de construir poderá ser aplicada na regularização de edificações, regulamentadas por legislação específica, desde que obedecidas as exigências quanto ao coeficiente de aproveitamento máximo.

Art. 106. As condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir, determinando a forma de cálculo para a cobrança, os casos de isenção do pagamento e a contrapartida do beneficiário, bem como a taxa relativa a serviços administrativos, serão estabelecidas por lei específica, que seguirá as diretrizes contidas neste Plano Diretor.

#### Seção VIII

##### Das Operações Urbanas Consorciadas

Art. 107. Operações urbanas consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliação dos espaços públicos e melhorias na infraestrutura e no sistema viário, num determinado perímetro contínuo ou descontínuo.

Parágrafo único. Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I - a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edículas, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II - a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 108. As Operações urbanas consorciadas têm como finalidades:

I - implantação de programas de habitação de interesse social;

II - valorização e criação de patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico, cultural e paisagístico;

III - ampliação e melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;

IV - implantação de espaços públicos;

V - implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano.

Art. 109. Cada operação urbana consorciada será criada por lei específica que, em conformidade com as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e de acordo com os critérios e procedimentos definidos neste Plano Diretor conterão, no mínimo:

I - delimitação do perímetro da área de abrangência;  
II - finalidade da operação;  
III - comprovação da conformidade da operação com os objetivos e princípios deste Plano Diretor;  
IV - programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;  
V - Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança;  
VI - programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;  
VII - solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores de favelas e cortiços;  
VIII - garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;  
IX - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;  
X - forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação dos moradores, usuários permanentes e investidores privados;  
XI - conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

§ 1º Todas as operações urbanas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal da Cidade.

§ 2º Os recursos obtidos pelo Poder Público na forma do inciso IX deste artigo serão aplicados exclusivamente no programa básico de ocupação da área e intervenções previstas, definido na lei de criação da operação urbana consorciada.

Art. 110. A lei específica que aprovar a operação urbana consorciada poderá prever a emissão pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que serão alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação.

§ 1º Os certificados de potencial adicional de construção serão livremente negociados, mas conversíveis em direito de construir unicamente na área objeto da operação.

§ 2º Apresentado pedido de licença para construir, o certificado de potencial adicional será utilizado no pagamento da área de construção que supere os padrões estabelecidos pela legislação de uso e ocupação do solo, até o limite fixado pela lei específica que aprovar a operação urbana consorciada.

#### Seção IX Da Transferência do Direito de Construir

Art. 111. Lei específica de iniciativa do Poder Executivo Municipal poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, seja pessoa de direito público ou privado, a exercer seu direito de construir em outro local passível de receber o potencial construtivo, nos termos deste Plano Diretor, ou aliená-lo, mediante escritura pública, parcial ou totalmente, para fins de:

I - implantação de equipamentos urbanos e comunitários;  
II - preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;  
III - utilização em programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social;  
IV - obras de estruturação urbana e de infraestrutura viária.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Município seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos neste artigo.

§ 2º A lei específica referida no caput deste artigo estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir, especificando a forma de cálculo do potencial construtivo a ser transferida ao imóvel receptor.

§ 3º A lei específica referida no caput deste artigo poderá determinar novas áreas para receber a transferência do potencial construtivo, desde que atenda as finalidades descritas nos incisos I a IV do caput deste artigo.

Art. 112. Todas as macrozonas são passíveis de aplicação do instituto da transferência do direito de construir.

Art. 113. São passíveis de receber o potencial construtivo transferido de outros imóveis os lotes e glebas de terras localizadas na Macrozona Urbana.

#### Seção X Do Estudo de Impacto de Vizinhança

Art. 114. Os empreendimentos que causam grande impacto urbano e ambiental, sem prejuízo do cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal, bem como pelo Conselho Municipal da Cidade, responsável pela política de desenvolvimento territorial do Município.

Art. 115. Os empreendimentos de impacto são aqueles usos ou atividades que podem causar impacto, alteração, ou ambos, no ambiente natural ou construído, bem como sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura, quer sejam construções públicas ou privadas, residenciais ou não residenciais.

Art. 116. Os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento, estão estabelecidos no Apêndice F desta Lei Complementar.

Parágrafo único. Os empreendimentos e atividades constantes do Apêndice F da presente Lei Complementar não são taxativos, podendo o Conselho Municipal da Cidade propor a inclusão de outros empreendimentos e atividades no Apêndice F, mediante proposta de alteração aprovada pelo Poder Legislativo.

Art. 117. O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento ou atividade sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

I - adensamento populacional;  
II - uso e ocupação do solo;  
III - valorização imobiliária;  
IV - áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;  
V - equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;  
VI - equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;  
VII - sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;  
VIII - poluição sonora, atmosférica, hídrica e visual;  
IX - vibração;  
X - periculosidade;  
XI - riscos ambientais;  
XII - impacto socioeconômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. 118. O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar



impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infraestrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

- I - ampliação das redes de infraestrutura urbana;
- II - área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- III - ampliação e adequação do sistema viário, faixas de desaceleração, ponto de ônibus, faixa de pedestres, semaforização;
- IV - proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;
- V - cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;
- VI - percentual de habitação de interesse social no empreendimento;
- VII - possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade;
- VIII - manutenção de áreas verdes;
- IX - compensação ambiental.

§ 1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§ 2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§ 3º O Certificado de Conclusão da Obra ou o Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras previstas no parágrafo anterior.

Art. 119. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. 120. Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV/RIV, que ficarão disponíveis para consulta, no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§ 1º O órgão público responsável pelo exame do EIV/RIV deverá realizar audiência pública, antes da decisão sobre o projeto, na forma da lei, pelos moradores da área afetada.

§ 2º Quando o EIV/RIV, diagnosticar que o empreendimento causar grande impacto ambiental, a sua aprovação está sujeita a prévia aprovação dos moradores atingidos por meio de plebiscito, garantindo igualdade na divulgação das ideias a favor e contrário ao empreendimento.

§ 3º O interessado no empreendimento arcará com os custos de impressão de pelo menos uma cartilha para cada imóvel localizado na localidade de implantação do empreendimento.

§ 4º A obrigação de que trata o parágrafo anterior será somente em relação a uma entidade que defenda favoravelmente ao empreendimento e uma contrária ao empreendimento.

§ 5º A Prefeitura Municipal fará publicar edital dizendo que caso haja alguma entidade que queira o auxílio determinado no § 3º, que deverá entregar material diagramado em até duas cores, com no máximo 04 (quatro) páginas no formato A4, e prazo máximo de 10 (dez) dias, para que o empreendedor encaminhe a impressão do material, ou forneça os recursos necessários para tanto.

§ 6º Caso haja mais de uma entidade defendendo um posicionamento favorável ou contrário, a Prefeitura Municipal convidará ambos e sorteará qual delas receberá o auxílio disposto no § 3º, podendo a vencedora, caso haja concordância da parte perdedora, optar pela divisão dos custos, ou pela impressão do material da entidade perdedora.

§ 7º Somente após o cumprimento dos parágrafos anteriores é que poderá ser lançado edital convocando e disciplinando o plebiscito a que se refere o § 2º deste artigo.

Art. 121. Os casos não previstos nesta Lei Complementar, relacionados ao impacto de vizinhança, serão decididos pelo Conselho Municipal da Cidade, por meio de resolução.

#### Seção XI

##### Do Consórcio Imobiliário

Art. 122. O Poder Público Municipal poderá receber, por transferência, imóveis para fins de urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos, e que contenham imóveis subutilizados e/ou não utilizados, de forma a garantir o seu melhor aproveitamento.

§ 1º O consórcio imobiliário tem o objetivo de viabilizar a utilização do imóvel transferido, de forma a atender aos objetivos da política urbana e viabilizar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O proprietário que transferir seu imóvel para o Município, nos termos deste artigo, receberá como pagamento, após a realização das obras pelo Município, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será equivalente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observando a avaliação prévia a ser efetuada pelo Município, quando do estabelecimento do consórcio.

§ 4º O valor real desta indenização deverá:

- I - refletir o valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público, na área onde o mesmo se localiza;
- II - excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar, quanto àqueles necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas neste Plano Diretor.

#### TÍTULO V

##### DA GESTÃO TERRITORIAL MUNICIPAL

#### CAPÍTULO I

##### DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 123. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão tem por objetivo:

- I - garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;
- II - instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor;
- III - viabilizar, na formulação e execução da política urbana, a criação de canais de participação e monitoramento por parte dos cidadãos, bem como de instâncias representativas dos vários segmentos da comunidade;
- IV - promover um processo educativo e de capacitação da

população para que esta possa participar dos processos decisórios relativos à política urbana;

V - tornar transparentes os processos de planejamento e gestão da política urbana;

VI - identificar as prioridades sociais do Município e integrá-las às prioridades do Poder Executivo Municipal;

VII - implementar e monitorar os programas, projetos e instrumentos deste Plano Diretor;

VIII - evitar a descontinuidade do processo de planejamento e gestão urbanos e a descaracterização das diretrizes estabelecidas para política urbana do Município por intermédio da gestão democrática.

Art. 124. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão atua nos seguintes níveis:

I - nível de formulação de estratégias, das políticas e de atualização do plano diretor;

II - nível de gerenciamento do Plano Diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;

III - nível de monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

Art. 125. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão será composto por:

I - Conselho Municipal da Cidade;

II - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

III - Sistema de Informações Municipais.

Art. 126. Compete ao Poder Executivo Municipal:

I - Promover a articulação entre Poder Executivo Municipal, sociedade civil, entidades e demais órgãos governamentais das esferas estadual e federal que tenham relação com a política urbana;

II - implantar e gerenciar o Sistema de Informações Municipais proporcionando acesso amplo e gratuito a todos os interessados, indistintamente;

III - adequar a gestão orçamentária às diretrizes da política urbana;

IV - formular políticas, estratégias, programas, projetos e ações coordenadas de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor;

V - executar políticas e ações com os demais órgãos municipais e com outros organismos governamentais e não governamentais, seja no âmbito estadual ou federal;

VI - promover a realização de audiências públicas;

VII - elaborar e submeter à apreciação do Conselho Municipal da Cidade as ações necessárias à operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor.

Art. 127. A participação popular se dará por meio dos instrumentos de democratização da gestão urbana.

## Seção I

Do Conselho Municipal da Cidade

Art. 128. O Conselho Municipal da Cidade, órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística e de política urbana, é composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal da Cidade será vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 129. O Conselho Municipal da Cidade será composto por 40 (quarenta) membros, nomeados por Decreto Municipal, de acordo com os seguintes critérios:

I - 16 (dezesseis) representantes do Poder Executivo Municipal e respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saneamento Básico;

h) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social;

j) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

k) 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município;

l) 01 (um) representante da Controladoria Interna;

m) 01 (um) representante da Coordenadoria de Defesa Civil;

n) 01 (um) representante da Fundação Municipal de Esportes;

o) 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

p) 01 (um) representante da Fundação de Cultura.

II - 11 (onze) representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) 01 (um) representante de organização de entidade ambiental ou do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú;

b) 02 (dois) representantes de categoria profissional relacionada a desenvolvimento urbano;

c) 02 (dois) representantes de instituições de ensino e pesquisa;

d) 03 (três) representantes do setor empresarial;

e) 03 (três) representantes dos trabalhadores e entidades de categoria profissional.

III - 13 (treze) representantes eleitos nas localidades de planejamento e seus respectivos suplentes, divididos na seguinte forma:

a) 01 (um) representante do Bairro Várzea do Ranchinho;

b) 01 (um) representante do Bairro Monte Alegre;

c) 01 (um) representante do Bairro Taboleiro;

d) 01 (um) representante do Bairro Centro;

e) 01 (um) representante do Bairro São Francisco de Assis;

f) 01 (um) representante do Bairro Rio Pequeno;

g) 01 (um) representante do Bairro Santa Regina;

h) 01 (um) representante do Bairro Areias;

i) 01 (um) representante do Bairro Cedro;

j) 01 (um) representante do Bairro Lídia Duarte;

k) 01 (um) representante da Localidade do Rio do Meio e Nova Brasília;

l) 01 (um) representante da Localidade do Braço, Limeira, Lajeado, Areia Vermelha, Louro, Encantada, Santa Luzia, Cerro e Alemães;

m) 01 (um) representante da Localidade do Caetés, Vila Conceição, Macacos, Vila das Pedras, Rio Canoas e Morretes.

Art. 130. Os membros do Conselho Municipal da Cidade serão indicados e eleitos da seguinte forma:

I - os representantes e respectivos suplentes do Poder Executivo Municipal serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - os representantes e suplentes da sociedade civil organizada serão indicados pelas respectivas entidades, e no caso de haver número superior de entidades ao número de vagas, será realizada eleição dentre tais entidades que escolherão seus representantes e suplentes;

III - os representantes das alíneas "a" até "m" do inciso III do artigo anterior serão eleitos durante o processo de realização da Conferência da Cidade que se realizará a cada 02 (dois) anos, conforme previsto em seção específica desta Lei Complementar.

Parágrafo único. O mandato da primeira gestão terá validade até a realização da próxima Conferência Municipal da Cidade.

Art. 131. Poderão participar das reuniões do Conselho Municipal

da Cidade, os membros do Conselho e convidados.

§ 1º Os membros efetivos do Conselho poderão participar com direito a voz e voto.

§ 2º Os convidados e os suplentes dos membros do Conselho não tem direito a voto e, caso seja aprovado no início da reunião pelos membros do Conselho, terão direito a voz.

Art. 132. As matérias de cunho consultivo poderão ser aprovadas pelo voto da maioria simples dos presentes a reunião do Conselho Municipal da Cidade.

Art. 133. As matérias de cunho deliberativo do Conselho Municipal da Cidade serão aprovadas pelo voto de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 134. Compete ao Conselho Municipal da Cidade:

I - acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, inclusive os planos setoriais;

II - deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;

III - acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;

IV - zelar pela integração das políticas setoriais;

V - zelar pela integração regional, primando pela inserção na região metropolitana;

VI - deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;

VII - convocar, organizar e coordenar as conferências e assembleias territoriais;

VIII - convocar audiências públicas;

IX - acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento urbano;

X - receber e discutir matérias urbanísticas que reflitam no interesse coletivo, originadas de setores públicos e privados da sociedade;

XI - requerer ao Poder Público a elaboração de estudos sobre questões urbanísticas e ambientais que entender relevantes;

XII - propor, discutir, promover debates e deliberar sobre projetos de empreendimentos de grande impacto ambiental ou de vizinhança, sejam estes públicos, privados ou de parcerias público-privadas, submetendo-os à consulta popular, na forma prevista nesta Lei Complementar;

XIII - emitir parecer sobre a criação, extinção ou modificação de normas oriundas do Poder Público que versem sobre planejamento urbano;

XIV - instalar comissões para assessoramento técnico, na forma da lei;

XV - promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento urbano, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessárias, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;

XVI - aprovar os estoques construtivos do direito de construir adicional a serem oferecidos por intermédio de outorga onerosa;

XVII - definir as situações em que deverão ser aplicados os institutos do plebiscito, referendo ou audiência pública a que se refere a presente Lei Complementar;

XVIII - aprovar a metodologia para a definição dos valores anuais da outorga onerosa do direito de construir;

XIX - aprovar os planos de aplicação dos recursos da outorga onerosa do direito de construir, destinando-os para o desenvolvimento territorial, com prioridade para a política habitacional de interesse social e para a implantação de infraestrutura urbana de melhoria ambiental de assentamentos;

XX - fiscalizar junto ao Poder Executivo Municipal a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano;

XXI - acompanhar a elaboração do plano de aplicação dos recursos

do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, observadas as regras de gestão orçamentária participativa;

XXII - propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações deste Plano Diretor;

XXIII - apreciar e deliberar acerca das ações propostas pelo Poder Público para a operacionalização dos instrumentos previstos neste Plano Diretor;

XXIV - propor diretrizes e prioridades para a política de desenvolvimento urbano municipal;

XXV - cooperar com os governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com a sociedade civil na formulação e execução da política nacional de desenvolvimento urbano;

XXVI - instituir comitês técnicos de assessoramento em conformidade com o regimento interno, se julgar necessário;

XXVII - definir as atribuições do Presidente, do Plenário e da Secretaria Executiva;

XXVIII - dispor sobre a sua estrutura, a composição do seu Plenário e a designação dos membros e suplentes do Conselho e dos seus comitês técnicos;

XXIX - elaborar o seu regimento interno, que deve prever suas responsabilidades, organização e atribuições dos comitês técnicos de assessoramento;

XXX - assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da política habitacional do Município;

XXXI - analisar e aprovar projetos e empreendimentos privados voltados à habitação de mercado popular, desde que estejam de acordo com a política habitacional do Município;

XXXII - aprovar as operações urbanas consorciadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal, após estudo técnico e de viabilidade, poderá enviar ao Conselho Municipal da Cidade, proposta, visando integrar os demais Conselhos existentes no Município, ao Conselho Municipal da Cidade, que incorporará as competências destes Conselhos, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

Art. 135. O Poder Executivo Municipal é responsável pelo financiamento das atividades do Conselho, bem como os recursos do próprio Fundo, devendo tais recursos serem parte do orçamento anual do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho Municipal da Cidade, necessário a seu pleno funcionamento.

## Seção II

### Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. 136. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano é formado pelos seguintes recursos:

I - recursos próprios do Município;

II - transferências intergovernamentais;

III - transferências de instituições privadas;

IV - transferências do exterior;

V - transferências de pessoa física;

VI - receitas provenientes da concessão do direito real de uso de áreas públicas, exceto nas ZEIS;

VII - receitas provenientes de outorga onerosa do direito de construir;

VIII - receitas provenientes da concessão do direito de superfície;

IX - rendas provenientes das multas decorrentes da infração ao Código de Posturas do Município de Camboriú;

X - rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

XI - doações;

XII - outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§ 1º O Poder Executivo Municipal, mediante estudo técnico e de viabilidade, buscará integrar todos os fundos existentes no

Município ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, desde que não contrariem o ordenamento jurídico vigente.

§ 2º A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano será fiscalizada pelo Conselho Municipal da Cidade.

Art. 137. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano serão obrigatoriamente aplicados nos projetos e obras que visam a cumprir as estratégias definidas pelo Plano Diretor.

### Seção III Do Sistema de Informações Municipais

Art. 138. O Sistema de Informações Municipais tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

Art. 139. O Sistema de Informações Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, sobre o transporte coletivo, sobre o sistema viário, sobre os equipamentos comunitários, sobre os espaços públicos, sobre a infraestrutura, de uso e ocupação do solo, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

Art. 140. O Sistema de Informações Municipais atuará sobre os seguintes princípios:

- I - da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- II - democratização, publicidade e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor.

## CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Art. 141. Fica assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática da política urbana, mediante as seguintes instâncias de participação:

- I - Conferência Municipal da Cidade;
- II - Assembleias territoriais de Política Urbana;
- III - audiências públicas;
- IV - iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- V - plebiscito e referendo popular;
- VI - gestão orçamentária participativa.

### Seção I Da Conferência Municipal

Art. 142. As Conferências Municipais da Cidade ocorrerão ordinariamente a cada 02 (dois) anos, extraordinariamente quando convocadas pelo Conselho Municipal da Cidade, e coincidirão com o calendário das Conferências Estaduais e Nacionais da Cidade.

§ 1º As Conferências serão abertas à participação de todos os cidadãos e cidadãs.

§ 2º A Conferência Municipal da Cidade será convocada com a publicação de Edital de Convocação em jornal de circulação na cidade, publicação nos murais dos órgãos públicos municipais e mediante circular a todas as entidades que integram o Conselho Municipal da Cidade, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência a sua realização.

Art. 143. A Conferência Municipal da Cidade deverá, dentre outras

atribuições:

- I - assegurar um processo amplo e democrático de participação da sociedade na elaboração e avaliação de uma política pública para o Município;
- II - mobilizar o governo municipal e a sociedade civil para a discussão, a avaliação e a formulação das diretrizes e instrumentos de gestão das políticas públicas no Município;
- III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
- IV - avaliar a atividade do Conselho Municipal da Cidade, visando estabelecer diretrizes para aperfeiçoar seu funcionamento;
- V - definir uma agenda do Município, contendo um plano de ação com as metas e prioridades do governo e da sociedade para com a gestão urbana;
- VI - apreciar as diretrizes da política urbana do Município;
- VII - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- VIII - deliberar sobre o plano de trabalho para o biênio seguinte;
- IX - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

Art. 144. A Conferência Municipal da Cidade deverá ser precedida da etapa preparatória a realizar-se nas 13 (treze) localidades de planejamento definidas nas alíneas "a" até "m" do inciso III do artigo que define os membros do Conselho Municipal da Cidade e deverá dentre outras atribuições:

- I - apreciar as diretrizes da política urbana do Município, com destaque para a sua localidade de planejamento;
- II - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;
- III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos programas e projetos com destaque a sua localidade de planejamento;
- IV - deliberar sobre o plano de trabalho para o biênio seguinte;
- V - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão com destaque a sua localidade de planejamento.

### Seção II Das Assembleias Territoriais

Art. 145. As Assembleias Territoriais serão realizadas ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente, sempre que necessário, com o objetivo de prestar contas das atividades do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao desenvolvimento territorial e de consultar a população das localidades de planejamento sobre as questões urbanas relacionadas àquela territorialidade, de forma a ampliar o debate e dar suporte à tomada de decisões do Conselho Municipal da Cidade e do Poder Executivo Municipal.

Art. 146. As Assembleias Territoriais Ordinárias deverão conter, no mínimo, a seguinte ordem do dia:

- I - prestação de contas das atividades, projetos e investimentos de todos os Conselhos Municipais relacionados ao desenvolvimento territorial do Município de Camboriú;
- II - apresentação do plano de trabalho do próximo ano;
- III - apresentação por parte do Poder Executivo sobre os investimentos a serem feitos na região, constantes da Lei Orçamentária.

Art. 147. As Assembleias Territoriais Extraordinárias serão realizadas sempre que o Conselho Municipal da Cidade assim convocar, com pauta pré-definida.

### Seção III Das Audiências Públicas

Art. 148. As audiências públicas configuram direito do cidadão



e da comunidade, estando previstas nos termos do artigo 40, § 4º, inciso I, da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), associado ao direito constitucional ao planejamento participativo, com os seguintes objetivos:

I - a cooperação entre diversos atores sociais dos Poderes Executivo e Legislativo;

II - promover debates sobre temas de interesse da cidade com a população e associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

III - garantir o direito político de participação do cidadão, individualmente considerado;

IV - possibilitar a participação de diversos setores da sociedade, em especial:

a) organizações e movimentos populares;

b) associações representativas dos vários segmentos das comunidades;

c) associações de classe;

d) fóruns e redes formadas por cidadãos, movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Art. 149. As audiências públicas são obrigatórias na esfera do Poder Público Municipal, devendo ser realizadas por este, tanto no processo de elaboração do Plano Diretor como no processo de sua implementação e revisão.

Parágrafo único. A falta da realização de audiências públicas pelo Poder Público no processo de elaboração do Plano Diretor configurará desrespeito ao preceito constitucional da participação popular, passível de declaração de inconstitucionalidade por omissão do Plano Diretor.

Art. 150. As audiências públicas deverão ser convocadas e divulgadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, buscando a ampla participação dos envolvidos no tema a ser discutido.

Parágrafo único. Fica instituído, como principal meio para divulgação das audiências públicas, sem prejuízo da utilização de meios auxiliares e secundários, a publicação de edital de convocação em espaço visivelmente destacado em jornal impresso de grande circulação e leitura no Município.

Art. 151. As audiências públicas deverão sempre procurar extrair a posição das diferentes partes envolvidas no tema a ser decidido, que devem ter igualdade de espaço para expressar sua opinião.

#### Seção IV

##### Dos Projetos de Lei de Iniciativa Popular

Art. 152. Fica assegurado aos cidadãos, nos termos do artigo 43, inciso IV da Lei Federal 10.257/2001 e da Lei Orgânica do Município de Camboriú, o direito de apresentar diretamente ao Poder Legislativo Municipal, por meio da iniciativa popular, propostas de lei, programas, planos e projetos de interesse do Município, por meio da manifestação de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município distribuído por pelo menos 02 (dois) de seus bairros ou localidades.

Parágrafo único. Os projetos de lei de iniciativa popular serão submetidos à tramitação regimental, garantida a defesa em Plenário da proposição por um representante dos interessados.

#### Seção V

##### Do Plebiscito e do Referendo Popular

Art. 153. O plebiscito e o referendo previsto no artigo 4º, inciso V, alínea "s", da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), bem como no artigo 6º da Lei Federal n.º 9.709/1998, são adotados como instrumentos de democratização da gestão urbana, constituindo-se enquanto mecanismos que permitem:

I - a democratização popular;

II - a participação direta dos cidadãos, de forma a proferir decisões relacionadas à política institucional que afete os interesses da sociedade.

Art. 154. O plebiscito terá por finalidade consultar a comunidade do Município de Camboriú sobre assuntos de seu interesse, em especial os que versem sobre a concessão de licenças para projetos urbanísticos ou empreendimentos imobiliários de grande impacto ambiental ou de impacto na vizinhança.

Art. 155. O referendo tem base no princípio constitucional da soberania popular, tendo o objetivo de ratificar ou regular atos relacionados a matérias urbanísticas que já foram inicialmente decididos pelo Poder Público, especialmente:

I - projetos de lei, visando confirmar ou rejeitar normas já aprovadas pelo Poder Legislativo;

II - decisões administrativas sobre operações urbanas consorciadas;

III - implantação de aterros sanitários e de usinas de compostagem de lixo.

#### Seção VI

##### Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 156. No âmbito do Município de Camboriú, será aplicada a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea "f" do inciso III do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), tendo por objetivos:

I - propiciar condições para que os cidadãos exerçam o direito de fiscalização e controle das finanças públicas;

II - possibilitar o direito à participação na elaboração e execução dos orçamentos públicos, o que significa direito à obtenção das informações sobre as finanças públicas, bem como à participação nas definições das prioridades de utilização dos recursos e na execução das políticas públicas;

III - definir a prioridade dos investimentos realizados pelo Poder Executivo, sempre em consonância com as estratégias deste Plano Diretor.

Art. 157. A realização de consultas, audiências e debates públicos é condição obrigatória para a aprovação do orçamento municipal, cabendo ao Município dispor, em ato administrativo oriundo do Poder Público, os mecanismos garantidores da ampla e irrestrita participação popular.

Parágrafo único. A não realização de audiências e consultas públicas no processo de aprovação da lei do orçamento municipal resultará na nulidade da norma orçamentária.

#### TÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 158. Toda atividade que esteja em desacordo com este Plano Diretor será considerada atividade desconforme, podendo ser classificada em:

I - atividade compatível: aquela que, embora não se enquadrando nos parâmetros estabelecidos para a unidade territorial em que está inserida, tem características relativas às suas dimensões e funcionamento que não desfiguram a área, e que não tenha reclamações registradas por parte dos moradores do entorno;

II - atividade incompatível: aquela que está comprovadamente em desacordo com as diretrizes estabelecidas para a unidade territorial na qual está localizada.

§ 1º Fica permitida, a critério do Conselho Municipal da Cidade, a aprovação da atividade considerada compatível, desde que não descaracterize a área onde esta se encontra.

§ 2º Ressalvadas as hipóteses de obras essenciais à segurança e higiene das edificações, ficam vedadas quaisquer obras de ampliação ou reforma que impliquem no aumento do exercício da atividade considerada incompatível, da capacidade de utilização das edificações, instalações ou equipamentos, ou da ocupação do solo a ela vinculada.

Art. 159. O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, em até 01 (um) ano após a aprovação desta Lei Complementar:

I - projeto de lei do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Camboriú;

II - projeto de lei específica para aplicação do IPTU progressivo no tempo;

III - projeto de lei regulando o instrumento do Estudo de Impacto de Vizinhança, observado o que dispõe a presente Lei Complementar;

IV - projeto de lei de instituição do Sistema Municipal de Informações com acesso aos munícipes, nos termos da seção específica prevista na presente Lei Complementar;

V - lei de revisão do perímetro urbano de Camboriú - Sede e do Distrito do Monte Alegre e a divisão de bairros;

VI - lei de revisão do sistema viário;

VII - lei de revisão delimitando o zoneamento de uso e ocupação do solo de cada macrozona constante desta Lei Complementar;

VIII - lei de revisão e adequação do parcelamento do solo;

IX - lei de revisão que institua o Código de Obras e Edificações;

X - lei de revisão e adequação do Código de Posturas do Município de Camboriú;

XI - (VETADO).

Art. 160. Os projetos regularmente protocolados anteriormente à data de publicação desta Lei Complementar serão analisados de acordo com a legislação vigente à época do seu protocolo.

Parágrafo único. Os projetos de que trata este artigo poderão, a pedido do interessado, serem examinados conforme as disposições desta Lei Complementar.

Art. 161. A revisão deste Plano Diretor deverá ser realizada, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, conforme dispõe o § 3º do artigo 40 da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 162. Visando a consecução dos objetivos expressos nesta Lei Complementar, integram-na os seguintes Apêndices:

I - APÊNDICE A: Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental;

II - APÊNDICE B: Mapa Estratégia Desenvolvimento Sócio - Econômico;

III - APÊNDICE C: Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana e de Habitação e Regularização Fundiária;

IV - APÊNDICE D: Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana;

V - APÊNDICE E: Mapa de Macrozoneamento;

VI - APÊNDICE F: Tabela de atividades sujeitas a Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 163. Fica revogada a Lei Complementar Municipal n.º 10/2007.

Art. 164. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC

Em, 09 de maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

&#8195;

APÊNDICES

Apêndice A - Mapa da Estratégia de Qualificação Ambiental;

Apêndice B - Mapa Estratégia Desenvolvimento Socioeconômico;

Apêndice C - Mapa da Estratégia de Estruturação Urbana - Habitação e Regularização Fundiária;

Apêndice D - Mapa da Estratégia de Mobilidade Urbana;

Apêndice E - Mapa de Macrozoneamento;

Apêndice F - Atividades Sujeitas a Estudo de Impacto de Vizinhança para a sua Implantação:

1. cemitérios e crematórios;

2. autódromos, kartódromos, estádios, parques, áreas para instalação de circos e demais equipamentos urbanos especiais destinados ao esporte e lazer;

3. terminal rodoviário, aeroportos, heliportos, portos, terminais de passageiros e carga;

4. aterro sanitário;

5. hospitais;

6. casas noturnas com área superior a 200 m² (duzentos metros quadrados) de área computável;

7. shopping center e centros comerciais de grande porte;

8. centro cultural de grande porte;

9. estabelecimentos de distribuição de produtos inflamáveis ou perigosos;

10. estabelecimentos de ensino de grande porte;

11. clubes esportivos e associações recreativas;

12. depósitos ou postos de revenda de gás;

13. postos de abastecimento de álcool e derivados do refino de petróleo;

14. atividades de transporte de cargas, terminais de carga ou similares;

15. usinas de reciclagem e resíduos sólidos;

16. pesque-pagues, parques aquáticos ou similares, campos de golfe;

17. templos e locais de culto acima de 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados);

18. extração mineral;

19. estabelecimentos prisionais;

20. depósito de carvão mineral e derivados, e de quaisquer produtos perigosos (explosivos, inflamáveis, tóxicos, corrosivos ou radioativos);

21. antenas de telecomunicações;

22. olarias, usinas de asfalto e similares;

23. clínicas veterinárias;

24. loteamentos e desmembramentos acima de 10 (dez) glebas ou lotes;

25. condomínios de lotes independentemente do número de glebas, lotes e/ou frações.

## Lei N.º 2.536/2013

LEI N.º 2.536/2013

Dispõe sobre a criação do Programa "Fila Única" de Informação sobre demanda por acesso de crianças na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica criado o Programa "Fila Única" de Informação Sobre Demanda Por Acesso de Crianças na Rede Municipal de Ensino, no Município de Camboriú.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se como demanda por acesso o número de pleiteantes às vagas existentes nos

Centros de Educação Infantil do Município de Camboriú.

Art. 2º O Programa Fila Única de Informação sobre demanda por acesso de crianças nos Centros de Educação Infantil do Município consiste:

I - no cadastramento a ser feito pelos Centros de Educação Infantil, dos pleiteantes à matrícula;

II - na criação de um programa eletrônico que centralize as informações obtidas no cadastramento sobre as demandas por acesso ao Sistema da Rede Municipal de Ensino e sobre as matrículas efetuadas, de modo a evitar a duplicidade de matrícula, e garantir a efetivação da matrícula em uma das unidades educacionais que mais atenda às necessidades da família;

III - na disponibilização do acesso ao formulário eletrônico de cadastramento a todos os órgãos públicos municipais onde houver equipamentos com ingresso à internet para facilitar o ato do cadastramento;

IV - na disponibilização em todos os órgãos públicos municipais ligados à rede mundial de computadores, dos dados referentes à efetivação da matrícula;

V - na disponibilização dos dados do cadastramento para os demais órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para fins de elaboração de políticas públicas, inclusive Câmara de Vereadores;

VI - na disponibilização de lista atualizada dos candidatos cadastrados, devendo constar o número do protocolo, data do cadastro e situação, no site da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação;

VII - gerenciar a matrícula no sentido de garantir a permanência do matriculado no sistema público de ensino.

§ 1º Caso a vaga disponível no Centro de Educação Infantil não atenda as necessidades da família, conforme inciso II deste artigo poderá o candidato declinar da mesma sem prejuízo de sua colocação, que manterá inalterada, até que a próxima vaga seja de seu interesse.

§ 2º O cadastro dos pleiteantes às vagas deverá ser atualizado anualmente a fim de que o órgão municipal competente tenha conhecimento sobre a manutenção do interesse do candidato em ocupá-las.

§ 3º Aos alunos que já estiverem frequentando os Centros de Educação Infantil, será permitido requerer a transferência para outro Centro, desde que tenha frequentado no mínimo três meses de atividades pedagógicas no Centro de Educação de origem da matrícula.

Art. 3º No cadastro eletrônico deverá constar campo para o preenchimento dos seguintes dados:

I - o nome, idade da criança e filiação;

II - a identificação do local de residência;

III - outros dados que componham um diagnóstico do perfil socioeconômico da família do pleiteante à vaga.

Parágrafo único. As informações fornecidas no cadastramento são sigilosas e somente poderão ser disponibilizadas aos órgãos públicos municipais, estaduais ou federais para obtenção de dados para elaboração de políticas públicas.

Art. 4º O programa tem por objetivo levantar os dados referentes às demandas escolares para que o Poder Público possa otimizar o fluxo de demanda e oferta de vagas na Rede Pública de ensino e garantir a prestação continuada desse serviço público e garantir a idoneidade e transparência no processo de solicitação de vaga e efetivação de matrículas, dentro dos critérios previstos em Lei.

Art. 5º É de responsabilidade da unidade de ensino garantir o preenchimento das vagas no total da sua capacidade, observando as legislações pertinentes.

Art. 6º A efetivação das matrículas deverão obedecer a ordem da inscrição cadastral de solicitação de vagas.

Art. 7º O Poder Executivo deverá encaminhar, trimestralmente, uma cópia atualizada da lista dos pleiteantes cadastrados ao Ministério Público.

Art. 8º O Poder Executivo dará ampla publicidade ao Programa de que trata a presente LEI.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de noventa dias após a data de sua publicação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 09 de maio de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

### **Decreto N.º 1.630/2013**

DECRETO N.º 1.630/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0005 - Gestão do Planejamento Urbano

Atividade: 2.019 - Manutenção da Secretaria de Planejamento Urbano

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 59

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 05 - Secretaria de Planejamento Urbano

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0005 - Gestão do Planejamento Urbano

Atividade: 2.019 - Manutenção da Secretaria de Planejamento



Urbano  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 58  
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 07 de maio de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### Decreto N.º 1.631/2013

DECRETO N.º 1.631/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Esportes.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes  
Função: 27 - Desporto e Lazer  
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte  
Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 04  
VALOR: R\$ 8.700,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Esportes, na mesma importância.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes  
Função: 27 - Desporto e Lazer  
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário  
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte  
Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 03  
VALOR: R\$ 8.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,  
Em, 07 de maio de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário M. de Administração

### Anulação PR 10/13 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2013-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 030/2013 cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".  
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 09 de Maio de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

### Termo de Errata Contrato Mês 04/13

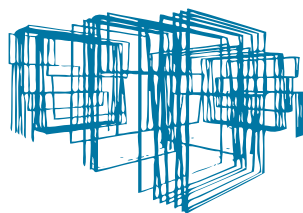
TERMO DE ERRATA  
ADITIVO DE CONTRATO

O Município de Camboriú, através da Secretaria de Educação vem comunicar que na publicação do contrato 032/2013 da Prefeitura Municipal de Camboriú, publicado no dia 08 de maio de 2013:

- Onde lê-se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA URBANIZAÇÃO DE CALÇADA E MURO NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MONTE ALEGRE. CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUIDOS EM ANEXO.

- Leia-se: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA REFORMA DA COBERTURA NO BLOCO "A" DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EURÍPEDES PAULA DA SILVA, COM ÁREA A SER REFORMADA DE 628,00 M2. CONFORME PROJETO E SEUS ELEMENTOS ANEXOS.

Camboriú SC, 09 de maio de 2013.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal



Programa de  
Gestão de Obras



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 571/2009**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 194 571/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGT5148	55958628B	6920/0	10/06/2009	233
CCV7242	55957991B	6920/0	18/05/2009	233
CVA3523	55958626B	6920/0	10/06/2009	233
IBT9901	55955215B	6599/2	12/06/2009	230 * V
LWS2169	55955213B	6599/2	12/06/2009	230 * V
LXD8050	55957461B	5010/0	13/06/2009	162 * I
LXD8050	55957462B	5061/0	13/06/2009	163 c/c 162 * I
LXD8050	55957463B	6912/0	13/06/2009	232
LXD8050	55957464B	7030/2	13/06/2009	244 * I
LXD8050	55957465B	6580/0	13/06/2009	230 * IV
LXD8050	55957466B	6637/1	13/06/2009	230 * IX
LXD8050	55957467B	6653/1	13/06/2009	230 * XI
LXD8050	55957468B	6599/2	13/06/2009	230 * V
LXE7163	55958464B	5274/1	06/06/2009	175
LXE7163	55958465B	6599/2	06/06/2009	230 * V
LXE7163	55958466B	5738/0	06/06/2009	186 * II
LXE7163	55958467B	5819/6	06/06/2009	193
LXE7163	55958468B	5835/0	06/06/2009	195
LYI2427	55958607B	6920/0	18/05/2009	233
LYW2706	55958240B	6599/2	10/06/2009	230 * V
MBP9396	55955938B	5274/1	11/06/2009	175
MBP9396	55955939B	5274/3	11/06/2009	175
MCV7723	55958676B	5878/0	21/06/2009	199
MDU5821	55958396B	6726/1	13/06/2009	230 * XVIII
MDY8685	55955934B	6599/2	10/06/2009	230 * V
MDY8685	55955935B	5010/0	10/06/2009	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDY8685	55955936B	6912/0	10/06/2009	232
MDY8685	55955937B	6556/1	10/06/2009	230 * I
MEE4440	55955931B	5010/0	10/06/2009	162 * I
MEE4440	55955932B	5061/0	10/06/2009	163 c/c 162 * I
MEE4440	55957313B	6599/2	10/06/2009	230 * V
MEE4440	55957316B	6610/2	10/06/2009	230 * VII
MEX9392	55958586B	5088/1	19/05/2009	163 c/c 162 * III
MGG7233	55958664B	5010/0	11/06/2009	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

**Edital de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 617/2010**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 617/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADA5218	54885961B	5010/0	29/07/2007	R\$ 574,61	162 * I
ADD0639	54883796B	5185/0	22/01/2007	R\$ 127,69	167
AHU0005	55369501C	5010/0	01/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
BIT7590	55959970B	5010/0	09/11/2009	R\$ 574,61	162 * I
BSF6078	55538229B	6599/0	20/02/2008	R\$ 191,54	230 * V
BSF6078	55539782B	5746/0	20/02/2008	R\$ 85,13	187 * I
BWA1171	55541101B	5525/0	24/04/2008	R\$ 85,13	181 * XV
CAL6120	55539833B	5185/0	21/02/2008	R\$ 127,69	167
CCI5700	55369483C	6920/0	04/11/2009	R\$ 127,69	233
CJI4438	55539024B	6637/0	12/01/2008	R\$ 127,69	230 * IX
LWR3547	54122324B	5185/0	01/02/2006	R\$ 127,69	167
LXQ0603	54122214B	5185/0	26/01/2006	R\$ 127,69	167
LYV4019	55538038B	5185/0	16/12/2007	R\$ 127,69	167
LZI3044	55540951B	6920/0	31/03/2008	R\$ 127,69	233
MAC0870	54885508B	6637/0	31/05/2007	R\$ 127,69	230 * IX
MCG6860	54882548B	5541/0	20/07/2007	R\$ 53,20	181 * XVII
MCT6799	54122971B	7340/0	04/03/2006	R\$ 85,12	252 * IV
MCW0432	54885763B	6599/0	25/07/2007	R\$ 191,54	230 * V
MCZ7155	54120549B	5878/0	23/03/2006	R\$ 85,12	199
MDC9018	55541566B	5045/0	29/06/2008	R\$ 191,53	162 * V
MDD6764	54885294B	6599/0	07/11/2007	R\$ 191,54	230 * V
MDD6764	54885295B	6912/0	07/11/2007	R\$ 53,20	232
MDU5904	55542151B	5819/1	01/07/2008	R\$ 574,61	193
MEI9561	54122557B	5010/0	13/02/2006	R\$ 574,61	162 * I
MEM1153	55369805C	5819/2	04/11/2009	R\$ 574,61	193
MEQ6424	55369554C	6610/2	07/11/2009	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFO2199	55540005B	5185/0	17/01/2008	R\$ 127,69	167
MFO4741	55539065B	6599/0	30/12/2007	R\$ 191,54	230 * V
MFP6422	54882621B	7030/0	20/02/2007	R\$ 191,54	244 * I
MGA3338	55538774B	5185/0	28/12/2007	R\$ 127,69	167
MJN0012	54884471B	5819/0	23/03/2007	R\$ 574,61	193
MJR0750	54122499B	5010/0	07/02/2006	R\$ 574,61	162 * I
MJR0750	54122499B	6599/0	07/02/2006	R\$ 191,53	230 * V
MJR0750	54122499B	6912/0	07/02/2006	R\$ 53,20	232
MUA0372	54122764B	6599/0	17/02/2006	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 7 DE MAIO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### Decreto Nº 7.757 de 09 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.757 DE 09 DE MAIO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de nº 01 de 03 de abril de 2013 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 09 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 09/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 03 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO ALEGRE - FMAS.

Maria Emília Duvoisin, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 13.860,00, sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art.2º) Os recursos serão destinados ao Programa Famílias Infante Acolhedoras em sua integralidade, obedecendo os percentuais de 40% para investimentos e 60% para custeio.

Art.3º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 03 de Abril de 2013.

MARIA EMÍLIA DUVOISIN

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos três dias do mês de abril de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

### Decreto Nº 7.758 de 10 de Maio de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.758 DE 10 DE MAIO DE 2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso V do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em data de 05 de Abril de 1990; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido Sr. JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA, Registro no Sistema sob nº 955158 do cargo de Secretário Municipal de Administração, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão a partir desta data.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre "SC", 10 de maio de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/05/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Resolução Nº 01 de 03 de Abril de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**RESOLUÇÃO Nº 01 DE 03 DE ABRIL DE 2013**

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre - FMAS.

Maria Emília Duvoisin, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 13.860,00, sendo que deste, 40% destina-se a investimento e 60% a custeio.

Art.2º) Os recursos serão destinados ao Programa Famílias Infanto Acolhedoras em sua integralidade, obedecendo os percentuais de 40% para investimentos e 60% para custeio.

Art.3º) Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 03 de Abril de 2013.

MARIA EMÍLIA DUVOISIN

Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

Registrada e Publicada a presente Resolução aos três dias do mês de abril de 2013.

LÍLIAN TEREZINHA BARTSCH

Primeira Secretária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Alegre/SC

**Aditivo Contratual Nº 41/2013**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 41/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 007PL/2013 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato nº 67/2012 (originado do Processo Licitatório nº 81/2012, modalidade Tomada de Preços);

Considerando Parecer Jurídico favorável e a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 67/2012, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA SOLO ENGENHARIA LTDA ME, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 67/2012.

Cláusula Primeira - Da Prorrogação do prazo

O prazo de vigência do Contrato nº 67/2012 fica prorrogado até o dia 17 de maio de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93

e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 67/2012 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

Contratante

SOLO ENGENHARIA LTDA ME

Contratada

**Aditivo Contratual Nº 46/2013**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 46/2013.

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 005PL/2013 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 82/2011 (originado do Processo Licitatório nº 79/2011, modalidade Tomada de Preços); Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 82/2011, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEXTO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 82/2011.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 82/2011 fica prorrogado até o dia 06 de maio de 2013.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do contrato 82/2011 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 05 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

Contratante

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Contratada

**Extrato de Contrato 32/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2013

Objeto: aquisição dos itens "REPOLHO, ESPINAFRE, CEBOLA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 3.988,50 (três mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

Contratado: MARLI INEZ DA CRUZ

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 33/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2013

Objeto: aquisição dos itens "BETERRABA, CENOURA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 4.534,00 (quatro mil, quinhentos e trinta e quatro reais)

Contratado: MARLI INEZ DA CRUZ

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 34/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2013

Objeto: aquisição dos itens "BATATA SALSA, BRÓCOLIS", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 5.754,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais)

Contratado: SILMARA DE ALMEIDA COELHO ZUMBACH

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 35/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2013**

Objeto: aquisição dos itens "BATATA SALSA, BRÓCOLIS", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 5.754,00 (cinco mil, setecentos e cinquenta e quatro reais)

Contratado: SILMARA DE ALMEIDA COELHO ZUMBACH

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 36/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2013

Objeto: aquisição do item "BATATA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 5.610,00 (cinco mil, seiscentos e dez reais)

Contratado: RENATA ERNA GROSSKOPF

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### **Extrato de Contrato Nº 37/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2013

Objeto: aquisição do item "BATATA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)

Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 5.613,00 (cinco mil, seiscentos e treze reais)

Contratado: ROSELIA UHLIG DE FARIAS

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 38/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2013

Objeto: aquisição do item "BATATA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)  
Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 3.424,00 (três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)

Contratado: ANA MARIA SELL DA CRUZ

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 39/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2013

Objeto: aquisição dos itens "ALFACE, CHUCHU, PEPINO SALADA", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)  
Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 4.317,00 (quatro mil, trezentos e dezessete reais)

Contratado: IRACEMA RODRIGUES DE FARIAS

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 40/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2013

Objeto: aquisição dos itens "ABÓBORA, FEIJÃO ", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 2/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151, 158, 764 e 871)  
Vigência: 14/03/2013 a 31/12/2013

Do valor total: 3.862,00 (três mil, oitocentos e sessenta e dois reais)

Contratado: NÍVEA SIMÕES DE FARIAS

Chamada Pública nº 2/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº 43/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2013

Objeto: locação de 01 (um) imóvel urbano, localizado à Rua Coronel Bueno Franco, nº 267, em Campo Alegre-SC, com área de 170 m² (cento e setenta metros quadrados), em bom estado de conservação.

Dotação Orçamentária: 03.01.04.122.0109.2.102.33.90.36.00.00.00.00 (23) - Secretaria Municipal de Administração - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física.

Vigência: 01/04/2013 a 01/10/2013.

Do valor total: R\$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)

Contratado: CARLA ROSANI BARTSCH MUNHOZ E LUIZ CEZAR MUNHOZ

Dispensa de Licitação X nº 47/2013. Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Extrato de Contrato Nº 44/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2013

Objeto: aquisição dos itens "Alho, Abobrinha, Cebola, Chuchu, Laranja, Banana, Maçã e Tomate", GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR a alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 0.05.12.306.12.2015.33.90.33.30.90.00 - MERENDA ESCOLAR - PNAE

Vigência: 28/03/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 40.905,38 (quarenta mil, novecentos e cinco reais e trinta e oito centavos)

Contratado: COOPERATIVA AGROPECUARIA REGIONAL DE PEQUENOS PRODUTORES - COOARPA

Chamada Pública nº 1/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA  
Secretário Municipal de Administração

**Extrato de Contrato Nº 45/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2013

Objeto: Fornecimento de 1.600 toneladas de calcário dolomítico a granel, tipo C, PRNT igual ou superior a 75,2% descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com o Processo Licitatório - Pregão nº 31/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: Código Reduzido: 134; Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente; Função: 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão rural; Programa: 28 - Agregação



de renda ao produtor Rural; Atividade: 1.039 - Distribuição de Calcário; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição gratuita; Recurso: 0136 - Recursos Ordinários. Vigência: 01/04/2013 a 31/12/2013

Do valor total: R\$ 39.840,00 (trinta e nove mil, oitocentos e quarenta reais).

Contratado: INDÚSTRIA DE CAL RIO GRANDE LTDA-ME

Processo Licitatório - Pregão nº 31/2013 - Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

### **Extrato de Contrato Nº 47/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2013

Objeto: Contratação de serviço técnico especializado de assessoramento na regularização minerária e ambiental de jazidas de minérios de emprego direto na construção civil (ensaibramento), descritos nos itens enumerados na Cláusula Primeira, todos de acordo com o processo licitatório nº 38/2013, modalidade Pregão. Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras; Unidade: 08.01 - Serviço de Planejamento e Obra; Função: 15 - Urbanismo; Subfunção: 452 - Serviços Urbanos; Programa - 44 - Manut. das Ativ. da Secret.; Projeto: 2.111 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria; Elemento de Despesa: 3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica (código reduzido: 176)

Vigência: 10/04/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: - R\$ 7.599,56 (sete mil, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos) pelos SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA 02 (DUAS) ÁREAS, PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO; e

- R\$ 9.499,44 (nove mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) pelos SERVIÇOS TÉCNICOS E GEOLÓGICOS.

Contratado: ECO SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA

Processo licitatório nº 38/2013, modalidade Pregão - Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

### **Extrato de Contrato Nº 48/2013**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2013

Objeto: Contratação, por inexigibilidade de licitação, do professor José Sluminski, para lecionar, ensaiar e reger a banda municipal (centro) e as fanfarras de bateias de baixo e fragosos, totalizando 76 horas mensais, sendo de responsabilidade do contratado ainda, acompanhar a banda e as fanfarras nas apresentações culturais organizadas pela Coordenadoria de Cultura, conforme calendário, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação nº 50/2013. Dotação Orçamentária: 11.01.1.005.3.3.90.39.00.00.00.00, Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Banda Municipal, Manutenção das Atividades da Cultura, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Vigência: 02/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)

Contratado: JOSÉ SLUMINSKI

Processo de Inexigibilidade de licitação nº 50/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração



**Anexo a Ata de Registro de Preço Nº 12/2013 -**

Lançamento dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>do Processo: 6/2013                      Licitação: 6/2013 - PR                      Data da Homologação: 18/04/2013</b> <b>Fornecedor: 145 - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA</b>									
<b>Lote - 10</b>									
57	1171127	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO 20 CM, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINA COM 100 METROS.	VEDAMAX	BOBI	30,000	0,0000	54,0000	1.620,00	Venceu
58	1170868	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO, 10 CM, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINA COM 100 METROS	VEDAMAX	BOBI	30,000	0,0000	29,0000	870,00	Venceu
59	1170869	EMBALAGEM TUBULAR PARA ESTERILIZAÇÃO, 15 CM, PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINA COM 100 METROS	VEDAMAX	BOBI	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>160,000</b>			<b>6.290,00</b>	
<b>Lote - 22</b>									
62	1190428	Kit Ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho médio: 33 mm em sua maior largura distal; 30 mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Óxido Etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	KOLPLAST	UN	1500,000	0,0000	1,8600	2.790,00	Venceu
63	1190429	Kit Ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho pequeno: 29 mm em sua maior largura distal; 24 mm em sua maior largura proximal; 110 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Óxido Etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno.	KOLPLAST	UN	2500,000	0,0000	2,0000	5.000,00	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>4.000,000</b>			<b>7.790,00</b>	
<b>Total do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>4.160,000</b>			<b>14.080,00</b>	

Campo Alegre, 9 de Maio de 2013.

## Anexo a Ata de Registro de Preços Nº 10/2013 - Saúde

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE**

Página: 1/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 6/2013      Licitação: 6/2013 - PR      Data da Homologação: 18/04/2013

Fornecedor: 98 - METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA

**Lote - 4**

23	1190415	Atadura de crepom, branca, 13 fios, com 10 cm largura, rolo com no mínimo 1,20m	Unitex	UN	10000,000	0,0000	0,2400	2.400,00	Venceu
24	1190416	Atadura de crepom, branca, 13 fios, com 15 cm largura	Unitex	UN	16500,000	0,0000	0,3600	5.940,00	Venceu
25	1190417	Atadura de crepom, branca, 13 fios, com 6 cm largura	Unitex	UN	4000,000	0,0000	0,1490	596,00	Venceu

Total do Lote do Fornecedor -----&gt; 30.500,00

8.936,00

**Lote - 13**

85	1171034	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 8 cm	Ortofen	ROL	10,000	0,0000	7,6800	76,80	Venceu
86	1171035	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 10 cm	Ortofen	ROL	10,000	0,0000	8,8000	88,00	Venceu
87	1171036	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 15 cm	Ortofen	ROL	10,000	0,0000	13,0500	130,50	Venceu
88	1171037	Malha tubular de algodão, rolo com 25 metros - 20 cm	Ortofen	ROL	10,000	0,0000	14,5200	145,20	Venceu

Total do Lote do Fornecedor -----&gt; 40,000

440,50

**Lote - 15**

89	1171038	Atadura gessada secagem rápida - 8X3m	Neve	UN	30,000	0,0000	0,6471	19,41	Venceu
90	1171039	Atadura gessada secagem rapida - 10X3m	Neve	UN	50,000	0,0000	1,1096	55,48	Venceu
91	1171040	Atadura gessada secagem rapida - 15X3m	Neve	UN	50,000	0,0000	1,6103	80,52	Venceu
92	1171041	Atadura gessada secagem rapida - 20X4m	Neve	UN	50,000	0,0000	2,0718	103,59	Venceu

Total do Lote do Fornecedor -----&gt; 180,000

259,00

**Lote - 17**

100	1190439	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala or	MSO	DZ	3,000	0,0000	3,8000	11,40	Venceu
101	1190440	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala ortopédica (DÚZIA) 12 mm Larg x 18 cm comp	MSO	DZ	3,000	0,0000	2,6000	7,80	Venceu
102	1190441	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala ortopédica (DÚZIA) 16 mm Larg x 26 cm comp	MSO	DZ	3,000	0,0000	3,9000	11,70	Venceu
103	1190442	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala ortopédica (DÚZIA) 19 mm Larg x 18 cm comp	MSO	DZ	3,000	0,0000	4,9500	14,85	Venceu
104	1190443	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala ortopédica (DÚZIA) 19 mm Larg x 26 cm comp	MSO	DZ	3,000	0,0000	6,6900	20,07	Venceu
105	1190444	Tala Imobilizadora metálica de alumínio com espuma / tala ortopédica (DÚZIA) 26 mm Larg x 26 cm comp	MSO	DZ	3,000	0,0000	9,1600	27,48	Venceu

Total do Lote do Fornecedor -----&gt; 18,000

93,30

**Lote - 20**

119	1080618	Fio de sutura 45 cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 2-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	Procure	CX	10,000	0,0000	14,3800	143,80	Venceu
120	1080619	Fio de sutura 45 cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 3-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	Procure	CX	10,000	0,0000	14,3800	143,80	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE**

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 6/2013      Licitação: 6/2013 - PR      Data da Homologação: 18/04/2013

Fornecedor: 98 - METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA

**Lote - 20**

121	1080620	Fio de sutura 45 cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de circulo tipo triangular cortante 4-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	Procare	CX	10,000	0,0000	14,3800	143,80	Venceu
122	1080621	Fio de sutura 45 cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de circulo tipo triangular cortante 5-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	Procare	CX	10,000	0,0000	14,3800	143,80	Venceu
123	1181435	Fio de sutura 45 cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de circulo tipo triangular cortante 6-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	Procare	CX	10,000	0,0000	14,3800	143,80	Venceu

**Total do Lote do Fornecedor ----->**      50,000      719,00**Total do Fornecedor ----->**      30.788,000      10.447,80

Campo Alegre, 9 de Maio de 2013.

## Anexo a Ata de Registro de Preços Nº 11/2013 - Saúde

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE**

Página: 1/3

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 6/2013      Licitação: 6/2013 - PR      Data da Homologação: 18/04/2013</b> <b>Fornecedor: 144 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>									
<b>Lote - 1</b>									
1	1171335	Abaixador de Língua descartáveis, de madeira, com 100 unidades	ESTILO	EMB	190,000	0,0000	1,7000	323,00	Venceu
2	1190413	Ácidos Graxos Essenciais (AGE), TCM, Vitaminas A e E, Lactina de Soja, com 100 ml para curativo	AGEDERM	FRS	150,000	0,0000	9,9000	1.485,00	Venceu
3	1190289	CURATIVOS PRONTOS PARA FERIMENTOS, (TIPO BAND-AID), CAIXA COM 35 UNIDADES	YORK	CX	100,000	0,0000	2,9000	290,00	Venceu
4	1190199	TERMOMETRO CLINICO, COM ESCALA DE MERCÚRIO	INCOTERM	UN	50,000	0,0000	2,8000	140,00	Venceu
17	1190381	ALGODÃO HIDRÓFILO, EM ROLO, 500G	NATALYA	ROL	100,000	0,0000	8,0000	800,00	Venceu
22	1120022	Escova dupla face para anti-sepsia das mãos e antebraços, uso único, composta por corpo plástico flexível dotado de cerdas macias capaz de favorecer a limpeza da pele sem causar abrasão, e de esponja de poliuretano uniformemente impregnada com solução de degermante de P.V.P.I. (polivinilpirrolidona 10% - Iodo 1%). Embaladas individualmente em Polipropileno com características de impermeabilidade a líquidos. Com 48 unidades.	VICPHARMA	CX	10,000	0,0000	57,6000	576,00	Venceu
26	3030045	ALMOTOLIA PLÁSTICA, 250 ML, ESCURA	J PROLAB	UN	15,000	0,0000	1,2000	18,00	Venceu
27	1190418	Caixa para acondicionamento de lâminas de preventivo, em material plástico, lavável c/ capacidade para 50 lâminas	LABOR	UN	5,000	0,0000	3,0000	15,00	Venceu
28	1170991	Copo+adaptador+mangueira para nebulização, em plástico lavável	NEVONI	UN	5,000	0,0000	6,0000	30,00	Venceu
29	1171126	Caixa coletora de resíduos de produtos hospitalares (perfuro-cortantes - grupo E), capacidade 7 litros, caixa externa de papelão ondulado, cinta lateral e fundo rígido de papelão couro, sacola para revestimento de poliuretano de alta densidade, produto conforme os padrões da NBR 13.853/97 da ABNT	CARTOON	UN	400,000	0,0000	1,6000	640,00	Venceu
30	1171337	Saco plástico para descarte de material contaminado, branco, com identificação/contaminado - 20 lt	B.B.	UN	280,000	0,0000	0,0800	22,40	Venceu
41	1080562	LENÇOL BRANCO, DESCARTÁVEL, COM ELÁSTICO	SKY	UN	4500,000	0,0000	0,7900	3.555,00	Venceu
42	1170127	FRONHA DESCARTÁVEL, 100% POLIPROPILENO, PACOTE COM 10 UNID, MEDIDAS 40 X 60CM	UNIT	PCT	50,000	0,0000	9,8000	490,00	Venceu
43	1190312	AVENTAL BRANCO DESCARTÁVEL SEM MANGAS 20G	SKY	UN	4000,000	0,0000	0,6500	2.600,00	Venceu
56	1080617	Garrote para punção	LEMGRUBER	UN	10,000	0,0000	0,5000	5,00	Venceu
61	1080615	Oliva preta para encaixe em estetoscópios nacionais	MISSOURI	PAR	30,000	0,0000	0,6000	18,00	Venceu
125	1171142	DRENO DE PENROSE COM GAZE-2 ESTERIL Nº 4	MADEITEX	UN	40,000	0,0000	1,4000	56,00	Venceu
126	1190322	SONDA URETRAL Nº 12	MEDSONDA	UN	6000,000	0,0000	0,3400	2.040,00	Venceu
127	1190390	SONDA URETRAL Nº 14	MEDSONDA	UN	4000,000	0,0000	0,3600	1.440,00	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>19.935,000</b>			<b>14.543,40</b>	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE**

Página: 2/3

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 6/2013      Licitação: 6/2013 - PR      Data da Homologação: 18/04/2013</b> <b>Fornecedor: 144 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA</b>									
<b>Lote - 2</b>									
5	1190414	Agulha descartaveis 13 X 4,5, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	5000,000	0,0000	0,0350	175,00	Venceu
6	1080638	Agulha descartaveis 20 X 5,5,canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	4000,000	0,0000	0,0350	140,00	Venceu
7	1080639	Agulha descartaveis 25 X 6, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	10000,000	0,0000	0,0350	350,00	Venceu
8	1080640	Agulha descartaveis 25 X 7, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	10000,000	0,0000	0,0350	350,00	Venceu
9	1080641	Agulha descartaveis 25 X 8, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	10000,000	0,0000	0,0350	350,00	Venceu
10	1080642	Agulha descartaveis 30 X 7, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plastico	SOLIDOR	UN	5000,000	0,0000	0,0350	175,00	Venceu
11	1080643	Agulha descartaveis 40 X 12, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido,protetor plastico	SOLIDOR	UN	6000,000	0,0000	0,0350	210,00	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>50.000,000</b>			<b>1.750,00</b>	
<b>Lote - 5</b>									
14	1171261	Sabonete liquido, contendo umectante e emolientes, embalagem com 5 litros, registro no ministério da Saúde (Anvisa)	RICIE	FRS	50,000	0,0000	13,0000	650,00	Venceu
129	1171000	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem, c/1.000 fls, tam. aprox 22,05x 21cm	FLEXPEL	PCT	400,000	0,0000	11,8000	4.720,00	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>450,000</b>			<b>5.370,00</b>	
<b>Lote - 8</b>									
15	1171336	Alcool Hidratado 70 %, com 1 litro	RICIE	FRS	300,000	0,0000	3,0138	904,14	Venceu
16	1171018	Álcool Hidratado 70%, em gel, 500ml	RICIE	FRS	150,000	0,0000	3,2492	487,38	Venceu
18	1171022	Formol 37%, 1.000ml	RICIE	FRS	3,000	0,0000	3,7672	11,30	Venceu
19	1171019	Hipoclorito de Sódio 1 % frascos com 1 litro	RICIE	FRS	300,000	0,0000	1,6011	480,33	Venceu
20	1171020	Iodopovidona 10% PVPI degermante, 1000ml	VICPHARMA	FRS	20,000	0,0000	9,4181	188,36	Venceu
21	1171021	PVPI tópico 10%, 1000 ml	VICPHARMA	FRS	20,000	0,0000	9,4181	188,36	Venceu
66	1190025	VASELINA LÍQUIDA 1000ML	RICIE	FRS	15,000	0,0000	12,2435	183,65	Venceu
73	1170992	GEL NEUTRO PARA ULTRA-SONOGRAFIA E ECG, COM 100G	RICIE	FRS	180,000	0,0000	1,0360	186,48	Venceu
<b>Total do Lote do Fornecedor -----&gt;</b>					<b>988,000</b>			<b>2.630,00</b>	
<b>Lote - 24</b>									
38	1190405	EXTENSOR PARA INFUSÃO 2 VIAS COM CLAMP	COMPOJET	UN	400,000	0,0000	0,5500	220,00	Venceu
55	1080557	Eletrodo adesivo c/ 4 peças 5 x 5cm p/ fisioterapia	VALOTRUDE	EMB	10,000	0,0000	30,0000	300,00	Venceu



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/3

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO ALEGRE**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	---------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 6/2013

Licitação: 6/2013 - PR

Data da Homologação: 18/04/2013

Fornecedor: 144 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

**Lote - 24**

60	1080616	Indicador comply a vapor 1250 com 240 indicador Químico Interno, do tipo multi-paramétrico, para controle químico dos processos de esterilização a vapor saturado, composto por uma tira de papel de 1,5 centímetro de largura por 20 centímetros de comprimento, picotada ao meio, coberta por uma substância química que muda de cor bege claro para o espectro de cores compreendido entre o marrom escuro e o preto, quando exposta às condições mínimas de tempo e temperatura necessárias ao processo. Apresenta um gabarito de cor no centro da tira que indica a viragem ideal esperada para o indicador químico . Prazo de validade de 2 anos. Caixa com 240 tiras (com picotes para duplicação em 480 tiras)	3M	CX	20,000	0,0000	100,0000	2.000,00	Venceu
64	1171001	Fixador celular, composta de álcool etílico extra fino (95%), carbowax (2,5%) e propolente, indicado para fixação de esfregaços celulares em lâmina, deve ser aplicado sobre o esfregaço logo após a coleta, produto inofensivo a camada de ozônio (não contém CFC), conteúdo 100ml, embalagem constando externamente os dados de identificação, procedência, composição, data de fabricação e validade, marca, registro no MS	ADLIN	FRS	90,000	0,0000	4,6000	414,00	Venceu
65	1190205	LÂMINA PONTA FOSCA 26X76MM ESPESSURA 1 - 1,2MM C/ 50	LABOR	CX	40,000	0,0000	3,0000	120,00	Venceu
74	1171009	Papel para eletrocardiograma 58 mm x 20 m	TECNOPRINT	ROL	130,000	0,0000	3,8000	494,00	Venceu
75	1080623	Protetor ocular infantil	OFTAM	UN	150,000	0,0000	0,5500	82,50	Venceu
76	1080624	Protetor ocular adulto	OFTAM	UN	150,000	0,0000	0,5500	82,50	Venceu
128	1171140	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URIPEN Nº 06, COM EXTENSOR	MEDSONDA	UN	3000,000	0,0000	0,9000	2.700,00	Venceu

Total do Lote do Fornecedor -----&gt;

3.990,000

6.413,00

Total do Fornecedor -----&gt;

75.363,000

30.706,40

Campo Alegre, 9 de Maio de 2013.

**Ata de Registro de Preços Nº 10/2013 - Saúde**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de MATERIAL AMBULATORIAL, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA, CNPJ 83.157.032/0001-22, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 6/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP. LTDA

Representante legal da empresa

**Ata de Registro de Preços Nº 10/2013 - Saúde**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de MATERIAL AMBULATORIAL, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 03.505.263/0001-40, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 6/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,

Representante legal da empresa

**Ata de Registro de Preços Nº 12/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de MATERIAL AMBULATORIAL, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, CNPJ 03.501.603/0001-65, em decorrência da homologação do

processo licitatório nº 6/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

Representante legal da empresa

**Ata de Registro de Preços Nº 13/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços.: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de abril de 2013, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para o eventual fornecimento de MATERIAL AMBULATORIAL, conforme descrito na tabela em anexo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ 03.033.589/0001-12, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 6/2013, modalidade Pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços.

As condições para a entrega do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Pregoeira Municipal

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Representante legal da empresa

**Campos Novos****PREFEITURA****Errata PP 19/2013**

ERRATA Nº 01 DO EDITAL PP 19/2013 - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NOS VEICULOS SPRINTER MFL 9978, LIVINA MII 2697, MASTER MJB 2821, MASTER MEG 7748, AMBULANCIA DUKATO MHK 9779 E SPRINTER MIM 2024 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

A abertura do processo licitatório passa a ser no dia 14/05/2013 as 14:00 horas, sendo assim o recebimento dos envelopes e da documentação deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 14/05/2013 no protocolo da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretário de Saúde

**Portaria Nº 1.114/13 - Nomeia Comissão Para Avaliar Terreno e Dá Outras Providências**

PORTARIA Nº 1.114/13 DE 09/05/2013

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR TERRENO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Art 1º - Nomear os senhores Luiz Antônio Granzotto, Corretor de Imóveis, CRECI 8496, Juliana Aísi Breger Cenci, Engenheira Civil, cadastrada no CREA 058.714-5 e Ladir Brocardo, Corretor de Imóveis, CRECI nº 3616, sob a presidência do primeiro, para compor a Comissão de Avaliação de terreno urbano com área de 1.800.00m², situado na Rua Deputado Iraí Zílio, Bairro Jardim Bela Vista, matrícula nº 29.260, neste município.

Art 2º - Os membros de que trata o artigo anterior farão a avaliação de acordo com o mercado imobiliário de imóveis situados neste município, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Art 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, comunique-se, publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

09 de maio de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**Aviso de Pregão 07/2013 - Registro de Preço Para Mão de Obra Para Reforma e Construção de Unidades Habitacionais, Conforme Proposta Padronizada.**

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PROCESSO Nº 14/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2013

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público que fará realizar no dia 22 de Maio de 2013 às 16h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto o: REGISTRO DE PREÇO PARA MÃO DE OBRA PARA REFORMA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min as 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 09 de maio de 2013.

Atenciosamente,

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Md Nº 5/2013**

RESOLUÇÃO MD Nº 5/2013

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, amparada pelo Art. 63 do Regimento Interno e Art. 57 LOM, apresenta a seguinte Resolução:

**RESOLVE:**

Art. 1º. A Mesa Diretora desta Casa Legislativa resolve ARQUIVAR o Projeto de Resolução Nº. 02/2013;

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 08 de maio de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER

Presidente da Mesa

NELSON CARAFA

1º Secretário

ANTÔNIO ROSA

2º Secretário

**Canoinhas****PREFEITURA****Errata da Publicação de Homologação e Adjudicação da Tomada de Preço N.º PMC 02/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 32/2013

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2013

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna erro na publicação realizada no dia 23/04/2013, referente a Publicação da Homologação e Adjudicação da Licitação nº PMC 32/2013, portanto, no referido extrato, onde lia-se: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVISÓRIAS TIPO EUCATEX, lê-se: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE APOIO A DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

**Publicação do Edital de Dispensa de Licitação Nº 03/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 65/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público a Dispensa de Licitação n.º PMC 03/2013. Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS ADMISSIONAIS E

DEMISSIONAIS EM SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA A POSSE DE CARGO PÚBLICO. Contratado: Wagner Haroldo Pelagio. Valor: R\$ 8.000,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

## Capinzal

### PREFEITURA

#### Termo de Homologação

PROCESSO SELETIVO  
EDITAL Nº 016/2013  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella, juntamente com a Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, homologa o resultado final do Processo Seletivo originado pelo Edital nº 016/2013, para preenchimento de vagas para o cargo de Médico para o Estratégia Saúde da Família, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 10 de maio de 2013.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

MARCO ANTONIO HACHMAN  
Secretário da Administração e Finanças

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0046/2013 - Tomada de Preço Nº 0005/2013

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0046/2013  
TOMADA DE PREÇO Nº 0005/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas para aquisição de materiais e contratação de empresa para construção de muro de contenção em alvenaria de blocos, para creche, visando o desempenho das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: às 09h15min do dia 28 de maio de 2013. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de maio de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 10 de maio de 2013.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 188 de 10.05.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 188/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99 e tendo em vista o Resultado Final do Processo Seletivo - Edital nº. 001/2013/SMECE;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário PATRICIA PEREIRA, para exercer as funções do Cargo de Professora ACT - 20 horas, Nível I, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar como Segundo professor na Turma do 5º ano, pelo período de 13.05.2013 a 20.12.2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado, 10 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 59-2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2013- PMC

Objeto: Aquisição de itens diversos para atendimento de projetos a serem executados com as famílias beneficiadas pelo programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Frei Lency II, com recursos oriundos do projeto de Trabalho Técnico Social nº 0329.937.72 firmado com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 27/05/2013. Abertura: dia 27/05/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 10 de maio de 2013.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 1/2013- Fmc**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2013- FMC

Objeto: Aquisição de trajes de dança modelo carnavalito, visando a melhoria no desenvolvimento das atividades das oficinas artísticas da Fundação Municipal de Cultura, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/05/2013.

Abertura: dia 28/05/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 17 de maio de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação de Cultura

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 57/2013- PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2013- PMC

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, descartáveis, troféus e confecções diversas e contratação de serviço de decoração, locação de mesas, toalhas e sobretoalhas, visando a atender às necessidades da XXVIII Festa Nacional do Leitão Assado - FENAL, em concordância com o disposto na Lei Municipal nº 3.999/2008 e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 27/05/2013.

Abertura: dia 28/05/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 09 de maio de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 13-2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 13/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput I da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09 de maio de 2013, para serviço de internação de pacientes em Clínica Especializada, em cumprimento a determinações judiciais, a favor da ASSOCIAÇÃO

PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E TOXICOMANOS, no valor estimado de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Concórdia, SC, 09 de maio de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 14-2013 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nº 14/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput I da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 09 de maio de 2013, para Credenciamento de Prestadores de Serviço de Saúde para consultas especializadas de alta complexidade, exames de alto custo e cirurgias eletivas, a favor da FST SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES SS, no valor estimado de R\$ 14.912,00 (quatorze mil novecentos e doze reais).

Concórdia, SC, 09 de maio de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

**Lei 1013/2013 Concede Incentivo Estrutural À Empresa Sediada No Município**

LEI Nº1013 /2013

"CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À EMPRESA SEDIADA NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI 215/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei: Art.1.º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder os incentivos estruturais previstos no inciso VI do artigo 7º da Lei Municipal nº. 215/97, à Empresa SÊNDOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.863.827/0001-80.

§ 1º O benefício consiste na Cessão de Uso de imóvel de propriedade da municipalidade, lote urbano nº 53 da quadra nº 24, localizado no distrito de Fernando Machado, medindo 1000m² de área, matrícula n.º57.144, o qual está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei, e conforme determina a Resolução nº 003 /2013 - do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

§ 2º Disponibilização de máquinas para auxiliar no serviço de terraplenagem do terreno, citado no § 1º.

§ 3º A cessão referida no caput deste artigo dar-se-á para fim específico de instalação da Indústria (fabricação de vassouras e escovas para limpeza) e comercialização de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, excluída qualquer outra atividade diferente.

§ 4º O prazo para implantação da referida indústria e de 06 (seis)



meses a contar da cedência do imóvel mediante termo de contrato de concessão real de uso.

§ 5º O prazo de duração desta Cessão de Uso ou Concessão Real de uso é de 10 (dez) anos, renováveis por períodos iguais e sucessivos, desde que acordado entre as partes.

Art. 2º. No caso de fechamento da empresa por qualquer motivo, o imóvel reverterá ao patrimônio público com as benfeitorias fixas, ali edificadas, sem direito a indenização.

Art. 3º. A empresa poderá fazer proposta de compra do imóvel no prazo de duração da concessão, e o preço será embasado na avaliação atual corrigida pelo INPC ou outro índice que o vier substituir.

Art. 4º A empresa beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 5º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de maio do ano 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Lei 1014/2013 Altera Dispositivo da Lei 895/2010**

Lei Nº1014/2013

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI 895/2010 QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei

Art. 1º - Fica suprimido o inciso VII do art. 24 da Lei 895, de 15 de março de 2010 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - Os demais dispositivos da Lei ficam inalterados e em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de maio de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### **Decreto N. 364/2013**

DECRETO Nº 364/2013, DE 08 DE MAIO DE 2013

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 04 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. LUCIANI TEREZINHA KNAKEVICZ, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de Maio de 2013

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

### **Editais de Convocação Audiência Pública - 1. Quadrimestre de 2013**

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, c/c com o § 1º do art. 166 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, convida os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo do Município e demais integrantes do Poder Legislativo e a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no dia 24 de maio de 2013, às 19:00 horas, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais relativas ao PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício 2013, e captação de propostas de investimentos para a elaboração do Plano Plurianual - PPA, para o quadriênio 2014 a 2017 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício 2014.

Cordilheira Alta SC, 10 de Maio de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

## **Corupá**

### **PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 2537/13**

PORTARIA Nº 2537/13

DESIGNA OS MEMBROS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com a Lei Municipal nº 2087/13,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde - CMS, de acordo com o Art. 3º à 5º da Lei Municipal nº 2087/13:

Representantes de Entidades de usuários do Sistema Único de Saúde - SUS

Das APP's:

Titular: Rosane Martini Berti

Suplente: Ingrid Gobi

Do Grupo União da Terceira Idade:

Titular: Norma Denk Lange

Suplente: Alcides Estanislau Dalsenter

Do Conselho Tutelar:

Titular: Reintraud Menestrina

Suplente: Dorilde Langer Schmoeller

Da Associação de Bombeiros Voluntários de Corupá

Titular: Kamille Rainiak

Suplente: Cláudio Sidnei Siqueira

Do Conselho Pastoral Paroquial

Titular: Eliana Machado

Suplente: Irene Baade

Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Juvenal Mokwa

Suplente: Orlando Lempke

Representantes dos Trabalhadores em Saúde Municipal

Da classe Médica

Titular: Dra. Nágia Fernanda Signoretti Rufas

Suplente: Dra. Ana Cecília Medeiros Mano Azevedo

Dos técnicos em Saúde

Titular: Evelia Athlene Sell

Suplente: Aparecida Inês Corrêa

Representantes dos Prestadores de Serviço

Do Hospital e Maternidade Jaraguá (P.A)

Titular: Franciesca Morgana Gasparetto Farias

Suplente: Dayana Joice Mahs de Freitas

Do Laboratório Corupaense de Análises Clínicas

Titular: Rita Cássia Marisavi Zonta Ximenes

Suplente: Luciane Müller

Representantes do Poder Executivo

Da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Titular: Fernando Gean Lunelli

Suplente: Ederson Cleiton Mahs

Da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Cristiane Marilei Kujaski

Suplente: Anita Aparecida Krisanski

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Corupá/SC, 30 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 97/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 97/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, Prestação de Serviço de Segurança Privada para Expocentro/2013, que será realizada nos dias 11 a 14 de julho de 2013, Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 24/05/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 24/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 09 de Maio de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro



**Ata de Registro de Preços**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO 78/2013

Página: 1/6

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 78/2013****Data do Registro: 09/05/2013****Válido até: 09/05/2014**

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PASTAS AZ LOMBO LARGO COM 20 UNIDADES (01-01-4682)	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	MARCARI	0	97,5800	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	CHIES	0	97,6000	2
2	TONNER 35X (01-01-5176)	UN	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	190,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	190,4000	2
3	TONNER 36A (01-01-5172)	UN	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	197,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	197,1000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CB436A	0	198,0000	3
4	TONNER 51A (01-01-5178)	UN	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	395,5200	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP Q7551A	0	450,0000	2
5	TONNER 64A (01-01-5179)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	483,4000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CC364A	0	485,4800	2
6	TONNER 64X (01-01-5177)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CC364	0	775,0000	1
7	TONNER 85 A (01-01-5103)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	197,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 2/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 78/2013****Data do Registro: 09/05/2013****Válido até: 09/05/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	TONNER HP 05 A (01-01-5107)	UN	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	197,2000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CE285A	0	197,9800	3
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	239,9500	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	239,9700	2
9	TONNER HP 15-A (01-18-4801)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CE505A	0	239,9900	3
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	210,9500	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	210,9700	2
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	197,0000	1
10	TONNER HP 36X (01-01-5170)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	197,1000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CB436	0	197,9900	3
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	69,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	69,4000	2
11	CARTUCHO HP 56 (01-01-5197)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C6656A	0	69,5000	3
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	69,0000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	69,4000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C6656A	0	69,5000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 3/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 78/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	CARTUCHO HP 57 (01-01-4360)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	111,0000	1
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	111,4000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C6657	0	112,0000	3
13	TONNER CE 285A (01-18-4868)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	227,0000	1
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	228,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP CE285A	0	229,9900	3
14	TONER HP 12-A (01-18-4482)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP Q2612A	0	229,2000	1
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	229,3000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	229,8000	3
15	CARTUCHO HP 78 (01-01-5201)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C6578DL	0	239,8000	1
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	239,9000	2
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	248,9500	3
16	CARTUCHO HP 15 (01-01-4989)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C6615A	0	283,0000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 4/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 78/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	283,5000	2
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	284,5000	3
17	CARTUCHO PARA IMPRESSORA LEXMARK 120185L (01-01-5202)	UN	ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	168,6000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	LEXMARK	0	168,9000	2
			INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	LEXMARK	0	168,9700	3
18	CARTUCHO HP 92 (01-01-4303)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	54,6000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C9362WB	0	54,6500	2
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	54,9500	3
19	CARTUCHO HP 93 (01-01-5204)	UN	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP (336361)	HP	0	76,2000	1
			ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN (336358)	HP	0	76,3000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 5/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013****Número do Registro de Preços: 78/2013****Data do Registro: 09/05/2013****Válido até: 09/05/2014****Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - ME (334896)	HP C9163WB	0	76,9900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 6/6

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**

Número do Registro de Preços: 78/2013

Data do Registro: 09/05/2013

Válido até: 09/05/2014

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLICIA MILITAR E PROCON, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 78/2013****PROCESSO Nº 78/2013**

(334896) - ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA - ME

(336358) - ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E IN

(336361) - INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

Curitibanos, 9 de Maio de 2013.



**Ermo****PREFEITURA****Portaria Nº 081, de 06 de Maio de 2013.**

PORTARIA Nº 081, de 06 de maio de 2013.

Substitui Servidor Admitido em Caráter Temporário (ACT)- Conselheiro Tutelar.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 020, de 21 de maio de 1997 e alterações posteriores.

Considerando o Edital nº 001/2013 de 11 de março de 2013 que dispõe sobre a Eleição dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Ermo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Substituir, a pedido, a senhorita Alessandra Cátia Inácio pela senhora Paula de Moraes Cidade para, em Caráter Temporário, para ocupar o cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, com vencimentos estabelecidos em lei conforme Art. 27, § 1º da Lei nº 305, de 19 de novembro de 2012.

Art. 2º Sendo o Caráter Temporário da Admissão, conforme dispõe o Art. 1º, a contratação iniciará em 03 de maio de 2013 com mandato de até 04 (quatro) anos, permitida uma reeleição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 06 de maio de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria Nº 082, de 06 de Maio de 2013.**

PORTARIA Nº 082, de 06 de maio de 2013.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a necessidade de servidor para atuar junto à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir LIDIANE COSTA DA ROSA, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 06 de maio de 2013 a 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo -SC, em 06 de maio de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

**Erval Velho****PREFEITURA****Extrato de Edital de Processo Seletivo**

EDITAL Nº 003/2013, de 10 de maio de 2013.

Abre inscrições e estabelece normas para Processo Seletivo destinado a contratação de Professor de Inglês para Rede Municipal de Ensino.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nºs 0899/99, 0937/01, Lei Complementar nº 021/2009 e 007/2001, estabelece normas para a realização do Processo Seletivo Simplificado de prova de títulos para Professor de Inglês que será contratado em caráter temporário para atuação no Município de Erval Velho.

**DO CARGO, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS.**

Cargos	C a r g a Horária Semanal	R e m u - n e r a ç ã o Mensal	Habilitação Mínima para Contratação
Profesor de Inglês	20 horas	R\$ 903,50	Professor habilitado:
			a) Portador de Diploma habilitação de licenciatura plena na disciplina específica (Letras com habilitação em Inglês); b) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina, freqüentados ou ministrados nos anos de 2011/2012, concluídos no período de 01/01/2011 a 31/12/2012; (0,5 - cinco décimos- para 40 horas de curso).
Profesor de Inglês	20 horas	R\$ 705,19	Professor não habilitado:
			a) Matriculados em curso de licenciatura plena, na disciplina específica, (Letras com Habilitação em Inglês), comprovado mediante atestado de matrícula da Instituição de Ensino Superior; b) Cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina, freqüentados ou ministrados nos anos de 2008/2009, concluídos no período de 01/01/2011a 31/12/2012; (0,5 - cinco décimos- para 40 horas de curso).

O Edital completo estará disponível a partir do dia 13/05/2013 na prefeitura da municipalidade, com a Senhora Sandra Fattori Bess.

Erval Velho, SC, 10 de maio de 2013.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Prefeito Municipal

## Faxinal dos Guedes

### PREFEITURA

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0022/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0022/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Rosecler Justina Feo Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a casa da criança e peti Valor: R\$ 1.239,22 (mil duzentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0007/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0003/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0023/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0023/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Siprolimp - Simionato produtos de limpeza Ltda Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a casa da criança e peti Valor: R\$ 1.300,76 (mil e trezentos reais e setenta e seis centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0007/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0003/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0024/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0024/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 1.064,29 (mil e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0024/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0024/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Adeval bike Papelaria e bazar Ltda ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 1.064,29 (mil e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0025/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0025/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: AP Oeste Distribuidora de alimentos Ltda - EPP Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 588,96 (quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal.

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0026/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0026/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Lange Alimentos Ltda Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 320,42 (trezentos e vinte reais e quarenta e dois centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Contrato Contrato Nº. 0027/2013

Estado De Santa Catarina Município De Faxinal Dos Guedes Extrato De Contrato Contrato nº. 0027/2013 Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Marcelo Canello ME Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene e limpeza destinados a secretaria de assistência social, Cras, abrigo municipal e grupo de idosos. Valor: R\$ 1.690,20 (mil seiscentos e noventa reais e vinte centavos) Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0004/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 29 de abril de 2013.

EDEGAR GIORDANI  
Prefeito Municipal

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 049, de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 049, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPORER CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e





XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com a Lei nº. 1.323, 21 de novembro de 2007,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Administração do Regime Próprio de Previdência, os seguintes membros:

I - Representantes do Governo Municipal indicados pelo Poder Executivo:

- a) Titulares: Andressa Westrup Wernke e Elisandra Colombo Donato;
- b) Suplentes: Jadna Colombo Pereira e Paula Pokamaja Teixeira.

II - Representantes do Governo Municipal indicados pelo Poder Legislativo:

- a) Titular: Vaudriana Savi;
- b) Suplente: Neiro José Padilha.

III - Representantes dos segurados ativos indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais:

- a) Titulares: Jerson da Silva Mota e Valmir Hobold;
- b) Suplentes: Armando Sartor e Alice Ronchi.

IV - Representantes dos servidores inativos e pensionistas indicados pelo Sindicato dos Servidores Municipais:

- a) Laurita Preis;
- b) Tecla Backes Martins.

Art.2º Caberá à servidora Andressa Westrup Wernke a presidência do Conselho de Administração com a suplência da servidora Elisandra Colombo Donato.

Art. 3º O exercício do cargo no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Forquilha será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 4º O exercício do cargo no Conselho Gestor do Fundo Municipal de Assistência dos Servidores de Forquilha será considerado serviço público relevante sem ônus para o Município.

Art. 5º A vigência deste Decreto será de 02 (dois) anos.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Decreto Nº. 050, de 19 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº. 050, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

CRIA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a portaria do MEC Nº1407 de 14 de dezembro de 2010. Considerando as deliberações da Conferência Nacional de Educação - CONAE/2010; considerando a necessidade de traduzir, no conjunto das ações da Secretaria de Educação, políticas educacionais que garantam a democratização da gestão e a qualidade social da educação,

**DECRETA:**

Art. 1º O Fórum Municipal de Educação de Forquilha, de caráter

permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, o Plano Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações, e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação.

Art. 2º Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal, bem como divulgar suas deliberações;
- II - Elaborar o Regimento Interno, bem como o da Conferência Nacional de Educação- Etapa Municipal;
- III - Oferecer suporte técnico às escolas e entidades educacionais para a organização do dia da CONAE na escola e na sua entidade;
- IV - Acompanhar e avaliar o processo de implantação das deliberações da Conferência Nacional de Educação, etapa municipal;
- V - Planejar e organizar espaços de debates sobre a Política Municipal de Educação;
- VI - Elaborar o Plano Municipal de Educação;

Art. 3º O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- a) Secretaria Municipal de Educação;
- b) Representante do Conselho Municipal de Educação - CME;
- c) Representante de pais de alunos;
- d) Representante dos Diretores municipais, estaduais e particulares;
- e) Representante dos profissionais da Educação municipal, estadual e particular;
- f) Representante dos Estudantes, estaduais e particulares;
- g) Representante dos Estudantes Universitários;
- h) Representante da Educação de Jovens e adultos;
- i) Representante da Entidade de Educação Especial;
- j) Representante do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- k) Representante da Câmara de Vereadores;

Art. 4º Os representantes de que trata o art.3º serão indicados pelos titulares e dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação de Forquilha serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para este fim, observadas as disposições deste decreto.

Parágrafo único. O Fórum será coordenado pela Secretaria de Educação.

Art. 6º O Fórum, a Conferência Nacional de Educação - etapa municipal, a implementação do Plano Municipal de Educação, estarão administrativamente vinculada a Secretaria de Educação de Forquilha, para garantir seu funcionamento.

Art. 7º Os representantes de que trata o art.3º deste Decreto, não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Decreto Nº. 051, de 19 de Abril de 2013.**

DECRETO Nº. 051, DE 19 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria MEC Nº 1.407, de 14 de dezembro de 2010. Considerando a composição do Fórum Municipal de Educação,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Fórum Municipal de Educação de caráter permanente, do município de Forquilha/ SC, composto pelos seguintes membros:

I - Sonia Regina Silveira Gonçalves, Rosane Gava Padoin, Daiana Candido da Silveira Minatto, Carlene da Silva Forgiarini, Ana Lucia da Silva, Maria Aparecida Motta Steiner, Eva Moro Botelho Hoepers, Mariane Rocha Niehues e Sonia Regina Alamini como representantes da Secretaria de Educação;

II - Daiane Savi, representante do Conselho Municipal de Educação;

III - Gislane Fábio Carboni, representante de pais de alunos;

IV - Janaina Benincá Machado e Jucelma da Silva Martins Beretta representantes dos Diretores Municipais;

V - Nisete Nuernberg Manica, representante dos Diretores Estaduais;

VI - Mariléia Preis de Faveri, representante dos Diretores Particulares;

VII - Maria Edilene Brognoli, Alessandra Luiz Beretta e Zilda Horr, representantes dos profissionais da rede municipal de ensino;

VIII - Valdirene Fernandes, representante dos profissionais da rede estadual de ensino;

VX - Maria Liberaci Motta Bristot, representante dos profissionais da rede particular de ensino;

X - Bruno Piccolo, representante da rede estadual de ensino;

XI - Paloma Braga Garcia, representante da rede particular de ensino;

XII - Daniela Faraco Peruchi, representante dos Estudantes Universitários;

XIII - Karla Karoline Gava, representante da Educação de Jovens e Adultos;

VX - Perpétua Rocha Búrigo, representante da Entidade de Educação Especial;

XV - Mabel Tibes da Silva, representante do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente - CMDCA;

XVI - Dimas Kammer, representante da Câmara de Vereadores.

Art. 2º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Forquilha/SC, 19 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 19 de abril de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Extrato de Contrato Nº. 104/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 104/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LIVRARIA DANI LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição pelo CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de Materiais didáticos, através de empresas do ramo pertinente, para atendimento as escolas da rede municipal de ensino básico do município

de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 7.052,90 (sete mil e cinquenta e dois reais e noventa centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite Nº 56/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 03 de maio de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 98/PMF/2013**

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 98/PMF/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO - LOGOS ASSESSORIA E PROJETOS LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem pôr objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria continuada para a Elaboração de projetos e Gestão de Contratos e Convênios com o Governo Federal, para o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais).

DO PRAZO - 02/05/2014.

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23).

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e Tomada de Preço nº 48/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02/05/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 24/2013**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 24/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 87/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CARDIAL STANDS LTDA

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato PMF 87/2013 em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) conforme necessidade mencionada pela Secretaria de Esporte e Cultura que independentemente de sua transcrição faz parte deste termo.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 23/04/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Fraiburgo**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 1512/2013**

PORTARIA N.º 1.512, DE 10 DE MAIO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de ALISARA DAS ALMAS PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.807.009-42,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 09 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1513/2013**

PORTARIA N.º 1.513, DE 10 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0736/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARCELA NUNES PRESTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.911.069-81, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1514/2013**

PORTARIA N.º 1.514, DE 10 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0737/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, DORACY CAMPO-LIM DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.252.259-05, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de maio de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 1515/2013**

PORTARIA N.º 1.515, DE 10 DE MAIO DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0735/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 18 (dezoito) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora IVONEIDE INÁCIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 036.595.969-30, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, pelo período de 13 de maio de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

#### **1º Aditivo ao Edital de Seleção Para Admissão Em Caráter Temporário - Act Nº 0023/2013**

1º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0023, DE 29 DE ABRIL DE 2013. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

#### **FAZ SABER:**

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0023, de 29 de abril de 2013, para a função pública de Médico - Clínico Geral, até o dia 21 de maio de 2013, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Centro, município de Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 10 de maio de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação Cancelada do Pr12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
AVISO LICITAÇÃO CANCELADA  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 12/2013

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que restou CANCELADA o Pregão Eletrônico nº12/2013 que teve por objeto o serviços de manutenção e implantação de melhorias em vias públicas no município de Garopaba.

Garopaba, 09 de maio de 2013.  
RAFAEL DE SOUZA  
Pregoeiro

#### Extrato de Ata de Registro de Preço Nº35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2013  
FMS

Ata nº. 35/2013; Processo nº. 94/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Contratada: PRINTER INK DO BRASIL LTDA; Objeto: contratação de empresa para fornecimento de toner e cartuchos de tintas novos, para uso das secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Valor: R\$36.871,08;

Data da Assinatura: 13/05/2013.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Resolução Nº 8/2013

RESOLUÇÃO Nº 8/2013

“Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de abril de 2013

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de abril de 2013 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 08 de maio de 2013.  
ROGÉRIO LINHARES  
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oito dias do mês de maio de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

## Garuva

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação PMG 12/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº 012/2013  
Tipo de julgamento: Menor Preço Mensal

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria Técnica para orientação na elaboração e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 27/05/2013 as 09:00 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 09 de maio de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

#### Aviso de Licitação PMG Nº 007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia PMG Nº007/2013  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a aquisição e instalação de sistema semafórico, no entroncamento da Av. Celso Ramos com a Av. Paraná (SC 415), incluindo o fornecimento de material e mão de obra, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha e Projetos anexos.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 29/05/2013 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 09 de maio de 2013.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal



**Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 013/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: VIA D'ÁGUA - COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDICÇÃO, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA - ME

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.  
VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014  
PRAZO: 12 (doze) meses  
VALOR TOTAL: R\$ 3.670,00 (TRES MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato 05/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 011/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 05/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: Distribuidora FPGás Ltda - ME

OBJETO: Aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) de 13 e 45 kg, com entrega de forma parcelada, para a utilização das Unidades Escolares, Programas da Secretaria Municipal de Educação e Unidades da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, de acordo com a Planilha e o Memorial Descritivo.  
VIGÊNCIA: 23/04/2013 a 22/04/2014  
PRAZO: 12 (doze) meses  
VALOR TOTAL: R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais)

DATA DE ASSINATURA: 18/04/2013  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMG 004/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 018/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 004/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: L & E Comércio Atacadista Ltda Me

OBJETO: Constitui Objeto do presente instrumento, aquisição de 400 (quatrocentas) cestas básicas, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades das Famílias em situação de vulnerabilidade social.  
VIGÊNCIA: 29/04/2013 a 28/04/2014  
PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 44.316,00 (quarenta e quatro mil trezentos e dezesseis reais)

DATA DE ASSINATURA: 25/04/2013  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 017/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: MULTILIT INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.  
VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014  
PRAZO: 12 (doze) meses  
VALOR TOTAL: R\$ 37.620,88 (TRINTA E SETE MIL, SEISCENTOS E VINTE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 016/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: Hidroluna Materiais para Saneamento Ltda

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.  
VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014  
PRAZO: 12 (doze) meses  
VALOR TOTAL: R\$ 5.120,00 (CINCO MIL, CENTO E VINTE REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 015/2013  
MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013  
CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal  
CONTRATADA: MARGEM COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do



Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.  
VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 42.845,00(QUARENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 014/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: TROIANA EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.

VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 651,50 (SEISCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato PMG 006/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO PMG Nº 012/2013

MODALIDADE: Pregão Presencial PMG nº 006/2013

CONTRATANTE: Município de Garuva/Prefeitura Municipal

CONTRATADA: LEA LOUREIRO - ME

OBJETO: Aquisição de materiais diversos, para a manutenção do Sistema Municipal de Água, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento Ambiental.

VIGÊNCIA: 06/05/2013 a 05/05/2014

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR TOTAL: R\$ 46.720,00(QUARENTA E SEIS MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS)

DATA DE ASSINATURA: 30/04/2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato PMG 014/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019 - Processo PMG nº 014/2013

Modalidade: Dispensa de Licitação

Contratado: Vilmar Campos Gabriel

Contratante: Município de Garuva/Prefeitura Municipal de Garuva

Objeto: Locação de uma sala com 42m², situada na Rua Rui Barbosa, nº 693, térreo, Centro, nesta Cidade, para a instalação da Sede da Mediação Familiar, conforme convênio com o tribunal de justiça.

Valor Mensal: R\$ 518,00(quinhetos e dezoito reais)

Dotação: 04.01.2007.339036-10000 - Manutenção do Departamento de Administração

Data de Assinatura: 29/04/2013.

Prazo: 12 (doze) meses.

Amparo Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/93.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

### **Retificação Pregão Presencial Nº. 001/2013**

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO E ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, transfere a data para entrega de envelopes e abertura do processo licitatório, que seria realizado no dia 21 de maio de 2013 para o dia 28 de maio de 2013, RETIFICANDO O EDITAL DE LICITAÇÃO PARA QUE NO ÍTEM 15 ONDE LÊ-SE "DECRETO MUNICIPAL Nº 70/2006", LEIA-SE "LEI Nº. 10.520, DE 07/07/02 (DOU DE 18.07.2002) E DEMAIS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADA COM A LEI FEDERAL 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, OBSERVADO TAMBÉM O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS"; E ONDE CONSTA A DATA DO DIA 21 DE MAIO DE 2013 PARA CONSTAR O DIA 28 DE MAIO DE 2013, passando o Aviso de Licitação vigorar com a seguinte redação:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, torna público que às 14h (quatorze horas) do dia 28 de maio de 2013, na sala de reuniões de Licitação da Câmara de Vereadores, situada na Rua Castro Alves, nº. 44, Centro, Garuva/SC, Centro, Garuva/SC, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, do tipo PRESENCIAL, que obedecerá às disposições da Lei nº. 10.520, de 07/07/02 (DOU de 18.07.2002) e demais alterações posteriores, combinada com a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, observado também o presente edital e seus anexos.

PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DOS ENVELOPES:

A entrega e protocolo dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas dar-se-á até às 13h00m horas do dia 28 de maio de 2013, na sala de reuniões de Licitação da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DOS ENVELOPES:

A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas dar-se-á até às 14h00m do dia 28 de maio de 2013, na sala de reuniões de Licitações da Câmara de Vereadores.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 14 (QUATORZE) NOTEBOOKS, conforme especificações técnicas contidas no anexo VI deste edital, para fornecimento para a Câmara Municipal de Garuva/SC, seguindo disposições Lei nº. 10.520, de 07/07/02 (DOU de 18.07.2002) e demais alterações posteriores, combinada com a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, observado também o presente edital e seus anexos.

INFORMAÇÕES: O Ato Convocatório completo e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Castro Alves, nº. 44, Centro, Garuva- SC, ou através do site da Câmara Municipal de Garuva.

Garuva(SC), 13/05/2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE GARUVA  
Luciany Eliza Miranda Piske Boeing  
Presidente

## Gaspar

### PREFEITURA

#### **Decreto Nº 5.468, de 08 de Maio de 2013.**

DECRETO Nº 5.468, DE 08 DE MAIO DE 2013.

REINTEGRA A SERVIDORA CELINA ADELAIDE SANSÃO SPENGLER AO CARGO EFETIVO DE PROFESSORA E REVOGA O DECRETO Nº 1.679, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2006.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e

Considerando a decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara do Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário de Blumenau-SC, nos autos registrados sob nº 2010.72.55.006161-7, que reconheceu a legalidade da cessação do benefício previdenciário concedido pelo INSS à servidora Celina Adelaide Sansão Spengler, determinando sua reintegração em sua lotação pelo Município de Gaspar,

#### DECRETA

Art. 1º Fica reintegrada ao Serviço Público Municipal de Gaspar a servidora CELINA ADELAIDE SANSÃO SPENGLER, ao cargo efetivo de Professora, a qual foi nomeada pelo Decreto nº 390/1992, em razão do cancelamento de sua aposentadoria pelo INSS.

Art. 2º Em virtude da reintegração da servidora, fica revogado o Decreto nº 1.679, de 01 de dezembro de 2006, que declarou a vacância de seu cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria RH 26/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 26/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Sueli Guilhermina Parme, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 30/03/2007 a 30/04/2012, devendo folgar a partir de 02/05/2013 a 30/07/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2013.

Gaspar, 09 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

#### **Portaria RH 27/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 27/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Maria Godri, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 20/03/2007 a 07/04/2012, devendo folgar a partir de 02/05/2013 a 30/07/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/05/2013.

Gaspar, 09 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

#### **Portaria RH 28/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 28/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Maria Rogéria da Silva, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 16/02/2008 a 06/04/2013, devendo folgar a partir de 06/05/2013 a 03/08/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/05/2013.

Gaspar, 09 de maio de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

#### **Portaria RH 29/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR  
PORTARIA RH 29/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Kátia Rozana Spengler, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 06/02/2006 a 11/02/2011, devendo folgar a partir de 13/05/2013 a 10/08/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 09 de maio de 2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

### **Aviso do Pregão Presencial FMS Nº 85/2013**

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial FMS nº 85/2013

OBJETO: Registro de Preços de Fórmulas Infantis Antirrefluxo destinadas à pacientes domiciliares atendidos pela Secretaria Municipal da Saúde. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 9h do dia 24/05/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 24/05/2013 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 10/05/2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

### **Aviso do Pregão Presencial Nº 86/2013**

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 86/2013

OBJETO: Registro de Preços para prestação de serviços de assistência técnica e manutenção (reparos, consertos, instalações, configurações, manutenções preventivas e corretivas) em equipamentos de informática - Repete. A ENTREGA dos envelopes, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até às 14h dia 23/05/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 23/05/2013 às 14h30min. local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 10/05/2013.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito

## Herval d'Oeste

**PREFEITURA**

### **Lei Nº 2.984/2013.**

LEI Nº 2.984/2013.

"INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE HERVAL D'OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 1º. Esta Lei disciplina a organização do Sistema de Educação do Município de Herval d'Oeste/SC, com ênfase na educação escolar que se desenvolve predominantemente por meio do ensino em instituições próprias. Fazem parte do Sistema Municipal as instituições municipais e privadas de Educação Básica e os órgãos municipais de educação: Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino em Herval d'Oeste/SC será ministrado com base nos seguintes princípios e fins da educação nacional:

- I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e aos direitos;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas do Sistema de Educação;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

#### **SEÇÃO I**

Das Responsabilidades do Poder Público Municipal com a Educação Escolar

Art. 4º. São atribuições do Poder Público Municipal de Herval d'Oeste/SC, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, cumpridas as determinações do artigo 30, inciso VI, da Constituição Federal:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do Sistema de Educação, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e a do Estado;
- II - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental;
- III - exercer ação redistributiva no que compete a gestão de recursos financeiros, humanos e materiais;
- IV - sancionar normas complementares para o Sistema de Educação;
- V - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do Sistema de Educação;
- VI - oferecer a Educação Infantil e Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- VII - assumir o transporte escolar dos alunos em regime de

colaboração com o Estado e a União.

Art. 5º. A responsabilidade do Município com a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de:

I - Ensino Fundamental, com duração de nove (9) anos, iniciando aos seis anos de idade, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso, na idade própria, a essa etapa da educação básica;

II - Atendimento educacional gratuito e especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais: a) formação para os professores; b) acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos mobiliários, nos equipamentos e nos transportes; c) articulação das políticas públicas educacionais; e d) acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular;

III - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos e 11 meses de idade;

IV - Oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, em regime de colaboração com o Estado, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência e qualidade na escola;

V - Atendimento ao aluno na Educação Infantil e no Ensino Fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático e tecnológico, transporte, alimentação e assistência à saúde e segurança, em colaboração com outros órgãos, em nível federal, estadual e municipal;

VI - Garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

VII - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, independente da escolarização anterior;

VIII - Promoção progressiva de ampliação do atendimento à Educação Infantil, a universalização do Ensino Fundamental e a erradicação do analfabetismo mediante colaboração técnica e financeira da União, do Estado, inclusive, da iniciativa privada;

IX - Estabelecimento de mecanismos institucionais à implantação e manutenção da Educação Profissional para formação de nível básico, inclusive a alunos com necessidades especiais, em regime de parceria;

X - Assegurar o cumprimento da legislação vigente no que dispõe sobre o Plano de Cargos e Salários e regulamenta o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, respectivamente;

XI - Cumprir e fazer cumprir os objetivos e metas do Plano Municipal de Educação;

XII - Garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definidos com a qualidade e quantidade mínima por aluno de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Parágrafo único. Qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda o Ministério Público, poderá acionar o Poder Público Municipal, para exigir o atendimento da Educação Básica nos termos da Constituição Federal/LDB.

Art. 6º. O Poder Público Municipal incumbir-se-á de organizar, administrar e manter o Sistema de Educação de Herval d'Oeste/SC, nos termos desta Lei e em cumprimento à legislação vigente.

Art. 7º. É direito dos pais, responsáveis e conviventes, terem ciência do processo pedagógico das instituições educacionais integrantes deste Sistema de Educação, bem como conhecer o Projeto Político Pedagógico correspondente, sendo-lhes assegurado, sistematicamente, as informações pertinentes à frequência e rendimento de seus filhos.

### CAPÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 8º. A administração do Sistema Municipal de Ensino será exercida:

I- pela Secretaria Municipal de Educação, órgão executivo, com atribuições de planejamento, coordenação, execução, administração, supervisão, avaliação e as demais definidas em lei própria;

II- pelo Conselho Municipal de Educação, órgão normativo, deliberativo e consultivo com atribuições previstas em Lei e no seu Regimento.

Art. 9º. O Sistema Municipal de Educação de Herval d'Oeste compreende:

I- a rede pública, integrada pelas instituições de Ensino Fundamental e de Educação Infantil criadas e incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público municipal;

II- a rede privada, integrada pelas instituições de Educação Básica, mantidas e administradas pela iniciativa privada;

III- os órgãos e serviços municipais de educação;

IV- o Plano Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Município, por meio dos órgãos responsáveis pela educação municipal, baixará normas complementares às nacionais que garantam organicidade, unidade e identidade ao Sistema de Educação, nos termos da legislação vigente.

#### SEÇÃO I

##### Das Instituições Educacionais

Art. 10. Entende-se por instituições municipais de ensino as unidades escolares criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal, com a finalidade de assegurar o acesso aos níveis obrigatórios da educação básica no âmbito do Município.

Art. 11. As instituições municipais de ensino, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Educação, terão a incumbência de:

I - elaborar, executar e avaliar coletivamente o Projeto Político Pedagógico;

II - elaborar o Regimento Escolar promovendo o seu cumprimento;

III - fazer a gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros em consonância com a Secretaria Municipal de Educação;

IV - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas, zelando pela assiduidade do aluno;

V - fazer cumprir o plano de trabalho de cada docente;

VI - promover estratégias para a recuperação dos alunos de menor rendimento com base nas metas do Projeto Político Pedagógico;

VII - articular-se com as famílias e a comunidade, propiciando sua integração;

VIII- informar aos pais, responsáveis e conviventes, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução do Projeto Político Pedagógico da escola;

IX - notificar ao Conselho Tutelar do município, por intermédio do Programa APÓIA - Combate a Evasão Escolar, a infrequência do aluno considerando cinco faltas consecutivas ou sete alternadas.

Art. 12. A organização administrativo-pedagógica das instituições educacionais será regulada no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, segundo normas e diretrizes básicas fixadas pelos órgãos competentes do Sistema Municipal de Educação.

§ 1º As escolas poderão estabelecer formas de cooperação mútua entre os diferentes setores públicos e privados, em todas as áreas, com a finalidade de aperfeiçoar as condições de ensino e pesquisa.

§ 2º As Unidades Escolares elaborarão o Projeto Político Pedagógico



(PPP) com seus princípios gerais, administrativos e pedagógicos.

§ 3º As instituições educacionais deste Sistema de Educação serão supervisionadas pela Secretaria Municipal de Educação, a partir das normas gerais próprias e as emanadas pelo Conselho Municipal de Educação.

## SEÇÃO II

### Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação, órgão de gestão do Sistema Municipal de Educação, tem por finalidade, elaborar as políticas educacionais do Município, com a participação do Conselho Municipal de Educação, quais sejam:

- I - planejar, executar e supervisionar as instituições oficiais do Sistema Municipal de Educação;
- II - exercer a ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III - apoiar técnico e didático-pedagógico as iniciativas educacionais e de ensino, bem como o relacionamento com os demais sistemas de educação;
- IV - oferecer a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e, com recursos acima dos percentuais vinculados pela Constituição Federal à manutenção e ao desenvolvimento do Ensino;
- V - zelar pela observância da legislação vigente e pelo cumprimento das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação nas instituições que integram o Sistema Municipal de Educação;
- VI - orientar e supervisionar as instituições de iniciativa pública e privada integrantes do Sistema Municipal de Educação;
- VII - realizar, anualmente, o levantamento da população em idade escolar, procedendo a sua chamada para a matrícula;
- VIII - manter atualizado os dados necessários ao gerenciamento da Rede Municipal de Ensino, no que se refere ao corpo discente, ao corpo docente, aos prédios e seus equipamentos, aos níveis e modalidades oferecidos;
- IX - elaborar e executar planos, programas e projetos educacionais no âmbito municipal, obedecendo às diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo local, em consonância com as diretrizes de políticas educacionais definidas nos níveis federal e estadual;
- X - participar na elaboração, execução e avaliação do Plano Municipal de Educação, Plano Plurianual/PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias/LDO e do Orçamento Municipal da Educação.

Art. 14. A Secretaria Municipal de Educação zelar pela observância das leis federais, estaduais e municipais relativas à educação e ao ensino, bem como pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação.

Art. 15. A organização interna da Secretaria Municipal da Educação, a especificação do seu quadro de pessoal e suas respectivas competências serão definidas no Plano de Carreira e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

## SEÇÃO III

### Dos Conselhos

Art. 16. O Conselho Municipal de Educação é um órgão de natureza normativa, consultiva, deliberativa, propositiva, mobilizadora, fiscalizadora, de acompanhamento e controle social do Sistema Municipal de Educação, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A finalidade do Conselho Municipal de Educação é fortalecer e institucionalizar a participação dos setores organizados da sociedade civil, na elaboração de diretrizes e normas

para definição de políticas públicas educacionais, no âmbito do Município.

Art. 17. A organização interna do Conselho Municipal de Educação, seu funcionamento, a sua composição, as formas sob as quais são baixados os seus atos, as relações com os demais órgãos da Administração Pública e privada, o encaminhamento de consultas, processos e proposições, as formas de votação e demais atividades inerentes às suas finalidades serão fixadas em legislação própria.

Art. 18. Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I - baixar normas complementares para o Sistema Municipal de Educação;
- II - autorizar séries, anos, ciclos, cursos, certificação de conhecimentos e cursos livres;
- III - credenciar e autorizar o funcionamento dos estabelecimentos educacionais;
- IV - protocolar, analisar e aprovar os Regimentos Escolares dos Centros de Educação Infantil, Centro Educacional e de Escolas de Ensino Fundamental;
- V - autorizar o funcionamento, desativação ou a extinção de estabelecimentos educacionais;
- VI - fiscalizar o funcionamento dos estabelecimentos educacionais do sistema;
- VII - manifestar-se sobre assuntos de natureza educacional que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, pela Secretaria Municipal de Educação e pelos organismos e/ou entidades que integram o Sistema Municipal de Educação;
- VIII - propor medidas que visam a expansão, implementação e o aperfeiçoamento do Sistema Municipal de Educação;
- IX - manter intercâmbio com outros Conselhos de Educação e/ou através do Fórum de Conselhos;
- X - participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;
- XI - elaborar e reformular seu Regimento Interno que será homologado pelo Poder Executivo Municipal;
- XII - participar do Conselho do Fundo Nacional de Educação Básica (FUNDEB);
- XIII - estabelecer diretrizes gerais para a Educação Básica e para a valorização dos profissionais da educação.

Parágrafo único. Cabe também ao Conselho Municipal de Educação desenvolver as atividades previstas em sua Lei de Criação e Estatuto.

Art. 19. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, nos termos da legislação vigente, é um órgão colegiado de caráter deliberativo, de acompanhamento e de assessoramento ao Município de Herval d'Oeste/SC, nas questões referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com o objetivo de assegurar o controle social deste Programa, através da participação da sociedade civil local nas ações desenvolvidas pelo Poder Público. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar tem as seguintes atribuições:

- I - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- II - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- III - receber e analisar a prestação de contas do PNAE, enviada pela entidade executora e remeter ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, com parecer conclusivo sobre a regularidade da prestação de contas e/ou informar todos os dados solicitados referentes à prestação de contas no SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE;
- IV - orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios na área de estoque;



V - acompanhar e fiscalizar a elaboração dos cardápios pela nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada;

VI - comunicar a Entidade Executora a ocorrência de irregularidades em relação aos gêneros alimentícios;

VII - notificar qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Secretaria Federal de Controle, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;

VIII - acompanhar a execução das formações continuadas desenvolvidas aos funcionários das unidades educacionais;

IX - realizar vistorias nas unidades educacionais.

Parágrafo único. Cabe também ao CAE, desenvolver as atividades previstas na sua lei de criação municipal, em consonância com a lei vigente.

Art. 20. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Herval d'Oeste/SC apresenta como competências:

I - acompanhar e controlar a transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, receber e analisar a prestação de contas referente a esse Programa;

V - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas periodicamente pelo Poder Executivo Municipal e elaborar um relatório anualmente a ser enviado ao FNDE;

VI - outras atribuições que a legislação específica estabeleça.

§ 1º Cabe também ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, desenvolver as atividades previstas nas suas leis de criação e aprovação do Regimento Interno.

§ 2º O parecer de que trata o inciso V deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

#### SEÇÃO IV

##### Do Plano Municipal de Educação

Art. 21. O Sistema Municipal de Educação promoverá ampla mobilização social, visando colher subsídios para a elaboração do Plano Municipal de Educação, com diretrizes e metas para o decênio 2013 - 2023, articulado e em regime de colaboração com o Plano Nacional e o Plano Estadual de Educação.

Art. 22. O Plano Municipal de Educação será elaborado com a participação da sociedade, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, em ação conjunta com o Conselho Municipal de Educação, consonante com os Planos: Nacional e Estadual de Educação, nos termos estabelecidos nas Leis vigentes tendo como diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais;

IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho;

VI - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental;

VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;

IX - valorização dos profissionais da educação; e

X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação

§ 1º O Plano Municipal de Educação expressará a política educacional do Município, definindo diretrizes, metas e estratégias de implementação, responsáveis, prazo e origem dos recursos, a partir do diagnóstico do contexto sócio-educacional, cultural e histórico do Município.

§ 2º Compete a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com o Conselho Municipal de Educação, a mobilização pelo acompanhamento e a avaliação da execução do Plano em ação articulada com o Poder Legislativo e Organizações Sociais atuantes no Município.

§ 3º O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado continuamente, sendo asseguradas avaliações periódicas em fórum próprio, a cada quatro anos de vigência, na perspectiva da construção do Plano Municipal subsequente.

§ 4º A avaliação do Plano Municipal de Educação valer-se-á, também, de dados e análises demandadas por Sistemas de Avaliação Nacional e da própria avaliação institucional da Secretaria Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO IV

##### DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 23. A gestão democrática do ensino público, entendida como ação coletiva e prática político-filosófica, norteará todas as ações de planejamento, formulação, implementação e avaliação das políticas educacionais e alcançará todas as entidades e organismos integrantes do Sistema Municipal de Educação.

Art. 24. A gestão democrática do ensino público municipal será definida em legislação própria, com observância dos seguintes princípios:

I - autonomia progressiva e responsabilização das unidades educacionais na gestão administrativa, financeira e pedagógica;

II - participação colegiada nos níveis deliberativo, normativo e executivo, garantindo a descentralização das decisões do processo educacional;

III - valorização da escola como espaço privilegiado de planejamento e execução do processo educacional;

IV - transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo o zelo pelos bens públicos;

V - transparência e visibilidade ao IDEB, a fim de potencializar e/ou mobilizar estratégias de ensino visando à qualidade na educação;

VI - adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registro relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógico, administrativo, contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar.

Parágrafo único. Integra a comunidade escolar, os(as) alunos(as), seus pais, responsáveis e/ou conviventes, os profissionais da educação e demais servidores públicos em exercício na unidade

escolar e voluntários.

## SEÇÃO I

### Do Conselho Escolar

Art. 25. As instituições da Rede Pública Municipal de Ensino contarão na sua estrutura, organização e funcionamento com Conselhos Escolares, propondo-se expressão de gestão democrática e instância máxima deliberativa, consultiva, propositiva e fiscalizadora.

Parágrafo único. O Conselho Escolar, órgão colegiado integrante da organização e funcionamento das escolas e instituições de Educação Infantil, terá como finalidades básicas:

- I - consolidar o processo educativo, buscando co-responsabilidade e socialização do processo decisório pelo fortalecimento, enriquecimento e qualificação do Projeto Político Pedagógico;
- II - promover a integração entre os vários segmentos que participam do processo educativo na escola, viabilizando o exercício democrático, como forma de aprendizado e exigência de cidadania;
- III - potencializar mecanismos para promover o ingresso, permanência com sucesso do aluno na escola.

Art. 26. As diretrizes gerais quanto à eleição, atribuições, composição e funcionamento do Conselho Escolar, serão dispostas em normatização específica a ser baixada pela Secretaria Municipal de Educação, asseguradas, nos termos cabíveis, a autonomia do Regimento Interno da Escola.

Art. 27. As instituições educacionais, comunitárias e/ou filantrópicas, integrantes do Sistema Municipal de Educação, contempladas, sistematicamente, com recursos públicos, providenciarão na sua organização e funcionamento, a constituição de Conselhos Escolares.

## SEÇÃO II

### Do Provimento do Cargo de Direção das Instituições Educacionais Públicas

Art. 28. As diretrizes gerais para o processo de escolha de diretores(as) de instituições educacionais da rede pública municipal de ensino de Herval d'Oeste/SC, serão dispostas em normatização específica a ser baixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal articulado com a Secretaria Municipal de Educação e com o Conselho Municipal de Educação.

## CAPÍTULO V

### DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Art. 29. A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o aluno, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para ter sucesso no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 30. O Sistema de Educação do Município de Herval d'Oeste/SC atenderá as etapas/ciclos iniciais da educação básica:

- I - Educação Infantil que compreende a Creche, englobando as diferentes etapas de desenvolvimento da criança até três (3) anos e onze (11) meses; e Pré-Escola, com matrícula obrigatória, com quatro (4) e cinco (5) anos completos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula;
- II - Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito para as crianças a partir de seis (6) anos completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, com duração de nove (9) anos, organizados em etapas com características próprias;
- III - a primeira etapa denominada de anos iniciais, terá duração de cinco (5) anos e será voltada para estudantes de seis (6) a dez (10) anos de idade; a segunda etapa, denominada de anos finais,

terá duração de quatro (4) anos e será voltada para estudantes de onze (11) a quatorze (14) anos.

Art. 31. A Proposta Pedagógica - base orientadora das atividades desenvolvidas por todos os segmentos da comunidade escolar - define, de forma participativa, as responsabilidades pessoais e coletivas a serem assumidas para a consecução dos objetivos educacionais estabelecidos e devem ser observados para a sua elaboração:

- I - dispositivos constitucionais pertinentes;
- II - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- III - Estatuto da Criança e do Adolescente;
- IV - Princípios e Diretrizes do Plano Nacional de Educação;
- V - Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação;
- VI - Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação;
- VII - Parâmetros Curriculares Nacionais;
- VIII - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil;
- IX - Princípios e Diretrizes do Plano Municipal de Educação;
- X - Referenciais Curriculares da Rede Municipal de Ensino Fundamental;
- XI - Diretrizes Curriculares para o ensino de nove anos; e
- XII - Diretrizes para Educação Infantil.

## SEÇÃO I

### Da Educação Infantil

Art. 32. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creche e pré-escola, tem como finalidade o desenvolvimento da criança de zero (0) a cinco (5) anos e onze (11) meses de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, ético e social, com base no respeito, na construção da identidade, da autonomia, da cidadania, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 33. A Educação Infantil será oferecida nas seguintes instituições:

- I - creches ou entidades equivalentes para crianças até três (3) anos e onze (11) meses de idade;
- II - Centros Municipais de Educação Infantil, para crianças de zero (0) a cinco (5) anos e onze (11) meses de idade;
- III - pré-escola para atendimento as crianças de quatro (4) anos a cinco (5) anos e onze (11) meses de idade, a completar até 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.
- IV - escolas privadas, criadas e mantidas pela iniciativa privada.

Parágrafo único. As instituições de Educação infantil poderão oferecer atendimento parcial ou integral.

Art. 34. As escolas de educação infantil da Rede Pública Municipal serão enquadradas nos moldes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e de acordo com as legislações vigentes.

Parágrafo único. As crianças com necessidades educacionais especiais serão matriculadas nas Instituições Educacionais de Educação Infantil, respeitado o direito ao atendimento especializado adequado em seus diferentes aspectos, para completar e/ou suplementar o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 35. As concepções, os objetivos, as metodologias e a avaliação da Educação Infantil deverão estar explicitadas no Projeto Político Pedagógico das instituições educacionais, atendendo ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e Parecer CNE/CEB.

Art. 36. O currículo da educação Infantil deverá estar em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que nos indica sendo um conjunto de práticas que

buscam articular as experiências e os saberes das crianças, com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Devem considerar a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças e a indivisibilidade do cuidar e educar, sendo sua função ampliar o repertório cultural.

Art. 37. A autorização para funcionamento de estabelecimentos de educação infantil, públicos ou privados, vinculados ao Sistema Municipal de Educação, será concedida pela Secretaria Municipal de Educação, mediante a apresentação de processo próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 38. Na Educação Infantil, a avaliação se fará mediante o acompanhamento e registro descritivo do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

Art. 39. A avaliação na Educação Infantil será realizada semestralmente na pré-escola e anualmente em creche.

Art. 40. Serão garantidos, em normas próprias, padrões básicos de infraestrutura para o funcionamento das instituições de Educação Infantil, públicas e privadas do Sistema Municipal de Educação, que considerando a diversidade regional assegurem atendimento das características das diferentes faixas etárias e necessidades do processo educativo, na perspectiva da inclusão.

Art. 41. Será estabelecido pela Coordenação da Secretaria de Educação, de forma sistemática o acompanhamento, controle e supervisão, sobretudo da Educação Infantil, nas instituições públicas e privadas do Sistema Municipal de Educação, preferencialmente em parcerias com as instituições de ensino superior com apoio técnico-pedagógico, como garantia do cumprimento dos requisitos básicos vigentes, na perspectiva da qualificação do atendimento educacional.

Art. 42. A expedição de documentos é de exclusiva responsabilidade das instituições de Educação Infantil, respeitadas as normas legais.

Parágrafo único. Os documentos que comprovam que a criança frequentou a instituição de Educação infantil, com os direitos que deles decorrem, são entre outros:

- I - ficha de matrícula;
- II - avaliação da criança; e
- III - declaração de frequência.

Art. 43. Os Centros de Educação Infantil serão organizados com base no Regimento Escolar, documento normativo da instituição educacional, elaborado pela comunidade escolar, observada a legislação vigente.

Art. 44. O número de alunos por turma deve possibilitar a interação entre os sujeitos do processo (alunos, professor e família), considerando as características do espaço físico e a faixa etária. Recomenda-se a proporção de:

- I - 0 a 12 meses - 14 crianças;
- II - 1 a 2 anos - 16 crianças;
- III - 2 a 3 anos - 18 crianças;
- IV - 3 a 4 anos - 20 crianças; e
- V - 5 a 6 anos - 25 crianças.

Art. 45. No que se refere às vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas preferencialmente próximas às residências das crianças.

Art. 46. As propostas pedagógicas de educação infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- I- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades;
- II- Políticos: dos direitos da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

## SEÇÃO II

### Do Ensino Fundamental

Art. 47. O Ensino Fundamental é a etapa da educação básica de escolarização obrigatória para alunos na faixa etária de 6 a 14 anos, com duração mínima de 9 anos de acordo com a lei vigente.

Parágrafo único. Nas instituições educacionais, os profissionais da educação deverão zelar pelo acesso, permanência e sucesso do aluno na escola.

Art. 48. O número de alunos por classe deverá obedecer aos critérios pedagógicos que visam compatibilizar a otimização do rendimento e da aprendizagem com a demanda escolar.

Parágrafo único. No primeiro ciclo (1º, 2º e 3º ano) o máximo é de alunos 25 alunos, segundo ciclo (4º e 5º ano) e no terceiro ciclo (6º, 7º, 8º e 9º ano) o número máximo é de 30 alunos por turma e para fins de desdobramento exceder a cinco alunos mais um (5 1).

Art. 49. Os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental - anos iniciais - serão destinados à alfabetização do aluno:

I - O primeiro ciclo do Ensino Fundamental constitui-se em período destinado ao ensino-aprendizagem de conhecimentos que solidifiquem o processo de alfabetização, contemplando, prioritariamente, o enfoque nas habilidades de leitura, escrita e de interpretação em linguagem materna e linguagem matemática em todas as áreas do conhecimento, proporcionando o processo de ensino e de aprendizagem de forma interdisciplinar, significativa, e contextualizada;

II - No segundo ciclo, a ênfase é para a solidificação do processo de alfabetização e letramento e as demais áreas do conhecimento, contemplando prioritariamente, o enfoque nas habilidades de leitura, escrita e de interpretação em linguagem materna e linguagem matemática em todas as áreas do conhecimento, proporcionando o processo de ensino e de aprendizagem de forma interdisciplinar, significativa e contextualizada.

Art. 50. O terceiro ciclo do Ensino Fundamental compreenderá programas mínimos fixados em lei, com objetivo de proporcionar ao educando a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores que fundamentam a sociedade: consolidação da alfabetização e aprofundamento do letramento.

Art. 51. O currículo do Ensino Fundamental, constituído em consonância com as diretrizes nacionais, levará em consideração:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender e de socializar o que aprendeu, tendo como meios básicos o domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, dos sistemas políticos e da autodeterminação dos povos, dos valores em que se fundamenta a sociedade, da tecnologia e das artes;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - a formação da consciência crítica e a aquisição de capacidade de organização para a transformação social;
- V - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de

solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

VI - fortalecimento de uma língua estrangeira, conforme as possibilidades do sistema;

VII - o reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial.

Art. 52. O Ensino Religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas de Ensino Fundamental, com ônus para os cofres públicos, de acordo com a determinação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Ensino Religioso é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais da escola de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Art. 53. A disciplina de Música constitui conteúdo obrigatório, mas não exclusivo do componente curricular de Arte, o qual compreende, também, as artes visuais, o teatro e a dança.

Parágrafo único. Poderão ministrar aula de Música professores com licenciatura no componente curricular de Arte ou àqueles com experiência comprovada na área de Música.

Art. 54. A disciplina de Educação Física constitui conteúdo obrigatório nos anos do Ensino Fundamental.

Parágrafo único. Os professores licenciados no respectivo componente curricular ministrarão os conteúdos de acordo com a proposta do componente.

Art. 55. A disciplina de Língua Estrangeira nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser ministrada por professor com licenciatura específica no referido componente curricular.

Art. 56. São áreas de conhecimento obrigatórias no currículo do Ensino Fundamental:

I - Linguagens: Língua Portuguesa; Língua Estrangeira Moderna; Arte (Música); Educação Física;

II - Matemática;

III - Ciências da Natureza;

IV - Ciências humanas: História e Geografia;

V - Ensino Religioso.

Art. 57. É obrigatória a matrícula no Ensino Fundamental de crianças com 06 (seis) anos de idade completos ou a completar até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula, conforme lei 11.274/2006 e Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 005 de 17/12/2009, quando completarem após esta data deverão ser matriculados na Educação Infantil.

Art. 58. O Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal, atendidas as normas gerais da educação nacional, será organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - o calendário escolar observará o mínimo de horas e de dias efetivos de trabalho escolar, de acordo com a legislação nacional vigente, resguardando margem de segurança para além do mínimo;

II - a matrícula do aluno, além da inicial ocorrerá:

a) - por transferência, para alunos procedentes de outras escolas;

b) por reclassificação, para o adequado ano, etapa e/ou equivalente organização, no caso de modelo curricular diferente do original, considerada a faixa etária própria, mediante avaliação com base nas normas curriculares gerais, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no exterior, de acordo com a legislação vigente.

III - a possibilidade de aceleração de estudos para alunos com defasagem idade/ano escolar de acordo com o disposto no Projeto Político Pedagógico;

IV - possibilidade de avanço nos anos/etapas e/ou equivalente organização do ensino, durante e ao final do período letivo, mediante verificação de aprendizagem, respeitada a faixa etária adequada e atendida a normatização própria do Sistema de Educação, quando da possibilidade de idade inferior ao ano, etapa e/ou equivalente organização;

V - obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao ano letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, considerando-se possibilidade de recuperação, também no contraturno, em classe de apoio pedagógico, assegurando-se carga horária própria, para atendimento do processo de ensino e aprendizagem;

VI - o controle da frequência dos alunos, conforme o disposto no Regimento Escolar e as normas do Sistema Municipal de Educação observarão a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas-letivas anuais do conjunto de componentes curriculares, em que o aluno está matriculado, para aprovação ou progressão continuada;

VII - a data da matrícula do aluno na escola, em qualquer época do ano letivo, para cálculo do percentual de frequência;

VIII - a definição da parte diversificada do currículo das escolas públicas municipais, em complementação à base comum nacional, nos termos da legislação vigente, observará a inclusão de pelo menos uma língua estrangeira conforme as possibilidades do sistema;

IX - a inclusão de componentes curriculares que atendam à proposta pedagógica das unidades escolares, definidas em conjunto com os órgãos do Sistema Municipal de Educação;

X - o Ensino Fundamental anos iniciais e finais será na modalidade presencial nos estabelecimentos de ensino regular;

XI - a educação integral poderá ser oferecida de maneira ampliada ou integral conforme regulamentação do Programa Mais Educação do MEC/FNDE.

Parágrafo único. Os alunos com necessidades educacionais especiais serão matriculados nas Instituições Educacionais de Ensino Fundamental, respeitado o direito ao atendimento especializado adequado em seus diferentes aspectos, no contra turno, para completar e/ou suplementar o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 59. Deverão constar no PPP das instituições educacionais, disposições detalhadas sobre a organização do conselho de classe, respeitadas as normas legais.

Art. 60. O Regimento Escolar, parte integrante do PPP, é o documento normativo da Instituição Educacional, elaborado pela comunidade escolar, que rege sua organização pedagógica, técnico-administrativa, financeira e disciplinar devendo conter:

I - identificação da Instituição Educacional e de sua mantenedora;

II - missão, visão e valores do estabelecimento de ensino;

III - organização técnico-administrativa, financeira e pedagógica;

IV - organização da rotina da escola e da vida escolar do aluno;

V - código de Ética dos participantes do processo educativo;

VI - normas e medidas disciplinares para gestores, professores, servidores e alunos.

Art. 61. Na Rede Municipal de Educação de Herval d'Oeste/SC a avaliação do processo de formação do aluno será diagnóstica, formativa e somativa, observado:

I - avanços e dificuldades do aluno para redefinir a ação educativa;

II - domínio da leitura, da escrita e do cálculo como fundamental para o processo de aprendizagem em todas as áreas;

III - prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos do desempenho do aluno, devendo levar em consideração a sua formação nos aspectos cognitivo, biológico, cultural, psicológico, afetivo e social;

IV - avanço de estudos, quando apresentar potencialidades e progressos, mediante verificação da aprendizagem;

V - correção de fluxo, corrigindo distorções de idade e ano/etapa de escolaridade;

VI - recuperação paralela e periódica com intervenção pedagógica e procedimentos didáticos específicos para o aluno com baixo e alto rendimento escolar;



**VII - verificação do rendimento escolar e controle da frequência.**

Parágrafo único. No Ensino Fundamental, a avaliação se fará mediante acompanhamento e registro bimestral, trimestral e ou semestral do desempenho do educando, regulamentada por normas complementares.

Art. 62. Aos alunos que apresentarem dificuldades em acompanhar o ensino regular e a formação mínima dos anos iniciais do Ensino Fundamental, deverá ser garantido:

I - atividades de reforço proporcionadas a estes alunos, com acompanhamento especial programado, no contraturno, com conteúdos e metodologias pedagogicamente adequadas, conforme legislação vigente.

Art. 63. O conselho de classe é um colegiado constituído por professor, aluno, direção e equipe técnica, e tem por objetivo o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e da aprendizagem.

Parágrafo único. O conselho de classe deverá convocar os pais ou responsáveis pelo aluno, quando necessário.

Art. 64. Os registros referentes ao aproveitamento e a assiduidade do aluno, até a época da transferência, são atribuições exclusivas da Instituição Educacional de origem.

Art. 65. A expedição de documentos escolares é de exclusiva responsabilidade das Instituições Educacionais, respeitadas as normas legais.

Parágrafo único. Os documentos escolares que comprovam os estudos efetuados pelos alunos, com os direitos que deles decorrem, são, entre outros:

I - histórico escolar;

II - relatório da avaliação de desempenho e/ou boletim escolar;

III - certificado ou declaração de conclusão de anos de escolaridade, de níveis da Educação de Jovens e Adultos ou de outra forma de organização;

IV - ficha individual com os resultados obtidos nos períodos escolares ou em parte destes.

Art. 66. A Instituição Educacional deverá manter arquivada a escrituração escolar com o registro sistemático dos fatos relativos à sua organização, seu funcionamento e a vida escolar dos alunos.

Parágrafo único. Os registros deverão garantir a verificação da identidade e regularidade da vida escolar dos alunos e a autenticidade dos documentos expedidos.

Art. 67. A divergência de currículo, em relação aos componentes curriculares da parte diversificada, não constituirá impedimento para aceitação de matrícula por transferência.

Art. 68. Respeitadas as disposições legais, nenhuma Instituição Educacional poderá recusar a transferência a qualquer de seus alunos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando a Instituição Educacional não puder fornecer ao interessado, de imediato, os documentos definitivos, fornecer-lhe-á uma declaração provisória com validade de 30 dias, contendo os dados necessários para orientar o estabelecimento de destino, na matrícula do aluno.

Art. 69. O aluno proveniente do exterior, para ser matriculado na Rede Municipal de Ensino, deverá ter sua documentação escolar analisada pela Secretaria Municipal e/ou Conselho Municipal de Educação.

Art. 70. A articulação e continuidade da trajetória escolar têm a necessidade de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens, tornando imperativa a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental anos finais com o Ensino Médio.

**SEÇÃO III****Da Educação de Jovens e Adultos**

Art. 71. A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Ensino destina-se àqueles cidadãos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria no Ensino Fundamental, possibilitando a redução do tempo de estudo, para que o aluno possa avançar no processo de escolarização.

Art. 72. O Poder Público Municipal poderá celebrar convênios ou parceria com instituições públicas e privadas que trabalhem com a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 73. O acesso e a permanência de jovens e adultos em instituição própria serão permanentemente motivados e estimulados pelo Poder Público.

**SEÇÃO IV****Da Educação Especial**

Art. 74. A Educação Especial é uma modalidade de ensino transversal a todas as etapas e outras modalidades, como parte integrante da educação regular devendo ser previstas no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar.

§ 1º O Sistema Municipal de Educação deve matricular todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, devendo a escola garantir as condições para uma educação de qualidade para todos. Pautando-se em princípios éticos, políticos e estéticos, assegurando:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada estudante de realizar seus projetos e estudos, de trabalho e de inserção na vida social, com autonomia e independência;

II - a busca da identidade própria de cada estudante, reconhecimento e valorização das diferenças e potencialidades, o atendimento as necessidades educacionais no processo de ensino e aprendizagem e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - a desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e de seus direitos.

§ 2º O Sistema Municipal de Educação, garantirá aos alunos com deficiência, transtornos globais e Altas habilidades:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos específicos para atender às suas necessidades, bem como profissionais habilitados - intérprete e instrutor de Língua Brasileira de Sinais / LIBRAS, para inclusão desses alunos;

II - atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais, em turno inverso à escolarização do aluno, complementando e ampliando o currículo escolar;

III - terminalidade do Ensino Fundamental.

§ 3º a Rede Municipal de Ensino, para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais, deverá contar sempre que necessário, com profissionais graduados em cursos afins, e/ou cursos de aperfeiçoamento na modalidade de Educação Especial.

Art. 75. O Poder Público Municipal, através de suas entidades e



órgãos, assegurará, em suas ações políticas e administrativas, prioridade no atendimento aos educandos com necessidades especiais, por intermédio, de investimentos na própria rede pública de ensino regular, AEE, e nas escolas de educação especial de instituições públicas, comunitárias ou filantrópicas, no que lhe couber de acordo com a legislação vigente.

## CAPÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 76. São integrantes do Magistério do Sistema Municipal de Educação de Herval d'Oeste/SC, os profissionais da Educação: conjunto de professores, especialistas em assuntos educacionais, secretários administrativos, inspetores educacionais; ocupantes de cargos e funções do quadro do Magistério.

Art. 77. A formação dos profissionais da educação será desenvolvida por meio de programas de formação continuada, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação infantil e fundamental, tendo como fundamentos:

- I - a presença sólida da formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais das suas competências de trabalho;
- II - articulação entre teorias e práticas, junto às instituições de ensino superior, empresas especializadas com a colaboração técnica e financeira disposta na legislação vigente;
- III - aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Parágrafo único. A formação continuada aos profissionais da educação será constituída, também, de horários sistemáticos, assegurados no locus da escola, contempladas no plano de formação anual, sem prejuízo do mínimo letivo estabelecido no calendário escolar.

Art. 78. O exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino, independente de sua dependência administrativa será exercido prioritariamente por profissionais habilitados.

Art. 79. Para os ocupantes dos cargos de professor, especialistas em assuntos educacionais, secretários administrativos e inspetores educacionais as atribuições inerentes aos cargos estão previstas na Lei Complementar que "Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Quadro do Magistério Público Municipal e Estabelece Outras Providências"

Art. 80. No desempenho das atividades educativas o Sistema Municipal de Educação contará com os seguintes departamentos, de acordo com a Lei Complementar que "Dispõe sobre a Estrutura, reforma e Modernização Administrativas, Quadro de Pessoal, Matéria Correlata e dá Outras Providências":

- I - Departamento de Educação Infantil;
- II - Departamento Geral de Ensino Fundamental;
- III - Departamento Administrativo e Financeiro.

### SEÇÃO I

Departamento Geral de Ensino Fundamental

Art. 81. Ao Departamento Geral de Ensino Fundamental, compete:

- I - garantir que a escola cumpra com sua função social; coordenar e supervisionar estudos sobre a organização e funcionamento do sistema educacional bem como sobre os métodos e técnicas neles empregados, em consonância com a legislação, diretrizes e políticas estabelecidas;
- II - participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

- III - planejar e elaborar diretrizes, orientações pedagógicas, documentos, planejamento, execução e avaliação das metas educacionais;
- IV - realizar e promover seminários e conferências de interesse educacional;
- V - estar atualizado quanto às estatísticas referentes ao ensino fundamental da rede municipal estadual e privada;
- VI - zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem com pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos;
- VII - propor estudos em relação às diretrizes legais do processo de avaliação;
- VIII - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de valorização e capacitação dos recursos humanos;
- IX - auxiliar as direções quanto às atividades de planejamento dos professores;
- X - efetivar a avaliação de desempenho dos servidores para efeitos de progressão juntamente com as direções quanto as atividades de planejamento dos professores;
- XI - efetivar a avaliação de desempenho dos servidores para efeitos de progressão juntamente com as direções;
- XII - coordenar eventos realizados pela secretaria de educação referentes ao calendário escolar;
- XIII - propor calendário às direções cumprindo as diretrizes legais;
- XIV - executar outras atividades compatíveis à função.

Art. 82. O Departamento Geral de Ensino Fundamental subdivide-se em:

- I - Diretores Escolares;
- II - Gerência de Ensino Fundamental;
- III - Gerência de Programas Educacionais.

### SUBSEÇÃO I

#### DOS DIRETORES ESCOLARES

Art. 83. Aos diretores escolares compete a direção de todas as atividades escolares do respectivo estabelecimento de ensino, em especial:

- I - garantir que a escola cumpra sua função social;
- II - convocar assembleia para votação e escolha da APP da unidade escolar;
- III - convocar os representantes das entidades escolares como: associação de pais e professores - APP e grêmio estudantil, para participarem do processo de elaboração e execução do plano político pedagógico;
- IV - coordenar, acompanhar e avaliar a execução do plano político-pedagógico da unidade escolar;
- V - encaminhar o plano político-pedagógico à secretaria municipal de educação para análise e posterior encaminhamento ao conselho estadual de educação solicitando aprovação, garantindo assim seu cumprimento;
- VI - receber e acompanhar a aplicação do planejamento anual;
- VII - acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
- VIII - coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da secretaria municipal de educação, cultura e esportes;
- IX - estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessário, as entidades escolares, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;
- X - gerenciar o conselho de classe, zelando pelos apontamentos legais;
- XI - propor alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela escola;
- XII - propor aos serviços técnico-pedagógicos e técnico-administrativos as estratégias de ensino que serão incorporadas ao planejamento bimestral da unidade escolar;

XIII - aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela secretaria de educação, cultura e esportes;  
XIV - manter o fluxo de informações entre unidade escolar e os órgãos da administração municipal de ensino;  
XV - garantir o cumprimento do calendário escolar apresentado pela secretaria municipal de educação, anexando a programação específica da unidade escolar;  
XVI - cumprir com as diretrizes educacionais previstas em legislação vigente;  
XVII - cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração municipal de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras, prevista no estatuto dos servidores municipais;  
XVIII - supervisionar o funcionamento geral da escola, tanto no aspecto didático-pedagógico, quanto nos aspectos administrativo e material;  
XIX - promover a articulação entre a escola, família e comunidade;  
XX - comunicar a o conselho tutelar, munido de registro por escrito, os casos de: maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão dos alunos;  
XXI - coordenar atividades escolares, tendo em vista o desenvolvimento integral dos alunos: organizações estudantis, atividades artísticas e recreativas, eventos e demais solenidades;  
XXII - acompanhar as atividades pedagógicas em sala de aula, orientando os professores conforme os princípios teórico-metodológicos inclusos no plano político-pedagógico;  
XXIII - orientar a elaboração do planejamento bimestral, promovendo o trabalho em conjunto em direção aos objetivos estabelecidos;  
XXIV - exercer o devido controle no que se refere a pontualidade e assiduidade do corpo docente;  
XXV - estimular os professores para que se atualizem constantemente;  
XXVI - organizar reuniões pedagógicas no intuito de promover debates e troca de experiências entre os professores, visando à melhoria das condições de ensino e a realização pessoal e profissional dos envolvidos no processo;  
XXVII - estar sempre inteirado da prática pedagógica e administrativa da unidade escolar;  
XXVIII - gerenciar a distribuição do material de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, zelando pelo bom aproveitamento dos mesmos;  
XXIX - zelar pelo cumprimento da proposta curricular na questão dos conteúdos;

#### SUBSEÇÃO II DA GERÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 84. À Gerência de Ensino Fundamental, como órgão responsável pelo gerenciamento das atividades voltadas ao ensino fundamental público do Município, compete, especialmente:

I - garantir que a escola cumpra com sua função social;  
II - participar da construção do PPP juntamente com as direções;  
III - participar de reuniões, conselho de classe e outras atividades que digam respeito ao ensino fundamental;  
IV - estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola;  
V - garantir o acesso e permanência do aluno na escola;  
VI - zelar pela adequada aplicação dos procedimentos legais do ensino fundamental;  
VII - gerenciar juntamente com a direção a distribuição de material de limpeza e expediente;  
VIII - compilar dados estatísticos referentes a sua modalidade de ensino no intuito de ter sempre um diagnóstico real em mãos;  
IX - levantar prioridades para o ensino fundamental, traçando metas anuais de trabalho;  
X - substituir professor quando solicitado pela direção;  
XI - executar outras atividades compatíveis à função.

#### SUBSEÇÃO III DA GERÊNCIA DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS

Art. 85. À Gerência de Programas Educacionais compete, especialmente:

I - garantir que a escola cumpra com sua função social através da apropriação do conhecimento historicamente acumulado;  
II - gerenciar e acompanhar o programa de merenda escolar em todas as suas etapas, desde pesquisa de preço a distribuição da merenda;  
III - gerenciar programas desenvolvidos pela secretaria de educação, cultura e esportes garantindo o seu cumprimento;  
IV - propor a implantação e acompanhar in loco programas educacionais que visem a melhora da qualidade da educação municipal de acordo com as reais necessidades do ensino fundamental;  
V - viabilizar estudos para elaboração de programas que visem o desenvolvimento e a qualidade do ensino fundamental;  
VI - executar outras atividades compatíveis ao cargo.

#### SEÇÃO II

Art. 86. Ao Departamento Geral de Educação Infantil, compete:

I - garantir que a escola e/ou creche cumpra com sua função social;  
II - coordenar e supervisionar estudos sobre a organização e funcionamento do sistema educacional bem como sobre os métodos e técnicas neles empregados, em consonância com a legislação, diretrizes e políticas estabelecidas;  
III - participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;  
IV - planejar e elaborar diretrizes, orientações pedagógicas, documentos, planejamento, execução e avaliação das metas educacionais;  
V - realizar e promover seminários e conferências de interesse educacional;  
VI - estar atualizado quanto às estatísticas referentes a educação infantil da rede municipal estadual e privada;  
VII - zelar pelo cumprimento das leis e normas de ensino, bem como pelo aperfeiçoamento e correção dos aspectos didáticos e pedagógicos;  
VIII - propor estudos em relação às diretrizes legais do processo de avaliação;  
IX - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de valorização e capacitação dos recursos humanos;  
X - auxiliar as direções quanto às atividades de planejamento dos professores;  
XI - efetivar a avaliação de desempenho dos servidores para efeitos de progressão;  
XII - efetivar a avaliação de desempenho dos servidores para efeitos de progressão juntamente com as direções;  
XIII - coordenar eventos realizados pela secretaria de educação referentes ao calendário escolar;  
XIV - propor calendário às direções cumprindo as diretrizes legais;  
XV - executar outras atividades compatíveis a função.

Parágrafo único. O Departamento Geral de Educação Infantil subdivide-se em:

I - Diretores de Creches;  
II - Gerência de Educação Infantil.

#### SUBSEÇÃO I DOS DIRETORES DE CRECHES

Art. 87. Aos Diretores de Creche compete, em especial:

I - garantir que a creche cumpra sua função social;

II - convocar assembleia para votação e escolha da APP da UE;  
III - convocar os representantes das entidades escolares como: associação de pais e professores - APP e grêmio estudantil, para participarem do processo de elaboração e execução do plano político pedagógico;  
IV - coordenar, acompanhar e avaliar a execução do plano político-pedagógico da creche;  
V - encaminhar o plano político-pedagógico à secretaria municipal de educação para análise e posterior encaminhamento ao conselho estadual de educação solicitando aprovação, garantindo assim seu cumprimento;  
VI - receber e acompanhar a aplicação do planejamento anual;  
VII - acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;  
VIII - coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da secretaria municipal de educação, cultura e esportes;  
IX - estudar e propor alternativas de solução, ouvidas, quando necessário, as entidades escolares, para atender situações emergenciais de ordem pedagógica e administrativa;  
X - gerenciar as reuniões pedagógicas e encontros com pais;  
XI - propor alterações na oferta de serviços de ensino prestados pela creche;  
XII - aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela secretaria de educação, cultura e esportes;  
XIII - manter o fluxo de informações entre a creche e os órgãos da administração municipal de ensino;  
XIV - garantir o cumprimento do calendário apresentado pela secretaria municipal de educação, anexando a programação específica da creche;  
XV - cumprir com as diretrizes educacionais previstas em legislação vigente para seu nível de ensino;  
XVI - cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração municipal de ensino as irregularidades no âmbito da escola e aplicar medidas saneadoras, prevista no estatuto dos servidores municipais;  
XVII - supervisionar o funcionamento geral da creche, tanto no aspecto didático-pedagógico, quanto nos aspectos administrativo e material;  
XVIII - promover a articulação entre a creche, família e comunidade;  
XIX - comunicar a o conselho tutelar, munido de registro por escrito, os casos de: maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão dos alunos;  
XX - acompanhar as atividades pedagógicas em sala de aula, orientando os professores conforme os princípios teórico-metodológicos inclusos no plano político-pedagógico;  
XXI - orientar a elaboração do planejamento bimestral, promovendo o trabalho em conjunto em direção aos objetivos estabelecidos;  
XXII - exercer o devido controle no que se refere a pontualidade e assiduidade do corpo docente;  
XXIII - estimular os professores para que se atualizem constantemente;  
XXIV - organizar reuniões pedagógicas no intuito de promover debates e troca de experiências entre os professores, visando à melhoria das condições de ensino e a realização pessoal e profissional dos envolvidos no processo;  
XXV - estar sempre inteirado da prática pedagógica e administrativa da creche;  
XXVI - gerenciar a distribuição do material de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, zelando pelo bom aproveitamento dos mesmos;  
XXVII - zelar pelo cumprimento da proposta curricular na questão das diretrizes gerais;  
XXVIII - executar outras atividades compatíveis à função.

#### SUBSEÇÃO II DA GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 88. À Gerencia de Educação Infantil compete:

I - garantir que a escola e ou creche cumpra com sua função social;  
II - gerenciar in loco as atividades diárias da educação infantil;  
III - acompanhar a execução do planejamento diário das atividades infantis;  
IV - substituir a direção quando esta necessitar se ausentar do local de trabalho (creche);  
V - participar de todas as reuniões e demais atividades que digam respeito a esse nível de ensino;  
VI - estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações nas escolas e creches;  
VII - compilar dados estatísticos em relação a este nível de ensino para que se tenha o diagnóstico real das necessidades locais;  
VIII - zelar pelo cumprimento das diretrizes legais de ensino deste nível;  
IX - gerenciar juntamente com a direção a distribuição do material de expediente, limpeza e gêneros alimentícios, zelando pelo bom aproveitamento dos mesmos;  
X - executar outras atividades compatíveis à função.

#### SEÇÃO III DO DEPARTAMENTO GERAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Art. 89. Ao Departamento Geral Administrativo e Financeiro, compete:

I - coordenar a elaboração e efetivação da avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório;  
II - coordenar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas a recrutamento e seleção do pessoal;  
III - estudar, planejar, organizar e levantar as necessidades de informatização de serviços estatísticos educacionais;  
IV - participar na coordenação dos eventos realizados pela secretaria municipal de educação, cultura e esportes referentes ao calendário escolar;  
V - participar de estudos sobre a administração geral e específica prevendo melhorias na rede de ensino;  
VI - efetivar a adequação da legislação e normas específicas nos procedimentos administrativos;  
VII - regularizar programação de trabalho, tendo em vista alterações e normas regulamentares ou recursos;  
VIII - selecionar, classificar e arquivar documentação expedida e recebida pela secretaria de educação;  
IX - coordenar a aplicação dos recursos vindos de convênio para a secretaria de educação, cultura e esportes;  
X - coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas, creches e professores que possibilitem panorama geral do processo educacional;  
XI - coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino;  
XII - garantir o processo de reconhecimento e regularização das UEs e creches;  
XIII - desenvolver outras atividades afins ao órgão e a sua área de atuação;  
XIV - executar outras atividades compatíveis a função.

Parágrafo único. O Departamento Geral Administrativo e Financeiro conta com a Gerência de Apoio Operacional.

#### SUBSEÇÃO I DA GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL

Art. 90. À Gerência de Apoio Operacional compete:

I - acompanhar a aplicação de todos os recursos vinculados a secretaria de educação no que se refere a convênios respeitando os trâmites legais;  
II - operacionalizar a parte administrativa de toda a secretaria da

educação;

III - coletar, atualizar e socializar a legislação do ensino e de administração de pessoal;

IV - coletar, organizar e atualizar informações e dados estatísticos das escolas e creches possibilitando avaliação do processo educacional com apontamentos para melhorias;

V - assegurar a organização, atualização e trâmite legal dos documentos recebidos e expedidos pela secretaria de educação;

VI - participar do processo de aquisição e distribuição da merenda escolar, material de limpeza e material de expediente de toda a secretaria da educação;

VII - participar do processo referente ao transporte escolar;

VIII - administrar a agenda do transporte escolar;

IX - participar, estudar e elaborar programas de desenvolvimento de recursos humanos;

X - prestar assessoria e consultoria administrativa em assuntos administrativos, educacionais nas escolas e creches;

XI - acompanhar o processo de recrutamento e seleção de pessoal;

XII - participar na coordenação dos eventos realizados pela secretaria de educação, cultura e esportes referentes ao calendário escolar;

XIII - executar outras atividades compatíveis à função.

#### SEÇÃO IV

##### Da Valorização dos Profissionais da Educação

Art. 91. O Sistema Municipal de Educação, no que se refere à valorização dos profissionais da educação visa os seguintes princípios:

I - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga horária de trabalho, com percentual especificado na legislação própria;

II - oferta de aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licença periódica e remunerada para esse fim, conforme regulamentação própria;

III - condições adequadas de trabalho ao exercício profissional nas instituições educacionais do Sistema de Educação e atualização constante quanto à relação teoria/prática em estudos e pesquisas;

IV - liberdade de opinião, de idéias, de cultura religiosa e de convicção política e ideológica;

V - Estatuto e Plano de Carreira definidos em lei própria;

VI - piso salarial profissional;

VII - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; e

VIII - Progressão Funcional da educação nos termos do Plano de Carreira.

#### CAPÍTULO VII

##### DOS RECURSOS FINANCEIROS

#### SEÇÃO I

##### Da Origem e Destinação

Art. 92. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, Estado e do Município;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - receita proveniente de convênios de cooperação nas áreas da educação;

VI - doações e legados;

VII - produto das aplicações financeiras, das disponibilidades dos recursos públicos destinados à educação;

VIII - receita do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação);

IX - receita decorrente de programas governamentais específicos;

X - outros recursos previstos em LEI.

Art. 93. O Município aplicará, anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal básico, o mínimo estabelecido na legislação específica.

Art. 94. A Secretaria Municipal de Educação participará da elaboração do Plano Plurianual, das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias Anuais, cabendo-lhe definir a destinação dos recursos vinculados e outros que forem reservados para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação participará das discussões da proposta orçamentária e acompanhará a sua execução, zelando pelo cumprimento dos dispositivos legais.

Art. 95. A Secretaria Municipal de Educação é a gestora dos recursos financeiros destinados à respectiva área, sendo responsável, juntamente com as autoridades competentes do Município, pela sua correta aplicação.

Art. 96. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos previstos no artigo 213 da Constituição Federal.

#### CAPÍTULO VIII

##### DO REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 97. O Poder Público Municipal, com a cooperação do Estado e assistência da União, desenvolverá através do órgão executivo da educação, em ação articulada, formas de colaboração para assegurar, a universalização de quatro (4) anos a dezessete (17) anos de idade do ensino obrigatório:

I - formulação de políticas e planos educacionais, e repartição das matrículas no ensino fundamental;

II - recenseamento e chamada pública da população para o ensino fundamental e controle da frequência dos alunos;

III - definição de padrões mínimos de qualidade do ensino, avaliação institucional, organização da educação básica, proposta de padrão referencial de currículo e elaboração do calendário escolar;

IV - valorização e formação dos recursos humanos da educação;

V - expansão e utilização da rede escolar de educação básica;

VI - programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação, uniforme escolar e assistência à saúde.

Parágrafo único. A colaboração de que trata este artigo, deve garantir a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada esfera.

Art. 98. O Sistema Municipal de Educação buscará atuar em articulação com o Sistema Nacional e Estadual na elaboração de normas complementares, com vistas à unidade normativa, respeitadas as peculiaridades das redes de ensino do respectivo sistema.

Art. 99. O Poder Público Municipal estabelecerá colaboração com outros municípios, inclusive por meio de consórcios, visando qualificar a educação pública de sua responsabilidade.

#### CAPÍTULO IX

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 100. Caberá aos pais e/ou responsáveis legais e conviventes de crianças e adolescentes, providenciar sua matrícula e zelar pela frequência escolar.

Art. 101. As instituições de educação promoverão a adaptação de



seus Estatutos, Regimentos e atos normativos deles decorrentes, ao disposto nesta Lei e afins.

Art. 102. Os estabelecimentos de ensino seguirão as Diretrizes propostas pela Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 103. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 104. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

LOURDES FERREIRA BRANDÃO

Secretária de Educação,

Cultura e Esportes

Registrada e publicada nesta data.

### **Lei Nº 2.985/2013.**

LEI Nº 2.985/2013.

Institui o Plano Municipal de Educação, na conformidade do artigo 93 da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina.

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. A presente Lei municipal estabelece o Plano Municipal de Educação, com duração de dez anos.

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação apresenta conformidade com o que dispõe o artigo 93 da Lei Orgânica do Município e com o artigo 214 da Constituição Federal, apresentando como diretrizes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do país;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e à gestão democrática da educação.

Art.3º. O Plano Municipal de Educação contém a proposta educacional do município, com diagnóstico e respectivas metas e estratégias de implementação, responsáveis, prazo de execução e recursos, conforme documento anexo.

Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Educação instituir comissão própria para realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do Plano a cada quatro anos.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das verbas orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias, e de outros recursos capitados no decorrer da execução do plano.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 03 de maio de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### **ANEXOS**

DIAGNÓSTICO, METAS, ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO, RESPONSÁVEIS, PRAZO DE EXECUÇÃO E RECURSOS

EIXO I: UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

### **DIAGNÓSTICO**

O município de Herval d'Oeste está localizado no meio oeste de Santa Catarina, na região da AMMOC (Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense). A data de fundação do município é 31 de dezembro de 1953 e possui uma área de 212,6Km<sup>2</sup>.

A População do município é de 21.239 habitantes e a densidade demográfica 97,95, assim distribuída na TAB 01:

OTabela 01: distribuição da População de Herval D'Oeste

Faixa etária	% da População
0 a 5 anos	08
6 a 14 anos	14
15 a 17 anos	05
18 a 34 anos	29
A partir de 35 anos	44

Fonte: DATASUS,2010.

O município oferece atualmente Educação Básica e Ensino Superior à distância, mas não disponibiliza o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Na Educação Infantil, estão sendo atendidas na Creche (Dados do SGE-SME-DATASUS 2010), 295 crianças, que corresponde a 27%, faltando para universalizar 786 crianças, que perfazem 73%. Ainda, na Pré-escola são atendidas 598 crianças, perfazendo 98%, faltando 12 crianças para universalizar, que corresponde a 2%.

No Ensino Fundamental (Dados do SME-DATASUS-2010) nos anos iniciais, são atendidos 1344 alunos, que representa 88%, faltando 178 alunos, que corresponde a 12%. Já nas séries finais, são 1553 alunos atendidos, totalizando 111%, atendendo a 159 alunos a mais. O excesso relativo à população nessa faixa etária, se dá em virtude dos alunos que vêm de outros municípios, bem como decorrente da distorção em idade/ano, já que essa população corresponde a 1394 alunos atendidos.

No Ensino Médio (Dados da SME-2010), são atendidos 1004 alunos (94%), faltando para universalizar 56 alunos (6%). Quanto aos cursos profissionalizantes em nível de Ensino Médio tem no município curso em Gestão e Magistério.

Na Educação Especial, são oferecidos os seguintes níveis e modalidades de ensino, conforme TAB 02:

Tabela 02: Níveis e Modalidades para atendimento da Educação Especial

Níveis e Modalidades de ensino	Quantidade de alunos atendidos
Educação Infantil	9
Ensino Fundamental	32
Ensino Médio	07
Apae/Apas	58
Saed	26

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O Município possui uma parceria com as Instituições APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), APAS (Associação de Pais e Amigos dos Surdos), situadas em Joaçaba, que atendem alunos especiais do Município. Também o SAED (Serviço de Atendimento Educacional Especializado), situado no município, atende alunos especiais da Rede Municipal de Ensino.



## METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

META 01: Universalizar, até 2014, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, em 23% a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
Buscar em regime de colaboração com a União, Estado, e o Município de Herval d'Oeste, metas de expansão da rede municipal de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade.	SME	12/2020	FNDE (PROINFÂNCIA)
1.2. Incluir no PAR ações para reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas.	SME	12/ 2020	FNDE SALÁRIO EDUCAÇÃO
1.3. Avaliar a educação infantil fazendo o levantamento da Situação Escolar – LSE para aferição da qualidade da infra-estrutura física, os mobiliários e equipamentos e acessibilidade na creche e pré-escola.	SME	12/2012	REC. PRÓPRIOS PROINFÂNCIA
1.4. Incentivar a formação continuada de profissionais para atuar na Educação Infantil de forma que atendam às reais necessidades e às peculiaridades desta etapa da Educação Básica.	SME	12/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
1.5. Regularizar o atendimento das crianças de Educação Infantil na Escola Reunidas Municipal Profº Alcino Fernandes.	SME	02/2013	FUNDEB FNDE
1.6. Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.	SME	02/2013	FUNDEB FNDE
1.7. Regularizar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais.	SME	02/2013	FUNDEB

META 02: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos, assegurando que 95% dos alunos conclua a etapa na idade recomendada.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
2.1. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração a frequência e o apoio à aprendizagem.	SME SMAS UEs	02/2012	BOLSA FAMÍLIA
2.2. Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.	UEs SMAS SMS	02/2012	FUNDEB
2.3. Participar de Programa Nacional de aquisição de veículos para transporte dos estudantes do campo, com os objetivos de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, reduzirem a evasão escolar da educação do campo, cabendo ao município reduzir o tempo máximo dos estudantes em deslocamento.	SME	02/2012	FNDE
2.4. Aderir ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas do campo, bem como, de produção de material didático e de formação de professores para a educação do campo, com especial atenção às classes multisseriadas.	SME	02/2012	ESCOLA ATIVA PDDE FUNDEB SALÁRIO EDUCAÇÃO
2.5. Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo.	SME	03/2017	PROINFO FUNDEB PDDE SALÁRIO EDUCAÇÃO
2.6. Estimular a oferta e permanência nas escolas multisseriadas dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo nas próprias comunidades rurais.	SME	02/2015	FUNDEB SALÁRIO EDUCAÇÃO PRÓPRIOS
2.7. Definir no âmbito do sistema de ensino, a organização do trabalho pedagógico incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local.	SME UEs	02/2012	FUNDEB
2.8. Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes no desenvolvimento de suas habilidades.	SME	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS

2.9. Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	SME	04/2017	PROINFO
2.10. Definir expectativas de aprendizagem para todos os anos do ensino fundamental de maneira a assegurar a formação básica comum, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência, os novos saberes e os tempos escolares.	SME	12/2012	FUNDEB REC. PRÓPRIOS

**META 03:** Universalizar e manter o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, até 2020, na taxa líquida de matrículas em 95%, nesta faixa etária.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
3.1. Utilizar exame nacional do ensino médio como critério de acesso à educação superior, fundamentado em matriz de referência do conteúdo curricular do ensino médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam a comparabilidade dos resultados do exame.	SME SED GERED	02/2012	FNDE MEC
3.2. Fomentar a expansão das matrículas do ensino médio integrado à educação profissional, observando as peculiaridades da população do campo.	SME GERED UES	02/2012	REC. PRÓPRIOS (Não vinculados aos 25%)
3.3. Incentivar a expansão do estágio para estudantes da educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.	SME UES GERED INSTI- TUIÇÃO PRIVADAS	02/2012	REC. PRÓPRIOS
3.4. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.	UES ESTA- DUAIS SME SMAS	02/2012	FNDE FUNDEB BOLSA FAMÍLIA PROINFÂNCIA
3.5. Promover a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em parceria com as áreas da assistência social e da saúde.	UES SME SMS SMAS	02/2012	FNDE FUNDEB PRÓPRIOS

3.6. Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação nas escolas da rede pública de ensino médio.	SME/GE- RED	05/2015	FNDE PROINFO
3.7. Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo na faixa etária de 15 a 17 anos, com qualificação social e profissional para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série/ano.	SME	04/2014	FNDE
3.8. Redimensionar a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de ensino médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos estudantes.	SED/GE- RED	02/2012	FUNDEB
3.9. Institucionalizar programa de diversificação curricular do ensino médio a fim de incentivar abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, discriminando-se conteúdos obrigatórios e conteúdos eletivos articulados em dimensões temáticas tais como ciência, trabalho, tecnologia, cultura e esporte, apoiado por meio de ações de aquisição de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.	SED/GE- RED	02/2013	FUNDEB
3.10 Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível à sua idade.	SME GERED	03/2012	FUNDEB

**META 04:** Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação na rede regular de ensino.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
------------------------------	-------------	-------------------	---------------------

4.1. Contabilizar os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB às matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar sem prejuízo do computo destas matrículas na educação básica regular.	GERED SME	02/2012	FUNDEB PRÓPRIOS
4.2. Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nos Centros de Educação Infantil e nas escolas .	SME SED GERED	02/2012	FNDE/PAR SALARIO-EDUCAÇÃO
4.3 Ampliar a oferta de atendimento especializado à educação complementar aos estudantes matriculados na rede pública educacional.	SME SED GERED	02/2013	FUNDEB
4.4. Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar ao educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil.	PARCERIA CRAS APAE APAS SME	02/2012	FUNDEB REC. PRÓPRIOS CONVÊNIOS ASSISTÊNCIA SOCIAL
4.5. Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes matriculados na rede pública de ensino regular.	SME SED	03/2016	FUNDEB / FNDE SALARIO EDUCAÇÃO REC.PROPRIOS
4.6. Manter e aprofundar programa de acessibilidade nas escolas públicas para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngüe em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	SME SED	03/2014	FUNDEB SALARIO-EDUCAÇÃO FNDE
4.7. Fomentar a educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.	SME UEs SED	03/2012	FUNDEB REC. PRÓPRIOS

## EIXO II: QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DIAGNÓSTICO

Todos sabem que a educação é um processo de longo prazo e que um conjunto de fatores se associa para alcançar um bom resultado, sejam eles de procedência extraescolares ou intraescolares. No plano extraescolar está a dimensão socioeconômica e cultural

dos entes envolvidos e a dimensão das obrigações e das garantias a nível de Estado. No plano intraescolar a qualidade da educação inclui as condições de oferta do ensino, a gestão e organização do trabalho escolar, a profissionalização do professor, o acesso, a permanência e o desempenho escolar.

Isto aponta a necessidade de se trabalhar o que condiciona a qualidade. Pois, qualidade na educação é o resultado das condições que oferecemos a ela. O que remete a observância de aspectos essenciais que precisam ser considerados, ou seja, nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, pois medidas isoladas não irão surtir efeito. Outro aspecto, é que não podemos dizer se algo está mais acima ou mais abaixo, está melhor ou pior, está para mais ou para menos, sem que tenhamos por trás uma escala que permita nos posicionar, ou seja, uma associação lógica entre qualidade e quantidade. E foi a partir desta compreensão que as estratégias de implementação aqui contempladas foram construídas e equacionadas.

Na tabela 03, percebe-se que nos anos iniciais o maior número de alunos matriculados está na rede municipal e os anos finais o maior número está na rede estadual.

Tabela 03: MATRÍCULA DO ENSINO FUNDAMENTAL POR REDE/2010

ANOS INICIAIS MUNICIPAL	ANOS FINAIS MUNICIPAL	TOTAL	ANOS INICIAIS ESTADUAL	ANOS FINAIS ESTADUAL	TOTAL	ANOS INICIAIS PARTICULAR	ANOS FINAIS PARTICULAR	TOTAL
720	258	978	373	992	1365	57	0	57
								1150

Fonte: Censo escolar, 2010.

Observa-se que há 197 alunos dos anos iniciais e 314 alunos dos anos finais que estudam em municípios próximos como Joaçaba e Luzerna, conforme TAB 04

Tabela 04: Alunos residentes em Herval d'Oeste matriculados em outro município em 2010 - Ensino Fundamental

Município	Joaçaba	Luzerna
Anos Iniciais	186	11
Anos Finais	294	20

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011.

#### CÁLCULO DO IDEB

A média do IDEB das escolas municipais foi de 4,1 para 4ª série/5º ano (TAB 05) e nas escolas estaduais foi de 4.7 (TAB 06). Nos anos finais nas escolas municipais foi de 3.2, nas escolas da rede estadual foi de 4.1. Esta baixa pode ser decorrente de vários fatores tanto em termos extraescolares quanto intraescolares: transferências, alunos com transtornos globais de aprendizagem, desorientação da família no acompanhamento dos estudos, baixa frequência escolar, distorção idade/série, rotatividade de professores e a deterioração das condições objetivas e subjetivas internas à escola (revisão das práticas e posturas dos profissionais que atuam na escola). A Secretaria Municipal de Educação tem proporcionado capacitação a seus profissionais investindo na educação do município com materiais pedagógicos, estrutura física, capital humano e equipamentos para dar condições de trabalho aos professores, ampliação de capital humano (assessoramento aos professores) e valorização salarial.

Tabela 05: IDEB 2005 E PROJEÇÕES PARA REDE MUNICIPAL

ENSINO FUNDAMENTAL	Observado			Projeção do IDEB				
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015
1ª Fase (4ª Série/5º ano)	3.9	4.5	4.1	3.9	4.3	4.7	5.0	5.3
2ª Fase (8ª Série/9º ano)		3.6	3.2		3.7	3.9	4.3	4.6

Fonte: INEP, 2010.

Tabela 06: IDEB 2005 E PROJEÇÕES PARA REDE ESTADUAL

ENSINO FUNDAMENTAL	Observado			Projeção do IDEB				
	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015
1ª Fase (4ª Série/5º ano)	4.4	4.6	4.7	4.5	4.8	5.2	5.5	5.8
2ª Fase (8ª Série/9º ano)	4.3	4.2	4.1	4.3	4.5	4.7	5.1	5.5

Fonte: INEP, 2010.

#### TAXA DE TRANSFERÊNCIA

Analisando o diagnóstico do município percebemos que a taxa de transferência nas escolas do município e estado foi a mesma em relação aos anos iniciais. Em relação aos anos finais o maior índice foi nas escolas estaduais em torno de 74 transferências.

Tabela 07: TAXA DE TRANSFERÊNCIA EM 2010 ANOS INICIAIS

	Recebida	Expedida
Rede Municipal	0	38
Rede Estadual	0	37
Rede Particular	4	5
Total	4	80

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011.

Tabela 08: TAXA DE TRANSFERÊNCIA EM 2010 ANOS FINAIS

	Recebida	Expedida
Rede Municipal	0	15
Rede Estadual	0	74
Rede Particular	0	0
Total	0	89

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011.

#### TAXA DE ABANDONO

Permite avaliar a perda, por abandono, do sistema educacional em cada nível de ensino e dependência administrativa durante o ano. Pelo diagnóstico, o maior índice de abandono foi nos anos finais na rede estadual. Nos anos iniciais foi de cinco alunos nas duas redes municipal e estadual.

Tabela 09: AFASTADO POR ABANDONO – ENSINO FUNDAMENTAL EM 2010

	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Rede Municipal	5	5
Rede Estadual	0	16
Rede Particular	0	0
Total	5	21

Fonte: Censo Escolar, 2010.

#### TAXA DE DISTORÇÃO IDADE/SÉRIE

Permite avaliar a distorção entre a idade dos alunos e o ano/série que frequentam em cada nível de ensino. Deve-se considerar a idade recomendada para cada ano/série e nível de ensino, ou seja, 06 anos para o 1º ano do Ensino Fundamental, 07 anos para o 2º ano e, assim, sucessivamente.

A distorção aparece a partir do 3º ano, pois o 1º e 2º ano fazem parte do 1º ciclo e não há retenção. O maior índice acontece nas 5º séries.

Tabela 10: DISTORÇÃO IDADE/ SÉRIE COM MAIS DE 02 ANOS – 2010

	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Rede Municipal	0	0	16	23	40	29	15	15
Total	0	0	16	23	40	29	15	15

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011.

#### TAXA DE APROVAÇÃO

Na rede municipal, o maior índice de aprovação está nos anos iniciais de 1º ao 5º ano. Na rede estadual nos anos finais de 6º ao 9º ano. Na rede particular a aprovação é de 100%.

Tabela 11: TAXA DE APROVAÇÃO

	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS
Rede Municipal	91,80%	84,50%
Rede Estadual	88,57%	85,27%
Rede Particular	100%	0
Total	0	0

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011.

Considerando a população ser de baixa renda em alguns bairros do município, muitos alunos não concluem o ensino fundamental e o ensino médio decorrente de variadas causas, sejam elas de ordem socioeconômicas, culturais, geográficas, falta de interesse e persistência por parte dos alunos e pouco incentivo dos pais, ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didáticos – pedagógicos das escolas, podem ser apontadas como causas possíveis para a evasão escolar no ensino regular e a consequente procura pelo EJA até pelo fato desta modalidade não exigir, até então, frequência diária e sim, frequência em momentos pontuais. Conforme dados.

Tabela 12: ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

	1º SEGMENTO-ALFABETIZAÇÃO	2º SEGMENTO-ANOS FINAIS	EN-SINO MÉDIO	TO-TAL					
CEJA JOAÇABA	59	175	281	515					

Fonte: CEJA JOAÇABA, 2010

Tabela 13: MATRÍCULA DO ENSINO MÉDIO POR REDE - 15 a 17 ANOS

	Municipal	Estadual	Particular	Federal	Total				
Alunos Matriculados	0	824	0	0	824				

Fonte: INEP/ Censo Escolar, 2010

No ensino médio registra-se a matrícula de 180 alunos que estudam em Joaçaba 25 ou Luzerna.

Analisando os dados do município percebe-se a necessidade de algumas mudanças tanto pedagógicas como estruturais, as quais serão apresentadas a seguir para melhorar a qualidade da educação municipal.

#### METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO



**META 5: Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 anos de idade.**

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
5.1. Fomentar a estruturação do Ensino Fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.	SME SED/GERED MEC	02/012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.2. Aplicar exame periódico específico para aferir a alfabetização das crianças.	SME SED/GERED MEC	05/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.3. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como, o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	SME GERED	03/2013	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.4. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	SME SED/GERED	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS

5.5. Apoiar a educação escolar no campo, a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.	SME UES	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.6. Oportunizar cursos específicos de capacitação continuada para professores alfabetizadores, ou seja, que atuam no 1º ciclo de alfabetização.	SME GERED UES	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.7. Implementar programa de apoio pedagógico aos alunos que apresentam baixo rendimento escolar, de maneira a garantir sua alfabetização plena.	SME GERED UES	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
5.8. Promover formação continuada de forma sistemática aos profissionais da educação que atuam na área da alfabetização.	SME GERED	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS

**META 6: Oferecer educação em tempo integral a 25% dos alunos das escolas públicas de educação básica.**

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
------------------------------	-------------	-------------------	---------------------

6.1. Estender progressivamente a jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares, de forma que, o tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola ou sob sua responsabilidade passe ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, buscando atender a pelo menos 25% dos alunos matriculados nas escolas contempladas pelo programa.	SME SED	03/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
6.2. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação de escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para educação em tempo integral.	SME SED/GERED	12/2020	FUNDEB REC. PRÓPRIOS FNDE

6.3. Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos e equipamentos públicos como: centros comunitários, departamento de cultura, bibliotecas, praças, teatro, museus, escolas profissionais (música, dança, línguas, arte) e outros.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS FNDE FUNDEB
6.4. Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica, por parte das entidades privadas de serviço social (SENAC / SENAI / SENAR) vinculadas ao sistema sindical de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.	SME SED/GERED	02/2012	FUNDEB REC. PRÓPRIOS FNDE
6.5. Orientar, na forma do art. 13, § 1º, I, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação em gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica concomitantemente e articulada com a rede pública de ensino.	SME SED/GERED	03/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
6.6. Atender a demanda de alunos nas escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, considerando as peculiaridades locais.	SME SMA EPAGRI GERED	03/2020	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS PARCERIAS COM ENTIDADES PRIVADAS (AFUBRA E OUTRAS)

META 7: Atingir as seguintes médias municipais para o IDEB:						
IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do Ensino Fundamental R. Municipal	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
Anos iniciais do Ensino Fundamental R. Estadual	5.2	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5
Anos Finais do Ensino Fundamental Rede Municipal	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4
Anos Finais do Ensino Fundamental Rede Estadual	4.7	5.1	5.5	5.7	5.9	6.2

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
7.1. Formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	SME SED	02/2012	FUNDEB FNDE PDDE PDE Escolar REC. PRÓPRIOS

7.2. Formalizar, executar e monitorar as ações propostas nos programas nacionais – PAR, PDDE, PDE Interativo e LSE, dando cumprimento às metas de qualidade para a educação básica pública.	SME/UEs SED	02/2012	FUNDEB FNDE REC. PRÓPRIOS
7.3. Fixar, acompanhar divulgar e analisar bianualmente os resultados do IDEB das escolas da rede pública do município fixando ações de melhoria destes índices, junto ao corpo docente e grupo gestor das unidades escolares.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS FUNDEB FNDE
7.4. Utilizar os instrumentos de avaliação aplicados a nível nacional que verificam a qualidade do ensino fundamental e médio como parâmetro para mobilizar novas posturas pedagógicas e metodológicas de ensino e aprendizagem junto ao corpo docente.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS GERED FUNDEB FNDE
7.5. Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação da frota de veículos.	SME SED	02/2012	PRÓPRIOS FNDE PNATE

7.6. Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para o ensino fundamental e médio, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados (construção de proposta pedagógica e plano de ensino/troca de experiências bem sucedidas/avaliação externa).	SME SED	03/ 2014	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.7. Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino, asseguraram a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes - Programa de correção de fluxo e/ou adesão aos diferentes Programas do MEC.	SME SED	03/2012	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB MEC
7.8. Apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, com vistas à ampliação da participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos e o desenvolvimento da gestão democrática efetiva com ênfase na autonomia financeira.	SME SDR	02/2012	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB MEC PDE

7.9. Desenvolver programas intersetoriais, envolvendo – saúde, meio ambiente, cultura, esporte, turismo, agricultura, desenvolvimento social, EPAGRI, Secretaria Regional, bem como parceiros do terceiro setor – indústria e comércio.	SME SDR	03/ 2013	REC. PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%), REC. ESTADUAIS REC. PRIVADOS
7.10. Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao estudante em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.	SME SDR	02/2012	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.11. Prover equipamentos e recursos tecnológicos e digitais para utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas de ensino fundamental e médio através da adesão de Programas do MEC (PROINFO), convênios com entidades particulares e/ou buscando parcerias.	SME SDR	12/2013	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.12. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas públicas, tendo em vista a equalização de oportunidades educacionais.	SME SDR	12/2020	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB

7.13. Aperfeiçoar o processo de informatização da gestão das escolas e das secretarias de educação, bem como, manter programa de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.14. Garantir políticas de combate à violência na escola e construção de uma cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar, implementando programas intersetoriais.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%), REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.15. Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares comuns, respeitada a diversidade regional, (Matriz Curricular).	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS
7.16. Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente de que trata a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, formalizando programas em parceria com o Ministério Público, Polícia Militar e Conselho Tutelar.	SME SED	03/2014	REC. PROPRIOS REC. ESTADUAIS

7.17. Regular através de lei específica a instalação de conselhos escolares ou órgãos colegiados equivalentes, com representação de trabalhadores em educação, pais, alunos e comunidade, escolhidos pelos seus pares para qualificar o sistema para receber os repasses de transferências voluntárias na área da educação.	SME SDR	05/2013	FUNDEB
7.18. Assegurar as escolas públicas de educação: saneamento básico, acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade; Acesso a bibliotecas; acesso para práticas esportivas; acesso a bens culturais e a arte e laboratório e equipamentos de ciência, bem como prover acessibilidade arquitetônica à pessoa com deficiência aos espaços e ambientes da escola.	SME SED	03/2020	REC. PRÓPRIOS REC. ESTADUAIS FUNDEB
7.19. Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	SME SED	02/2012	REC. PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%), REC. ESTADUAIS FUNDEB



7.20. Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de uma rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes.	SME SED	03/ 2013	REC. MUNICIPAIS ESTADUAIS FEDERAIS
7.21. Ampliar a educação escolar do campo, a partir de uma visão articulada ao desenvolvimento sustentável e à preservação da identidade cultural.	SME SED	09/ 2014	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB
7.22. Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	SME SED	03/2012	REC. MUNICIPAIS ESTADUAIS FEDERAIS
7.23. Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino.	SMS SME SED	02/2012	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS

7.24. Implantar uma política de acompanhamento no sistema de educação do município de forma a promover a busca incessante do atingir das metas do IDEB, procurando reduzir a diferença entre as escolas garantindo equidade na aprendizagem.	SME SED MEC	03/ 2012	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB
7.25 . Garantir o ensino de história e Cultura Afro-brasileira e indígena, nos termos da lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da lei n.11.645, de 10 de março de 2008, por meio de ações colaborativas com Fórum de educação para a diversidade Étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a comunidade em geral.	SME SDR	03/2013	PRÓPRIOS MEC

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, e dos pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
8.1. Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	SME SED GERED	03/ 2012	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB

8.2. Implantar programa de educação de jovens e adultos no município para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/série.	SME SED GERED	03/ 2018	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB
8.3. Garantir acesso gratuito a exames de certificação de conclusão dos ensinos: fundamental e médio.	SME SED GERED	12/2012	REC. ESTADUAIS FUNDEB
8.4. Incentivar a participação no ENCCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) para avaliar o nível do ensino supletivo, identificando as dificuldades dos alunos para propor melhorias educacionais.	SED GERED	03/ 2013	Rec. ESTADUAIS FUNDEB
8.5. Fomentar a expansão da oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino público, para os segmentos populacionais considerados, firmando parcerias com SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR e o Instituto Federal.	SME SED GERED	10/2012	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS

8.6. Fortalecer o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específico para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência, abandono e transferência colaborando com o Estado e o Município para garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	SME SED GERED	02/2013	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB
8.7. Promover busca ativa de crianças fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.	SME SED SMS GERED	02/2012	REC. MUNICIPAIS E ESTADUAIS FUNDEB

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
9.1. Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria.	SME SED GERED	03/ 2015	REC. ESTADUAIS FUNDEB
9.2. Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica.	SME SED GERED	03/ 2015	REC. ESTADUAIS FUNDEB

9.3. Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem.	SME SED GERED	03/ 2013	RECURSOS ESTADUAIS FUNDEB
9.4. Desenvolver campanhas regulares de mobilização para levar jovens e adultos a se alfabetizar.	SME SED GERED	03/ 2013	REC. MUNICIPAIS; ESTADUAIS E FEDERAL
9.5. Executar, em articulação com a área da saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico (PGM "olhar Brasil") e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens e adultos,	SME SED SMS GERED	03/ 2013	REC. MUNICIPAL ESTADUAL FEDERAL

### EIXO III: FORMAÇÃO HUMANÍSTICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO MUNICÍPIO.

#### DIAGNÓSTICO:

Atualmente o município de Herval d'Oeste possui uma população de 21.239 habitantes, e conta com duas unidades escolares as quais oferecem ensino médio e profissionalizante; sendo que a E.E.B. São José oferece magistério enquanto a E.E.B. Professor Eugênio Marchetti oferece ensino médio e ensino profissionalizante em gestão empresarial. Alguns alunos (205) buscam outras unidades de ensino médio em municípios vizinhos; sendo que 281 alunos freqüentam o EJA; já no ensino profissionalizante cerca de 340 alunos buscam aprimorar-se, e utilizam o ensino superior aproximadamente 808 alunos nos pólos de Herval d'Oeste e Joaçaba inclui-se nestes, ensino na modalidade a distância e presencial. Não possuímos dados concretos uma vez que, muitos estudantes frequentam universidades em outras cidades e estados vizinhos.

Diante dos resultados obtidos vimos que, o transporte escolar também para os universitários é de suma importância e que incentiva o aluno a buscar aprimoramento pessoal, que acabam gerando desta forma, mão de obra qualificada para o município.

Considerando o contexto socioeconômico e cultural da população do município a modalidade de ensino médio na formação de período integral que a implantação de escola de ensino médio em tempo integral, não é viável, pois alguns jovens já trabalham no contra-turno não irão deixar de trabalhar para estudar algo que não lhe favoreça financeiramente, desta forma há uma necessidade de buscar parcerias com instituições de cursos técnicos como: SENAI/ SENAC/ SENAR e IFC.

Identificou-se por meio deste trabalho que o município possui

uma quantidade pequena de pessoas que estão frequentando os níveis de formação humanística, científica e tecnológica. Estima-se que 5% da população frequentam Educação de Jovens e Adultos; aproximadamente 8% freqüentam o nível médio regular; e cerca de 8% freqüentam os níveis de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Entretanto percebe-se que os alunos que concluem do ensino fundamental acabam evadindo-se das escolas de ensino médio e profissionalizante por questões sociais e culturais. Na faixa etária entre 15 a 17 anos estudam 1.004 alunos no Ensino Médio, sendo que 180 alunos estudam em Joaçaba e moram em Herval d'Oeste.

#### METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

**META 10:** Oferecer, no mínimo 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo	Origem dos recursos
10.1. Implementar programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica.	SME SED	02/2015	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
10.2. Fomentar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/série, mantendo parcerias e convênios com programas nacionais.	SME SED MEC	05/2013	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
10.3. Promover busca ativa de jovens e adultos fora da escola, pertencentes aos segmentos considerados, em parceria com as áreas de assistência social e saúde.	SME SMS ASSISTÊNCIA SOCIAL	02/2013	PRÓPRIOS FEDERAL

10.4. Fomentar a expansão das matrículas na educação de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador do campo e da cidade.	SME SED	12/2013	PRÓPRIOS FUNDEB SETOR PRIVADO
10.5. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.	SME SED	02/2014	FEDERAL ESTADUAL
10.6. Institucionalizar programa de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.	SME SED SISTEMA "S"	02/2014	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
10.7. Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas para avaliação, formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.	SED SME GERED	02/2015	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL

10.8. Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculada ao sistema sindical.	SME GERED SISTEMA "S"	05/2014	FEDERAL PRÓPRIOS PRONATEC
10.9. Oportunizar ao educando o acesso ao programa nacional de assistência ao estudante que contribuam para garantir o acesso e a permanência, à aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos a nível fundamental médio.	SME SED GERED	11/2020	FUNDEB PRÓPRIOS FEDERAL
10.10. Fomentar a diversificação curricular do ensino médio para jovens e adultos, integrando a formação integral à preparação para o mundo do trabalho e promovendo a inter-relação entre teoria e prática nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características de jovens e adultos por meio de equipamentos e laboratórios, produção de material didático específico e formação continuada de professores.	SME GERED SISTEMA "S" UNIVERSIDADES	02/2020	PRÓPRIOS FNDE

10.11. Elaboração de projetos para a implantação de cursos técnicos que venham suprir e complementar a demanda e a oferta de trabalho para o nosso município e região;	SM GERE; REPRESENTANTES DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA: GOVERNO ESTADUAL;	02/2015	UNIÃO, INSTITUTO FEDERAL, SENAI, SENAC
10.12. Oferecer transporte escolar gratuito ou bolsas de estudo aos alunos matriculados nos cursos técnicos e Universidades em outros municípios da região;	ADMINISTRAÇÃO SME	03/2012	PRÓPRIOS
10.13. Oferecer aos alunos da última etapa do Ensino Fundamental (8ª séries/9º ano) Cursos profissionalizantes preparatórios, para posteriormente ingressar no curso técnico em nível de Ensino Médio;	SME GERED; INSTITUIÇÕES: SENAI, SENAC....	03/2013	SENAI PRÓPRIOS

**META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.**

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
11.1. Estimular permanentemente a formação continuada da população, com vistas a inseri-la no mercado de trabalho com maior condição de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.	SME SED 7ª GERE	03/2020	PRÓPRIOS

11.2. Fomentar a expansão de matrículas de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador do campo e da cidade.	SME SED 7ª GERE	03/2013	PRÓPRIOS FUNDEB SETOR PRIVADO
11.3. Motivar o educando o acesso ao programa nacional de assistência ao estudante que contribuam para garantir o acesso e a permanência, à aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos em nível fundamental médio.	SME SED 7ª GERE SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	03/2013	PRÓPRIOS FUNDO SOCIAL
11.4. Proporcionar educação a jovens e adultos, visando à qualificação de trabalhadores no mundo das tecnologias avançadas.	SME SED 7ª GERE	12/2020	PRÓPRIOS FNDE
11.5. Promover parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos para implantar e ampliar as possibilidades de educação profissional permanente a nível urbano e rural.	SME SED 7ª GERE EPAGRI	06/2015	PRÓPRIOS FNDE
11.6. Ampliar a oferta de cursos técnicos que atenda a demanda regional diversificando as áreas de abrangência e de necessidade.	SME SED 7ª GERE Universidades SENAI IFC	06/2020	PRÓPRIOS FNDE PRONATEC
11.7. Manter anualmente parcerias com o SENAI e IFC SISTEMA "S"	SME SED 7ª GERE	03/2020	PRÓPRIOS FNDE /FUNDEB



11.8. Pesquisar junto aos municípios da região da AMMOC, à necessidade de cursos que atendam a demanda (masculina e feminina) regional, criando um banco de dados fornecendo subsídios para a implementação dos mesmos.	SME SED 7ª GERED AM-MOC	10/2012	PRÓPRIOS
11.9. Mobilizar através de campanhas a iniciativa privada e escolas técnicas para que haja acesso aos cursos já existentes e ampliação à demanda apresentada.	SME SED 7ª GERED SISTEM "S" IFC	03/2018	PRÓPRIOS
11.10. Estimular permanentemente a formação continuada da população, com vistas a inseri-la no mercado de trabalho com maior condição de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.	SME SED 7ª GERED	03/2020	PRÓPRIOS
11.11. Ampliar a oferta de cursos técnicos que atenda a demanda regional diversificando as áreas de abrangência e de necessidade.	IFC SISTEMA "S"	02/2020	FEDERAL PRONATEC

11.12. Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.	SME SED	02/2018	FEDERAL
11.13. Buscar parcerias com a iniciativa privada e órgãos públicos para implantar e ampliar as possibilidades de educação profissional permanente a nível urbano e rural.	SME SED SISTEMA "S"	01/2018	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
11.14. Institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes públicas e privadas.	SME SED SISTEMA "S"	02/2014	PRÓPRIOS FEDERAL ESTADUAL
11.15. Fomentar a expansão de matrículas de jovens e adultos de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores e a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador do campo e da cidade.	SME SED 7ª GERED	03/2013	PRÓPRIOS FUNDEB SETOR PRIVADO

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a oferta de pelo menos 40% das matrículas no segmento público.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
------------------------------	-------------	-------------------	---------------------

12.1. Garantir transporte gratuito aos acadêmicos matriculados em universidades localizadas em outros municípios.	SME SED	03/2018	PRÓPRIOS
12.2. Agilizar parcerias com as empresas locais a fim de oferecer estágios a alunos de cursos técnicos e superiores.	SME INSTITUIÇÕES PRIVADAS SISTEMA "S" IFC SED	06/2013	PRÓPRIOS
12.3. Incentivar através de campanhas o aluno a continuar seus estudos a nível superior.	SME SED 7ª GERED SENAI IFC UNIVERSIDADES	07/2020	PRÓPRIOS
12.4. Fomentar visitas técnicas a empresas e órgãos de diversas áreas.	SME SED 7ª GERED SENAI IFC UNIVERSIDADES	2012	PRÓPRIOS
12.5. Motivar e ou intermediar a busca para bolsas de estudo no exterior, através de intercâmbio e formação acadêmica com entidades culturais da região.	IES Entidades culturais (Trentino, Trivenita e Germânicos)	06/2020	FNDE
12.6. Disponibilizar contato com profissionais de diversas áreas, para que o aluno do ensino médio possa visualizar o ensino superior.	SME ; SED 7ª GERED SENAI; IFC UNIVERSIDADES	06/2013	PRÓPRIOS SALÁRIO EDUCAÇÃO
12.7. Buscar programas de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e conclusão do curso.	SME ; SED 7ª GERED SENAI; IFC UNIVERSIDADES SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	07/2020	FNDE PRÓPRIOS

12.8. Estimular a oferta de vagas por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior; da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica e do sistema universidade aberta do Brasil.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	06/2020	PRÓPRIOS
12.9. Participar de programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior.	SME ; SED 7ª GERED SENAI; IFC UNIVERSIDADES	06/2020	FNDE
12.10. Propiciar a participação a processos seletivos nacionais e regionais, para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares individualizados.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	06/2020	PRÓPRIOS
12.11. Estimular a oferta de novos cursos de graduação, tanto em licenciatura, quanto em bacharelado, e de especializações para atender às demandas: local e regional.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	08/2012	PRÓPRIOS

12.12. Estimular que os universitários do município realizem projetos de pesquisa e trabalhos acadêmicos, tendo como foco questões de relevância no desenvolvimento econômico, cultural e social da comunidade, bem como projetos direcionados a melhorias ao meio ambiente e sustentabilidade do município, através de parcerias com instituições públicas, privadas e instituições de ensino do município e da região.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	12/2013	FNDE PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%)
12.13. Estabelecer parcerias com prefeituras da região, órgãos governamentais e empresas locais e regionais, montar laboratórios de pesquisa que forem necessários, bem como adquirir equipamentos e materiais que permitam acesso a novas tecnologias e desenvolvimento de pesquisas a nível local e regional.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	06/2018	FNDE PRÓPRIOS
12.14. Auxiliar no transporte aos acadêmicos e a estudantes de ensino técnico que frequentam cursos em outros municípios, por meio de convênios.	Secretaria de Educação Cultural e Esporte	12/2012	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%)
12.15. Divulgar a oferta de educação superior pública e gratuita para a população em geral.	SME ; SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	12/2013	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%)

12.16. Desenvolver programas de divulgação do financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior - FIES para que todos tenham condições de cursar o ensino superior.	SME SED 7ª GERED SENAI IFC UNIVERSIDADES	12/2013	FIES
12.17. Conceder bolsa-trabalho para estágio supervisionado, a estudantes que demonstrem bom desempenho acadêmico, visando o incentivo à capacitação continuada.	SME SED 7ª GERED SENAI IFC UNIVERSIDADES EMPRESAS LOCAIS	12/2012	FIES
12.19. Mapear a demanda e estabelecer parceiros para a oferta de formação de pessoal em nível superior considerando as necessidades da região, a inovação tecnológica e a melhoria da educação básica.	SED 7ª GERED SENAI IFC UNIVERSIDADES AMMOC	06/2015	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%) FUNDEB

**META 13:** Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
13.1. Incentivar processo contínuo de autoavaliação das instituições superiores, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.	IES UNIVERSIDADE	11/2020	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%) MEC

13.2. Induzir a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela CONAES, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das competências necessárias a conduzir o processo de aprendizagem de seus futuros alunos, combinando formação geral e prática didática.	IES	08/2020	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%) MEC
13.3. Fomentar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação stricto sensu.	IES UNIVERSIDADES	10/2020	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%) MEC
13.4. Fomentar a formação de consórcios entre universidades públicas de educação superior com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	IES UNIVERSIDADES	02/2020	PRÓPRIOS (não vinculados aos 25%) MEC

13.5. Fomentar políticas de ofertas de cursos de nível de pós-graduação, mestrado e doutorado de qualidade e com proposta inovadora, permitindo maior flexibilidade na formação e ampliação de oferta de ensino de acordo com as novas demandas que se apresentam.	SED SENAI IFC UNIVERSIDADES	16/2020	FNDE CNPq
13.6. Criar parcerias com a União, estado e Municípios, com entidades privadas, com vistas ao incentivo à formação continuada em nível de pós-graduação.	SME SED 7ª GERED SENAI ; IFC UNIVERSIDADES	03/2015	FNDE CNPq

**META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu.**

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
14.1. Assegurar a formação básica dos professores da rede pública e privada no município através de cooperação, divulgação e participação nos programas de formação de professores da rede federal, bem como possíveis estímulos a formação docente.	SME IES UNIVERSIDADES	02/020	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
14.2. Divulgar o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, à pós-graduação stricto sensu, especialmente ao mestrado profissional.	SME SED UNIVERSIDADES	12/2018	FEDERAL

14.3.Promover intercâmbio científico e tecnológico entre as instituições de ensino pesquisa e extensão.	SME GERED Universidades	12/2014	FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL
14.4. Incentivo através de bolsas de estudos os interessados para que possam estar ingressando em curso de mestrado e doutorado.	SENAI IFCU IES	12/2020	Federal FNDE CNPq
14.5. Criar parcerias com a União, Estado e Municípios; com entidades privadas, com vistas ao incentivo à formação continuada em nível de pós-graduação.	SED SENAI IFC IES	02/2020	MEC CNPq

#### EIXO IV: VALORIZAÇÃO DO MAGISTERIO DIAGNÓSTICO

O Município de Herval d'Oeste tem uma população de 21.233 habitantes, conta com Escolas da rede Municipal, Estadual e Particular, assim distribuídas:

##### Rede Municipal:

Centro Municipal de Educação Pequeno Príncipe;  
Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora de Fátima;  
Escola Básica Municipal Estação Luzerna;  
Grupo Escolar Municipal Professor Adolfo Becker;  
Escola Básica Municipal Cruz e Souza;  
Escola Reunida Municipal Professor Alcino Fernandes (interior);  
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz (creche);  
Centro Municipal de Educação Infantil Tio Zezinho (creche);  
Centro Municipal de Educação Infantil Valdete Souza Nodari (creche);  
Centro de Educação Infantil Crescer e Aprender

##### Rede Estadual:

EEB São José;  
EEB Melo e Alvim;  
EEB Professor Eugênio Marchetti;  
EEB Professor Odilon Fernandes.

##### Rede Particular:

Centro de Educação Pequeno Pensador.  
Centro de Educação Infantil Crescer e Aprender

##### Ensino Superior:

Uniassevi  
Uninter

A formação dos profissionais pode ser visualizada nas Tabelas 14 a 18:

Tabela 14: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES –EFETIVOS

	Ensino Médio		Graduação		Pós-Graduação		
	Magistério	Outro	Licenciatura Plena Cursando	Licenciatura Plena	Outros Cursos	Especialização	Mestrado Doutorado
Professores de Educação Infantil/ Creche							
Rede Municipal	0	0	0	5	0	26	0
TOTAL GERAL	0	0	0	5	0	26	0

Fonte: RH Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste.

Tabela 15: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES –EFETIVOS

	Ensino Médio		Graduação		Pós-Graduação		
	Magistério	Outro	Licenciatura Plena Cursando	Licenciatura Plena	Outros Cursos	Especialização	Mestrado Doutorado
Professores de Educação Infantil Pré-Escola							
Rede Municipal	1	0	0	4	0	8	0
Rede Particular	0	0	3	3	0	0	0
TOTAL GERAL	1	0	3	7	0	8	0

Fonte: RH Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste. Dados 2010.

Tabela 16: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES –EFETIVOS

	Ensino Médio		Graduação		Pós-Graduação		
	Magistério	Outro	Licenciatura Plena Cursando	Licenciatura Plena	Outros Cursos	Especialização	Mestrado Doutorado
Professores de Ensino Fundamental 1º a 5º ANO							
Rede Municipal	2	0	0	5	0	20	1
Rede Estadual	0	0	0	5	0	6	2
Rede Particular	0	0	1	5	1	0	0
TOTAL GERAL	2	0	1	15	1	26	3

Fonte: RH Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste. Dados 2010.

Tabela 17: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES –EFETIVOS

	Ensino Médio		Graduação		Pós-Graduação		
	Magistério	Outro	Licenciatura Plena Cursando	Licenciatura Plena	Outros Cursos	Especialização	Mestrado Doutorado
Professores de Ensino Fundamental Anos Finais							
Rede Municipal	0	0	0	5	0	6	0



Rede Estadual	0	0	0	5	0	15	2	0
TOTAL								
GERAL	0	0	0	10	0	21	2	0

Fonte: RH Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste. Dados 2010.

Tabela 18: GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PROFESSORES -EFETIVOS- REDE MUNICIPAL

Professores Efetivos da Rede Municipal	Ensino Médio		Graduação			Pós-Graduação		
	Magistério	Outro	Licenciatura Plena Cursando	Licenciatura Plena	Outros Cursos	Especialização	Mestrado	Doutorado
Rede Municipal	0	0	0	31	0	22	0	0
Prof. Ed.Inf. Creche	0	0	0	5	0	26	0	0
Prof. Ed. Inf.Pré-Escola	1	0	0	4	0	8	0	0
Prof. EF- 1ª a 4ª série	2	0	0	5	0	20	1	0
Prof.E.F- 5ª a 8ª série	0	0	0	5	0	6	0	0
Prof. E.F.-EJA	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	3	0	0	19	0	60	1	0

Fonte: RH Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste. Dados 2010.

Os profissionais da Rede Municipal têm assegurado Plano de Carreira regulado pela Lei Complementar nº 081/98, de 21 de dezembro de 1998, o qual prevê, a título de incentivo, auxílio pecuniário para profissionais da educação que não possuam Licenciatura em sua área de atuação; bem como licença para qualificação profissional em nível de Mestrado. Contempla também a formação continuada com oferta de quarenta horas anuais de capacitação, e a progressão funcional em anos alternados, cujos critérios são avaliação de desempenho alternado com apresentação de certificados equivalentes às 80hs de cursos de aperfeiçoamento. O ingresso na rede municipal de ensino se dá por concurso público de provas e títulos, sendo que o estágio probatório supervisionado é de três anos. Os professores ACT's são contratados mediante teste seletivo de provas e títulos.

Nosso Município oferece curso técnico de nível médio na formação Normal/ Magistério. Em curso de nível superior na área da educação oferecem, na modalidade a distância, cursos nas instituições Uniasselvi e Uninter conforme ilustra a TAB 19:

Tabela 19: Cursos de Licenciatura

Curso	Duração
Artes Visuais	3 anos
Ciências Biológicas	3 anos
Geografia	3 anos
História	3 anos
Letras – Português	3 anos
Matemática	3 anos
Pedagogia	4 anos
Ciências da Religião	3 anos
Filosofia	3 anos
Sociologia	3 anos

Fonte: Uniasselvi; Uninter, 2011.

## METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO

META 15: Buscar a garantia, em regime de colaboração entre o Estado e a União, para que todos os professores da Educação Básica possuam formação de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
Desenvolver parcerias com as Instituições que oferecem cursos de Licenciatura no município e região para diagnóstico da realidade acerca das necessidades de formação de profissionais na área da Educação para atuar conjuntamente definindo obrigações recíprocas entre os partícipes na promoção desta formação.	SME	02/2012	PRÓPRIOS
Criar um canal de informação com a Universidade para divulgação da oferta de financiamento estudantil a estudantes matriculados em cursos de licenciatura com avaliação positiva pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, na forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	SME	07/2013	FUNDEB
Ampliar a divulgação do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – ofertado para alunos dos cursos de licenciatura das instituições de educação superior municipal, estadual, federal e comunitárias sem fins lucrativos, com vistas a apoiar a iniciação à docência e contribuir para elevação da qualidade de educação básica (inciso I, Art. 3º do Decreto nº 7.219/2010), através de parceria do Município no oferecimento de espaço para atuação docente.	SME	03/2014	FUNDEB
Estimular a utilização da plataforma eletrônica para organizar a oferta e a demanda das matrículas em cursos de formação inicial e continuada de professores, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.	MEC, SME E PROFESSORES	03/2012	FUNDEB

Articular junto a Universidades locais e regionais a oferta de cursos de formação inicial destinado as áreas de conhecimento que apresentem maior carência de docentes.	SME	02/2016	FUNDEB
Dialogar com a Universidade a cerca do estagio nos cursos de licenciatura, visando um trabalho sistematizado de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as reais necessidades da educação básica buscando maior qualidade na educação.	SME	12/2018	FUNDEB
Manter os cursos e programas especiais para assegurar no município a formação em nível médio na modalidade normal, como forma de primeira etapa na formação dos professores.	SME SED	2012	FUNDEB

**META 16:** Incentivar a formação dos professores da Educação Básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu atingindo o índice mínimo de 50% até 2016 e formação continuada em sua área de atuação.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
Dialogar e realizar em regime de colaboração, com as Instituições que oferecem cursos de pós-graduação no município e região o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada, informando acerca das necessidades de formação dos profissionais na área da Educação, fomentando áreas prioritárias.	SME	12/2012	PRÓPRIOS
Manter os cursos de formação continuada em vigência e implantar novos cursos, de acordo com os níveis de ensino existentes no município e valorização dos profissionais da educação, na forma de ampliar as possibilidades de formação em serviço, assegurando a formação específica em sua área de atuação, conforme prevê a Lei 11.738 de 16/07/2008 (Lei do Piso Nacional) – Resolução 02/2009 do CNE – Art. 5º, inciso XIII. Aumentando o percentual de progressão por mérito concedido aos professores da rede municipal, objetivando o incentivo ao aperfeiçoamento em serviço.	SME	02/2014	FUNDEB

Divulgar e aperfeiçoar o programa de composição de acervo de livros didáticos, paradidáticos, de literatura e dicionários, para os professores das escolas da rede pública de educação básica, advindos da União.	SME	05/2012	FUNDEB
Capacitar e consolidar a utilização do portal eletrônico para subsidiar o professor na preparação de aulas, disponibilizando gratuitamente roteiros didáticos e material suplementar.	SME	11/2020	FUNDEB
Prever no plano de carreira dos profissionais da educação da rede municipal licenças para qualificação profissional em nível de pós-graduação stricto sensu. Concedendo auxílio pecuniário aos professores da rede municipal que não possuem pós-graduação em sua área de atuação, equiparando aos demais servidores municipais.	MEC SME	01/2012	FUNDEB

**META 17:** Valorizar o magistério público da Educação Básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
17.1. Constituir fórum permanente no Município para acompanhamento de relatórios financeiros mensais (contábeis) da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica e de aplicação dos recursos gastos na Educação aos Conselhos do FUNDEB e da Educação, para acompanhamento periódico.	SME	01/2012	PRÓPRIOS
17.2. Garantir a revisão periódica do plano de carreira do magistério público municipal e demais profissionais da Educação, contemplando níveis de remuneração de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CNE.	SME	03/2020	FUNDEB PRÓPRIOS
17.3. Criar o Adicional de Produtividade na Educação Municipal a exemplo do que ocorre em outros municípios (São Paulo), visando premiar o desempenho profissional qualificado, tendo por base a aprendizagem do aluno.	SME	12/2020	FUNDEB PRÓPRIOS

**META 18:** Assegurar, no prazo de dois anos, a adequação do plano de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
18.1. Estruturar os sistemas de ensino buscando atingir, em seu quadro de profissionais do magistério, 90% de servidores nomeados em cargos de provimento efetivo em exercício na rede pública de educação básica, realizando concurso público de provas e títulos.	SME SED	11/2020	FUNDEB MEC
18.2. Manter e aprimorar o programa de acompanhamento do professor iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação ou não efetivação do professor ao final do estágio probatório.	SME SED	02/2012	PRÓPRIOS FUNDEB
18.3. Aderir à utilização da nota da prova nacional de admissão de docentes a fim de subsidiar a realização de concursos públicos de admissão temporária ou efetiva pelo Município.	SME SED	07/2020	PRÓPRIOS FUNDEB
18.4. Fomentar a oferta de cursos técnicos em nível médio destinados à formação de funcionários de escola para as áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infraestrutura escolar, inclusive para alimentação escolar, sem prejuízo de outras.	SME SED	02/2020	PRÓPRIOS FUNDEB
18.5 Atualizar o Plano de Carreira do município, revendo a tabela de cargos e salários, assegurando o cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional.	SME SED	01/2012	PRÓPRIOS FUNDEB

#### EIXO V: GESTÃO E FINANCIAMENTO DIAGNÓSTICO

O art. 206, inciso VI, da Constituição Federal preceitua que o ensino será ministrado com base, entre outros, no princípio da "gestão democrática do ensino público, na forma da lei". Pelo art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica serão definidas pelo sistema de ensino, com observância de dois princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. É obrigatória a gestão democrática no ensino público e prevista, em geral, para todas as instituições de ensino, o que implica decisões coletivas que pressupõem a participação da comunidade escolar na gestão da escola e a observância dos princípios e finalidades da educação.

De fato, admitindo o princípio da gestão democrática, de nada adianta os professores participarem da elaboração do projeto pedagógico da escola se o principal responsável não só pela coordenação e execução desse projeto como também pela gerência e aplicação dos recursos financeiros recebidos, não gozar de total credibilidade. De nada adianta democratizar a composição dos conselhos escolares se os seus presidentes natos, os diretores, não forem da plena confiança da comunidade escolar e não se mostrarem perfeitamente entrosados relativamente à população a que o estabelecimento de ensino serve. Partindo desses pressupostos e objetivando dar mais um importante passo na direção do Estado verdadeiramente democrático em nosso Município, apresentamos aos professores da Rede Municipal, a oportunidade de votar e serem votados, através de Eleição Direta de Diretores de Escolas e Creches, vinculada a critérios de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Com relação, ao financiamento da Educação Básica, o Município de Herval d'Oeste, aplica recursos do FUNDEB, Salário- Educação, Próprios, convênios para garantir padrões mínimos de qualidade na Educação. Como podemos verificar nas tabelas 20 e 21:

Tabela 20: Orçamento 2010.

	Receita Municipal Corrente	Receita de Impostos Art. 212 CF	Educação	Ensino Fundamental	Educação Infantil	Receita FUNDEB	Custo-aluno FUN-DEB	Custo-aluno município	Custeio e Investimento Educação
R\$	27.591.444,84	19.975.903,26	6.059.700,34	2.832.830,36	3.557.852,38	3.453.604,89	2023,2	1526,71	6.059.700,34
%	0	0	30,34	14,18	16,16				

Fonte: Contabilidade, PM/ HO. Dados ano base 2010.

Tabela 21: Custo Médio Aluno/Anual

Custo Médio Aluno	Educação Infantil	Ensino Fundamental	
PERÍODO	INTEGRAL	INTEGRAL	Município
Rede Municipal	4941,46	2870,14	3549,91

Fonte: Diagnóstico Educacional, 2011. Dados ano base 2010.

Os insumos básicos para o funcionamento, manutenção e atualização de creche ou escola, de acordo com os padrões mínimos do CAQi e após sua implantação com as características indicadas, têm como referência o custo total estimado por aluno, expresso em percentual do PIB per capita. Para sua efetivação torna-se necessário que os governos nas suas esferas de responsabilidade, assegurem os insumos previstos no CAQi para todas as escolas públicas de Educação Básica, prevendo-os nos respectivos Planos de Educação, Planos Plurianuais e Leis Orçamentárias, e garantindo o controle social de sua execução.

Tabela 22: EDUCAÇÃO INFANTIL

	Salário Prof. Inicial	Salário Prof. Média Iniciais	Salário Diretor Inicial + gratificação	Salário Técnico	Salário Estagiárias	Salário Servente/ Merendeira	Total Folha dos Docentes	Total Folha dos técnicos	Total Folha Servente/ Merenda
Rede Municipal	1.428,92	1.707,69	1428,92 + 746,59	1428,92	500,00	510,00 + 102,00	1680783,66	326.568,12	360.871,31

Fonte: SME e Controladoria Interna Município, 2011. Dados ano base 2010.

Tabela 23: ENSINO FUNDAMENTAL

	Salário Prof. Inicial	Salário Prof. Média Iniciais	Salário Diretor Inicial + gratificação	Salário Técnico	Salário Estagiárias	Salário Servente/ Merendeira	Total Folha dos Docentes	Total Folha dos técnicos	Total Folha Servente/ Merenda
Rede Municipal	1.428,92	1.707,69	1.428,92	1.707,69	1428,92 + 746,59	1.514,64	1.641.152,58	510.787,18	309.178,93

Fonte: SME e Controladoria Interna Município, 2011. Dados ano base 2010.

**METAS E ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO**

**META 19:** Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito do Município, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
19.1. Aprovar leis prevendo a observância de critérios técnicos de mérito e desempenho e os processos que garantam à participação da comunidade escolar preliminares à nomeação comissionada de diretores escolares, como condição para recebimento de transferências voluntárias na área da educação advindas da União.	GERED SME	11/2020	PRÓPRIOS FUNDEB
19.2. Elaborar lei específica à condução dos diretores de escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental, ao cargo.	SME GERED	11/2018	PRÓPRIOS
19.3. Oferecer cursos de capacitação continuada na área de gestão escolar, com certificação.	SME GERED	02/2013	FUNDEB MEC PAR

**META 20:** Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar do produto interno bruto definido no Plano Nacional de Educação.

Estratégias de Implementação	Responsável	Prazo de Execução	Origem dos recursos
20.1. Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável para todas as etapas e modalidades da educação pública municipal.	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SECRETARIA DE FINANÇAS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO SME	01/2012	SALÁRIO – EDUCAÇÃO, FUNDEB, RECURSOS PRÓPRIOS, PROGRAMAS FINANCIADOS PELO MEC E PAR/ RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS
20.2. Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário- educação.	SME CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO DO FUNDEB	01/2012	REC. PRÓPRIOS SALÁRIO – EDUCAÇÃO

20.3. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que promovam a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em Educação.	CONSELHOS ESCOLARES CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDEB CÂMARA DE VEREADORES TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PROMOTORIA PÚBLICA	01/2012	FUNDEB PRÓPRIOS
20.4. Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento público em educação.	SME SECRETARIA DE FINANÇAS	01/2012	RECURSOS PRÓPRIOS SALÁRIO – EDUCAÇÃO FUNDEB
20.5. Desenvolver e acompanhar regularmente indicadores de investimento e tipo de despesa per capita por aluno em todas as etapas da educação pública	SME SECRETARIA DE FINANÇAS	06/2013	RECURSOS PRÓPRIOS SALÁRIO – EDUCAÇÃO FUNDEB

### Convocação Jessica Crsthiani Spier

#### CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D´OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora JESSICA CRISTHIANI SPIER, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 074.819.359-63, aprovada em (53º) Quinquagésimo Terceiro Lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de MONITOR SOCIAL, (40) quarenta horas semanais.

Art 2º O convocado terá que se apresentar no máximo até (10) dez de maio de 2013, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d´Oeste para apresentar a documentação necessária para a Posse. Se o mesmo não se apresentar até a data acima citada, passará a vaga para outro automaticamente, ficando no final da sua classificação.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D´Oeste (SC) em 09 de maio de 2013

NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal



# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 048.2013

DECRETO PMI Nº 048, de 30 de abril de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Manutenção do Departamento de Cultura

13.122.0011-2.097

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (0066) Aplicações Diretas 4.800,00

Total 4.800,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE-  
SEDUCE

Manutenção do Departamento de Cultura

13.122.0011-2.097

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (0067) Aplicações Diretas 4.800,00

Total 4.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2013.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 049.2013

DECRETO PMI Nº 049, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.190, de 08 de maio de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 43.740,00 (quarenta e três mil e setecentos e quarenta reais), para novo item orçamentário:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do C.R.A.S.

08.244.0013-2.067

3.1.90.00.00.00.00.00.0160 (0023) Aplicações Diretas 43.740,00

Total 43.740,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA

Manutenção do C.R.A.S.

08.244.0013-2.067

3.3.90.00.00.00.00.00.0160 (0011) Aplicações Diretas 43.740,00

Total 43.740,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 08 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 050.2013

DECRETO PMI Nº 050, de 09 de maio de 2013.

Altera representação de Órgão Municipal no Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, de 19 de março de 2005.

DECRETA:

Art. 1º Em substituição aos Conselheiros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI, representantes das Secretarias Municipais, nomeados através do Decreto PMI nº 070, de 28 de maio de 2012, ficam nomeados os seguintes membros:

I - 5 (cinco) representantes das Secretarias Municipais, assim distribuídos:

a) Eduardo dos Passos Nunes, representante das pastas de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Turismo, e Leandro de Souza Ribeiro, Suplente;

b) Fernando Demétrio, representante das pastas de Finanças, Transportes, Obras e Serviços Públicos, e Ivam Vitório, Suplente;

c) Zeli Pires, representante das pastas de Administração, Educação e Cultura, e Michela da Silva Freitas, Suplente;

d) Maria Martins dos Passos de Souza, representante das pastas de Saúde, Assistência Social e Esportes, Selma Elias Westphal, Suplente; e

e) Daniel Vinício Arantes Neto, representante das pastas de Indústria, Comércio e Procuradoria Municipal, e Antônio Clésio Costa, Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 017.2013**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 017, de 09 de maio de 2013.

Constituir a Comissão Preparatória Municipal da 5ª Conferência Municipal das Cidades e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto PMI nº 023 de 25 de março de 2013, constitui a Comissão Preparatória Municipal da 5ª Conferência Municipal das Cidades e da outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória Municipal da 5ª Conferência Regional da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 2º A Comissão Preparatória Municipal será composta pelos representantes do Conselho Municipal do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba - CMPDDSI, órgão legalmente constituído através do Decreto PMI nº 070/2012, nos termos da Lei Complementar nº 2.623/2005, que representa o Poder Público e a Sociedade Civil do Município de Imbituba, conforme composição abaixo, segundo disciplina o Art. 17 do Regimento Interno da 5ª Conferência Estadual das Cidades:

I - 5 (cinco) representantes das Secretarias Municipais, assim distribuídos:

- a) Eduardo dos Passos Nunes, representante das pastas de Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Turismo, e Leandro de Souza Ribeiro, Suplente;
- b) Fernando Demétrio, representante das pastas de Finanças, Transportes, Obras e Serviços Públicos, e Ivam Vitório, Suplente;
- c) Zeli Pires, representante das pastas de Administração, Educação e Cultura, e Michela da Silva Freitas, Suplente;
- d) Maria Martins dos Passos de Souza, representante das pastas de Saúde, Assistência Social e Esportes, Selma Elias Westphal, Suplente; e
- e) Daniel Vinício Arantes Neto, representante das pastas de Indústria, Comércio e Procuradoria Municipal, e Antônio Clésio Costa, Suplente.

II - 5 (cinco) representantes da sociedade civil, representando as 5 (cinco) Estratégias do PDDSI, assim distribuídos:

- a) Projeto Baleia Franca, representante da Estratégia I - Imbituba, capital do turismo diversificado, e Pousadas do Rosa Associadas - PROA, Suplente;
- b) Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado de Imbituba - OGMO, representante da Estratégia II - Imbituba, um Porto de oportunidades, e Sindicato dos Operadores Portuários de Imbituba, Suplente;
- c) Loja Maçônica 15 de novembro nº 25, representante da Estratégia III - Imbituba, Identidade natural e cultural, Grupo Espírita Porta da Esperança, Suplente;
- d) Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM, representante da Estratégia IV - Imbituba, Modelo de ordenamento urbano-ambiental, Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de Santa Catarina- SINDIMÓVEIS, Suplente; e
- e) Câmara de Dirigentes Lojistas de Imbituba - CDL, representante da Estratégia V - Imbituba, Modelo de gestão com participação, Indústria da Solidariedade - ISO, Suplente.

III - 5 (cinco) representantes das 5 (cinco) Regiões de Planejamento, assim distribuídos:

- a) Clizeu Degraf Mateus, representante da Região I - Sul, e Luiz Alberto Butter, Suplente;
- b) Clóvis Luiz Felipe, representante da Região II - Sudeste, e René Roberto da Silva;
- c) Luiz Luan da Costa, representante da Região III - Leste, e Rafael de Souza Martins, Suplente;

- d) Edivaldo B. Tomaz, representante da Região IV - Oeste, e José Natalino Oliveira Costa, Suplente; e
- e) Marcos Daniel Donato Waschitz, representante da Região V - Norte, e Hermes Silva dos Santos, Suplente.

Art. 3º A Comissão Preparatória Municipal terá as seguintes atribuições, de acordo com o Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades:

I - definir Regimento municipal contendo os critérios de participação para a Conferência, para a eleição de delegados (as) para a etapa estadual, respeitada as definições e a proporcionalidade de distribuição dos segmentos, conforme o Artigo 14 do Regimento Estadual;

II - definir data, local e pauta da Conferência;

III - encaminhar cópia da publicação da Conferência no Diário Oficial Municipal ou Estadual, bem como em veículos de grande circulação.

Art. 4º Os resultados da Conferência devem ser remetidos à Comissão Preparatória Estadual, em até 10 dias após a sua realização, ou por meio de ferramenta eletrônica disponibilizada pela mesma, indicando os delegados eleitos por segmento.

Art. 5º A Comissão Preparatória Municipal terá prazo determinado até a realização da Conferência Municipal das Cidades.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se

Registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI Nº 018.2013**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 018, de 09 de maio de 2013.

Dispõe sobre designação de servidores municipais para atuarem no Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR 2 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores abaixo descritos, para atuarem no Programa Nacional de Habitação Rural/PNHR 2:

- a) Rosinete Delfino Laurindo, Assistente Social - CRESS 1839 - 12ª Região;
- b) Vilson Citadim Júnior, Engenheiro Civil - CREA/SC 114280-1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 296/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 296, de 09 de maio de 2013.

Dispõe sobre a exoneração do cargo de Assessora V, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, do cargo/função de Assessor V, a Sra. MARIANA MELO DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 064.810.759-04, nomeada através da PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 297/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 297, de 09 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente de Defesa Civil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MAURÍCIO MAZZOCA PIRES, brasileiro, Agente Administrativo, inscrito no CPF sob o n.º 469.077.260-68, para exercer o cargo de Gerente de Defesa Civil junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado perceberá gratificação de 75% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Portaria PMI/DGP Nº 298/2013**

PORTARIA PMI/DGP Nº 298, de 09 de maio de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Gerente da Estratégia de Saúde da Família, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear MÁRCIA REGINA FERNANDES DEOBANDINO, brasileira, Auxiliar de Enfermagem, inscrita no CPF sob o n.º 888.378.829-04, para exercer o cargo de Gerente da Estratégia de Saúde da Família junto a Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º A nomeada perceberá gratificação de 75% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 37, § 2º, III da LC nº 4.161/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 09 de maio de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Edital de Eleição do Conselho Municipal de Cultura**

EDITAL DE REGULAMENTAÇÃO E CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE IRÃO COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

O Prefeito de Imbituba, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 41, IV, da Lei Municipal nº 4.175, de 18 de abril de 2013, que instituiu o Sistema Municipal de Cultura, torna público para o conhecimento dos interessados, o presente Edital de Regulamentação e Convocação para Eleição dos Representantes da Sociedade Civil que irão compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, para o biênio 2013/2015.

**1. DO PROCESSO DE ELEIÇÃO**

1.1. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC que representam a Sociedade Civil são eleitos democraticamente, conforme regulamento, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período.

1.2. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC deve contemplar os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, na sua composição.

1.3. Os membros titulares e suplentes representantes da Sociedade Civil serão escolhidos em plenárias para cada um dos três de setores a seguir nominados:

a) 2 (dois) representante das áreas técnico-artísticas voltadas à cultura, escolhidos em plenária específica, pertinentes às áreas a seguir:

1. artes visuais;
2. artes digitais;
3. design;
2. música;

3. teatro;  
 4. dança;  
 5. circo;  
 6. audiovisual;  
 7. literatura, livro e leitura;  
 8. artesanato; e  
 9. arquitetura e urbanismo;  
 b) 2 (dois) representantes da área do patrimônio cultural, escolhidos em plenária específica, pertinentes às áreas a seguir:  
 1. culturas afro-brasileiras;  
 2. culturas dos povos indígenas;  
 3. cultura açoriana;  
 4. culturas populares;  
 5. arquivos e museus;  
 6. patrimônio material e imaterial;  
 7. empresas e produtores culturais;  
 8. trabalhadores do meio cultural;  
 9. instituições culturais não-governamentais  
 c) 2 (dois) representantes de entidades fomentadoras de atividades e/ou pesquisas na área da cultura, no âmbito da antropologia, ciências sociais, comunicação, filosofia, literatura e história, escolhidos em plenária específica.

1.4. A eleição dos representantes da Sociedade Civil para integrar o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC ocorrerá no dia 26 de maio de 2013 (domingo), a partir das 19h, na COOPEIMB - Cooperativa Educacional de Imbituba, situada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 464, Centro, Imbituba.

1.5. As 19h acontecerá a primeira chamada com a presença da maioria absoluta dos eleitores habilitados, e as 19h15 em segunda chamada com quantos eleitores habilitados houver.

1.6. Havendo apenas um candidato à cadeira pretendida, o mesmo deverá ser submetido à votação com o intuito de validar sua indicação devendo conter pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos eleitores presentes, registrando-se em ata o resultado.

1.7. Caso haja mais de um candidato habilitado em seus respectivos setores, a eleição será feita votação secreta, na plenária do respectivo setor cultural, registrando-se em ata o resultado.

1.8. No caso de não haver candidato à eleição de qualquer um dos setores, será convocada, pela Comissão, de nova plenária para a eleição do respectivo setor.

1.9. Os eleitores manifestar-se-ão mediante voto secreto.

1.10. O voto é pessoal e intransferível, não sendo aceito o voto por procuração.

1.11. Os eleitores deverão apresentar, no local de votação, antes da mesma, documento oficial de identificação com foto.

1.12. Os interessados nas respectivas eleições poderão inscrever sua candidatura em apenas uma área/segmento cultural.

1.13. Poderão habilitar-se como eleitores cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos, mas só poderão concorrer como candidatos os maiores de 18 (dezoito) anos.

1.14. Do resultado da eleição caberá recurso direcionado à Comissão Eleitoral, até o encerramento da plenária respectiva.

## 2. DAS VAGAS

2.1. As vagas da Sociedade Civil para a composição do Conselho Municipal de Política Cultural serão preenchidas na forma do Inciso II do art. 40 da Lei Municipal nº 4.175/2013, conforme segue:

SETOR	ÁREAS	VAGAS	
		TITULAR	SUPLENTE
TÉCNICO-ARTÍSTICO	1. artes visuais 2. artes digitais 3. design 2. música 3. teatro 4. dança 5. circo 6. audiovisual 7. literatura, livro e leitura 8. artesanato 9. arquitetura e urbanismo	2	2
PATRIMÔNIO CULTURAL	1. culturas afro-brasileiras 2. culturas dos povos indígenas 3. cultura açoriana 4. culturas populares 5. arquivos e museus 6. patrimônio material e imaterial 7. empresas e produtores culturais 8. trabalhadores do meio cultural 9. instituições culturais não-governamentais	2	2
FOMENTADORES DE ATIVIDADES/PESQUI-SAS CULTURAIS	1. Antropologia 2. ciências sociais 3. comunicação 4. filosofia 5. literatura 6. história	2	2
TOTAL		6	6

2.2. Considera-se como pretensão habilitado a eleitor e/ou candidato os indivíduos que se reconheçam como pertencentes às respectivas áreas/setores, por declaração no ato de inscrição como eleitor/candidato.

2.3. A declaração de pertencimento às respectivas áreas/setores poderá ser contestada por qualquer eleitor habilitado, cabendo à Comissão Eleitoral decidir.

## 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. O eleitor/candidato deverá efetuar sua inscrição no período das 10h às 12h e das 13h às 19h, do dia 26 de maio de 2013 (domingo), por ocasião das Conferências Setoriais (pré-conferências) convocadas na forma da PORTARIA SECULT nº 01, de 19 de abril de 2013, que acontecerão na COOPEIMB - Cooperativa Educacional de Imbituba, situada na Rua Quintino Bocaiuva, nº 464, Centro, Imbituba, onde estarão disponíveis as fichas de inscrição.

3.2. Os interessados em se habilitar como eleitor ou candidato deverão apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:  
 a) ficha de inscrição, devidamente preenchida e assinada, atendo para o item que especifica se, além de eleitor, o interessado é também candidato;

b) original e cópia do documento oficial de identificação que contenha fotografia;

c) cópia do comprovante de endereço ou declaração que confirme sua residência e domicílio no Município de Imbituba;

3.3. Os documentos deverão ser entregues, no ato da inscrição, no local mencionado no item 3.1, juntamente com a ficha de inscrição.

3.4. Caso o interessado não marque nenhuma das duas opções sinalizadas na ficha de inscrição (se candidato e/ou eleitor), a mesma será invalidada.

3.5. A conferência e a análise dos documentos acima especificados serão realizadas no momento da inscrição pela Comissão Eleitoral.



3.6. As plenárias dos três de setores acontecerão simultaneamente, em recintos distintos.

3.7. Será designada uma mesa de recepção e apuração composta pelos membros da Comissão Eleitoral.

3.8. Os candidatos farão breve exposição sobre o seu currículo e, ainda, apresentarão seus motivos para a candidatura, no prazo de 5min.

3.9. Encerrada a votação, será lavrada ata em que constará a contagem dos votos e sua apuração, bem como relação anexa com nomes e assinaturas dos eleitores e dos candidatos que tiverem participado do pleito.

3.10. Serão considerados eleitos os 4 (quatro) candidatos com maior votação em cada setor, sendo os dois primeiros titulares e os terceiro e quatro, suplentes, respectivamente do primeiro e segundo candidato eleito

3.11. Em caso de empate, o titular e/ou suplente será definido pelo critério de idade, sendo considerado eleito o candidato mais idoso.

#### 4. DA COMISSÃO ELEITORAL

4.1. A Comissão Eleitoral será constituída por 3 (três) servidores designados pela Secretaria Municipal de Cultura - SECULT.

4.2. A Comissão eleitoral é soberana em suas decisões e atos.

4.3. Caberá à Comissão Eleitoral fiscalizar e acompanhar as votações.

#### 5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Os incidentes e as impugnações ocorridos durante o curso da votação serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

5.2. Encerrado o processo eleitoral, a Comissão Eleitoral encaminhará, em 48 (quarenta e oito) horas, à Secretaria Municipal de Cultura o resultado da Eleição, para providenciar a nomeação dos eleitos.

5.3. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Eleitoral.

Imbituba/SC, 22 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito de Imbituba

PLENÁRIAS DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

#### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do(a) Eleitor(a)

Documento de Identidade Nº Órgão Expedidor:

Eleitor(a) Candidato(a) Sim: ( ) Não: ( )

ATUAÇÃO Setor Área

Declaração

Declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que atuo no Setor e Área assinalados ao lado, o que será comprovado por documentos idôneos se requerido pela Comissão Eleitoral.

( ) TÉCNICO-ARTÍSTICO

( ) artes visuais

( ) artes digitais

( ) design

( ) música

( ) teatro

( ) dança

( ) circo

( ) audiovisual

( ) literatura, livro e leitura

( ) artesanato

( ) arquitetura e urbanismo

( ) PATRIMÔNIO

CULTURAL

( ) culturas afro-brasileiras

( ) culturas dos povos indígenas

( ) culturas populares

( ) arquivos e museus

( ) patrimônio material e imaterial

( ) empresas e produtores culturais

( ) trabalhadores do meio cultural

( ) instituições culturais não- governamentais

( ) FOMENTADORES DE

ATIVIDADES/PESQUISA

( ) antropologia

( ) ciências sociais

( ) comunicação

( ) filosofia

( ) literatura

( ) história

Nome do Organismo de Atuação

Endereço Residencial Rua: Nº Bairro: CEP

Contatos Celular: Fone:

e-mail: Redes Sociais:

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Ato da Presidência Nº 022/13

Ato da Presidência nº 022/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 14ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 13 de maio de 2013 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.



PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
037	PL nº 4.364/2013	03/05/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
040	PL nº 4.367/2013	09/05/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a celebração de convênio entre o Município de Imbituba, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e a Casa Lar Irmã Carmen de Araranguá - SC.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
042	PL nº 4.369/2013	05/05/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com o Ministério das Cidades.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
015	PLC nº 283/2013	12/04/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre a criação de vantagem aos Advogados em exercício na Procuradoria Geral do Município de Imbituba, bem como sobre criação de Fundo da Procuradoria Geral do Município de Imbituba.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.341/2013	08/03/13	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Institui a SEMANA DA CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA DE IMBITUBA nas escolas de ensino fundamental de rede municipal.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.361/2013	29/04/13	Legislativo Municipal	Dorlin Nunes Júnior	Estabelece penalidade ao proprietário de linha telefônica que originar ligação fraudulenta (trote) para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192) ou do CORPO DE BOMBEIROS (193) e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
36	PL nº 4.363/2013	02/05/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Imbitubense de Artesanato - ASSIART e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.365/2013	06/05/13	Legislativo Municipal	Luís Antônio Dutra	Denomina Centro de Educação Infantil Maria Virginia Soares, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 09 de maio de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA  
Vice-Presidente

ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT  
Primeira-Secretária

ROGBERTO DE FARIAS PIRES  
Segundo-Secretário

# Iomerê

## PREFEITURA

### Decreto 1410/2013

DECRETO Nº. 1410 DE 06 DE MAIO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 5.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2048 Manutenção Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
44900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 06 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 2159/2013

PORTARIA Nº 2.159 DE 02 DE MAIO DE 2013  
HOMOLOGA CONVITE Nº 0008/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a licitação nº 0008/2013, modalidade convite, e por conseguinte, adjudica o objeto à seguinte empresa:

Empresa HARMONIZE IND. E COM. TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.489.202/0001-08, pelo seguinte preço:

Itens 01 ao 14, valor total de R\$ 25.992,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa e dois reais)

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Iomerê - SC, 02 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 2160/2013

PORTARIA Nº 2160 DE 08 DE MAIO DE 2013

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Sr. Luciano Paganini no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear Josnei Bavaresco, Douglas Francisco Zardo, Olir Pagno e Elizéte Barichello Baldo, para sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Avaliação dos seguintes bens móveis:

Seq.	Código Patrimonial	Descrição
1	2945	Veículo gol, ano de fabricação 2004, modelo 2005, gasolina, cor branca, chassi 9BWCA05X95P067605, motor AZN219602 placas MGX 3180
2	623	Veículo Santana quantum-ambulância, gasolina placas MCF0830
3	3618	Microônibus iveco daily, branca, ano de fabricação 2009 diesel, placas MGL8565
4	3821	Veículo marca GM, modelo Celta, placas MBO 6283, ano de fabricação 2001, chassi 9BGR-D08Z02G158392.
5	3391	Motoniveladora marca Huberwarco, modelo 10DS.
6	933	Trator de pneus, Massey Fergusson, Modelo MF265/4, Fab. Nacional, 4x4, motor 04 CIL, Diesel, 65 CV, Ano 1998.
7	1262	Restroescavadeira CASE 580 M, 4X4, Motor Turbo, Nacional, Pot. De 84HP, Freios Hidráulicos, Conversor Torque, Chassis Monobloco, Direção Hidrostática.

Art. 2º Caberá a Comissão nomeada fixar o valor mínimo de alienação dos bens móveis acima mencionados, devendo apresentar o laudo dentro de 10 (dez) dias úteis, contados desta publicação.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Iomerê, 08 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 08 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 2161/2013**

PORTARIA Nº 2161 DE 08 DE MAIO DE 2013

NOMEIA COMISSÃO PARA ATUALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, Sr. Luciano Paganini no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear Leandro José Stefani, Josnei Bavaresco, Loreni Marta Zardo, Carla Candiago e Elizéte Barichello Baldo, para sob a presidência do primeiro, constituir a Comissão de Atualização do patrimônio do Município de Iomerê.

Art. 2º Caberá a Comissão nomeada avaliar, atualizar, fixar plaquetas numéricas identificadoras de patrimônio, avaliar listagem de bens móveis inservíveis para alienação, delegar responsabilidades pelo zelo do patrimônio público, devendo apresentar relatório num prazo de 120 dias úteis, contados desta publicação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito  
Iomerê, 08 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 08 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2162/2013**

PORTARIA Nº 2162 DE 09 DE MAIO DE 2013

HOMOLOGA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 38, inciso VII, da Lei nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologada a Inexigibilidade de Licitação nº 0005/2013, e adjudica o objeto licitado à Empresa AGENCIA MIRAGE S/C LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.065.817/0001-07, para os serviços de publicações governamental, pelo valor mensal de R\$ 700,00, conforme Edital de Credenciamento nº 0001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 09 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 09 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 2163/2013**

PORTARIA Nº 2163 DE 09 DE MAIO DE 2013

HOMOLOGA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0006/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 38, inciso VII, da Lei nº 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica homologada a Inexigibilidade de Licitação nº 0006/2013, e adjudica o objeto licitado à Empresa MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 15.808.936/0001-10, para os serviços de publicações governamental, pelo valor mensal de R\$ 700,00, conforme Edital de Credenciamento nº 0001/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 09 de maio de 2013.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 09 de maio de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**Irineópolis****PREFEITURA****Decreto Nº 2404/2013**

Decreto nº 2404/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, autorizado pela Lei nº1693, de 10 de abril de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no montante de R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde

4.4.90.00.00.00.00.01.213.000 (92)

Aplicações Diretas R\$ 67.100,00

T O T A L R\$ 67.100,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no Fundo Municipal de Saúde na fonte 01.213 - RECEITA ORDINÁRIA - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 09 de maio de 2013.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**Processo Licitatório N.º 06/2013 - FMS**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2013  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de maio de 2013, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de passagens destinadas aos pacientes do SUS do município de Irineópolis que necessitem de tratamento de saúde especializado (tratamento fora do domicílio - TFD). O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 11:30, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 10 de maio de 2013.  
GISELI KEMPINSKI  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

**Contrato N.º 11/2013 - FMS**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 11/2013

2.º Termo Aditivo ao Contrato n.º 05/2013, de fornecimento que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Decima Sexta do Contrato nº. 05/2013, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira do Contrato nº. 05/2013. CLAUSULA SEGUNDA Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais) conforme abaixo discriminado:  
Item 01: Oleo Diesel Comum - 30.000 litros - valor anterior R\$ 1,98 Total R\$ 59.400,00 - valor reajustado R\$ 2,07 - valor total: R\$ 62.100,00, sendo o valor aditivado de R\$ 2.700,00.

CLÁUSULA TERCEIRA Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual. E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 10 de maio de 2013.  
Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
GISELI KEMPINSKI  
Gestora

**Convênio N.º 08/2013**  
CONVÊNIO N.º 08/2013  
"CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E O ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTE DE PORTO UNIÃO."

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 827.405 -SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano

Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e de outro lado, o ABRIGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito privado, sediado à Rua Coronel Belarmino, nº 355 - Centro - Porto União - Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 77.125.862/0001-75, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada pelo seu Presidente DOUGLAS BORGES DE LIMA, portador do CPF nº 937.898.669-20 e Rg nº 6.490.768-9, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1.685/2013, de 27 de Março de 2013, celebram o presente convênio, mediante as

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Por este instrumento, constitui-se o presente convênio, objetivando o repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE à CONVENIENTE, destinados ao atendimento a infantes e adolescentes carentes do Município de Irineópolis, encaminhados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, após análise e avaliação dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Tutelar, e dos Direitos da Criança e do Adolescente, com supervisão da Promotoria Pública, buscando o apoio técnico na preparação da cidadania, suprimindo as necessidades básicas de cada menor.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS**

O CONCEDENTE repassará à CONVENIENTE, mensalmente, durante o período de janeiro à dezembro de 2013, o valor de R\$ 3.390,00 (três mil trezentos e noventa reais) mensais, pelo atendimento de até 10 (dez) menores, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2020 - 126 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de utilização de número maior de vagas, o Município pagará o valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) além do previsto no caput deste artigo, por cada menor efetivamente assistido, até o limite de 15 (quinze) menores.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONVENIENTE**

Constituem obrigações e responsabilidades da CONVENIENTE:

- Receber infantes e adolescentes encaminhados pelo Município, Poder Judiciário e Conselho Tutelar, respeitando-se o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre abrigamentos;
- Dispor de no mínimo 15 vagas, para atendimento e assistência dos infantes e adolescentes;
- Receber os casos emergenciais e, após imediata avaliação do órgão encaminhador, buscar alternativa de solução para os mesmos;
- Garantir aos infantes e adolescentes abrigados, o atendimento as suas necessidades básicas, dentre elas: alimentação, vestuário, educação, saúde, lazer e afeto, bem como orientação social e psicológica de acordo com a disposição dos técnicos do Município;
- Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;
- Encaminhar ao CONCEDENTE, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do seu recebimento, mediante apresentação de cópia documentação da aplicação dos mesmos, sob pena de não liberação das próximas parcelas.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONCEDENTE**

Constituem obrigações e responsabilidades do CONCEDENTE:



- a) Repassar à CONVENIENTE os valores conveniados até o 10º dia útil de cada mês;  
b) Prestar orientação técnica referente à prestação de contas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENIENTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo de 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue os repasses devidos. Espirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENIENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, observadas as Cláusulas deste Convênio e a forma da legislação referente à Contratos Administrativos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2013, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 06 de Maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DOUGLAS BORGES DE LIMA

Presidente do Abrigo de Crianças e Adolescente de Porto União

Testemunhas:

Nome: PATRICIA FABIANE FRONCZAK

CPF 037.425.669-11

Nome: ROSANI R. DA SILVA MISCHKA

CPF 664.622.159-68

#### Ata de Registro de Preços 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL 13/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013

PROCESSO Nº 25/2013

VALIDADE: 08 (OITO MESES)

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda, estabelecida na Localidade Geriza, Irineópolis-SC, CNPJ 80.752.959/0001-12, pelo seu representante, Sr. Luis Antonio Hobi, sob nº de CPF 177.753.029-68 e RG 913.891, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 13/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 25/2013, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

#### DO OBJETO

Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados para a Aquisição de PEDRAS, PEDREGULHO E AREIA, para uso diversos, com entrega parcelada:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
03	20.000	Tonelada	Pedregulho sujo	Hobi	15,00	300.000,00
04	5.000	Tonelada	Areia media	Hobi	24,00	120.000,00
Total 420.000,00						

2.2. O preço a ser ajustado incluirá todos os custos referentes à Entrega do objeto, inclusive relativo ao transporte e entrega, os quais deverão serem entregues na Secretaria Municipal da Infra Estrutura, pela empresa vencedora do presente certame, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis - SC. Todos os produtos serão entregues de forma parcelada conforme solicitação da Administração, de acordo com as necessidades.

#### CLAUSULA SEGUNDA



**DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a partir da data de sua assinatura e término em 31/12/2013.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 13/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

**CLAUSULA TERCEIRA  
DO PAGAMENTO**

3.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

**CLAUSULA QUARTA  
DA ENTREGA E DO PRAZO**

4.1. Para os itens pedra brita nº 2 tipo bica corrida e pedrisco (pedra brita nº 1), a entrega deverá ocorrer no máximo em até 02 (dois) dias após solicitação, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade.

4.2. Para os itens pedregulho sujo e areia media, se a empresa vencedora do presente certame for sediada a uma distância superior a 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá entregar o objeto licitado no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade. Se a empresa vencedora do certame for sediada a menos de 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, a Secretaria da Infra Estrutura fará a retirada do objeto, conforme sua necessidade, na

sede da empresa.

4.3. O objeto ora licitado deverá ser entregue de forma parcelada, conforme a necessidade.

**CLAUSULA QUINTA  
DAS OBRIGAÇÕES**

5.1 - Do Município de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, ate o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

**CLAUSULA SEXTA  
DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

**CLAUSULA SETIMA  
DAS PENALIDADES**

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 13/2013 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

#### CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial

de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 13/2013 e a proposta da empresa Hobi Extração e Comércio de Areia Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 09 de maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

LUIS ANTONIO HOBI  
HOBI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA

Testemunhas:

Nome: GILSON BRAND  
CPF: 647.032.749-49

Nome: ROBSON ROBERTO BINDER  
CPF: 780.541.689-34

### Ata de Registro de Preços 02/2013

PREGÃO PRESENCIAL 13/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013

PROCESSO Nº 25/2013

VALIDADE: 08 (OITO MESES)

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Kerber & Cia Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Kerber & Cia Ltda, estabelecida na Localidade Bairro Rio D'Areia, Porto União-SC, CNPJ 74.408.960/0001-82, pelo seu representante, Sr Josmar Kerber, sob n.º de CPF 510.556.949-00 e RG 133.158-0, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 13/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 25/2013, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO

Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados para a Aquisição de PEDRAS, PEDREGULHO E AREIA, para uso diversos, com entrega parcelada:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
02	5.000	Tonelada	Pedrisco - pedra brita nº 1	Kerber	33,50	167.500,00
Total 167.500,00						

2.2. O preço a ser ajustado incluirá todos os custos referentes à Entrega do objeto, inclusive relativo ao transporte e entrega, os quais deverão serem entregues na Secretaria Municipal da Infra Estrutura, pela empresa vencedora do presente certame, no

endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis - SC. Todos os produtos serão entregues de forma parcelada conforme solicitação da Administração, de acordo com as necessidades.

#### CLAUSULA SEGUNDA

##### DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a partir da data de sua assinatura e término em 31/12/2013.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 13/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### CLAUSULA TERCEIRA

##### DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

#### CLAUSULA QUARTA

##### DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para os itens pedra brita nº 2 tipo bica corrida e pedrisco (pedra brita nº 1), a entrega deverá ocorrer no máximo em até 02 (dois) dias após solicitação, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade.

4.2. Para os itens pedregulho sujo e areia media, se a empresa vencedora do presente certame for sediada a uma distância superior a 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá entregar o objeto licitado no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado

de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade. Se a empresa vencedora do certame for sediada a menos de 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, a Secretaria da Infra Estrutura fará a retirada do objeto, conforme sua necessidade, na sede da empresa.

4.3. O objeto ora licitado deverá ser entregue de forma parcelada, conforme a necessidade.

#### CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

#### CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da

identificação de quem procedeu ao recebimento.

#### CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

a) advertência;

b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;

d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 13/2013 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

#### CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;



9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 13/2013 e a proposta da empresa Kerber & Cia Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

#### CLAUSULA DECIMA TERCEIRA DO FORO

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 09 de maio de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

JOSMAR KERBER

KERBER & CIA LTDA

Testemunhas:

Nome: GILSON BRAND

CPF: 647.032.749-49

Nome: ROBSON ROBERTO BINDER

CPF: 780.541.689-34

#### Ata de Registro de Preços 03/2013

PREGÃO PRESENCIAL 25/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2013

PROCESSO Nº 13/2013

VALIDADE: 08 (OITO MESES)

Contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda- ME.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, e a empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda, estabelecida na Rod BR 476, km 348, Col Luzia- Paula Freitas- PR, CNPJ 81.874.265/0002-00, pelo seu representante, Sr. Valter Cano, sob nº de CPF 048.527.678-07 e RG 13.444.565-x, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1777/2008 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 13/2013, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 25/2013, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, abaixo especificados para a Aquisição de PEDRAS, PEDREGULHO E AREIA, para uso diversos, com entrega parcelada:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total R\$
01	19.000	Tonelada	Pedra brita nº tipo bica corrida	Revestical	33,45	635.550,00
Total 635.550,00						



2.2. O preço a ser ajustado incluirá todos os custos referentes à Entrega do objeto, inclusive relativo ao transporte e entrega, os quais deverão serem entregues na Secretaria Municipal da Infra Estrutura, pela empresa vencedora do presente certame, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis - SC. Todos os produtos serão entregues de forma parcelada conforme solicitação da Administração, de acordo com as necessidades.

#### CLAUSULA SEGUNDA DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de registro de Preços terá a partir da data de sua assinatura e término em 31/12/2013.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irineópolis, não será obrigado a aquisição, exclusivamente de intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital de Pregão Presencial nº 13/2013, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

#### CLAUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da entrega do objeto e emissão do respectivo documento fiscal.

3.2. No documento fiscal deverá ser discriminando o objeto licitado, o número do processo licitatório e o número do respectivo contrato.

3.3 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS e CND do INSS.

3.4 - O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.5 - Nenhum pagamento será efetuado a detentora da ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

#### CLAUSULA QUARTA DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Para os itens pedra brita nº 2 tipo bica corrida e pedrisco (pedra brita nº 1), a entrega deverá ocorrer no máximo em até 02 (dois) dias após solicitação, no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade.

4.2. Para os itens pedregulho sujo e areia media, se a empresa vencedora do presente certame for sediada a uma distância

superior a 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal de Irineópolis, a mesma deverá entregar o objeto licitado no Parque de Máquinas da Secretaria Municipal da Infra-estrutura, no endereço Rua Rio Grande do Sul, nº 421, Centro, Irineópolis, Estado de Santa Catarina, livre de frete e descarga e de acordo com a legislação vigente, visando o princípio da economicidade. Se a empresa vencedora do certame for sediada a menos de 20 (vinte) quilômetros da sede da Prefeitura Municipal, a Secretaria da Infra Estrutura fará a retirada do objeto, conforme sua necessidade, na sede da empresa.

4.3. O objeto ora licitado deverá ser entregue de forma parcelada, conforme a necessidade.

#### CLAUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município de Irineópolis:

5.1.1 - Atestar nas notas fiscais e ou faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

5.1.2 - Aplicar à empresa vencedora penalidades, quando for o caso;

5.1.3 - Prestar a empresa toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;

5.1.4 - Efetuar o pagamento à empresa no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

5.1.5 - Notificar, por escrito, à empresa da aplicação de qualquer sanção.

5.2 - Da empresa Vencedora:

5.2.1 - Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;

5.2.3 - Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Ata de Registro de Preços;

5.2.5 - Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

5.2.6 - Fornecer o objeto de boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital.

#### CLAUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

#### CLAUSULA SETIMA DAS PENALIDADES

7.1 - Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitara a detentora da Ata, às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da nota de empenho, por dia de atraso, injustificado na execução da mesma, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;
- c) multa de 02%% (dois por cento) sobre o valor da nota de empenho, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-la;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 5 (cinco) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado as detentoras da Ata o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a", "d" e "e", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLAUSULA OITAVA DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da cláusula segunda da presente Ata e, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei Federal nº. 9.069 de 29.06.1995, ao artigo 3º §1º, da Medida Provisória 1488-16, de 02.10.1996 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial nº 13/2013 - CPL, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

8.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

#### CLAUSULA NONA DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

9.1.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

9.1.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 - por razões de interesse público devidamente demonstrada e justificada pela Administração.

9.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço e registradas a partir da última publicação.

9.3 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos incisos XIII a XVI do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 10 (dez) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA DECIMA DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Licitações, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

#### CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

#### CLAUSULA DECIMA SEGUNDA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº. 13/2013 e a proposta da empresa Revestical Extração e Comércio de Pedras Ltda, classificada nos itens numerados na cláusula Primeira, do Objeto.

12.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93, Decreto Federal nº. 3.555/00 e pelo Decreto Municipal nº. 1.777/2008, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os

princípios gerais de direito.

**CLAUSULA DECIMA TERCEIRA  
DO FORO**

13.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto União/SC, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 09 de maio de 2013.

**JULIANO POZZI PEREIRA**  
Prefeito Municipal

**VALTER CANO**  
REVESTICAL EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA- ME

Testemunhas:

Nome: GILSON BRAND  
CPF: 647.032.749-49

Nome: ROBSON ROBERTO BINDER  
CPF: 780.541.689-34

**Itapiranga**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 83, de 9 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 83, DE 9 DE MAIO DE 2013.

Institui a Conferência Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos V e VII do artigo 59, combinado com os princípios constantes nos artigos 101 a 107, da Lei Orgânica do Município; mais as disposições gerais contidas na Lei Complementar nº 28, de 8 de dezembro de 2009; tudo de acordo com normas, regulamentos e pareceres decorrentes da legislação federal e estadual pertinentes;

**D e c r e t a :**

Art. 1º Fica instituída a II Conferência Municipal de Educação, com instalação pública e solene na data de 31 de maio de 2013, nas dependências da Associação Recreativa Imigrantes, sita na Avenida Uruguai, cidade e município de Itapiranga SC, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Conferência Municipal de Educação terá, inicialmente, como tema central o PNE - Plano Nacional de Educação na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração.

Art. 2º Fica delegada à Secretária Municipal de Educação no exercício de suas competências:

- I. estabelecer a estrutura organizacional da Conferência;
- II. indicar pessoal técnico e administrativo para coordenar e executar os trabalhos que dizem respeito ao êxito da Conferência;
- III. firmar instrumentos de parcerias com entidades públicas e privadas no sentido de apoiar e patrocinar a realização da

Conferência;

IV. fazer executar outras tarefas boas, válidas e necessárias para a perfeita regularidade decorrentes da realização da Conferência.

Art. 3º Os recursos necessários para a realização da Conferência correrão a conta das dotações orçamentárias, vinculadas e apropriadas na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

ITAPIRANGA, 9 de maio de 2013.

**MILTON SIMON**  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

**SÉRGIO LUÍS KESSLER**  
Secretário Municipal de Administração.

**Portaria 136/2013**

Portaria nº 136 de 09 de maio de 2013.

**CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDOR MUNICIPAL**

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor municipal José Bianor Klauk, sob matrícula nº 10309/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 09/05/2013 até 08/08/2013, referente o período aquisitivo de 12/07/2000 até 11/07/2005.

Art. 2º. Converter 2/3 (dois terços) do período da licença em abono especial, em conformidade com o § 2º do Art. 103 da Lei Complementar nº 39/2011.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionado a sua publicação no DOM.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 09 de maio 2013.

**MILTON SIMON**  
Prefeito Municipal

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 95/2013, cujo objeto é a aquisição de peças e serviços para reforma da Toyota, placa MAA-6777, do setor de Urbanismo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 23 de maio de 2013. Maiores informações, podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 08 de maio de 2013.

**MILTON SIMON**  
Prefeito Municipal

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 96/2013, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços para treinamento de equipes de competição do departamento de esportes do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 15:00 horas do dia 23 de maio de 2013. Maiores informações, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 09 de maio de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**Extrato de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2013

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 94/2013, cujo objeto é a aquisição de veículo novo, 0 km, destinado para a Secretaria da Administração, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de maio de 2013. Maiores informações, podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 08 de maio de 2013.  
MILTON SIMON  
Prefeito Municipal

**Itapoá**

**PREFEITURA**

**Extrato do Contrato Nº32/2013 Tomada de Preço N.º 02/2013 - Processo Nº 42/2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº32/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, com sede á Rua XV de novembro, nº 4.190, Bairro: Glória, na cidade de Joinville/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.607.623/0001-91 e Inscrição Estadual n.º 25505648-6, representada neste ato pela procuradora ADRIANA LORENZI CAMACHO, brasileira, solteira, maior, advogada, inscrição OAB/SC nº25203-B, portadora CI.RG nº 2/R.313.881-0, CPNF/MF: 769.462.239-34.  
Licitação: TOMADA DE PREÇO N.º 02/2013 - PROCESSO Nº 42/2013.

Objeto: Contratação de empresa com mão de obra especializada para a execução de recapeamento asfáltico na Av. Dom Henrique II, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.  
VALOR: R\$208.911,14 (Duzentos e oito mil novecentos e onze reais e quatorze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 09/05/2013.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O contrato terá início imediato à assinatura, e com término esta condicionado a 03 (três) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da lei 8.666/93. O início dos trabalhos deverá ocorrer em 03 (três) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 09 de maio de 2013.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

**Termo Aditivo N.º 12/2013 a Ata de Registro de Preço N.º 08/2013 (1º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 12/2013 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa LINEAR COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.047.135/0001-91 e Inscrição Estadual: 90522024-15, com sede à Rua Adinar dos Santos Ribeiro, nº 210, CEP: 81330-70, na cidade de Curitiba/PR Bairro Fazendinha, representada neste ato por sócio, o empresário VICTOR VILHA, portador do CNPF/MF nº 500.201.109-87 e do CI.RG 3.473.222-1 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a aquisição de material escolar para elaboração de kits escolares para distribuição aos alunos da pré-escola ao 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, no ano letivo de 2013, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 03/2013 - PROCESSO Nº 12/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2013 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO**

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais) o qual corresponde a 25% do valor do item da respectiva ata de registro de preço.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme descrito:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
2	Caderno brochura - grampeado contendo 48 fls, ¼ formato tipo vertical, pautado e margado frente e verso. Mínimo de 23 pautas por página, com cabeçalho e rodapé. Linhas devem ser coincidentes em ambas as faces, cor branca norma Dimensões mínimas:140 mm de largura x 202 mm de altura. Certificado do INMETRO.	Cx	75	R\$ 6,08	R\$ 456,00



**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 08/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 08/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de abril de 2013.

**SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR**  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
Prefeito Municipal

**LINEAR COMERCIO DE PAPELARIA E INFORMÁTICA**  
**VICTOR VILHA**  
**TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA**  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**TESTEMUNHAS:**

NOME:  
CNPJ/MF:

NOME:  
CNPJ/MF:

**Termo Aditivo N.º 15/2013 ao Contrato Administrativo N.º 17/2012. (2º Aditivo).**

TERMO ADITIVO N.º 15/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 17/2012. (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração e Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPJ/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA com sede à Rua Getúlio Vargas, nº 470, Bairro: Centro, na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 83.719.963/0001-77 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por procuradora, a Sra. CRISTIANE LANGHI TORTELLI, portadora do CNPJ/MF nº 924.808.370-68 e do CI.RG nº 6.564.264 SESPDC/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de vigência da Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para a sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2012 - PROCESSO Nº 18/2012 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 17/2012 em 1 (um) mês, contados a partir do dia 05/05/2013,

podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 1 (uma) parcela mensal de R\$ 12.091,00 (doze mil e noventa e um reais) referente ao posto fixo de vigilância e 1 (uma) parcela mensal de R\$ 2.117,33 (dois mil cento e dezessete reais e trinta e três centavos) referente ao serviços de monitoramento de alarme, resultando em um valor total de R\$ 14.208,33 (quatorze mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para o período, conforme descrito:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unitário (Mês)	Valor Total
1	Posto fixo de vigilância desarmada - 14x24 horas - de segunda a sexta-feira (das 17:00h às 07:00h) e ao sábados, domingos e feriados 24 horas	Posto	1	R\$ 12.091,00	R\$ 12.091,00
2	Serviço de monitoramento de alarme composto por 71 (setenta e um) pontos, incluindo, em caráter de locação os equipamentos listados abaixo, mantendo-os em perfeitas condições, e substituindo imediatamente, a expensas da Contratada, qualquer dos equipamentos que apresente defeitos ou eventuais problemas em seu funcionamento.	Monitoramento	1	R\$ 2.117,33	R\$ 2.117,33
Total				R\$ 14.208,33	

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 17/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 17/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 03 de maio de 2013.

**CONTRATANTE**  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
**SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR**  
Prefeito Municipal

**CONTRATADA**  
CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
CRISTIANE LANGHI TORTELLI

MARIA IZABEL BLANSKI  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**TESTEMUNHAS**

NOME:  
CPF:  
NOME:  
CPF:



# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato Homologação PL 40/2013 PP 24/2013 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA  
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2013/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 40/2013/PMJ,  
- Modalidade: PP 24/2013/PMJ.

Objeto: a contratação de empresa para o fornecimento, de forma parcelada, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg, destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, da Secretaria de Infraestrutura, da 11ª CIRETRAN e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2013.

- Empresa Vencedora:  
BUCCO & BUCCO LTDA  
Valor total: R\$ 8.064,00  
CIA ULTRAGAZ S/A (Filial Canoas)  
Valor total R\$ 52.096,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 09 de maio de 2013.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em Exercício

### Extrato Contrato 65/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2013/PMJ  
PL 40/2013/PMJ - PP 24/2013/PMJ  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: CIA ULTRAGAZ S/A

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg, destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, da Secretaria de Infraestrutura, da 11ª CIRETRAN e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2013.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 52.096,00 (cinquenta e dois mil e noventa e seis reais),

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Aplicações Diretas  
2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
(97) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Aplicações Diretas  
2.085 - MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL  
(190) - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0055 - Aplicações Diretas  
2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
(137) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
2.032 - MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇOS MILITAR E DO TIRO DE GUERRA  
(35) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
2.020 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito  
(3) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 09/05/2013.

MARCOS WEISS  
Prefeito em Exercício

### Extrato Contrato 66/2013 PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2013/PMJ  
PL 40/2013/PMJ - PP 24/2013/PMJ  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: BUCCO E BUCCO LTDA

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg, destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, da Secretaria de Infraestrutura, da 11ª CIRETRAN e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria de Educação, durante o exercício financeiro de 2013.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 8.064,00 (oito mil e sessenta e quatro reais),

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.047 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Aplicações Diretas  
2.048 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
(97) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Aplicações Diretas  
2.085 - MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - POLÍCIA CIVIL  
(190) - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0055 - Aplicações Diretas  
2.035 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
(137) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
2.032 - MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇOS MILITAR E DO TIRO DE GUERRA  
(35) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
2.020 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito  
(3) - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas  
VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 09/05/2013.

MARCOS WEISS  
Prefeito em Exercício

### Termo de Não Atendimento a Convocação

#### TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista a manifestação formal do candidato(a) Sr(a) DELIANA DALL'ORSOLETTA, Cargo de Psicóloga, classificado em 6º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 09 de maio de 2013.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

**SIMAE****Pregão JHL 0018/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0022/2013  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2013  
PROTOCOLO JHL 1143/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0018/2013 - Licitação 0022/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DIVERSOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA ÁREA ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 24/05/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 24/05/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/05/2013 a 24/05/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 13 de Maio de 2013.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

**Lauro Muller****PREFEITURA****3ª Errata - Pregão Presencial Nº 18/2013 - Pmlm**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013  
Errata nº 03

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Walter Vetterli, 239 - Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que houveram alterações no edital do pregão presencial n.º 18/2013.

Onde Lê-se tarifa zero para ligação locais e interurbanas entre telefones celulares INTRAGRUPO

Leia-se tarifa zero para ligações locais entre telefones celulares INTRAGRUPO

Informamos também que o valor cobrado pelos serviços de tarifa zero deverá ser incluído no valor de assinatura básica mensal.

O edital retificado encontra-se no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Como as informações são de caráter explicativo, fica mantida a data de abertura do Pregão Presencial para o dia 14 de maio de 2013 às 09:00 horas.

Lauro Müller, 10 de maio de 2013  
FÁBIO LEAL  
Pregoeiro

**Credenciamento Nº 03/2013 - Hmhl**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER  
HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE  
ATO EDITAL CREDENCIAMENTO HMHL N. 03/2013

O Município de Lauro Muller, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio da Comissão Permanente de Licitações INFORMA aos interessados que de conformidade com a Lei n.8.666/93 e legislação subsequente, a abertura do credenciamento para prestação de serviços de exames de anatomia patológica para o Hospital Municipal Henrique Lage, para o prazo de até 31/12/2013 O edital na íntegra esta disponível no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Lauro Muller, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 34643122.

Lauro Muller, 10 de maio de 2013  
FABIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

**Inexigibilidade Nº 03/2013 - Hmhl**

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE HMHL Nº003/2013 PROCESSO Nº039/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PRESENCIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2013  
CONTRATADO: Geilson Santos Junior, inscrito no CPF nº 649.161.542-15  
VALOR GLOBAL: R\$ 557.280,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta reais) divididos entre todos os credenciados.  
VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 10 de maio de 2013  
FÁBIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

**Inexigibilidade Nº 04/2013 - Hmhl**

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE HMHL Nº004/2013 PROCESSO Nº040/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PRESENCIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2013  
CONTRATADO: Igor Alessi, inscrito no CPF nº 061.153.269-74  
VALOR GLOBAL: R\$ 557.280,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta reais) divididos entre todos os credenciados.  
VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 10 de maio de 2013  
FÁBIO LEAL  
Presidente da Comissão de Licitação

**Inexigibilidade Nº 05/2013 - Hmhl**

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE HMHL Nº005/2013 PROCESSO Nº041/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PRESENCIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2013

CONTRATADO: Fillipe Zomer Maria inscrito no CPF nº 056.032.739-09

VALOR GLOBAL: R\$ 557.280,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta reais) divididos entre todos os credenciados.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 10 de maio de 2013

FÁBIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

**Inexigibilidade Nº 06/2013 - Hmhl**

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE HMHL Nº006/2013 PROCESSO Nº042/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PRESENCIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2013

CONTRATADO: Luiz Renato Wisbeck Junior inscrito no CPF nº 021.137.019-36

VALOR GLOBAL: R\$ 557.280,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta reais) divididos entre todos os credenciados.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 10 de maio de 2013

FÁBIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

**Inexigibilidade Nº 07/2013 - Hmhl**

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE HMHL Nº007/2013 PROCESSO Nº043/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER através do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na rua Pe. Hercílio Cappeler, Centro, Lauro Müller/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.487/0001-97, por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando inexigibilidade, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO PRESENCIAL PARA O HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE ATRAVÉS DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2013

CONTRATADO: CMSR Clínica Médica Ltda inscrito no CNPJ nº 17.207.349-0001-00

VALOR GLOBAL: R\$ 557.280,00 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e oitenta reais) divididos entre todos os credenciados.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013

Lauro Müller, 10 de maio de 2013

FÁBIO LEAL

Presidente da Comissão de Licitação

**Pregão Presencial Nº 008/2013 - FMS**

EDITAL DE PREGAO FMS Nº008/2013

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 21/2013

EDITAL DE PREGAO FMS Nº008/2013

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 21/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de maio de 2013 às 10h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Veterlly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para aquisição de combustível para o Fundo Municipal de Saúde. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br), maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de maio de 2013.

FABIO LEAL

Lauro Muller, 10 de maio de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

**Pregão Presencial Nº 07/2013 - Hmhl**

EDITAL DE PREGAO Nº007/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, através do Hospital Municipal Henrique Lage, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 27 de maio de 2013 às 14:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Veterli, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para prestação de serviços de exames laboratoriais com sobre-aviso, para o Hospital Municipal. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações e no site [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br), maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de maio de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

**Pregão Presencial Nº 20/2013 - Pmlm**

EDITAL DE PREGAO Nº020/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de maio de 2013 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Veterli, 239 Centro, Lauro Muller/SC, se reunirá com a finalidade de receber propostas para Aquisição de lubrificantes e materiais de limpeza para a frota municipal para o Município de Lauro Muller. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 10 de maio de 2013.

FABIO LEAL

Pregoeiro Municipal

## Lebon Régis

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial Nº 15/2013

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 23 de maio de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 23/05/2013. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis 10 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

#### Pregão Presencial Nº 16/2013

PREFEITURA DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2013

O Município de Lebon Régis através da Pregoeira Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item. Objeto: aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MAPA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e das propostas até 13h30min do dia 23 de maio de 2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 13h40min do dia 23/05/2013. Obtenção do Edital: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br) ou e-mail [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br).

Lebon Régis 10 de Maio de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira.

## Leoberto Leal

### PREFEITURA

#### Processo Licitatório Nº 036/2013 Pregão Presencial Nº 028/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2013

TIPO: Menor Preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de equipamentos de informática, mobiliários e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal

de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 028/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 23 de maio de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 10/05/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

#### Processo Licitatório Nº 010/2013 Pregão Presencial Nº 009/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 009/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 24 de maio de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 10/05/2013.

VITOR NORBERTO ALVES

Secretário Municipal da Saúde.

#### Processo Licitatório Nº 037/2013 Pregão Presencial Nº 029/2013 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2013

TIPO: Menor Preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza, consumo, copa e cozinha, para as Escolas da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, conforme relacionado no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 029/2013. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 023/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove) horas, do dia 23 de maio de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 10/05/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.



## Lindóia do Sul

### PREFEITURA

#### Extrato Processo Seletivo

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

EXTRATO DO EDITAL DE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2013

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova escrita de conhecimentos gerais, em regime de contratação temporária e excepcional, para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - junto às unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Lindóia do Sul/SC.

Das inscrições: Estarão abertas nos dias 14 a 15 de maio de 2013, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na recepção do Centro Administrativo, situado na Rua Tamandaré, 98, centro, Lindóia do Sul/SC.

Do número de vagas: 3 (três) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 (quarenta) horas semanais.

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura Municipal e no site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br).

Lindóia do Sul SC, 10 de maio de 2012.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Decreto 1626

DECRETO Nº 1626 de 08 de maio de 2013.

"CONSTITUI COMISSÃO MUNICIPAL DA ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006, Portaria nº 013/2012 de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Estado do Planejamento, nos termos da Resolução Normativa nº 14 de 06 de junho de 2012, que aprova o Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e Decreto 1615A de 27 de março de 2013, DECRETA:

Art.1º- Fica constituída a COMISSÃO MUNICIPAL da ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL da 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência, obedecendo a representação dos segmentos conforme o art. 17 da Resolução Normativa nº 14 do Conselho das Cidades, de 06 de junho de 2012, que dispõe sobre o Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e do art. 15 do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades, como segue:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais:

Administração Municipal

Titular : CLARISSA ANRAIN

Suplente: ANGELO BRANDALISE JÚNIOR

Titular : RAIMUNDO ANTÔNIO PASCOTTO  
Suplente: MAURÍCIO JOSÉ BITTENCOURT

Titular : PATRÍCIA CELZLEIN NUNES VIEIRA  
Suplente: ALCIR JOÃO DENARDI

Câmara de Vereadores  
Titular :JONAS D. RODRIGUES MORAES  
Suplente: SIRLEI SCHUMACHER RECALCATTI

SIMAE  
Titular : JOÃO CARLOS UNGERICH  
Suplente: GIANE MARIA MARCHEZZI LECHER

CELESC  
Titular : SÉRGIO MARTENDAL  
Suplente: NEILOR JOSÉ PADILHA

EPAGRI  
Titular : JAIME TURRA  
Suplente: ELIGIO LUIS HOFFELDER

II - movimentos populares:

Associação de Moradores:  
Titular : AIRTON HOFFMANN  
Suplente: WALDEMAR DRESCH

Associação de Moradores  
Titular : ALINE SCHLINDWEIN  
Suplente: EDINÉIA MANNES

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Joaçaba e Região  
Titular : JOSÉ DA SILVA  
Suplente: HILÁRIO BATISTA

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Joaçaba e Luzerna  
Titular : NAIR MOTTA  
Suplente: MARIA INÊS MOTTA

IV- empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Joaçaba e Região/SINDIMEC  
Titular :MÁRCIO LUIS DALLA LANA  
Suplente: ADEMIR LUIZ DALLA LANA

ACIAL  
Titular: URBANO JOSÉ MOTTA  
Suplente: VILMAR ERMINDO SPIER

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa ou ONG's com atuação na área de desenvolvimento urbano:

Representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina:  
Titular : ROBERTO LUIZ DIEHL

Suplente: MARCOS FIORIN

Representantes da Associação de Engenheiros Civis do Meio Oeste Catarinense - AENCIMOC:

Titular : GILBERTO HOFFELDER JÚNIOR

Suplente: ANA JÚLIA UNGERICH

Representantes da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Rio do Peixe:

Titular : ROBERTO DE CARLI



Suplente: JULIO KRATOVIL

Art.3º- Fica ainda designada, para o exercício das atividades de Coordenadora Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, a Srtª. CLARISSA ANRAIN.

Art.4º- As atividades da Comissão Preparatória, instituída por este Decreto, não serão remuneradas.

Art.5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de maio de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### **Resolução CMAS 002 2013**

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2013

“APROVA O TERMO DE ACEITE DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso de suas atribuições legais, bem como a deliberação por unanimidade dos membros do CMAS presente na reunião realizada em 08/05/2013,

RESOLVE:

Art.1º - Fica APROVADO o TERMO DE ACEITE DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) DE LUZERNA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de maio de 2013.

JOVIANE COLOMBELLI

Presidente do CMAS de Luzerna

### **Resolução CMAS 003 2013**

RESOLUÇÃO CMAS Nº 003/2013

“APROVA O PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2013 DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA, no uso de suas atribuições legais, bem como a deliberação por unanimidade dos membros do CMAS presente na reunião realizada em 08/05/2013,

RESOLVE:

Art.1º - Fica APROVADO o PLANO DE AÇÃO DO ANO DE 2013 do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 09 de maio de 2013.

JOVIANE COLOMBELLI

Presidente do CMAS de Luzerna

### **Extrato de Portaria Nº 130**

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2013

Portaria nº 130/13 de 07/05/13 - “Atribui carga horária suplementar a servidora que especifica acata pedido de dispensa de servidora que especifica” (Atribuir, temporariamente, até 20 de dezembro de 2013, carga horária suplementar de mais 20 horas semanais à servidora ELIETE ADRIANA CASANOVA TEDESCO, contratada por prazo determinado para exercer as funções de Professora II, 20 horas semanais, na Educação Infantil, para atuar com aulas de reforço com alunos com distorção série/idade, no ensino fundamental do 1º ao 5º ano, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso IV, e art. 13 e §§ da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, a partir de 02 de maio de 2013.

### **Extrato de Portaria Nº 131**

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2013

Portaria nº 131/13 de 09/05/13 - “Prorroga licença gestação concedida à servidora que especifica” (Prorrogar, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora Alessandra Darios Nunes, ocupante do emprego de provimento temporário de Enfermeira, 40 horas semanais no Programa Estratégia Saúde da Família/ESF, a partir de 09 de maio de 2013.

### **Extrato Pregão PML.023.2013 - Cascalho**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 030/2013 - PML

Pregão Presencial nº 0023/2013 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: Aquisição de material pétreo, destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Luzerna.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 28 de maio de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 28 de maio de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

# Macieira

## PREFEITURA

### ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/12

#### Compras Diretas / Prefeitura

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
VANDERLEIA A. F GIACOMELI	Semente de eucalipto	774	1,000	825,0000	825,00
ABATEDOURO E COMÉRCIO DE CARNES ROSSI LTI	Carne bovina p/ churrasco, fresca, picada de 1ª categoria		1.500,000	9,7000	14.550,00
ABATEDOURO E COMÉRCIO DE CARNES ROSSI LTI	CARNE SUÍNA PARA CHURRASCO, LIMPA, FRESCA, PICADA		500,000	5,5000	2.750,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Corda	801	1,000	15,9000	15,90
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de corte	803	10,000	4,5000	45,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Fita isolante	791	2,000	3,0000	6,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Spray desingripante	791	5,000	5,5000	27,50
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Carimbo	822	1,000	60,0000	60,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Carimbo	896	1,000	65,0000	65,00
ARTESANATO DE VIME ARTE OESTE LTDA	Cesta	777	6,000	9,3500	56,10
AUTO POSTO GIUL LTDA	CONCERTO DE PNEU	848	2,000	12,0000	24,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	CONCERTO DE PNEU	850	4,000	25,0000	100,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro de combustível	852	1,000	57,0000	57,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro de diesel	853	2,000	57,0000	114,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	FILTRO HIDR.	763	1,000	17,0000	17,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	815	1,000	23,0000	23,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	852	1,000	39,0000	39,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	filtro lubrificante	853	1,000	39,0000	39,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	Filtro separador	852	1,000	68,0000	68,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	764	3,000	15,0000	45,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	834	4,000	15,0000	60,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	849	2,000	50,0000	100,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	MONTAGEM DE PNEU	850	7,000	20,0000	140,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	OLEO LUBRIFICANTE P/MOTOR SAE 15W40		3,000	138,0000	414,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	OLEO LUBRIFICANTE P/MOTOR SAE 15W40		1,000	138,0000	138,00
AUTO POSTO GIUL LTDA	OLEO LUBRIFICANTE P/MOTOR SAE 15W40		1,000	138,0000	138,00
AX COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	TONNER S208D10 PARA IMPRESSORA XEROX 3550	845	2,000	610,0000	1.220,00
BETHA SISTEMAS LTDA	COMPRAS E LICITAÇÕES FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		12,000	136,0000	1.632,00
BETHA SISTEMAS LTDA	COMPRAS E LICITAÇÕES FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		12,000	136,0000	1.632,00
BETHA SISTEMAS LTDA	COMPRAS E LICITAÇÕES PREFEITURA		12,000	290,0000	3.480,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTABILIDADE PÚBLICA F. DE PREV. SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS		12,000	90,0000	1.080,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTABILIDADE PÚBLICA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		12,000	90,0000	1.080,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTABILIDADE PÚBLICA FUNDO DE CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA		12,000	90,0000	1.080,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTABILIDADE PÚBLICA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		12,000	165,0000	1.980,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTABILIDADE PÚBLICA PREFEITURA		12,000	680,0000	8.160,00
BETHA SISTEMAS LTDA	CONTROLE DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS PREFEITURA		12,000	320,0000	3.840,00
BETHA SISTEMAS LTDA	DESLOCAMENTO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE, QUANDO SOLICITADO		5.000,000	0,6000	3.000,00
BETHA SISTEMAS LTDA	ESTADA E ALIMENTAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SUPORTE		15,000	110,0000	1.650,00
BETHA SISTEMAS LTDA	FOLHA DE PAGAMENTO PREFEITURA		12,000	340,0000	4.080,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 2/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
BETHA SISTEMAS LTDA	FROTAS PREFEITURA		12,000	240,0000	2.880,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PLANEJAMENTO PREFEITURA		12,000	190,0000	2.280,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PONTO ELETRÔNICO PREFEITURA		12,000	455,0000	5.460,00
BETHA SISTEMAS LTDA	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PREFEITURA		12,000	190,0000	2.280,00
BETHA SISTEMAS LTDA	RECURSOS HUMANOS PREFEITURA		12,000	165,0000	1.980,00
BETHA SISTEMAS LTDA	TRIBUTOS PREFEITURA		12,000	340,0000	4.080,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	CHAVETA	870	1,000	2,0000	2,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	JOGO DE JUNTA	870	1,000	10,0000	10,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	PARAFUSO	870	1,000	4,0000	4,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Retentor	870	1,000	10,0000	10,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	Retentor	870	1,000	6,0000	6,00
CAÇADOR COMERCIO DE MOTORES LTDA	ROLAMENTO	870	2,000	20,0000	40,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Caixa de descarga	808	1,000	18,0000	18,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Flexinel	808	1,000	4,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Sifão	846	1,000	6,2000	6,20
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Solvente	846	2,000	7,0000	14,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Tinta esmalte sintético	846	1,000	49,0000	49,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Válvula	846	1,000	12,5000	12,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	VASSOURA DE RUA GRANDE	868	3,000	22,5000	67,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU	Veda rosca	846	1,000	2,0000	2,00
COOPERATIVA DE PROD. E CONS. AGROI. F. DE M	Mini - Pão caseiro	907	15,000	5,1700	77,55
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Alarme p / auto IAM Ctber EX 300	776	1,000	288,0000	288,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Capa	776	2,000	3,0000	6,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Cintas	776	10,000	0,5000	5,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Fio	776	3,000	1,0000	3,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Interruptores	776	2,000	4,5000	9,00
ELETRO HATCOPH LTDA ME	Kit trava elétrica	776	1,000	269,0000	269,00
EVERTON STACH ME	FORNECIMENTO DE SHOWS, BAILES E OUTROS.		1,000	58.700,0000	58.700,00
FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM PNEU 215/75 R 17,5		4,000	297,0000	1.188,00
FRANÇA & CIA LTDA - ME	Balanceamento	905	1,000	120,0000	120,00
IPACOL MAQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	Rotor	810	1,000	1.457,1900	1.457,19
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		10,000	4,7000	47,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Abacaxi Pérola.		4,000	4,7000	18,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Acelga	809	7,000	4,0000	28,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	865	2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 3/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		2,000	10,6800	21,36
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar refinado branco.		1,000	10,6800	10,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.		1,000	7,3000	7,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	835	1,000	7,3000	7,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água sanitária 2 litros		20,000	3,4900	69,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água sanitária 2 litros	865	2,000	3,4900	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90%		20,000	3,8000	76,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Álcool 1 litro 90%	865	4,000	3,8000	15,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante para roupas 2 litros		1,000	4,9900	4,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amido de milho	829	1,000	2,3000	2,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão pacote com 100 mg	835	10,000	2,9900	29,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anies para chimarrão pacote com 100 mg	865	3,000	2,9900	8,97
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		30,000	1,4800	44,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		15,000	1,4800	22,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		15,000	1,4800	22,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Banana Caturra.		20,000	1,4800	29,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Salsa.		2,000	4,9000	9,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Salsa.		1,000	4,9000	4,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Batata Salsa.		2,000	4,9000	9,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterraba.		6,000	2,6000	15,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Beterraba.		1,000	2,6000	2,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		13,000	3,7500	48,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker integral.		4,000	3,7500	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	835	5,000	6,9800	34,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café em pó 500 Gr - empacotado a vácuo de 1° qualidade	865	5,000	6,9800	34,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		1,000	6,9800	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Café torrado moído tradicional.		2,000	6,9800	13,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		2,000	2,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		2,000	2,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caldo de galinha.		1,000	2,5000	2,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 4/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canecas	827	20,000	1,9900	39,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Canjica de milho.		3,000	2,1400	6,42
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		6,000	11,7000	70,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		6,000	11,7000	70,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		3,000	11,7000	35,10
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		6,000	11,7000	70,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		6,000	11,7000	70,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		4,000	11,7000	46,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		2,000	11,7000	23,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Carne bovina picada ou em iscas,		10,000	11,7000	117,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cebola branca.		5,000	2,0000	10,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá de cidreira	835	2,000	2,8000	5,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate.		3,000	2,7900	8,37
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá mate.		1,000	2,7900	2,79
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		25,000	5,5900	139,75
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		10,000	5,5900	55,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		10,000	5,5900	55,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		10,000	5,5900	55,90
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Coxa e sobre coxa congeladas.		15,000	5,5900	83,85
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ervilha enlatada.		5,000	1,5000	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial,		1,000	8,5000	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Farinha de trigo especial,		1,000	8,5000	8,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó.		1,000	4,5000	4,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fermento químico em pó.		2,000	4,5000	9,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro p/ café nº. 103 c/ 40 unidades		2,000	2,5000	5,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	filtro para bomba de chimarrão pacote c/ 3 unidades		5,000	2,2800	11,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas	865	1,000	2,0000	2,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite em pó integral. Embalagem de 400 g	835	1,000	10,5000	10,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite em pó integral. Embalagem de 400 g	865	8,000	10,5000	84,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite em pó integral. Embalagem de 400 g		1,000	10,5000	10,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		36,000	2,1300	76,68
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Leite UHT integral longa vida.		12,000	2,1300	25,56
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Lentilha	809	12,000	3,9900	47,88
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Luva térmica	895	2,000	2,0000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Manga.		8,000	2,9000	23,20



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 5/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Manga.		6,000	2,9000	17,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Milho verde enlatado.		5,000	1,7400	8,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		3,000	3,7500	11,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		3,000	3,7500	11,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		4,000	3,7500	15,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		2,000	3,7500	7,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Oleo de soja refinado.		7,000	3,7500	26,25
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Ovo de galinha.		5,000	3,7400	18,70
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino.		5,000	2,9000	14,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pepino.		6,000	2,9000	17,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Querosene - 800 ml		10,000	8,2500	82,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de borracha 40 cm		2,000	7,6000	15,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rodo de espuma 30 cm		3,000	8,0000	24,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Rolo de barbante	827	1,000	16,5000	16,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabonete 90 Gr	865	4,000	1,2000	4,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco para lixo 100 litros	778	24,000	2,2500	54,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sagu, classe pérola, tipo 1.		8,000	2,9900	23,92
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sagu, classe pérola, tipo 1.		6,000	2,9900	17,94
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		1,000	1,4000	1,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		3,000	1,4000	4,20
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sal refinado e iodado.		1,000	1,4000	1,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Salsicha a granel.		3,000	19,2000	57,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Touca descartável pacote com 100	895	2,000	16,0000	32,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vagem.		8,000	4,9900	39,92
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vassoura de palha,	911	2,000	12,0000	24,00
JOACABA PNEUS LTDA	Câmara de ar 18-4 x 30	871	1,000	180,0000	180,00
JOACABA PNEUS LTDA	Câmara de ar 19-5 x 24	832	1,000	185,0000	185,00
JOACABA PNEUS LTDA	Pneu novo modelo 275/80 R 22.5	851	2,000	1.330,0000	2.660,00
JS PNEUS LTDA	Bucha bandeja	923	4,000	20,0000	80,00
JS PNEUS LTDA	Cambagem	924	1,000	15,0000	15,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	924	1,000	35,0000	35,00
JS PNEUS LTDA	MÃO DE OBRA	924	2,000	35,0000	70,00
JS PNEUS LTDA	Pneu 175/70 R 13	812	4,000	200,0000	800,00
KALLE COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA	Serviço de revisão completa com	904	10,000	65,0000	650,00
MACIOESTE LTDA ME	AGENDA	858	1,000	19,5000	19,50
MACIOESTE LTDA ME	AGENDA	859	1,000	35,9400	35,94
MACIOESTE LTDA ME	Apagador de quadro negro		5,000	3,9000	19,50
MACIOESTE LTDA ME	Apagador para quadro branco		2,000	4,9500	9,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 6/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACIOESTE LTDA ME	Borracha - cx com 60 unidades		1,000	14,4900	14,49
MACIOESTE LTDA ME	Caderno de caligrafia 48 folhas pequeno		20,000	0,8000	16,00
MACIOESTE LTDA ME	Caderno de desenho 48 folhas pequeno		50,000	0,8000	40,00
MACIOESTE LTDA ME	Caderno de linguagem 48 folhas pequeno		200,000	0,8000	160,00
MACIOESTE LTDA ME	Caneta azul cx c/ 50 unidades		1,000	35,6500	35,65
MACIOESTE LTDA ME	CD virgem		5,000	0,9500	4,75
MACIOESTE LTDA ME	Clips nº 03 cx com 500 gramas		1,000	6,9900	6,99
MACIOESTE LTDA ME	Cola bastão grossa 11,3 mm x 30.0 cm		15,000	29,5000	442,50
MACIOESTE LTDA ME	Cola branca 40 gramas com 12 unidades		1,000	6,9000	6,90
MACIOESTE LTDA ME	ESTILETE	828	2,000	2,5000	5,00
MACIOESTE LTDA ME	Fita adesiva transparente - 3m		2,000	2,7600	5,52
MACIOESTE LTDA ME	Fita adesiva transparente - 3m		2,000	2,7600	5,52
MACIOESTE LTDA ME	Fita adesiva transparente 12 mm x 10 m - pacote com 10		1,000	2,5500	2,55
MACIOESTE LTDA ME	Fita crepe 3m amadeirada 25mmx50		2,000	6,7500	13,50
MACIOESTE LTDA ME	Folha de EVA colorida 40 x 50		8,000	1,3400	10,72
MACIOESTE LTDA ME	Folha de EVA colorida 40 x 50		20,000	1,3400	26,80
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartão colorido		10,000	0,7900	7,90
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartão colorido		5,000	0,7900	3,95
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel cartolina colorido		20,000	0,4900	9,80
MACIOESTE LTDA ME	Folha papel dupla face colorido		10,000	0,6900	6,90
MACIOESTE LTDA ME	Giz branco antialérgico, não tóxico com 64 un.		5,000	2,2500	11,25
MACIOESTE LTDA ME	Giz colorido antialérgico, não tóxico com 64 unidades		5,000	4,5000	22,50
MACIOESTE LTDA ME	GRAMPEADOR		2,000	12,3000	24,60
MACIOESTE LTDA ME	Grampo para grampeador 26x6 com 5.000 unidades		1,000	3,3000	3,30
MACIOESTE LTDA ME	Lápis cêra pequeno cx com 12 unidades		8,000	1,3500	10,80
MACIOESTE LTDA ME	Lápis de cor grande - cx com 12 unidades		20,000	2,8000	56,00
MACIOESTE LTDA ME	Lápis preto nº 02 cx com 144 unidades		1,000	29,9000	29,90
MACIOESTE LTDA ME	Livro ata com 100 fls		2,000	8,5000	17,00
MACIOESTE LTDA ME	Livro ponto com 100 fls pequeno capa dura		1,000	11,5000	11,50
MACIOESTE LTDA ME	Massa de modelar - cx grande com 12 unidades		5,000	2,7500	13,75
MACIOESTE LTDA ME	Matriz álcool cx com 100 unidades		1,000	55,9000	55,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel almaço com pauta - pacote com 400 fls		1,000	29,9000	29,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel contact transparente bobina com 25 m		1,000	39,9000	39,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel crepom colorido		10,000	0,4900	4,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel crepom colorido		10,000	0,4900	4,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel dobradura colorido		10,000	0,3500	3,50
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 cx 10 com resmas		1,000	149,9000	149,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 cx 10 com resmas		1,000	149,9000	149,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel ofício A4 cx 10 com resmas		1,000	149,9000	149,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 7/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MACIOESTE LTDA ME	Papel pardo - bobina com 0,60 x 100 m		1,000	35,9000	35,90
MACIOESTE LTDA ME	Papel pardo - bobina com 0,60 x 100 m		1,000	35,9000	35,90
MACIOESTE LTDA ME	Pasta A/B elástica de papelão		10,000	1,2900	12,90
MACIOESTE LTDA ME	Pasta suspensa com identificador		10,000	0,9900	9,90
MACIOESTE LTDA ME	Pasta suspensa com identificador		50,000	0,9900	49,50
MACIOESTE LTDA ME	Percevejo - cx com 100 unidades		1,000	2,5900	2,59
MACIOESTE LTDA ME	Pincel atômico colorido		10,000	2,9900	29,90
MACIOESTE LTDA ME	Pincel para quadro branco		5,000	5,0500	25,25
MACIOESTE LTDA ME	Pincel para tinta guache nº 10		10,000	1,4900	14,90
MACIOESTE LTDA ME	Ramo de mosquitinho	816	2,000	3,5000	7,00
MACIOESTE LTDA ME	Régua 30 cm - transparente		10,000	0,3900	3,90
MACIOESTE LTDA ME	Régua 30 cm - transparente		5,000	0,3900	1,95
MACIOESTE LTDA ME	Rolo de fita crepon colorida	816	2,000	8,9500	17,90
MACIOESTE LTDA ME	Tinta guache - cx com 6 cores 15 ml cada		2,000	2,1500	4,30
MACIOESTE LTDA ME	Tinta guache - cx com 6 cores 15 ml cada		3,000	2,1500	6,45
MACIOESTE LTDA ME	TNT bobina com 50 m x 1,40 de largura -		2,000	54,9000	109,80
MECANICA FARENZENA LTDA	Amortecedor dianteiro	897	2,000	286,0000	572,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Amortecedor traseiro	897	2,000	182,5000	365,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Bucha bandeja	897	2,000	37,5000	75,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Bucha bandeja	897	2,000	51,0000	102,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Bucha eixo freio	897	2,000	96,0000	192,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria	898	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit completo amortecedor dianteiro	897	1,000	358,0000	358,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit completo de amortecedor traseiro	897	1,000	65,0000	65,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	898	1,000	520,0000	520,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Pastilha de freio	897	1,000	93,0000	93,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Pivo	897	1,000	165,0000	165,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	897	1,000	205,0000	205,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	897	1,000	224,0000	224,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda	898	1,000	200,0000	200,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Terminal	897	2,000	91,0000	182,00
MECANICA ZAGO	Aditivo p/ radiador	792	10,000	18,5000	185,00
MECANICA ZAGO	Balão ou diafragma	779	1,000	285,0000	285,00
MECANICA ZAGO	parafuso 12 x 40	847	6,000	2,2000	13,20
MECANICA ZAGO	Parafuso sextavado 16x120mm	847	2,000	4,3600	8,72
MECANICA ZAGO	Parafuso sextavado 16x14 8.8	847	2,000	7,2000	14,40
MECANICA ZAGO	porca de pressão 12 mm rosca ma	847	6,000	1,2900	7,74
MECANICA ZAGO	porca de pressão 16 mm	847	2,000	2,1000	4,20
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Jogo de bucha feiche de mola bipartida	861	6,000	85,0000	510,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 8/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	PARAFUSO	807	1,000	19,0000	19,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	PARAFUSO	807	1,000	18,0000	18,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	PARAFUSO	811	5,000	38,0000	190,00
NITROSEMEN PROD. AGROP.	Nitrogênio líquido	921	61,200	4,9000	299,88
NOVA ERA COMUNICACAO VISUAL	Adesivo	899	2,000	70,0000	140,00
PAULO CEZAR CIVIDINI ME	Eletrobomba periféricas	757	1,000	208,0000	208,00
PAVIMAQUINAS COM PECAS E SERV	mola	833	1,000	206,8200	206,82
PEDREIRA KLOTZ LTDA	Tubo de 0,30	802	30,000	27,8300	834,90
RADIO TROPICAL FM LTDA	Divulgação de notícias semanais		72,000	123,0000	8.856,00
RADIO TROPICAL FM LTDA	Divulgações de atos oficiais de interesse público		150,000	64,0000	9.600,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTDA	Pão de cachorro quente.		16,249	5,9900	97,33
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	FLUIDO DE FREIO DOT 4 ,(500 ML)		12,000	9,9300	119,16
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO 2 TEMPOS PARA ROÇADEIRAS E MOTOSSERAS		20,000	9,5000	190,00
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUB. À BASE SINTÉTICA SAE 15W40		12,000	14,2600	171,12
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUB. MINERAL SAE 50 P/ CAIXA DE CÂMBIO		1,000	115,3900	115,39
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUB. MULTIFUNCIONAL P/ TRANSMISSÃO DE TRATORES		2,000	141,9000	283,80
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUB. P/ CAIXA DE DIREÇÃO ATF DEXRON III		2,000	189,7300	379,46
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUB. P/ DIREÇÃO HIDRÁULICA SAE 30		1,000	106,3900	106,39
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	OLEO LUBRIFICANTE 46		2,000	103,8100	207,62
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W140		2,000	131,8600	263,72
SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTD	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 10W30		2,000	141,9000	283,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		4,000	4,7000	18,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		2,000	4,7000	9,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocotado em pó instantâneo.		2,000	4,7000	9,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Água sanitária	775	5,000	2,3900	11,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral.		5,000	3,6900	18,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral.		4,000	3,6900	14,76
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		3,000	9,0500	27,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		1,000	9,0500	9,05
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parboilizado tipo 1, longo fino.		2,000	9,0500	18,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Aveia em flocos.		1,000	2,7200	2,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Aveia em flocos.		1,000	2,7200	2,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Balde - 20 l.		2,000	12,2700	24,54
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		30,000	2,5400	76,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		15,000	2,5400	38,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		18,000	2,5400	45,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		13,000	2,5400	33,02
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bebida láctea fermentada.		15,000	2,5400	38,10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 9/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.		6,000	5,8400	35,04
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, tipo cream cracker com gergilim.		5,000	3,6800	18,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Bomba para chimarrão	867	2,000	14,9900	29,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Canjica ou quirera		10,000	1,6000	16,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		2,000	51,4500	102,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	837	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	869	2,000	51,4500	102,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	908	1,000	51,4500	51,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .		4,000	9,8900	39,56
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .		5,000	9,8900	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne bovina moída .		6,000	9,8900	59,34
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho,		3,000	8,6900	26,07
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho,		6,000	8,6900	52,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cera líquida - 750 ml		5,000	6,4500	32,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho sabor chocolate .		2,000	10,7900	21,58
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cereal matinal de milho sabor chocolate .		4,000	10,7900	43,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	867	10,000	1,2900	12,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	836	5,000	2,8900	14,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	867	6,000	2,8900	17,34
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico tamanho c/ 100/u 180 ml	910	5,000	2,8900	14,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	CREME VEGETAL		1,000	3,4500	3,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante	775	4,000	2,7900	11,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml		4,000	2,4500	9,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml	867	20,000	2,4500	49,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml		10,000	2,4500	24,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante 500 ml	910	5,000	2,4500	12,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	DETERGENTE	775	2,000	6,9900	13,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente - 500 ml	775	5,000	1,7900	8,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente-500 ml contém tensoativos biodegradável		25,000	1,3300	33,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente-500 ml contém tensoativos biodegradável	867	2,000	1,3300	2,66
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg		2,000	6,1400	12,28
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg		10,000	6,1400	61,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg		2,000	6,1400	12,28
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	836	5,000	6,1400	30,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	837	2,000	6,1400	12,28
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	867	8,000	6,1400	49,12
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	869	2,000	6,1400	12,28
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	908	1,000	6,1400	6,14



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 10/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	909	1,000	6,1400	6,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	910	5,000	6,1400	30,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Espunja de espuma e manta abrasiva		30,000	1,3400	40,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		2,000	5,4500	10,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		2,000	5,4500	10,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		1,000	5,4500	5,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate.		2,000	5,4500	10,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de milho (fubá de milho amarelo.		1,000	11,1000	11,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Farinha de milho (fubá de milho amarelo.		2,000	11,1000	22,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Gergelim branco.		1,000	12,6900	12,69
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola.		1,000	57,9000	57,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola.		1,000	57,9000	57,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Lâmpada de 200 watts	836	8,000	3,1800	25,44
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		10,000	1,9500	19,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Pêra.		15,000	1,9500	29,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidro	775	2,000	4,4500	8,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpa vidros - 500 ml	867	2,000	3,9500	7,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Limpeza pesada	775	3,000	4,4500	13,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Linhaça marrom.		1,000	8,6400	8,64
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		2,950	2,9500	8,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		20,000	2,9500	59,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		15,000	2,9500	44,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		15,000	2,9500	44,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		20,000	2,9500	59,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.		15,000	2,9500	44,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo cabelo de anjo.		2,000	2,4900	4,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto.		5,000	3,8400	19,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.		10,000	3,3000	33,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.		20,000	3,3000	66,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mangueira	775	1,000	39,9900	39,99
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maracujá.		6,000	6,6900	40,14
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maracujá.		8,000	6,6900	53,52
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		10,000	3,0500	30,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.		15,000	3,0500	45,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Multi Uso	775	4,000	3,4500	13,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de limpeza	775	5,000	5,9900	29,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de prato pronto	836	10,000	3,4500	34,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de prato pronto	910	10,000	3,4500	34,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	PAPEL HIGIÊNICO 4 ROLOS	775	6,000	3,4500	20,70

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 11/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt		2,000	49,4500	98,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt		1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	867	1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt		1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	910	1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pedra p/ vaso sanitário.	867	8,000	1,6500	13,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.		8,000	7,4500	59,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Peito de frango congelado.		10,000	7,4500	74,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		2,000	16,1000	32,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		2,000	16,1000	32,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.		2,000	16,1000	32,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		2,000	18,4500	36,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		4,000	18,4500	73,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Queijo muzzarella fatiado.		2,000	18,4500	36,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.		2,000	2,2000	4,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.		3,000	2,2000	6,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.		3,000	2,2000	6,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.		3,000	2,2000	6,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.		4,000	2,2000	8,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra	775	2,000	4,9900	9,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabonete líquido antibactericida	836	1,000	22,1900	22,19
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l. pacote c/ 5 unidades		10,000	2,0400	20,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 100 l. pacote c/ 5 unidades	867	5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		15,000	2,0400	30,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 30 lt pacote c/ 10		5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10		10,000	2,0400	20,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco para lixo 50 lt pacote c/ 10	867	5,000	2,0400	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido		15,000	3,9000	58,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido	867	18,000	3,9000	70,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido	910	5,000	3,9000	19,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo pó 300 gs		20,000	3,1900	63,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sardinha em lata 125g	863	8,000	2,7900	22,32
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sardinha em lata 125g	906	4,000	2,7900	11,16
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de banho		15,000	10,9400	164,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco	867	2,000	9,6800	19,36
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor branco		5,000	9,6800	48,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		10,000	7,8400	78,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme		3,000	7,8400	23,52

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA**

Página: 12/12

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1.000 folhas cor creme	910	10,000	7,8400	78,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de rosto	775	4,000	5,9500	23,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon c/ cabo de metal	836	3,000	8,3400	25,02
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon c/ cabo de metal	867	1,000	8,3400	8,34
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS I	Mangote 100mm	789	6,000	40,0000	240,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS I	Mangote 100mm	790	6,000	40,0000	240,00
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>176.607,31</b>

## Compras Diretas Saúde

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 1/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Mangueira	362	70,000	2,0000	140,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Pilha 1,5v	362	8,000	1,5000	12,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Bloco de receita simples	416	50,000	7,4000	370,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Blocos	416	5,000	33,0000	165,00
CASA DAS EMBALAGENS CAÇADOR LTDA	Sacolas plásticas	352	1.000,000	0,0265	26,50
CS INFORMATICA LTDA	cartuchos n. 21 original para impressora hp	382	4,000	54,0000	216,00
CS INFORMATICA LTDA	cartuchos n. 22 original para impressora hp	382	2,000	63,5000	127,00
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Alginato dencrigel 454kg	363	6,000	10,1200	60,72
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Cera nº 7 Cerafix	363	1,000	11,1500	11,15
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Espátulas plásticas p/ gesso	363	3,000	1,5200	4,56
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Gesso Flexsiv tipo IV 1 kg	363	3,000	23,9500	71,85
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Gesso Herodent 1 kg	363	3,000	5,9500	17,85
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Grau de borracha maquina	363	3,000	5,3500	16,05
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Kit c/ 10 moldeiras em inox perfura	363	3,000	199,1000	597,30
DENTAL CRUZEIRO LTDA	Kit silicone de condensação Clonage	363	3,000	124,9000	374,70
FIAT COLUSSI	BALANCEAMENTO/GEOMETRIA	428	1,000	80,0000	80,00
FIAT COLUSSI	Cambagem	428	1,000	40,0000	40,00
FIAT COLUSSI	FILTRO	427	1,000	28,9100	28,91
FIAT COLUSSI	Óleo	427	5,000	32,0000	160,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Açúcar 5kg	374	3,000	10,6800	32,04
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Agua sanitária	374	2,000	3,4900	6,98
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Amaciante embalagem de 2 litros	374	1,000	4,9900	4,99
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Anil	374	1,000	5,3000	5,30
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	CAFÉ	374	6,000	6,9800	41,88
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Caixa papel ofício	425	1,000	140,0000	140,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá	374	2,000	2,8000	5,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Chá	376	3,000	2,8000	8,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Cola tenaz	390	1,000	2,5000	2,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de café 103	374	1,000	2,5000	2,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fita Transparente	390	1,000	2,5000	2,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo	374	2,000	2,0000	4,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Pasta A/B elástica de plástico	390	3,000	2,0000	6,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Régua 30 cm	390	1,000	1,0000	1,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra	376	1,000	5,5000	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em pó - caixa de 1 kg	374	1,000	5,5000	5,50
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Vinagre branco	374	2,000	1,0000	2,00
JS PNEUS LTDA	Cambagens	353	2,000	9,0000	18,00
JS PNEUS LTDA	Geometria	353	1,000	40,0000	40,00
JS PNEUS LTDA	Pneu 175 / 70 R 13 Liso	380	2,000	200,0000	400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 2/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
JS PNEUS LTDA	Pneu 175/70 R 13	380	4,000	200,0000	800,00
MACIOESTE LTDA ME	ETIQUETAS ADESIVAS	379	50,000	1,0000	50,00
MACIOESTE LTDA ME	PASTA	426	6,000	3,5000	21,00
MACIOESTE LTDA ME	Pasta com divisória plásticas	426	6,000	17,5000	105,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Balanceamento	378	1,000	32,0000	32,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Balanceamento	392	4,000	8,0000	32,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Coleta cubo traseiro	423	2,000	9,0000	18,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Geometria	378	1,000	40,0000	40,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Interruptores	383	1,000	50,0000	50,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit	383	1,000	132,0000	132,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit	391	1,000	130,0000	130,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Kit rolamento	423	2,000	45,0000	90,00
MECANICA FARENZENA LTDA	LAMPADA	383	1,000	2,6000	2,60
MECANICA FARENZENA LTDA	Lâmpadas	383	1,000	2,0000	2,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Limpeza de peças	424	1,000	20,0000	20,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	378	1,000	40,0000	40,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	384	3,000	40,0000	120,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	392	1,000	40,0000	40,00
MECANICA FARENZENA LTDA	MÃO DE OBRA	424	1,000	60,0000	60,00
MECANICA FARENZENA LTDA	ROLAMENTO	377	1,000	65,0000	65,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Solda	392	1,000	20,0000	20,00
MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALAR	Eletrodo de Sucção Alduto alpaca	364	6,000	75,0000	450,00
PEZZITRON EQUIPAMENTOS LTDA	Serviço de conserto destilador de água	417	1,000	135,0000	135,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	BOM AR	372	2,000	7,9800	15,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caixa de sacola tamanho M	418	1,000	28,9000	28,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caixa de sacolas P	418	1,000	21,5000	21,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico médio	372	20,000	2,8900	57,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Copo plástico p/ café c/100 unidades	381	10,000	1,2900	12,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cuia média para chimarrão	375	1,000	28,0000	28,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante	372	8,000	2,4500	19,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Desinfetante	375	5,000	2,4500	12,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Detergente - 500 ml	372	6,000	1,3300	7,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	372	4,000	6,1400	24,56
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Erva mate pacote 1 Kg	375	3,000	6,1400	18,42
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escova pequena	372	6,000	1,9900	11,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja de aço Tipo Bombril	372	2,000	3,8900	7,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Esponja verde amarela	372	10,000	1,3400	13,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel Higiênico branco - fardo c/ 64 rolos de 6 mt	372	1,000	49,4500	49,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha para suporte c/ 1.000 folhas	372	15,000	7,8400	117,60



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA**

Página: 3/3

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2013**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Papel toalha pct com 02 rolos	372	1,000	34,9000	34,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sabão em barra	372	1,000	4,9400	4,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l. pacote c/ 10 unidades	372	10,000	2,0400	20,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vassoura de nylon	372	5,000	8,3400	41,70
<b>Total Geral do Mês ----&gt;</b>					<b>6.258,86</b>

# Massaranduba

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 2692 de 03 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 2692 DE 03 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.900,0 (Hum mil e novecentos reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 33500000 - Transferências a Instit. Privadas sem fins lucrativos

0402 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.900,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 1.900,00 (Hum mil e novecentos reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402.006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402 - 44500000 - Transferências a Instit. Privadas sem fins lucrativos

0402 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 1.900,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE MAIO DE 2013  
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

### Decreto Nº. 2693 de 03 de Maio de 2013

DECRETO Nº. 2693 DE 03 DE MAIO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.843.0280.9091 - Amortização Principal Encargos da Dívida

0304 - 32900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado,

decorrerão da anulação no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.843.0280.9091 - Amortização Principal Encargos da Dívida

0304 - 46900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE MAIO DE 2013  
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Meleiro

## PREFEITURA

### Portaria N.º 213/2013

PORTARIA n.º 213/2013

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EVERALDO MARTINS, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### R E T O R N A R

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor VALDEMAR MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 160/2013.

Meleiro, 10 de Maio de 2013.

EVERALDO MARTINS

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

### Aviso Pregão Presencial N° 020/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2013

O MUNICIPIO DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/05/2013, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2013, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

DE CONSUMO PARA MANTER ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-537- 8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado.

Meleiro, 08 de maio de 2013.  
EVERALDO MARTINS  
Prefeito Municipal

## NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAMOS o Senhor RAFAEL SERAFIM GONÇALVES, Servidor Público do SAMAE, portador da Carteira de Identidade n.º 4812091 e do CPF n.º 073957589-94, residente e domiciliado na Estrada Geral Jacaré, neste Município, ocupante do cargo de Encanador, para que compareça ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Meleiro, por um prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, para assinar os documentos abaixo relacionados:

- Aviso e Recibo de Férias;
- P.P.P (Perfil Profissiográfico Previdenciário);
- Termo de Recisão de Contrato de Trabalho;
- Ficha de Registro do Funcionário.

Meleiro, 08 de maio de 2013.  
TADEU ROGÉRIO BONFANTE  
Departamento Pessoal

Recebi a presente notificação.

DATA: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

RAFAEL SERAFIM GONÇALVES  
CPF n.º 073957589-94

# Navegantes

## PREFEITURA

### Errata de Portaria

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
PORTARIA N.º 2343 DE 7 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor JOSÉ CARLOS FAGUNDES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 31/7/2013

a 28/10/2013.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 11/10/2007 a 11/10/2012 .

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 31/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

### Errata de Portaria

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
PORTARIA N.º 2348 DE 7 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

#### RESOLVE:

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor DARCI BERTAN, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 31/7/2013 a 28/10/2013.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 1º/1/2000 a 1º/1/2005 .

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 31/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

### Errata de Portaria de Licença-Prêmio

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
PORTARIA N º 2345 DE 7 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio à servidora ELIZABETE GIOSELE DIAS, ocupante do cargo de Agente Administrativa Auxiliar do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 6/5/2013 a 3/8/2013.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 1º/9/2007 a 1º/9/2012 .

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 6/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

**Errata de Portaria José Carlos Fagundes**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500  
PORTARIA N º 2342 DE 7 DE MAIO DE 2013  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

**RESOLVE:**

I CONCEDER licença-prêmio ao servidor JOSÉ CARLOS FAGUNDES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, no período de 2/5/2013 a 30/7/2013.

II A licença ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 11/10/2002 a 11/10/2007 .

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 7 DE MAIO DE 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de maio de 2013.  
BENILDE PERÃO  
Secretária de Administração e Logística

**Errata Portaria**

ERRATA da publicação da portaria de admissão nº.1429 de 11 de março de 2013, publicada no dia 12 de março de 2013.  
PORTARIA Nº. 1429 DE 11 DE MARÇO DE 2013.  
"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.  
RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARCIA RODRIGUES CARDOSO, para exercer a função de Professora de Anos Iniciais, MAG 02-01, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período vespertino, para atuar na Secretaria Municipal de Educação. Processo Seletivo 003/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de março de 2013 a 31 de julho de 2013.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 de Março de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013.

Fernando Sedrez Silva  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de março de 2013

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 31/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTÍNUO, CORRESPONDENTES A LISTAGEM BRANSIDIACE DE A À Z, PARA ATENDER A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 23/05/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 23/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 10 de maio de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

### Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 32/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DETERMINAÇÕES JUDICIAIS, CORRESPONDENTES A LISTAGEM BRANSIDIACE DE A À Z, PARA ATENDER A FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 23/05/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 23/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 10 de maio de 2013.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 539/2013

PORTARIA Nº 539/2013  
Substitui e Nomeia Membro da Comissão de Processo Seletivo.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições legais e;  
Considerando a necessidade da continuidade de serviços públicos;  
Considerando a vacância de grande número de vagas nos cargos efetivos do Município;  
Considerando a imposição legal de realização de concurso público ou processo seletivo para provimento de tais vagas;  
**RESOLVE:**

Art. 1º Fica alterada a composição estabelecida pelo Art. 2º, da Portaria nº 0048/2013, que Nomeia a Comissão de Processo Seletivo, sendo substituído e nomeado para integrar esta comissão, Maxiliano de Oliveira, nomeado no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, como Secretário, em substituição ao servidor Adérico Edílio Dalri, matrícula nº 72, ocupante do cargo efetivo de Contador.

Art. 2º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se Ciência. Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 25 de abril de 2013.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.

PEDRO PIVA NETO  
Secretário M. Administração e Finanças

### Edital de Processo Seletivo Nº 05/2013 - Divulgação Horários e Locais de Prova

Edital de Processo Seletivo nº 05/2013  
Divulgação: Horários e locais de Prova

A Comissão de Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 0048, de 15 de janeiro de 2013 e alterada pela Portaria nº 539, de 25 de abril de 2013, torna público aos inscritos no Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 05/2013, os horários e locais de provas:

Sábado, 11 de maio, das 08h00min às 12h00min:

- Auxiliar de Manutenção e Conservação: na Creche do bairro Trinta Réis, anexo à Escola de Ensino Fundamental Francisco João Valle
- Auxiliar de Consultório Odontológico: na Unidade Sanitária Santa Paulina, centro de Nova Trento
- Motorista II, Motorista do Transporte Escolar, Operador de Máquinas: em frente ao Ginásio de Esportes Inácio Gullini, centro de Nova Trento.

Lembrando que os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, munido de documento hábil de identificação (original) com foto, e da ficha de inscrição. Serão considerados documentos de identificação hábil: Cédula de Identidade (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto).

Para os candidatos para as vagas de motorista II, motorista de transporte escolar e operador de máquinas deverão apresentar também a Carteira Nacional de Habilitação - CNH.

Nova Trento, em 09 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI  
Presidente da Comissão

### Edital de Processo Seletivo Nº 05/2013 - Lista das Inscrições Homologadas

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 05/2013  
LISTA DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

#### CARGO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Nº Insc.	Nome completo do candidato	Nº da Carteira de Identidade
001	Andreia Maria Libardo Eccher	4.015.539
013	Celestino Alves	16/R-2.831.929
003	Daniel Martins Godoe	4.802.958
023	Enes Tomasi	262.430-3
018	Norival Libardo	3.553.918
020	Valdoci Lofy	2.838.522-5
002	Valentin Cadore	16/R-1.607.331
024	Viviana Costa de Oliveira	5.259.841-1

#### CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS

Nº Insc.	Nome completo do candidato	Nº da Carteira de Identidade
006	Joel Rodrigues da Cruz	7.400.385-0

#### CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Nº Insc.	Nome completo do candidato	Nº da Carteira de Identidade
019	Amábile Paula Bosio	6.006.759
011	Ana Luiza Gessele	4.290.328
007	Camila Ohana Amorim de Souza	MG-13.943.764
012	Daniella Carina Selli	3.920.855



029	Lindacir da Silva	1.605.912-3
015	Luciana Cristina Dalsasso	3.190.088
017	Maiara Muraro	6.462.891
014	Naiara Minatti Muraro	5.170.150

**CARGO: MOTORISTA II**

Nº Insc.	Nome completo do candidato	Nº da Carteira de Identidade
016	Andre Cadorin Kepka	4.537.831-2
004	Fabio Ribeiro dos Santos	1089383771
009	Paulo Sergio Coimbra	4.672.782-5
005	Reginaldo Edesio Silva	4.359.289-9

**CARGO: MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR**

Nº Insc.	Nome completo do candidato	Nº da Carteira de Identidade
008	Felipe Sampaio Alves	7095963638
010	Francisco Rodolfo Orsi	986.319-2
021	Mauri Jose Blan de Oliveira	8.758.491-7

Nova Trento, 09 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

**Edital de Processo Seletivo Nº 06/2013 - Classificação Parcial dos Candidatos Inscritos**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO  
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS CANDIDATOS  
INSCRITOS AOS CARGOS CONFORME EDITAL DE PROCESSO  
SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2013 DE 25/04/2013.  
EDITAL Nº 06/2013

**CARGO COORDENADOR ESCOLAR NIVEL III**

Classificação	Nome completo
Desclassificada	Cristiane Costa

**CARGO ENFERMEIRO - ESF**

Classificação	Nome completo
01	Eugeani Fundcheller
02	Fernanda Wisintainer
03	Adenilda Kuhl
04	Rosângela Aparecida Martins
05	Elaine Pereira Roque
06	Daniela Vinotti Ferreira
07	Grazielle de Barros
08	Rodrigo Thallis Alves Pudell
09	Bruna da Silva Weber

**CARGO FONOAUDIÓLOGA - NASF**

Classificação	Nome completo
01	Valeria Ramos de Oliveira de Moura

**CARGO MÉDICO**

Classificação	Nome completo
00	Não houve inscritos

**CARGO ASSISTENTE TÉCNICO DESPORTIVO**

Classificação	Nome completo
01	Naiara Grott Feller
02	Marcelo de Mello Garim

**CARGO FONOAUDIÓLOGA - EDUCAÇÃO**

Classificação	Nome completo
01	Valeria Ramos de Oliveira de Moura

**CARGO PSICOPEDAGOGO**

Classificação	Nome completo
00	Não houve inscritos

**CARGO ENFERMEIRO - HOSPITAL**

Classificação	Nome completo
01	Rosângela Aparecida Martins
02	Ivana Daniela Haertel
03	Camila Croceta Bianquine
04	Grazielle de Barros
05	Bruna da Silva Weber

Nova Trento, 09 de maio de 2013.

LUIZ CARLOS ORSI

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

**Ata de Registro de Preços Nº 013/2013**

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2013  
PROCESSO Nº 054/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

Aos oito dias do mês de maio de 2013, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Praça del Comune, nº 126, Centro, em Nova Trento/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 09/05/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: Registro de Preços para a contratação parcelada de serviços de Recapagem de Pneus, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As Licitantes registradas para os materiais cotados são:

RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA. (07.564.353/0001-63)

Item	Unid.	Especificação	Marca da Borracha	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
02	Unid.	Recap de Pneu 18.4.30 – 10 lonas Agrícola G. Média - Traseiro	VIPAL	08	1.320,00	10.560,00
08	Unid.	Recap de Pneu 1400/24 – 12 L.	VIPAL	20	920,00	18.400,00
09	Unid.	Recap de pneus 14-9-24 - Dianteiro	VIPAL	02	720,00	1.440,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 30.400,00

RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA. EPP. (82.989.096/0001-27)

Item	Unid.	Especificação	Marca da Borracha	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
------	-------	---------------	-------------------	--------	----------------	-------------

04	Unid.	Recape de Pneu 19.5 L 24	LEVORIN G2	12	1.305,00	15.660,00
05	Unid.	Recape de Pneu 16.9 x 28 - 10 L	LEVORIN G2	8	1.375,00	11.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 26.660,00

FM PNEUS LTDA. (81.374.845/0001-49)

Item	Unid.	Especificação	Marca da Borracha	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Unid.	Recape de Pneu 750 x 16 para Trator Agrícola 8 Lonas	VIPAL	08	215,00	1.720,00
03	Unid.	Recape de Pneu 10.5/65 16 RA 28	VIPAL	18	420,00	7.560,00
06	Unid.	Recape de Pneu 10.5 - R18	VIPAL	04	425,00	1.700,00
07	Unid.	Recape de Pneu Borrachudo 1000 x 20 - convencional	VIPAL	30	395,00	11.850,00
10	Unid.	Recape de pneu 18-4-34 - Traseiro	VIPAL	02	1.500,00	3.000,00

Valor Total homologado ao Licitante: R\$ 25.830,00

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 08 (oito) dias, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos.

Nova Trento/SC, 09 de maio de 2013.  
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI  
Pregoeiro

## Paial

### PREFEITURA

#### Extrato do Resultado do Julgamento da Classificação das Propostas Tomada de Preços Nº 004/2013 - PM PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL - SC TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2013 - PM

Objeto: Contratação de empresa na prestação de serviços continuados de Limpeza e Conservação, abrangendo as categorias de Auxiliar de Serviços Gerais, a serem executados nas dependências da Prefeitura Municipal de Paial e Prédios Administrativos conforme a necessidade, e a contratação de serviços de portaria para a Garagem de Máquinas, conforme especificado no anexo "E" - Termo de Referência deste edital.

#### EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase classificatória da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante ONSAT INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE ALARME LTDA ME sagrou-se vencedora do Item 01 com o valor unitário de R\$ 1.949,00 (um mil novecentos e quarenta e nove reais) e o Item 02 com o valor unitário de R\$ 2.104,00 (dois mil cento e quatro reais); a licitante GIROTTO SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA ME, ficou na segunda colocação no Item 01 com o valor unitário de R\$ 2.192,00 e na terceira colocação no Item 02 com o valor unitário de R\$ 2.680,00 (dois mil seiscentos e oitenta reais), já e a licitante DOCA CASA E JARDIM LTDA ME ficou na terceira colocação no Item 01 com o valor unitário de R\$ 2.403,74 (dois mil quatrocentos e três reais e setenta e quatro centavos) e na segunda colocação no Item 02 com o valor unitário de R\$ 2.540,67 (dois quinhentos e quarenta reais e sessenta e sete centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório a qualquer das proponentes que se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 09 de maio de 2013.  
ANTONIO SOSTER  
Presidente da C.P.L.



**PEGAS**   
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# Palhoça

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.500, de 30 de Abril de 2013

DECRETO Nº 1.500, DE 30 DE ABRIL DE 2013.

QUADRO PESSOAL. Dispõe sobre o cadastramento dos servidores públicos municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Os Servidores Públicos vinculados ao Poder Executivo Municipal da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações, deverão realizar seu cadastramento, junto ao órgão em que são lotados, até o dia 07 de junho de 2013.

§ 1º Os servidores deverão retirar o formulário de cadastramento junto ao órgão de sua lotação.

§ 2º O formulário de cadastramento, devidamente preenchido, deverá ser entregue pessoalmente pelo servidor ao titular do órgão onde está lotado, quando apresentará os documentos que comprovem as informações por ele prestadas.

§ 3º O servidor impossibilitado por incapacidade física de comparecer pessoalmente para a realização do cadastramento, deverá agendar, junto à Superintendência de Recursos Humanos, visita in-loco para a realização do evento.

§ 4º Na hipótese prevista no parágrafo anterior o cadastramento será realizado, em local, dia e horário previamente estabelecidos de comum acordo com o interessado, através de comissão composta por 3 (três) servidores indicados pelo Secretário de Administração.

Art. 2º O disposto no artigo anterior aplica-se também aos servidores inativos e aos pensionistas previdenciários, cujos procedimentos de retirada e entrega dos formulários deverão ser feitas diretamente na Superintendência mencionada o § 3º do artigo 1º.

Art. 3º Fica vedado o pagamento de qualquer espécie remuneratória ao servidor ativo ou inativo e ao pensionista previdenciário que não atender ao disposto no artigo 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, em 30 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1.496, de 30 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.496, DE 30 DE MARÇO DE 2013.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotações orçamentárias do orçamento fiscal do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - Fundo Municipal de Assistência Social.

18.01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Projeto/Atividade: 2039 - Funcionamento e Manutenção do Fundo FMAS

Elemento:

Red 32 - 31.90.00.00.00.00.00 .01.000- Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Red. 34 - 31.91.00.00.00.00.00 .01.000- Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Red 37 - 33.90.00.00.00.00.00 .01.000- Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Soma R\$ 700.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

18.00 - Fundo Municipal de Assistência Social.

18.01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Projeto/Atividade: 1046 - Inclusão Produtiva

Elemento:

Red 15 -33.90.00.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Projeto/Atividade: 1165 - Convênios Construção do Crás

Elemento:

Red 22 -44.90.00.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Projeto/Atividade: 2004 - Contrib a Entid. Não Governamentais

Elemento:

Red 27 -.33.50.00.00.00.00.00.00.01.000 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00

Soma R\$ 700.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 1.497, de 30 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.497, DE 30 DE MARÇO DE 2013.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Fiscal do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### DECRETAR

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar adicional especial no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - Fundo Municipal de Saúde.

17.01 - Fundo Municipal de Saúde.

Projeto/Atividade: 1043 - Farmácia Popular

Elemento

Red. 97 - 44.90.00.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

17.00 - Fundo Municipal de Saúde.

17.01 - Fundo Municipal de Saúde.  
Projeto/Atividade: 1043 - Farmácia Popular  
Elemento  
Red. 96 -33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.498, de 30 de Março de 2013**

DECRETO Nº 1.498, DE 30 DE MARÇO DE 2013.  
ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotações orçamentárias do Orçamento Fiscal da Águas de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### **DECRETAR**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00, (dois milhões e quinhentos mil reais), a dotação orçamentária abaixo:

26.00 - Águas de Palhoça.  
26.01 - Águas de Palhoça.  
17.512.0042.2.135 - Funcionamento e Manut.das Águas de Palhoça R\$ 2.500.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0133 - Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

26.00 - Águas de Palhoça.  
26.01 - Águas de Palhoça.  
17.512.0042.2.135 - Funcionamento e Manut.das Águas de Palhoça R\$ 500.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0133 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00  
17.512.0042.2.136 - Saneamento Básico p/Todos R\$ 2.000.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0133 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 30 de abril de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.499, de 30 de Abril de 2013**

DECRETO Nº 1.499, DE 30 DE ABRIL DE 2013.  
UTILIDADE PÚBLICA. Da nova redação ao Inciso II do artigo 1º do Decreto nº 1.274, de 06 de junho de 2011, que declara para fins de desapropriações. Pagani I.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições legais,

#### **DECRETA:**

Art. 1º O Inciso II do artigo 1º do Decreto nº 1.274, de 06 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

II - Trecho 3 - Proprietário Vilson Passig e Rainildes Rod Passig - Título do Imóvel - Matrícula 18.093 - Lv 2JM.

Uma área de terras com 2.799,65 m<sup>2</sup> (dois mil, setecentos e noventa e nove metros e sessenta e cinco centímetros quadrados) com as seguintes confrontações: Frente ao Sul com FIRENZE Participações, Construções e Incorporações Ltda; Fundos ao Norte com terras de José João de Matos; Lateral Leste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig; e lateral Oeste com Vilson Passig e Rainildes Rod Passig;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2013.  
NIRDO ARTUR LUZ  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 1.502, de 03 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 1.502, DE 03 DE MAIO DE 2013.  
UTILIDADE PÚBLICA. Declara de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, faixa de terras em imóveis que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso das atribuições legais,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, se for o caso, após regular autorização legislativa, nos termos do art. 5º, letra “i”, do Decreto-Lei nº 3.365/41, faixa de terras de dois imóveis lindeiros abaixo descritos, caracterizados e inscritos no cadastrado imobiliário da Prefeitura Municipal de Palhoça, sendo um de propriedade da empresa SANTA CLARA FRUTICULTURA E REFLORESTAMENTO LTDA., e o outro da empresa VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., destinada a integração dos bairros Caminho Novo e Passa Vinte, através do prolongamento da Rua Dom Afonso, a saber:

I - 1.011,32 m<sup>2</sup> (um mil, onze metros e trinta e dois centímetros quadrados) do terreno pertencente a empresa SANTA CLARA FRUTICULTURA E REFLORESTAMENTO LTDA., inserido em uma área a maior com 40.179,00 m<sup>2</sup> (quarenta mil, cento e setenta e nove metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações Frente em 85,20 metros, com a BR 101, fundos em 79,90 metros, com terras da Mitra Diocesana, de um lado com 517,02 metros com terras da Mitra Diocesana e de outro lado, com 502,41 com terras de Manoel Pedro Prates, Orival Souza, Natair Constancio de Souza, Evaldo de Souza, José Medeiros e Antônio Raulino, devidamente transcrito no registro de imóveis da comarca de Palhoça, sob a matrícula nº 7.572, fls 90/90v do livro Nº 2-AO, Inscrição Imobiliária nº 01.02.488.0481..000.

II - 554,58 m<sup>2</sup> (quinhentos e cinquenta e quatro metros e cinquenta e oito centímetros quadrados) do terreno pertencente a empresa VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inserido em uma área a maior com 1.021,13 m<sup>2</sup> (um mil, vinte e um metro e treze centímetros quadrados), designado pelo lote 13 da quadra 02, do Loteamento Parque Residencial Pagani, com as seguintes medidas e confrontações; frente medindo 22,14 metros para a Rua L-03, fundo medindo 21,73 metros com terras da empresa CIMENBLOC - Ind. De Pré -moldados Ltda., de um lado medindo 46,49 metros com o lote 12 e de outro lado medindo 46,12 metros com o lote 14, ambos da empresa VENDECASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., devidamente transcrito no registro de imóveis da comarca de Palhoça, sob a matrícula nº 45.250, fl.90 do livro nº 2-JC. Inscrição Imobiliária nº 01.02.488.0419.000.



Art. 2º A área declarada de utilidade pública por meio deste Decreto, no prazo legal fixado na legislação específica, desde que obtida autorização legislativa para esse fim, deverá ser expropriada pelo Município de forma amigável ou judicial.

Art. 3º Após obtida autorização legislativa para efetivar a desapropriação, não havendo acordo amigável, no procedimento judicial a Municipalidade fica autorizada a invocar caráter de urgência, para fins de imissão de posse.

Art. 4º Caberá ao setor técnico de engenharia da Prefeitura a definição do traçado mais adequado à implantação do prolongamento da referida via pública (Dom Afonso), com a descrição específica de memoriais técnicos e áreas equivalentes para cada imóvel declarado por este ato de utilidade pública.

Art. 5º Caberá também ao setor técnico de engenharia definir em Laudo de Avaliação a parte, o montante de indenização devida para o fim a que destina-se o presente Decreto.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desse Decreto correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento do Município, suplementadas se necessário, ou da abertura de crédito especial, com prévia autorização legislativa.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 03 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

#### **Decreto Nº 1.504, de 07 de Maio de 2013**

DECRETO Nº 1.504, DE 07 DE MAIO DE 2013.

ORÇAMENTO. Suplementa e anula dotações orçamentárias do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012, resolve

#### **DECRETAR**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (setecentos mil reais), nas dotações orçamentárias abaixo:

09.00 - Secretaria de Receita e Regularização Fundiária.

09.01 - Secretaria de Receita e Regularização Fundiária.

Projeto/Atividade: 2064 - Func. e Manut. da Secretaria da Receita

Elemento:

Red 43 - 33.90.00.00.00.00.00 .01.000- Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

10.00 - Secretaria de Finanças e Orçamento.

10.01 - Secretaria de Finanças e Orçamento.

Projeto/Atividade: 2066 - Func. e Manut. da Secret, de Adminint

Finanças

ELEMENTO:

Red 60 - 33.90.00.00.00.00.00 .01.000- Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta das anulações orçamentárias abaixo:

24.00 - Secretaria de Planej. Proj. Esporte e Lazer.

24.01 - Secretaria de Planej. Proj. Esporte e Lazer.

Projeto/Atividade

2156 - Aniversário do Município de Palhoça

#### **ELEMENTO**

Red. 284 - 33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

#### **Resultado Pregão 76-2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

76/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76-2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais permanentes para atender às necessidades de atendimento pelo IGD no setor de Cadastro Único e o programa Bolsa Família, para o Fundo Municipal de Assistência Social, neste Município, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

COMP1 INFORMÁTICA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 12, totalizando R\$1.675,00 (um mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

HP & E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO ME ficou classificada em 1º lugar no item 03, totalizando R\$1.550,00 (um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais).

M J G TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 04, totalizando R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

PEIXER COMÉRCIO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$1.170,96 (um mil, cento e setenta reais e noventa e seis centavos).

SCHEYLLA DE MENDONÇA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 06, 07, 08, 09, 10 e 11, totalizando R\$1.967,20 (um mil, novecentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

Palhoça, 09 de maio de 2013.

#### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Errata Pt Nº 01/2013**

ERRATA Nº 01/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DA TOMADA DE PREÇOS Nº01/2013

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Edital e anexos I e IV do Processo Licitatório - Modalidade Tomada de Preço nº 01/2013, que tem por objeto a "contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integradamente, com abrangência estadual, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e



condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, obedecendo a legislação vigente, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

I - O item 18 do presente edital passa a vigorar com a seguinte redação:

“18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ VERBA PUBLICITÁRIA: 18.1 Para fazer face às despesas decorrentes desta licitação, serão utilizados recursos das seguintes dotações orçamentárias:  
Serviço de Publicidade e Propaganda  
3.3.39.88.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas  
18.2 A dotação orçamentária destinada à verba publicitária, no exercício 2013, está estimada em R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)”.

II - O item 2 do Anexo I do respectivo edital passa a vigorar com a seguinte redação:

## “2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Os serviços de comunicação e publicidade serão destinados a fortalecer a imagem da Câmara Municipal de Palhoça, com ênfase na caracterização do atributo de representação popular; a disseminar o conceito de qualidade e relevância da atuação do Poder Legislativo; a realizar ações destinadas a aumentar o relacionamento entre o poder Legislativo e os cidadãos araquarienses, cujos conteúdos serão de caráter educativo, informativo ou de orientação social e deverão estar em sintonia com as questões estratégicas da Câmara Municipal de Palhoça.

A política de comunicação social da Instituição respeita, conforme art. 37 da Constituição Federal os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência dando transparência de seus procedimentos, racionalidade na aplicação dos recursos e avaliação sistemática dos resultados.

Os serviços contratados deverão consistir em: estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, supervisão da execução externa e distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação de programas e campanhas institucionais. A agência contratada atuará consoante chamamento da Câmara Municipal de Palhoça.

Poderão ser incluídos ainda, dentre os serviços especializados de publicidade, as seguintes atividades complementares:

a. planejamento e execução/ intermediação de pesquisas, consultorias e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento (pré-teste e pós-teste), capacitação, vinculados à estratégia de comunicação da PMA e a concepção, criação e resultado de campanhas, peças e materiais publicitários desenvolvidas pela agência;

b. produção e execução técnica de peças e projetos publicitários criados;

c. criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias;

d. criação, manutenção e monitoramento de sites e redes sociais institucionais da Câmara Municipal de Palhoça.

Não se incluem dentre os serviços contratados quaisquer outras atividades não previstas no presente instrumento, em especial as de assessoria de imprensa e relações públicas”.

III - O Anexo IV, em suas cláusulas Segunda, Quarta e Décima Primeira, passam a vigorar com a seguinte redação:

## “CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

A previsão orçamentária para execução dos serviços contratados até 31 de dezembro de 2013 é de até R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) e sobre tal quantia é que incidirá a comissão da empresa contratada, quando assim devidas, por força da proposta apresentada.

Parágrafo único - O valor mencionado poderá ser utilizado, total ou parcialmente, a critério da contratante, não cabendo a contratada

indenização de qualquer espécie pelos saldos eventualmente não utilizados”.

## “CLÁUSULA QUARTA - DESPESA

As despesas com o fornecimento de que trata o objeto, corre à conta da seguinte dotação orçamentária:

Serviço de Publicidade e Propaganda

3.3.39.88.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

18.2 A dotação orçamentária destinada à verba publicitária, no exercício 2013, está

estimada em R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais)”.

## “CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PAGAMENTO:

I. Despesas decorrentes de veiculação:

O pagamento dos serviços efetivamente prestados por terceiros será realizado diretamente pela CONTRATADA, após o aceite dos serviços, de acordo com as respectivas autorizações de divulgação emitidas pela CONTRATANTE, no prazo 5 dias, condicionados à apresentação dos seguintes documentos:

a. Fatura do veículo de comunicação, contendo o valor bruto da despesa, parcela referente a comissão da contratada, valor líquido, mencionando ainda o número da autorização de veiculação emitida pela CONTRATADA.

b. Tabela de preços do veículo para demonstrar a procedência dos valores a serem pagos

c. Comprovante de veiculação, exibição das peças publicitárias.

II. Despesas decorrentes de produção/ contratação de terceiros. O pagamento à CONTRATADA das despesas resultantes da execução do contrato, no tocante aos procedimentos de produção e contratação de terceiros, ocorrerão de acordo com as autorizações de produção validadas pela CONTRATANTE, num prazo de 5 dias após a entrega do material/serviço. Deve-se considerar no processo os seguintes documentos:

a. Nota fiscal/ fatura da agência que especifique com clareza o serviço autorizado, mencionando o número da autorização de produção emitida pela CONTRATADA e validada pela CONTRATANTE.

b. Cópia da nota de terceiro, expedida em nome da CONTRATADA.

c. Cópia/modelo/layout/peça que represente o produto contratado que foi entregue”.

Assim, em decorrência das alterações dos Anexos I e IV - reabre-se o prazo de publicação, alterando também o item 2 do respectivo edital, e fixando desde já a data e horário de abertura do certame, a saber:

“2. DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS: A sessão de Tomada de Preços em epígrafe será pública, dirigida pela Comissão Permanente de Licitações, e realizar-se-á em data, horário e local a seguir determinados:

Data de realização da Sessão de Abertura: 17/06/2013

Horário: 14:00 h

Local: Sala de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça - Rua Joci José Martins, 101 - Centro - Palhoça - SC”

Palhoça, 09 de maio de 2012.

KATIANE VULCZAK GOLIN

Presidente CPL

## Extrato de Contrato Mês de Maio

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC

EXTRATO DE CONTRATOS MÊS DE MAIO DE 2013

CONTRATO Nº 008/2013

BENEFICIÁRIO: Emcatur Viagens e Turismo Ltda .

OBJETO: Serviços de Fornecedor de Passagens Aérea.

MODALIDADE: Pregão nº 05/2013

FONTES DE RECURSO: 3.3.90.33.01.00(Serviço de Passagens

Aéreas)  
DATA DE ASSINATURA: 06/05/2013  
VALOR: R\$ 60.000,00(sessenta mil reais)  
VIGÊNCIA: 31/12/2013

## Papanduva

### PREFEITURA

#### Retificação- Dispensa de Licitação Nº 085/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAPANDUVA

##### RETIFICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 085/2013. Objeto Locação de imóveis para uso da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratados: Planalto Industria e Comércio de Transformadores Ltda, João Rodrigues Duffeck e Horley Maron. Justificativa Em atendimento às solicitações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e considerando que essa municipalidade não dispõe de espaço físico adequado para a instalação de empresas voltadas para a vocação econômica do município e para que essas empresas possam iniciar as suas atividades, considerando que tais instalações são imprescindíveis para o município, considerando que os imóveis contratados localizam-se em pontos estratégicos, condicionando assim a sua escolha, conforme ata do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico nº 002/2013, faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Fundamento legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93 consolidada. Prazo de vigência: a realização desta dispensa de licitação terá início em 07/05/2013 para os itens 01 e 02 e 15/05/2013 para o item 03 e duração até o dia 31 de dezembro de 2013 Valor total: R\$ 23.800,00 (vinte e três mil e oitocentos reais)

Papanduva, 03 de maio de 2013  
DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços 021/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2013

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 043/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/03/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa, ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ 13.568.558/0001-10, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

##### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de itens Adjudicados ao Fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para

fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 23.778,96 (vinte e três mil e setecentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos), relativos aos itens 38, 46, 63, 65, 70, 74, 84, 92, 106, 137, 145, 176, 179, 188, 189, 191 e 201 do processo licitatório 043/2013.

##### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade, a partir da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2013.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

##### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 043/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

##### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

##### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

##### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 043/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71



da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 26 de março de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MARCIO WISNIEWSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

IJOWI TOBIN DILDA

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela assessoria jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA

Assessor Jurídico

OAB/SC 14035B

#### Ata de Registro de Preços 028/2013

##### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 028/2013

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 043/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 26/03/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ 81.706.251/0001-98, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de itens Adjudicados ao Fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 34.028,50 (trinta e quatro mil e vinte e oito reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 05, 08, 12, 14, 15, 21, 25, 30, 37, 40, 44, 58, 60, 61, 62, 72, 76, 78, 80, 83, 94, 113, 119, 123, 124, 128, 132, 134, 135, 139, 147 e 151 do processo licitatório 043/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade, a partir da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2013.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações





específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 043/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) VENCEDORA(S)

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 043/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as

especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 26 de março de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MARCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO  
Equipe de Apoio

OTAVIO HUNKA  
Equipe de Apoio

JULIANO DE LACERDA

DARIO SCHICOVSKI  
Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela assessoria jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 14035B

### **Ata de Registro de Preços Nº 058/2013** **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2013**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 058/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa INFOPLAN LTDA ME, inscrita no CNPJ sob Nº 04.622.715/0001-37, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de produtos de informática para o uso nos trabalhos das Secretarias Municipais de Obras e Infra Estrutura, Administração, Educação, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 058/2013.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 17.885,00 (dezessete mil e oitocentos e oitenta e cinco reais), referente aos itens 08 e 09, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 058/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no

momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

4.1 - Os objetos adjudicados deverão ser entregues, mediante solicitação, nas sedes das Secretarias solicitantes, sendo: Obras e Infra Estrutura/Detran PV à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro; Administração e Educação no paço municipal à Rua Sérgio Glevinski nº 134, Centro e Agricultura à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro, neste município. A Contratada se responsabiliza pelo transporte dos materiais descritos no objeto deste certame, bem como pelos custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 - A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.

4.3 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 10 (dez) dias após a solicitação.

#### **CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.



**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

**CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 30 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

INFOPLAN LTDA ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Nº 059/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2013

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 058/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob Nº 10.696.989/0001-73, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de produtos de informática para o uso nos trabalhos das Secretarias Municipais de Obras e Infra Estrutura, Administração, Educação, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 058/2013.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais), referente ao item 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 058/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os objetos adjudicados deverão ser entregues, mediante solicitação, nas sedes das Secretarias solicitantes, sendo: Obras e Infra Estrutura/Detran PV à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro; Administração e Educação no paço municipal à Rua Sérgio Glevinski nº 134, Centro e Agricultura à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro, neste município. A Contratada se responsabiliza pelo transporte dos materiais descritos no objeto deste certame, bem como pelos custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 - A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.

4.3 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 10 (dez) dias após a solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade

de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 30 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Nº 060/2013**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2013**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 058/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa REI DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob Nº 13.729.372/0001-03, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de produtos de informática para o uso nos trabalhos das Secretarias Municipais de Obras e Infra Estrutura, Administração, Educação, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 058/2013.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 59.806,00 (cinquenta e nove mil e oitocentos e seis reais), referente ao item 05, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 058/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES**

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E****RECEBIMENTO**

4.1 - Os objetos adjudicados deverão ser entregues, mediante solicitação, nas sedes das Secretarias solicitantes, sendo: Obras e Infra Estrutura/Detran PV à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro; Administração e Educação no paço municipal à Rua Sérgio Glevinski nº 134, Centro e Agricultura à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro, neste município. A Contratada se responsabiliza pelo transporte dos materiais descritos no objeto deste certame, bem como pelos custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 - A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.

4.3 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 10 (dez) dias após a solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO**

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA**

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.



8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 30 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

Rei dos Reis Com. Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda EPP

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços Nº 061/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2013

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas

no Pregão Presencial nº 058/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 30/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa THAIS RODRIGUES DE SOUZA ME, inscrita no CNPJ sob Nº 14.240.064/0001-74, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de produtos de informática para o uso nos trabalhos das Secretarias Municipais de Obras e Infra Estrutura, Administração, Educação, Agricultura e Gabinete do Prefeito, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 058/2013.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 9.303,50 (nove mil, trezentos e três reais e cinquenta centavos), referente aos itens 06, 07 e 10, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 058/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os objetos adjudicados deverão ser entregues, mediante solicitação, nas sedes das Secretarias solicitantes, sendo: Obras e Infra Estrutura/Detran PV à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro; Administração e Educação no paço municipal à Rua Sérgio Glevinski nº 134, Centro e Agricultura à Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 3062, Centro, neste município. A

Contratada se responsabiliza pelo transporte dos materiais descritos no objeto deste certame, bem como pelos custos de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

4.2 - A entrega dos materiais será de acordo com o estabelecido no item anterior e nos quantitativos solicitados pelo município.

4.3 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 10 (dez) dias após a solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto lícito.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 058/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5

(cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;  
d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 30 de abril de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

THAIS RODRIGUES DE SOUZA ME

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

#### Ata de Registro de Preços Nº 063/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2013

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 071/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 06/05/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa BUSCHLE & LEPPER S.A, inscrita no CNPJ sob Nº 84.684.471/0012-09, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO





1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando objetivo a aquisição de Reagentes Químicos para o uso nos trabalhos do SAMAE, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), referente ao item 02, objeto do processo licitatório Pregão Presencial Registro de Preços 071/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 071/2013 e seus anexos;
- Proposta da Proponente.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais objetos deste certame deverão ser entregues diretamente na sede do SAMAE, sito a rua Tenente Ary Rauen, 925, Centro, nesta cidade, de acordo com a solicitação do SAMAE.

4.2 - A empresa contratada deverá disponibilizar os materiais em até 10 (dez) dias após a solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado até 30 dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da

CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 071/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- Advertência;
- Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

#### CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;  
9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva - SC, 06 de maio de 2013.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Pregoeiro

MÁRCIO WISNIEVSKI

Equipe de Apoio

SILVANA FREDERICO

Equipe de Apoio

SIRLEI AP. ALVES LOPES

Equipe de Apoio

BUSCHLE & LEPPER S.A.

ILARIO SCHULKA

Diretor Presidente - SAMAE

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### Lei Nº 702/2013

LEI Nº 702/2013

"AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM A 2ª FEIRA MUNICIPAL DO TERNEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, SANTA CATARINA, SENHOR IVANDRE BOCALON, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Passos Maia/SC, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar despesas no valor até 20.000,00 (vinte mil reais) para a realização da 2ª Feira Municipal do Terneiro, que acontecerá nos dias 04 e 05 de maio do corrente ano.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no Orçamento Municipal vigente, assim classificadas:

07 - Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico

07.0701.2025 Manutenção da Secretaria da Agricultura e Des. Econômico.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 3 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

#### Lei Nº 703/2013

LEI Nº 703/2013

"AUTORIZA CONCEDER REPOSIÇÃO DAS PERDAS INFLACIONÁRIAS AOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PASSOS MAIA, SANTA CATARINA, SENHOR IVANDRE BOCALON, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Passos Maia/SC, aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder reposição de 6,77% (seis vírgula setenta e sete por cento) aos vencimentos dos Servidores Públicos do Executivo Municipal (ativos e inativos), a título de reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 1º março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013, calculadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC/IBGE.

§ 1º. A reposição de que trata este artigo vigorará a partir de 01 de abril de 2013, e será calculada sobre os vencimentos percebidos no mês de dezembro de 2012.

§ 2º. Não se estende a reposição prevista no "caput" ao pessoal do magistério, em razão de que os vencimentos da categoria foram reajustados com base no novo piso nacional do magistério.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 3 de maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Registrado publicado em data supra

DOUGLAS AIGNER

Secretário da Administração,

Fazenda e Planejamento.

#### Notificação de Recebimento de Recurso.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 6.281,25 (seis mil duzentos e oitenta e um reais com vinte cinco centavos).

Destinação: PRÓ-JOVEM.

Data liberação: 08/05/2013

Passos Maia - SC, 08 de Maio de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### Decreto Nº. 11/2013

DECRETO Nº. 11/2013

DISPÕE SOBRE A MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO ELETRÔNICO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista do disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado, na forma deste Decreto, o regulamento que define normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de pregão, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, destinada à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, no âmbito da Administração Pública Municipal de Paulo Lopes.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Para efeito deste Decreto considera-se:

I - Administração Pública Municipal: todos os órgãos da administração direta, autárquica, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município;

II - bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser definidos, concisa e objetivamente, no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado;

III - cidadecompras.com.br é o portal de compras municipais, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação;

IV - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado cidadecompras;

V - SICAF: Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores do Governo Federal.

Art. 3º - As aquisições de bens e a prestação de serviços celebrados pela Administração Pública Municipal de Paulo Lopes poderão ser realizadas na modalidade de licitação denominada pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a contratação mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º - A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade.

Parágrafo Único - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

Art. 5º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e dos demais serviços cujas especificações dependem de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º - À autoridade competente designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

I - determinar a abertura da licitação;

II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio, observado o que dispõe o art. 3º, § 1º e inciso IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

III - decidir, em grau final, os recursos contra decisões que não tenham sido reconsideradas pelo pregoeiro;

IV - homologar o resultado da licitação e promover a contratação.

Art. 8º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto do certame deverá ser precisa, suficiente, clara, concisa e objetiva, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento ou prestação do serviço;

II - a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:

a) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento/prestação do serviço;

b) a justificativa da necessidade da aquisição do bem/ou serviço, bem como o valor estimado;

III - constarão dos autos a justificativa da necessidade de contratação, a definição do objeto do pregão, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento, minuta do contrato, os prazos de fornecimento dos bens ou da prestação dos serviços, bem como o termo de referência, com todos os seus elementos técnicos.

Art. 9º - São atribuições do pregoeiro:

I - a abertura da sessão pública;

II - a abertura e análise das propostas iniciais de preços;

III - a análise das propostas;

IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances;

V - a escolha da proposta ou do lance de menor preço;

VI - a decisão motivada sobre a aceitabilidade da proposta;

VII - a análise da habilitação;

VIII - a negociação direta com o proponente, na forma da Lei;

IX - a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

X - a elaboração da ata;

XI - a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

XII - o recebimento das impugnações ao ato convocatório e sua apreciação;

XIII - a decisão sobre os pedidos de esclarecimentos e providências;

XIV - o recebimento dos recursos e sua apreciação, para fins de reconsideração;

XV - o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e contratação.

Art. 10 A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou da entidade promotora do pregão.

Art. 11 A fase externa do pregão observará as seguintes regras:

I - convocação dos interessados através de aviso publicado:

a) - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

- Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei nº. 8.666/93;

- Meio eletrônico, na Internet;

b) - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

- Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei nº. 8.666/93;

- Meio eletrônico, na Internet; e

- Jornal de grande circulação local;

c) - superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

- Diário Oficial, nos termos do inciso I e II, do artigo 21, da Lei



nº. 8.666/93;

- Meio eletrônico, na Internet; e
- Jornal de grande circulação regional ou nacional.

§ 1º Os valores estipulados no inciso acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas b e c do artigo 23, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º Do aviso constará, de forma resumida, a definição do objeto da licitação, a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico, seu endereço, data e hora de sua realização, o local em que poderá ser lido ou obtido o edital completo.

I - o edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação da proposta, as sanções por inadimplemento, a indicação do local, dia e hora de realização da sessão pública do pregão;

II - todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF;

III - a íntegra do edital deverá ser disponibilizado em meio eletrônico, na internet, no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), independente do valor estimado;

IV - o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para a apresentação de propostas;

V - o prazo de validade será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital;

Art. 12 Para habilitação será exigida, no mínimo, a comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;

II - Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III - Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de negativa para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, quando for o caso;

§ 1º Caso a Administração julgue necessário, poderá ainda definir em edital documentação relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - habilitação econômica

III - habilitação técnica.

§ 2º Desde que previsto em edital, a apresentação da documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I a V do caput e incisos I e II do § 1º deste artigo poderá ser dispensada mediante consulta a sistema de registro cadastral que atenda aos requisitos na legislação pertinente.

§ 3º O órgão licitante poderá utilizar os dados do SICAF ou do cadastro municipal de fornecedores para atendimento do § 2º deste artigo.

Art. 13 É vedada a exigência de:

I - garantia da proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participar no certame;

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 14 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo Único - O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 15 Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas as seguintes normas:

I - deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o órgão

promotor do certame;

II - cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

III - a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

IV - para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;

V - as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

VI - as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato; e

VII - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo Único - Antes da celebração do contrato, deverá ser promovido o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 16 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, devendo o pregoeiro apreciá-las e decidir no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 17 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por comprovação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver, comprovadamente, suportado no cumprimento do contrato.

#### DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 18 O pregão será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que permita a comunicação através da internet. Parágrafo Único - O sistema referido no caput utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegurem condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 19 O pregão será conduzido pelo órgão promotor da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 20 O órgão promotor da licitação disponibilizará condições técnicas e materiais para os fornecedores que não dispõem de recursos tecnológicos, permitindo dessa forma o acesso ao CidadeCompras, exclusivamente para a realização do seu credenciamento, apresentação de proposta, oferta de lances, intenção de recorrer e oferecimento de razões.

Art. 21 Serão previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras;

§ 3º A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas, pelo órgão da Administração Pública responsável ou pelo fornecedor, imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

§ 4º O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente

ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

§ 5º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 22 A sessão pública do pregão será regida pelas seguintes regras:

I - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

II - a participação no pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de proposta de preço até a data e horário previsto no edital, exclusivamente por meio do CidadeCompras;

III - como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

IV - no caso de contratação de serviços comuns, as planilhas de custos, previstas no edital, deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, juntamente com a proposta de preços;

V - a partir do horário previsto no edital, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital;

VI - aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

VII - os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital;

VIII - só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

IX - não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico;

X - durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance;

XI - a etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

XII - alternativamente ao disposto no inciso anterior, poderá ser previsto em edital o encerramento da sessão pública por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances;

XIII - encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

XIV - o pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

XV - no caso de contratação de serviços comuns, ao final da sessão, o licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos referida no inciso IV do art. 22, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;

XVI - os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais

contra-razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, aplicando-se as regras dos incisos XIX a XXIII deste artigo;

XVII - nas situações em que o edital tenha previsto requisitos de habilitação não compreendidos pela regularidade perante o registro cadastral utilizado pelo órgão responsável pela licitação, o licitante vencedor, no prazo determinado pelo pregoeiro, cópia da documentação necessária, por meio eletrônico - inclusive fac-símile, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada, observados os prazos legais pertinentes;

XVIII - a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico;

XIX - declarado o vencedor qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de três dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XX - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso;

XXI - o recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XXII - o deferimento do pedido do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIII - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos deste Decreto e artigo 49 da Lei Federal 8.666/93;

XXIV - encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta comprovará sua habilitação, encaminhando ao pregoeiro a documentação exigida no edital, inclusive através de fac-símile, responsabilizando-se apresentar os respectivos originais ou cópias autenticadas, no prazo de dois dias úteis, prorrogável por igual prazo a critério da Administração.

Art. 23 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo Único - Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 24 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

Parágrafo Único - Na situação a que se refere este artigo, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido o preço melhor.

Art. 25 O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato, e das demais cominações legais.

§ 1º O prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação.

§ 2º Caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação



da sanção no Diário Oficial.

§ 3º As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no CidadeCompras - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

§ 4º Somente a autoridade que registrou as penalidades no CidadeCompras poderá fazer a sua retirada.

Art. 26 Homologada a licitação pela autoridade competente o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido em edital.

Art. 27 Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

Parágrafo Único - Para comprovar a condição de habilitação a autoridade competente poderá consultar o sistema de cadastro utilizado pelo órgão responsável pelo processo.

Art. 28 Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular, no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no artigo 24 e seu parágrafo único.

Art. 29 Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Art. 30 A Administração Municipal publicará o extrato dos contratos celebrados através do pregão na imprensa oficial, conforme artigo 61 da Lei 8.666/93.

Art. 31 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo Único - Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 32 Aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 33 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 10 de maio de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios em 13 de maio de 2013.

Zenita Feliciano da Silva

Secretaria Municipal de Administração

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei Nº 4.140/2013

LEI Nº 4.140, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 223.432,68 (Duzentos e vinte e três mil, quatrocentos

e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2097 - Centro de Acolhimento do CAPS

MODALIDADE 4490 - 457 - Aplicações Diretas novo 70.000,00

ATIVIDADE 2096 - PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

MODALIDADE 4490 - 450 - Aplicações Diretas novo 103.432,68

MODALIDADE 3390 - 450 - Aplicações Diretas novo 50.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 223.432,68

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, nas Fontes de Recurso 457 e 450.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

#### Lei Nº 4.141/2013

LEI Nº 4.141, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 12.141,08 (Doze mil, cento e quarenta e um reais e oito centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATIVIDADE 2075 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica e Ambiental

MODALIDADE 4490 - 458 - Aplicações Diretas 42 12.141,08

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 12.141,08

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte de Recurso 458.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Lei Nº 4.142/2013**

LEI Nº 4.142, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 96.567,32 (Noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2096 - PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica  
MODALIDADE 4490 - 450 - Aplicações Diretas novo 96.567,32

TOTAL DO CRÉDITO 96.567,32

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 1051 - Construção/Ampliação/Reforma Unidade de Saúde  
MODALIDADE 4490 - 450 - Aplicações Diretas 02 50.000,00

PROJETO Manutenção da Atenção Básica  
MODALIDADE 3390 - 450 - Aplicações Diretas 07 46.567,32

TOTAL DA ANULAÇÃO 96.567,32

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Lei Nº 4.143/2013**

LEI Nº 4.143, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2095 - Aquisição de Próteses Dentárias  
MODALIDADE 3390 - 468 - Aplicações Diretas novo 150.000,00

TOTAL DO CRÉDITO 150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente

serão utilizados recursos provenientes Excesso de Arrecadação na Fonte 468.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Lei Nº 4.144/2013**

LEI Nº 4.144, de 08 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):  
ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2071 - Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade  
MODALIDADE 3390 - 454 - Aplicações Diretas 23 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2071 - Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade  
MODALIDADE 3390 - 103 - Aplicações Diretas 22 200.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.  
ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Lei Nº 4.145/2013**

LEI Nº 4.145, de 08 de maio de 2013.

Altera o Artigo 2º da Lei Municipal nº 3.738, de 03 de maio de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 2º da Lei Municipal nº 3.738, de 03 de maio de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à APADAF - Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala, a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para auxiliar na continuidade e melhoramento do atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia de linguagem.”

Art. 2º Os demais dispositivos da Lei Municipal nº 3.738, de 03 de maio de 2010, permanecem inalterados.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Lei Nº 4.146/2013**

LEI Nº 4.146, de 08 de maio de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio com a Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, inscrita no CNPJ sob o nº 03.661.086/0001-91, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.078, de 05 de julho de 2005, com sede e foro no Município de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos meses de maio, agosto e outubro de 2013, disponibilizados para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador, com o intuito de fomentar a atividade agropecuária da região.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:  
ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
ATIVIDADE 2022 Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura  
DOTAÇÃO 3350 - 100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data do primeiro pagamento, mediante apresentação de cópia documental da aplicação dos mesmos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **Decreto Nº 209/2013**

DECRETO Nº 209, de 07 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.133, de 02 de maio de 2013,  
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 14.010,01 (Quatorze mil e dez reais e um centavo):

ORGÃO ORGÃO 0900 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNIDADE 0901 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATIVIDADE 2094 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO  
MODALIDADE 4490 - 458 - Aplicações Diretas novo 14.010,01

TOTAL DO CRÉDITO 14.010,01

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro, na Fonte de Recurso 458.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 210/2013**

DECRETO Nº 210, de 07 de maio de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.134, de 02 de maio de 2013,  
DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 25.825,88 (Vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos):

ORGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
ATIVIDADE 2051 - Recadastramento Bolsa Família  
MODALIDADE 4490 - 201 - Aplicações Diretas 04 25.825,88

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 25.825,88

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2012, na Fonte 201.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 07 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Convênio Nº 023/13

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE AQUILES STENGUEL

### CONVÊNIO Nº 023/13

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE AQUILES STENGUEL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.661.086/0001-91, com sede na localidade de Aquiles Stenguel, denominada CONVENIADA, neste ato representada por sua Presidente, Sra. Ana Maria Lessenko Kalichak, brasileira, portadora da CI nº 25.677.143/1 - SP e do CPF nº 799.186.979-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.146, de 08 de maio de 2013, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à CONVENIADA, para aquisição de produtos destinados à inseminação artificial (sêmen, bainhas, nitrogênio, etc.), para a melhoria do plantel bovino, bem como pagamento de cursos de aperfeiçoamento do inseminador.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor

O valor do presente convênio é de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais), dividido em 03 (três) parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos meses de maio, agosto e outubro de 2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará à CONVENIADA o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), nos meses de maio, agosto e outubro de 2013, totalizando R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) ao ano, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária, consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
ATIVIDADE 2022 Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura  
DOTAÇÃO 3350-100 Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### CLÁUSULA QUARTA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados destinam-se à aquisição de produtos destinados à inseminação artificial para o melhoramento genético de animais e para custear curso de aperfeiçoamento do inseminador.

#### CLÁUSULA QUINTA - Das obrigações

##### I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar até o 15º dia útil de cada mês à CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira.

##### II - Da CONVENIADA:

A CONVENIADA obriga-se a prestar contas até 60 (sessenta) dias, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos, a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a conveniada será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - Do prazo e da vigência

O presente Convênio terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

Prefeito Municipal

Presidente da Associação de Produtores Rurais de Aquiles Stenguel

TESTEMUNHAS:

1.Nome: PAULO RUBENS BUCH



CPF nº 485.157.019-87

2.Nome: RICARDO DRAGONI

CPF nº 420.445.539-53

**Quarto Termo Aditivo ao Convênio Nº 007/10**

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 007/10

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 007/10, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro - Porto União - SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União - SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar - Nº 2.548, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF 180.245.569-87 e a Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, com sede na Avenida General Bormann - Nº 532 - Centro - Porto União - SC, doravante denominada CONVENIENTE, representada pelo seu Presidente Sr. Eufrazio Xavier de Barros, brasileiro, portador do RG nº 3.991.167 e do CPF nº 253.465.639-20, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.145, de 08 de maio de 2013, resolvem alterar a Cláusula Segunda - Do valor do Convênio, que tem como objeto auxiliar na continuidade e melhoramento do atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem, na forma que especificam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Segunda - Do valor do Convênio, que passará de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), desembolsáveis em 10 (dez) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original, bem como aquelas alteradas pelos Aditivos anteriores.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE**

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 08 de maio de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo e da Fala - APADAF

Testemunhas:

1.NOME: PAULO RUBENS BUCH 2.NOME: RICARDO DRAGONI

CPF nº 485.157.019-87

CPF nº 420.445.539-53

**Termo de Revogação da Concorrência 001/2013**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 049/2013

Concorrência 001/2013

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993 e parecer jurídico.

Porto União SC, 10 de Maio de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

**Rio do Sul****PREFEITURA****Lei 5.375**

LEI Nº 5.375, de 07 de maio de 2013

**"CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CLUBE DAS MÃES - LAR DAS MENINAS DE RIO DO SUL."**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro ao Clube de Mães - Lar das Meninas de Rio do Sul, entidade declarada de utilidade pública, através da Lei Municipal nº 309/57.

Parágrafo único. O valor do auxílio financeiro referido no artigo 1º será de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) o qual será repassado à entidade em até 30 (trinta) dias após a promulgação da presente lei.

Art. 2º Os recursos necessários à aplicação desta lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:

02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.

Art. 3º O auxílio financeiro objeto da presente lei destina-se ao custeamento de despesas com manutenção e execução de programas sociais e manutenção da sede.

Art. 4º A entidade ora subvencionada, fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

07 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**Deceto 3382**

DECRETO Nº 3382, de 09 de maio de 2013.

**"EXONERA RODRIGO NEVES"**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera, o servidor RODRIGO NEVES, do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente 07/05/2013 o último dia trabalhado, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010 e Art. 2º, da Lei Complementar nº 229 de 20/09/2011, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
09 de maio de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3373

DECRETO Nº 3373, de 06 de maio de 2013.

“INSTITUI O GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que o município de Rio do Sul aderiu ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA criado pelo Governo federal onde em 04 de abril de 2008 o município realizou TERMO DE ADESÃO;

Considerando os termos da Portaria Interministerial n01, de 12 de março de 2008, dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que estabelece os procedimentos para adesão e permanência no PROGRAMA BPC NA ESCOLA;

Considerando que é requisito para permanência no PROGRAMA BPC NA ESCOLA, a formação de Grupo Gestor e Equipe Técnica em cada Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Grupo Gestor Local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social-Programa BPC nas Escola, composta pelos gestores das políticas de Educação, Saúde, Assistência Social e Assuntos Jurídicos.

Parágrafo Único. A coordenação do Grupo Gestor Local ficará a cargo do titular da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Grupo Gestor Local contará com uma equipe técnica integrada pelos seguintes representantes das secretarias municipais que o compõem:

I - Helena Direne Alam, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

II - Sandra Cristina de Oliveira, representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - Noêmia Schuch, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação.

Parágrafo Único. A equipe técnica será coordenada pelo representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, cabendo-lhe a aplicação do questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiários do BPC.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
06 de maio de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### Decreto 3374

DECRETO Nº 3374, de 06 de maio de 2013.

“HOMOLOGA O PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL PARA OS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI do Art. 37, da Lei Orgânica Municipal e com fundamento no parágrafo 3º do art. 10 do Decreto nº 1.468, de 20 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art.1º – Fica definido o Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento para 2013, destinado aos servidores do Poder Executivo Municipal.

Art.2º – Os Cursos ou eventos de capacitação expressos nos Anexos I deste Decreto foram definidos através do Levantamento das Necessidades de Treinamento efetivado no período de novembro de 2012 a fevereiro de 2013.

Art.3º – A inclusão ou ampliação de cursos/eventos no Programa Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento para o exercício de 2013 somente será viabilizada desde que exista dotação orçamentária e venha ao encontro às necessidades da Administração Pública.

Art.4º – O cronograma e o conteúdo programático dos cursos ou eventos, previstos no Anexo I deste Decreto, serão previamente publicados no Portal do Servidor, site: <http://www.riodosul.sc.gov.br/rh>.

Art.5º – As inscrições deverão ser efetivadas diretamente no Portal do Servidor e dependem da homologação ou não pelo Departamento de Recursos Humanos.

Art.6º – Os cursos poderão ser ministrados por servidores integrantes dos quadros de pessoal do Poder Executivo Municipal ou por terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), devendo nesta última hipótese, quando for o caso, observar-se o precedente processo licitatório.

Art.7º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.8º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
06 de maio de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO I  
PROGRAMA ANUAL DE CAPACITAÇÃO – 2013

## 1 LINHA DE DESENVOLVIMENTO INICIAL:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PRE-VISTA	PÚBLICO-ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Capacitação em Boas Práticas para Serviços de Alimentação e Técnica Dietética	28h	04 a 07/02/2013	Cozinheiras	Sec. Mun. Educação	1
Programa de Integração dos Servidores Novos Módulos I, II, II, IV e V	27h	Maio a Novembro	Servidores Estatutários admitidos em 2012 e 2013.	Misto	6
Programa de Integração dos Servidores Novos Módulo VI	16h	Setembro	Servidores Estatutários admitidos em 2012 e 2013.	Misto	4

## 2 LINHA DE DESENVOLVIMENTO GERAL:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PRE-VISTA	PÚBLICO-ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Conhecendo o Poder Executivo Municipal	18h	Maio	Servidores estatutários estáveis	Sec. Mun. Agricultura	1
		Junho		Sec. Mun. Obras	1
		Junho/Julho		Sec. Mun. Saúde	2
Conhecendo o Poder Executivo Municipal	18h	Maio a Novembro	Servidores estatutários estáveis	Misto	3
Ética no Serviço Público	8h	Maio a Novembro	Servidores estatutários estáveis	Misto	10
Gestão de Mudanças	16h	Maio a Novembro	Servidores estatutários estáveis	Misto	5
Desenvolvimento Interpessoal	16h	Maio a Novembro	Servidores estatutários E estáveis	Misto	5
Atendimento ao Público	8h	Maio a Novembro	Todos	Misto	3
Palestra em Comemoração ao Mês do Trabalhador	2h	Maio	Todos	Misto	1
III Semana de Gestão Pública	20h	Outubro	Todos	Misto	1
Informática Básica	40h	Junho a Novembro	Todos	Misto	2
Primeiros Socorros	50h	Agosto	Todos	Misto	1

## 3 DESENVOLVIMENTO DE GESTORES:

CURSO	CARGA HORÁRIA	DATA PRE-VISTA	PÚBLICO-ALVO	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Programa de Capacitação das Lideranças	52h	Junho	Chefes Diretores Assessores	Todas	3
Programa de Capacitação dos Gestores Escolares	52h	Julho	Diretores de Escolas	Sec. Mun. Educação	1

## 4 INTER-AMBIENTES:

Curso	Carga Horária	Data Pre-vista	Público-Alvo	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Capacitação em Normas Práticas das Licitações Públicas e Contratos	20h	20 e 21/06/2013	Servidores que executam as atividades de compras e licitações	Misto	1
Capacitação dos Conselheiros	8h	Junho	Conselheiros	Misto	1
Lei de Responsabilidade Fiscal	8h	Julho	Misto	Misto	1
Prestação de Contas em Convênios	12h	Agosto	Servidores que executam atividades relacionadas aos convênios e prestação de contas destes.	Misto	1
Café com RH	21h	Junho a Dezembro 2013	RH das Secretarias e Depto de RH	Misto	1

## 5 ESPECÍFICAS:

Curso	Carga Horária	Data Pre-vista	Público-Alvo	SECRETARIA	QTIDADE TURMAS
Curso de Defesa Pessoal	70h	Junho a Dezembro	Guardas Municipais e Vigias	Sec. Mun. Administração e Gabinete do Prefeito	1
Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente	16h	Agosto	Professores	Sec. Mun. Educação	1
Pesquisa Social	16h	Agosto	Assistente Social, Educador Social, etc.	Sec. Mun. Assistência Social	1

Inclusão e Atendimento de Crianças com Necessidades Especiais	16h	Agosto	Professores e Pedagogos	Sec. Mun. Educação	2
Congresso Catarinense de Recursos Humanos	16h	Maio	Servidores RH	Sec. Mun. Administração	1
Qualificação para Agentes de Trânsito	16h	Março	Servidores do Depto de Trânsito e Guardas Municipais	Gabinete do Prefeito	1

**Decreto 3378**

DECRETO Nº 3378, de 07 de maio de 2013.

“ACRESCENTA O INCISO VII NO ART. 1º DO DECRETO Nº 2.363, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2012 QUE DISPÕE SOBRE CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, SUJEITOS AO REGIME DE SOBREAVISO”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no disposto no Art. 124, § 6º da Lei Complementar 207, de 28.09.2010, DECRETA

Art. 1º - Acrescenta o inciso VII no Art. 1º do Decreto nº 2.363, de 02 de fevereiro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( . )

VII - Coveiros.”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
07 de maio de 2013.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**Decreto 3383**

DECRETO Nº 3383, de 09 de maio de 2013.

“NOMEIA CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010, DECRETA

Art.1º - Nomear CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, para a partir de 08/05/2013, exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
09 de maio de 2013  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

**Portaria N. 0573/2013**

PORTARIA Nº. 0573/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Resguardar à GRACIELE GUSTMANN, nomeada para ocupar o cargo de provimento efetivo EDUCADOR SOCIAL, o direito de tomar posse do referido cargo após o término da Licença Maternidade, que tem início em 01/01/2013 e término em 30/04/2013, condição esta devidamente comprovada através do Atestado Médico em anexo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 05/04/2013.

Rio do Sul, 26 de abril de 2013.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Cfr

**Portaria Nº 0590/RH**

PORTARIA Nº 0590/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal AMELIA MARIA PERFOLL STRELOW, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0591/RH**

PORTARIA Nº 0591/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, ao servidor municipal JAIR LEANDRO FERREIRA, ocupante do

cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0592/RH**

PORTARIA Nº 0592/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal ROSANA LUIZA BERNARDINO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0593/RH**

PORTARIA Nº 0593/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, ao servidor municipal VALDEMIRO GILZ, ocupante do cargo de provimento efetivo Carpinteiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0594/RH**

PORTARIA Nº 0594/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 126 Parágrafo Único, da Lei Complementar Nº 207/2010, Prêmio Especial, a servidora municipal MYRTHES MINIOROZE CHRISTEN, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0595/RH**

PORTARIA Nº 0595/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 25/03/2008 a 23/03/2013 ao servidor municipal AMADEU DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0596/RH**

PORTARIA Nº 0596/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 07/04/2008 a 05/04/2013 a servidora municipal AMELIA MARIA PERFOLL STRELOW ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0597/RH**

PORTARIA Nº 0597/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 13/04/2008 a 11/04/2013 ao servidor municipal ANTONIO CARLOS LAURINDO ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0598/RH**

PORTARIA Nº 0598/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 03/03/2008 a 01/03/2013 a servidora municipal DEBORA PINHEIRO ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0599/RH**

PORTARIA Nº 0599/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 15/04/2008 a 13/04/2013 a servidora municipal EVA MARIA MUNIZ LUZ ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0600/RH**

PORTARIA Nº 0600/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 07/04/2008 a 05/04/2013 a servidora municipal GRAZIELA GRAH ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0601/RH**

PORTARIA Nº 0601/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 18/04/2008 a 16/04/2013 a servidora municipal ISONETE DA SILVEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0602/RH**

PORTARIA Nº 0602/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 08/04/2008 a 06/04/2013 ao servidor municipal JAIR LEANDRO FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0603/RH**

PORTARIA Nº 0603/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 22/04/2008 a 20/04/2013 ao servidor municipal JEAN MARCO PEGORARO ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0604/RH**

PORTARIA Nº 0604/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 07/04/2008 a 05/04/2013 ao servidor municipal JOSE IVANDEL DA SILVA ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0605/RH**

PORTARIA Nº 0605/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 26/03/2007 a 23/03/2012 a servidora municipal JULIANA PINTO POSSAMAI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0606/RH**

PORTARIA Nº 0606/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 22/04/2008 a 20/04/2013 a servidora municipal MARGARETE DA SILVA DA LUZ ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0607/RH**

PORTARIA Nº 0607/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 29/03/2008 a 27/03/2013 a servidora municipal MARGARETE LAMEGO ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0608/RH**

PORTARIA Nº 0608/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 26/02/2008 a 23/02/2013 a servidora municipal MARLI KANITZ MUNZFELD ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0609/RH**

PORTARIA Nº 0609/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 03/04/2008 a 01/04/2013 a servidora municipal MYRTHES MINIOROZE CHRISTEN ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0610/RH**

PORTARIA Nº 0610/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 07/02/2008 a 04/02/2013 a servidora municipal RITA FERRARI CUCO ocupante do cargo de provimento efetivo Psicopedagogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0611/RH**

PORTARIA Nº 0611/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 28/03/2008 a 26/03/2013 a servidora municipal ROSANA LUIZA BERNARDINO ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0612/RH**

PORTARIA Nº 0612/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 08/11/2006 a 06/11/2011 a servidora municipal TANIA APARECIDA SANDI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0613/RH**

PORTARIA Nº 0613/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 11/05/2007 a 08/05/2012 a servidora municipal TERESINHA PERFOLL ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0614/RH**

PORTARIA Nº 0614/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 22/04/2008 a 20/04/2013 a servidora municipal THAYSE HELENA MROWSKOWSKI ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0615/RH**

PORTARIA Nº 0615/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 28/04/2008 a 26/04/2013 ao servidor municipal VALDEMIRO GILZ ocupante do cargo de provimento efetivo Carpinteiro.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0616/RH**

PORTARIA Nº 0616/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 139 e 140, parágrafo 2º, da Lei Complementar Nº 207/2010, Licença Prêmio em pecúnia, referente ao quinquênio 15/04/2008 a 13/04/2013 a servidora municipal PATRICIA PIANESSER ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, lotada na Fundação Cultural.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
WILLIAN WALTER SIEVERDT  
Superintendente da Fundação Cultural

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0617/RH**

PORTARIA Nº 0617/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 22/04/2013 a 20/06/2013, concedida através da Portaria nº 0479/RH de 08/04/2013 a servidora municipal ELISIANA FELBER, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Enfermagem.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0618/RH**

PORTARIA Nº 0618/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 13/04/2013 a 06/05/2013, a servidora municipal ROSANE VANESSA VANDRESEN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0619/RH**

PORTARIA Nº 0619/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 23/04/2013 a 22/05/2013, concedida através da Portaria nº 0205/RH de 20/02/2013 a servidora municipal IRIA RITA MONTAGNA DEPINE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0620/RH**

PORTARIA Nº 0620/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença para Tratamento de Saúde no período de 17/04/2013 a 26/05/2013, a servidora municipal ELIANE LEA VICENTE TESTONI, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0628/RH**  
PORTARIA Nº 0628/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde no período de 27/04/2013 a 25/06/2013, concedida através da Portaria nº 0364/RH de 13/03/2013 a servidora municipal MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº 0629/RH**  
PORTARIA Nº 0629/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal - SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 02/05/2013 a 30/06/2013, a servidora municipal RAQUEL HAFFERMANN CONSTANTE, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de Maio de 2013  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
TAS

**Portaria Nº. 0621/RH**  
PORTARIA Nº. 0621/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2013, o cargo de provimento efetivo PROFESSOR ocupado pelo(a) servidor(a) ALAIDE FERNANDES, matrícula nº 2474001, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - Especial de Magistério, conforme Decreto nº 3.348 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**Portaria Nº. 0622/RH**  
PORTARIA Nº. 0622/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2013, o cargo de provimento efetivo PROFESSOR ocupado pelo(a) servidor(a) ISONETE DA SILVEIRA, matrícula nº 919901, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - Especial de Magistério, conforme Decreto nº 3.349 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**Portaria Nº. 0623/RH**  
PORTARIA Nº. 0623/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2013, o cargo de provimento efetivo PROFESSOR ocupado pelo(a) servidor(a) MARLI SBORZ VICENTIN, matrícula nº 1426501, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição - Especial de Magistério, conforme Decreto nº 3.350 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Jhc

**Portaria Nº. 0624/RH**  
PORTARIA Nº. 0624/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/05/2013, o cargo de provimento efetivo CIRURGIAO DENTISTA (20h) ocupado pelo(a) servidor(a) MARLIZE SCHEIDT LOSSIO, matrícula nº 1604701, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo



de contribuição, conforme Decreto nº 3.347 de 22 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

### Portaria Nº. 0633/RH

PORTARIA Nº. 0633/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

#### RESOLVE:

Art.1º Convalidar a averbação de tempo de serviço da servidora TERESINHA PERFOLL, matrícula n. 134101, ocupante do cargo de provimento efetivo PROFESSOR, dos períodos conforme abaixo demonstrados e por decorrência convalidar a inclusão destes períodos no computo para concessão do Adicional de Tempo de Serviço e demais direitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

I - 05/03/1985 a 31/12/1985;

II - 01/08/1986 a 31/12/1986;

III - 01/04/1987 a 31/12/1987;

IV - 01/03/1988 a 31/03/1989;

V - 05/03/1990 a 31/08/1990;

VI - 13/09/1990 a 30/06/1991;

VII - 01/07/1991 a 11/02/1993;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de maio de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

### Pregão Presencial 047/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 047/2013

OBJETO: Registro de preço para aquisição de macadame britado e peneirado para atender o programa porteira a dentro. Secretaria de Agricultura.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 23/05/2013 às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 23/05/2013, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 09 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

### Contrato 11/2013 FMS

CONTRATO Nº. 11/2013, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, E DE OUTRO LADO, MURILO SANTOS BETT, VISANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM CONSULTAS/ATENDIMENTOS MÉDICOS EM CLÍNICA MÉDICA/GERAL, CONFORME EDITAL DE CREDENCIAMENTO, PROCESSO Nº. 02/2013.

O município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Dr. Luiz Carlos Zanis, com sede nesta cidade, na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO e, MURILO SANTOS BETT, inscrito no CPF sob nº 007.842.219-10, residente no município de Lages, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONTRATADO, celebram este TERMO DE CONTRATO, que reger-se-á sob as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objetivo a execução, pelo CONTRATADO, de serviços médicos em CONSULTAS/ATENDIMENTOS especializados em CLÍNICA MÉDICA/GERAL, aos usuários do SUS, conforme valor unitário e detalhamento abaixo:

código	Descrição do Procedimento	Valor Unitário
03.01.01.006-4	Consulta Médica em Atenção Básica	18,00

Parágrafo Único - O serviço do CONTRATADO está referido a uma base populacional conforme Plano de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/FMS, e será ofertado com base nas indicações técnicas do planejamento da saúde, mediante compatibilização das necessidades da demanda e a disponibilidade de recursos financeiros.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço técnico referido na Cláusula Primeira, será executado pela profissional médica MURILO SANTOS BETT, inscrito no CPF sob nº. 007.842.219-10, com registro no Conselho Regional de Medicina/CREMESC sob o nº. 15.611 e deverá ser executado nas dependências da Policlínica do município de Rio do Sul.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - NORMAS GERAIS

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO não poderá cobrar dos pacientes, seus acompanhantes, seus responsáveis ou seus prepostos, qualquer valor ou complementação do valor pago pelo serviço técnico profissional prestado nos termos deste contrato.

Parágrafo Segundo - O CONTRATADO é responsável por qualquer cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por pessoa sua empregada ou por seu preposto, pela execução neste paciente do serviço técnico profissional objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pela Secretaria Municipal de Saúde/FMS sobre a execução do objeto deste contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do Sistema Único de Saúde - SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



Para o cumprimento do objeto deste contrato o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo o recurso técnico profissional necessário ao seu atendimento.

Parágrafo Único - O CONTRATADO se obriga, ainda, a:

- I - Manter sempre atualizado o prontuário dos pacientes;
- II - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- III - Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
- IV - Justificar ao paciente, ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto no contrato;

#### CLAUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por ele, seus empregados ou seus prepostos, ficando-lhe assegurado o total acesso a todas as formas de defesa.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS, não inclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - A responsabilidade de que trata esta cláusula estende-se aos casos de danos causados por efeitos relativos a prestação de serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei nº.8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e Lei federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

A Secretaria Municipal de Saúde/FMS pagará mensalmente ao CONTRATADO, pelo valor total dos serviços efetivamente realizados por ele durante o mês, multiplicando-se ao valor unitário de R\$ 18,00 (dezoito reais) de acordo com a cláusula primeira.

Parágrafo Único - A alteração do limite financeiro poderá ser efetuado, em apenas e tão somente por comum acordo entres as partes, desde que haja demanda que as justifique.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados por força deste contrato correrão, no presente exercício, à conta de dotação consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 40 Fundo Municipal de Saúde  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/atividade: 2.095 - BLATB - PAB FIXO - ATENÇÃO BÁSICA

Parágrafo Primeiro - O Ministério da Saúde, de acordo com as Portarias Ministerial nº. 2.801/98, Portaria/GM nº. 1.286, de 26/10/1993 e Portaria/MS/GM nº. 204, de 29/01/2007, é o órgão responsável pelo envio de recursos ao MUNICÍPIO, para o pagamento dos serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I - O CONTRATADO encaminhará mensalmente os comprovantes dos atendimentos realizados ao setor competente da Secretaria/ Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria até o (25º) dia útil do mês da prestação do serviço. Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle e Avaliação, o CONTRATADO receberá, 100% (cem por cento) do valor total do serviço produzido;

II - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento nas contas, por culpa da SECRETARIA/FMS, esta garantirá o CONTRATADO o pagamento, no prazo avançado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior ao do processamento com problemas, acertando-se as diferenças que eventualmente ocorrerem no pagamento seguinte, mas ficando exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO;

III - As contas rejeitadas, quanto ao mérito, serão objeto de análise pelo órgão de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e passíveis de ressarcimento ao cofre público, respeitando-se o total acesso a todas as formas de defesa ao CONTRATADO.

IV - O pagamento será feito mediante a apresentação da Nota Fiscal eletrônica, onde será informado ao Contratado o valor correspondente ao faturamento do mês em conta corrente do contratado.

#### CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estabelecidos na Cláusula Sexta poderão ser reajustados, desde que haja entendimento entre as partes, e independem de termo aditivo, sendo, necessário anotar no processo administrativo da SECRETARIA/FMS a origem e autorização do reajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR

Após a validação dos atendimentos, realizada pela Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, o CONTRATADO receberá da Secretaria Municipal de Saúde, 100% (cem por cento) do valor total dos serviços/atendimentos realizados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, AUDITORIA, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO.

A execução do presente contrato será inicialmente avaliada pela Divisão de Controle e Avaliação e Auditoria da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

Parágrafo Primeiro - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

Parágrafo Segundo - A fiscalização exercida pela SECRETARIA/FMS sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante a SECRETARIA/FMS ou para com os pacientes e terceiros, decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATADO facilitará a SECRETARIA/FMS o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e

prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da SECRETARIA/FMS, designados para tal fim.

Parágrafo Quarto - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Fica o CONTRATADO sujeito a multa de 30 (trinta por cento) sobre o valor mensal do contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato sem prejuízo das demais penalidades previstas na Legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito a defesa.

Parágrafo Primeiro - O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela SECRETARIA/FMS ao CONTRATADO.

Parágrafo Segundo - Para obtenção do valor anual do contrato, SECRETARIA/FMS, utilizará a média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, referente aos 12 (doze) últimos meses pagos.

Parágrafo Terceiro - Caso o contrato possua menos de 12 (doze) meses de vigência, o valor anual do contrato será obtido pela média dos pagamentos efetuados ao CONTRATADO, desde o início da vigência do contrato multiplicado por 12 (doze).

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato, o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

Parágrafo Primeiro - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos da SECRETARIA/FMS em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Parágrafo Segundo - Em caso de rescisão do contrato, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo a população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pela SECRETARIA/FMS, cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Primeiro - Da decisão do Secretário Municipal de Saúde em rescindir o presente contrato cabe, inicialmente, pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Parágrafo Segundo - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo primeiro, o Secretário Municipal de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DURAÇÃO

O prazo do presente contrato é de 12 (doze) meses, podendo ocorrer renovação, de comum acordo entre as partes, observando-se o artigo 57 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Nona.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina/DOM/SC no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Rio do Sul, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio do Sul, 02 de maio de 2013.

DR. LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

DR. MURILO SANTOS BETT

Contratado

Testemunhas:

1)MARILEI DA SILVA

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 590.700.649-87

2)DAYANE PEREIRA DE ANDRADE

Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria

CPF 058.954.146-30

#### Termo de Convocação Evandro Carlos Eing

##### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EVANDRO CARLOS EING, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0626/RH de 03/05/2013, publicada em 13/05/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados

pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 10 de maio de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **Termo de Convocação Gabriel Augusto Gutjahr** TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) GABRIEL AUGUSTO GUTJAHR, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de MOTORISTA DE VEÍCULO LEVE – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0627/RH de 03/05/2013, publicada em 13/05/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
---------------	--------------------

Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUNA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 10 de maio de 2013.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **Decreto Legislativo Nº 1.301**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.301 DE 09 DE MAIO DE 2013  
Homologa Termo de Convênio nº 001/2013, que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação Desportiva e Cultura - inclusão social.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DECRETA, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Convênio nº 001/2013, que celebram entre si, a Fundação Municipal de Desportos e a Associação Desportiva e Cultura, visando à inclusão social e intercâmbio cultural, através do suporte à execução de projetos de desenvolvimento e manutenção do desporto nos centros poliesportivos e unidades associadas, destinados a formação e treinamento de atletas de base e/ou rendimento e a comunidade em geral.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 09 de maio de 2013.  
DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA  
Presidente da Mesa

#### **Resolução Nº 684**

RESOLUÇÃO Nº 684, DE 10 DE MAIO DE 2013.

CONSIDERANDO a competência descrita no artigo 65, inciso I, c/c artigo 66, inciso II, ambos da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

CONSIDERANDO que foi aprovado em Sessão Plenária de 18 de março de 2013 Requerimento nº 005/13, cujo conteúdo visa a solicitação de constituição de Comissão Temporária Especial para apreciação e estudo de problemas municipais consoantes ao trânsito de veículos pesados na área urbana de Rio do Sul entre a SC-350 e BR-470;

CONSIDERANDO que e em conformidade com o que preceitua o



artigo 65, § 1º, alíneas "a", "b" e "c", da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, o requerimento apresenta a finalidade devidamente fundamentada bem como faz menção a três membros para composição e ao prazo de funcionamento da referida Comissão;

CONSIDERANDO que na constituição das Comissões deve ser assegurada a representação dos partidos que compõem a Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que deve fazer parte da Comissão o primeiro signatário do Requerimento, de conformidade com o que preceitua o artigo 65, §2º e §3º; da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul;

O Presidente da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o parágrafo 5º, do artigo 67, da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul, Comissão Temporária Especial com o objetivo de apreciar e estudar os problemas municipais consoantes ao trânsito de veículos pesados na área urbana de Rio do Sul entre a SC-350 e BR-470;  
Art. 2º Ficam nomeados para fazer parte da Comissão, por indicação do Presidente desta Casa, respeitando a proporcionalidade partidária, bem como o que preceitua o parágrafo segundo do art. 65 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, os seguintes Vereadores:

I - Jeferson Alexandre Vieira - PSD;

II - Cariso Sávio Giacomini - PMDB; e

III - Zeli da Silva - PT;

§ 1º Caso um das componentes da Comissão venha a licenciar-se, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas à titular, conforme artigo 236, § 1º da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

§ 2º A Comissão deverá eleger dentre seus pares um Presidente e um Relator.

Art. 3º A Comissão Legislativa Temporária funcionará pelo prazo improrrogável de cento e vinte (120) dias para a conclusão de seus trabalhos a contar da publicação desta resolução e apresentará um relatório escrito sobre os objetivos atingidos ao Plenário da Câmara, 30 dias após findado o prazo de seu funcionamento.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de maio de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Mesa

**Portaria Nº 718**

PORTARIA Nº 718, DE 10 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Câmara de Vereadores de Rio do Sul no dia 15 de maio de 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe faculta o Artigo 13, da Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º A Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em virtude da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a realizar-se no Plenário Vereador Carlos Gerd Schroeder, no dia 15 de maio de 2013, terá seu funcionamento em turno normal, das 08hs00 às 12hs00 no período matutino e das 14hs00 às 18hs00 no período vespertino. Parágrafo único. Os servidores que possuem carga horária contratual de 30 horas seguirão horário especial, das 09hs00 às 12hs00 no período matutino e das 14hs00 às 17hs00 no período

vespertino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de maio de 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente da Câmara

## Salto Veloso

### PREFEITURA

**Termos Aditivos**

Termo Aditivo nº 003/2013 do Contrato Administrativo nº 0065/2012

Contratante: Município De Salto Veloso - SC

Contratada: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Licitação: 0045/2012 TP nº 003/2013

Objeto: Pavimentação asfáltica (CBUQ) e em pedras tipo PAVER (FCK) em ruas e ou vias e passeios públicos urbanos do município de Salto Veloso conforme plano de trabalho do programa BADESC Cidades (Ofício nº 1496/2012 - COPEN/SURIN/STN/MF-DF).

Vigência: aditiva o prazo original em 120 dias.

Termo Aditivo de Supressão nº 003/2013 do Contrato Administrativo nº 0065/2012

Contratante: Município De Salto Veloso - SC

Contratada: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Licitação: 0045/2012 TP nº 003/2013

Objeto: Pavimentação asfáltica (CBUQ) e em pedras tipo PAVER (FCK) em ruas e ou vias e passeios públicos urbanos do município de Salto Veloso conforme plano de trabalho do programa BADESC Cidades (Ofício nº 1496/2012 - COPEN/SURIN/STN/MF-DF).

Valor da supressão: 68.704,92 (sessenta e oito mil setecentos e quatro reais e noventa e dois centavos)

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

**Decreto Nº 018, de 15 de Abril de 2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 018, de 15 de abril de 2013.

Declara de Utilidade Pública e Interesse Social para fins de desapropriação o imóvel que especifica

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso das atribuições legais, conferidas pelo Art. 10 da Lei Orgânica do Município de Santa Rosa do Sul e em conformidade com o Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/91, Lei nº 4.132/62 e Lei nº 4.504/64, DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, áreas de terra urbana, localizadas na quadra nº 12: Área 01: pertencente a MANOEL CABRAL, com área de 377,12 m² (trezentos setenta e sete metros quadrados e doze centímetros), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte na extensão de 20,80 metros confrontando-se com as terras do mesmo proprietário (Manoel Cabral); ao Sul na extensão de 20,69 metros confrontando-se com as terras da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul (Câmara de

Vereadores); ao Leste na extensão de 20,30 metros confrontando-se com a Rua Juvenal José Valentim; ao Oeste na extensão de 16,24 metro confrontando-se com terras de Honorina Pereira Velho , registrado sob nº 20.546 no Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio - SC; Área 02: pertencente a HONORINA PEREIRA VELHO, com área de 2.144,10 m<sup>2</sup> ( dois mil cento quarenta e quatro metros quadrados e dez centímetros), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte na extensão de 30,80 metros confrontando-se com a Rua José Orestes Martins; ao Sul na extensão de 28,33 metros confrontando-se com as terras da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul

(Câmara de Vereadores); ao Leste na extensão de 74,54 metros confrontando-se com as terras de Manoel Cabral; ao Oeste na extensão de 68,80 metro confrontando-se com terras de Laurinda de S. Martins e Maria Mercí Fraga , parte integrante da matrícula 8.082 do Cartório de Registro de Imóveis de Santa Rosa dos Sul - SC; Área 03 , pertencente a LAURINDA DE S. MARTINS, com área de 857,11 m<sup>2</sup> (oitocentos cinquenta e sete metros quadrados e onze centímetros), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte na extensão de 27,86 metros confrontando-se com as terras da mesma proprietária (Laurinda de S. Martins); ao Sul na extensão de 28,74 metros confrontando-se com as terras de Maria Mercí Fraga; ao Leste na extensão de 28,47 metros confrontando-se com as terras de Honorina Pereira Velho; ao Oeste na extensão de 33,67 metro confrontando-se com terras de Maria Mercí Fraga , parte integrante das Matrícula nº 36.971 e 36.972 do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio - SC, Área 04 , pertencente a MARIA MERCI FRAGA, com área de 1.537,67m<sup>2</sup> (um mil quinhentos trinta e sete metros quadrados e sessenta sete centímetros), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte na extensão de 22,67 metros confrontando-se com as terras de Antônio Rocha; fazendo um a deflexão no sentido Norte-Sul numa extensão de 15,37 metros e continuando o complemento da linha Norte com mais 14,20 metros confrontando-se com terras de Paulo Santos; ao Sul na extensão de 32,03 metros confrontando-se com as terras da mesma Proprietária (Maria Mercí Fraga); ao Leste na extensão de 33,67 metros confrontando-se com as terras de Laurinda de S. Martins; fazendo uma deflexão no sentido Leste-Oeste numa extensão de 14,20 metros e continuando o complemento da linha Leste com mais 15,37 metros confrontando-se com terras de Paulo Santos; ao Oeste na extensão de 54,42 metro confrontando-se com a Rua Ferminio Pedro Raupp; Área 05, pertencente a MARIA MERCI FRAGA, com área de 3.741,53 m<sup>2</sup> (três mil setecentos quarenta e um metros quadrados e cinquenta três centímetros), com as seguintes medidas e confrontações: ao Norte na extensão de 60,77 metros confrontando-se com as terras da mesma proprietária e com terras de Laurinda de S. Martins; ao Sul na extensão de 35,00 metros confrontando-se com a Rua Tolentino Ramos de Oliveira; fazendo uma deflexão no sentido Sul-Norte com uma distância de 42,45 metros e continuando o complemento da linha Sul com mais 26,23 metros, confrontando-se com terras da mesma proprietária (Maria Mercí Fraga); ao Oeste na extensão de 80,88 metros confrontando-se com a Rua Ferminio Pedro Raupp; ao Leste na extensão de 42,45 metro confrontando-se com terras da mesma proprietária; fazendo uma deflexão no sentido Oeste-Leste com 26,23 metros e continuando o complemento da linha Leste com mais 37,59 metros confrontando-se com terras da Prefeitura Municipal (Câmara de Vereadores) e com terras de Honorina Pereira Velho , parte integrante da matrícula nº 4.605 cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Rosa do Sul - SC.

Art. 2º Os imóvel que se refere o artigo anterior, destinam-se à construção de uma Praça.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de abril de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria, publicado e afixado no Mural Público desta Prefeitura Municipal e no D.O.M., aos nove dias do mês de abril de 2013.

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

### Portaria

PORTARIA N.º 074, DE 02 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei n.º 45, de 20/08/90, e alterações posteriores,

### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. RONIVALDO DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal da Saúde, e do Bem Estar Social, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS-I, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de maio de 2013.

### Portaria

PORTARIA N.º 075, DE 02 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei n.º 45, de 20/08/90, e alterações posteriores,

### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS -I, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de maio de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de maio de 2013.

### Portaria

PORTARIA N.º 076, DE 02 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA SECRETÁRIO MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei n.º 45, de 20/08/90, e alterações posteriores,

### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. OSMAR SANTOS DA SILVA, para exercer



o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS -I, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de maio de 2013.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de maio de 2013.

### Portaria

PORTARIA N.º 077, DE 02 DE MAIO DE 2013.  
DESIGNA SERVIDOR QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei nº 45, de 20/08/90, e alterações posteriores,

### RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor efetivo Sr. WILFRIED HEMMER, ocupante do Cargo Permanente de Agente Administrativo I, Amplitude de Referência M1, do Grupo Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, para exercer a função do Cargo em Comissão de Secretário Municipal da Administração e Finanças, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS-I, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, com opção pelos vencimentos do cargo efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de maio de 2013.  
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos dois dias do mês de março de 2013.

### Aviso de Alteração Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

### Aviso de Alteração

Licitação nº 32/2013 - PR nº 32/2013  
Fica alterado o prazo de recebimento da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito para o dia 17 de Maio de 2013 até as 13:45h.

"Onde lê-se: "com entrega dos envelopes até às 13:45 horas do dia 16 de maio de 2013".

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: compras@santarosadosul.sc.gov.br, das 08:00 às 11:30h e das 13:30h às 18:00h.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA.  
Prefeito Municipal

### Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

### ERRATA

Contrato nº 048/2013-PR 15/2013  
Publicação na Edição nº 1206 de 27/03/2013

### Onde lê-se:

Do Valor - onde se Lê: "R\$ 66.493,00(Sessenta e seis mil quatrocentos e noventa e três reais)."

Leia-se: "R\$ 66.606,70,00(Sessenta e seis mil, seiscentos e seis reais e setenta centavos"

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

### Decreto Nº 137/2013

DECRETO Nº 0137, DE 08 DE MAIO DE 2013.  
Constitui Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC 2013/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

### DECRETA:

Art. 1º Constitui a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação - CMAA, para acompanhar, avaliar e validar os documentos da execução do Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC 2013/2016, composta por 01 (um) representante das classes relacionadas abaixo:

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - Presidente da Comissão:  
EUNICE CRISTINA BORBA HANSCH

Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB:  
DIRCE GREIN

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
Luciane Mary Koch Scatolon

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:  
HELENICE GRANEMANN COSTA GREIN

Representante dos Professores do Ensino Fundamental:  
JOSÉ CLAUDINEY DAMAS

Representante dos Professores:  
PATRICIA REGINA SANTOS LIMA RANK

Representante dos Professores da Educação Infantil:  
SIMONE SAUER RODRIGUES

Representante dos Pais de Alunos da Rede Municipal de Ensino:  
FABIANO STOEBERL

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 138/2013**

DECRETO Nº 0138, DE 08 DE MAIO DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO ESPORTE E LAZER-COMESP.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Municipal nº 2599, de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Esporte e Lazer-COMESP, representantes das seguintes entidades:

I - Fundação Municipal de Desportos e Presidente do COMESP:  
José Erminio Grein

II - Fundação Municipal de Desportos:  
Marcos Pollum - Titular  
Luiz Neri Pereira - Suplente

III - Secretaria Municipal de Educação:  
Alcione Teresinha Hinke - Titular  
Edriangela Martins Wiggers Galkovski - Suplente

IV - Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Rita Maria Dums - Titular  
Waltrudes Meier - Suplente

V - Secretaria Municipal de Saúde:  
Deodato Raul Hruschka - Titular  
Sandra dos Santos Schreiner - Suplente

VI - Representantes dos Professores de Educação Física:  
Giseli Augustin Correa e Sylvio Roberto Munhoz - Titulares  
Eduardo Quintana Sperb e Ismael Rodrigues Conde - Suplentes

VII - Representantes dos técnicos das modalidades que representam o Município nas competições oficiais da FESPORTE Olesc, Joguinhos e Jasc:  
Luciano Weidner - Titular  
Márcio da Cruz - Suplente

VIII - Dirigentes do Desporto Comunitário:  
Paulo Matzembacher - Titular  
Rodrigo Vargas - Suplente

IX - Representantes da Terceira Idade:  
Elizete Folleto Florêncio - Titular  
Ingrid Mallon - Suplente

X - Representantes do Paradesporto:  
Marilene Srapassoni - Titular  
Reginaldo Mesgalinski - Suplente

XI - Profissionais de notório saber no campo dos esportes:  
Hélcio Carlos Liebl - Titular  
Osmar Telma - Suplente

Art. 2º. Os membros terão mandato com duração de 2 (dois) anos, renovável apenas uma vez, por igual período, exceto no caso do inciso I, do art. 1º.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 523, de 03 de dezembro de 2010.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 139/2013**

DECRETO Nº 0139, DE 08 DE MAIO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJR \$ 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(6) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2013.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

**Termo de Doação - Lei Nº 3142/2013****TERMO DE DOAÇÃO**

Pelo presente instrumento público de doação, sem cláusula de reversão, o Município de São Bento do Sul - SC, com Prefeitura Municipal situada à Rua Jorge Lacerda, nº 75, inscrita no CNPJ sob nº 86.051.398/0001-00, representado neste ato pelo Exmo Sr. Fernando Tureck, Prefeito Municipal, nos termos da Lei Municipal nº 3142, de 06 de março de 2013, doa e entrega ao Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado de Segurança Pública, situada à Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro-Florianópolis, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.294/0001-00 representada neste ato pela Delegada Regional de Polícia Civil, Sra. Angela Teresa Bork Roesler, o seguinte veículo:

&#61692; 1 (um) veículo marca Peugeot 207 HB XR, tipo automóvel, cor preta, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2012, ano de modelo 2013, chassi nº 9362MKFWXDB004505, Renavan nº 473794608, placas MJX 8924.

Declaro, outrossim, que esta doação é feita em caráter definitivo, passando os referidos bens, a partir da presente data, a ser de uso exclusivo da 21ª Delegacia Regional de Polícia Civil com sede no Município de São Bento do Sul - SC, com uso exclusivo dentro dos limites do município de São Bento do Sul.

E por ser verdade, na presença de duas testemunhas, firmo o

presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor.

São Bento do Sul - SC, 06 de maio de 2013.

FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

ANGELA TERESA BORK ROESLER  
Delegada Regional de Polícia Civil

Testemunhas:

Nome: CLEUSA PICCOLI VIEIRA EMERSON HINKE

CPF ou Função: 422.708.639-68 017.094.729-79

## FUNDAÇÕES

### Portaria Nº 015 de 10 de Maio de 2013

PORTARIA Nº 015 DE 10 DE MAIO DE 2013.

"Divulga a relação dos proponentes habilitados e inhabilitados para etapa de avaliação de projetos do Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2013."

O presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul no uso de suas atribuições, fundamento na Lei 3152/2013, no Decreto 0103/2013 e no Edital de Apoio à Cultura Concurso nº 001/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar habilitados para a etapa de avaliação dos projetos do Edital de Apoio à Cultura, Concurso Nº001/2013, os seguintes proponentes e seus respectivos projetos:

Nº SMC	PROJETO	PROPONENTE
2013001	MONTAGEM E CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULO TEATRAL "KAMISHIBAI"	ALESSANDRA REGINA NASCIMENTO TONIM
2013002	GRAVAÇÃO DE CD: LEZIANE MEU JEITO DE SER	LEZIANE CRISTINE ARTNER PEREIRA
2013003	CONTOS E CRÔNICAS – COLÉGIO GLOBAL 2013	APP COLÉGIO GLOBAL
2013004	GRUPO DE FLAUTA DOCE DE SÃO BENTO DO SUL	APARECIDO VASCONCELOS DE SOUZA
2013005	SÃO BENTO DO SUL ACORDEON FESTIVAL	LEANDRO PANNEITZ
2013006	24º BAILE DE ANIVERSÁRIO DE 43 ANOS DA BANDA SONATAS	VALFRIDO BAUER
2013008	DIVULGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CULTURA GERMÂNICA ATRAVÉS DE DANÇAS E TRAJES AUTÊNTICOS	GRUPO FOLCLÓRICO GERMÂNICO BÖHMERWALD
2013009	APOIO À ORQUESTRA DE CÂMARA DONALDO RITZMANN	MARCÉSI SILENE ZIEBARTH MAAHS
2013010	APOIO À CONFEÇÃO DE TRAJES PARA O GFG HOLSTEIN	LIA TEREZINHA MACHADO
2013011	CHORO NA CIDADE V	MARIA LUISA NORILLER TASCHECK
2013012	AULAS DE PINTURA EM PORCELANA	ELISA MARIA WEIHERMANN STACHON
2013014	GRAVAÇÃO DE CD DA BANDA LIZARDS X 4	VANESSA DA SILVA
2013015	100 ANOS DA GUERRA DO CONTESTADO	ANTONIO DIAS MAFRA

2013016	LIGADOS PELA CULTURA: UMA INICIATIVA TURÍSTICA NAS ESCOLAS	JÉSSICA BAUM
2013018	DANÇA É MEU TALENTO	CATIA ELIZ KROHL
2013020	ÓLEO SOBRE TELA 2013	OLEINIK
2013021	QUEM DANÇA É MAIS FELIZ	MIRIAM KOLLROSS
2013023	APOIO E MANUTENÇÃO AO JÄGER VOLKSTANZEGUPPE	MÁRCIA DA SILVA KATZER
		CAMILA MICHALSKY

Art. 2º Declarar inhabilitados para a etapa de avaliação dos projetos do Edital de Apoio à Cultura, Concurso Nº001/2013, os seguintes proponentes e seus respectivos projetos:

Nº SMC	PROJETO	PROPONENTE	MOTIVOS
2013007	MONTAGEM E CIRCULAÇÃO DO ESPETÁCULO TEATRAL "REI TAVARES O DEVASTADOR"	RAFAEL PORTELA	Não atende aos itens 2.2 e 3.3.2 - B) e C) do Edital 001/2013.
2013013	EDIÇÃO DE LIVRO – BRINCADEIRAS DOS NOSSOS ANTEPASSADOS	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – CAMPUS SÃO BENTO DO SUL	Não atende aos itens 2.2 e 3.3.1 – D), E), I), N) e Q), do Edital 001/2013.
2013017	CENTENÁRIO DA BANDA TREML – RENOVAÇÃO DOS UNIFORMES	BANDA TREML	Não atende aos itens 3.3.1 – M) e O) do Edital 001/2013
2013019	PRESERVANDO A CULTURA POLO-NESE	NEIDE DE FÁTIMA BONETE CABRAL VARGENIAK	Não atende aos itens 2.2 e 3.3.2 - C) do Edital 001/2013.
2013022	CORAL SANTO ESTANISLAU	DEBORA MUCHAU	Não atende ao item 3.3.2 – I) do Edital 001/2013.
2013024	CAMERATA VOCAL RITZMANN – CONCERTO E GRAVAÇÃO AO VIVO	MÉRIDA JUNELI TASCHECK	Não atende aos itens 2.2 e 3.3.2 - B), C) e H) do Edital 001/2013.
2013025	AMOR ENCANTA	ANTÔNIO RAMOS DA SILVA	Não atende aos itens 2.2 e 3.3.2 – B), C), D), E), F) e I) do Edital 001/2013.

Art. 3º O prazo para interposição de recursos será de 02 (dois) dias úteis a partir da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de maio de 2013.

BRAULIO HANTSCHER

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1313, de 03 de Maio de 2013.

Declara imóvel de utilidade pública para fins de desapropriação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei;

-Considerando o que estabelece o artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal;

-Considerando o contido no inciso V do artigo 100, na alínea "e" do artigo 116-D e no artigo 184 da Lei Orgânica Municipal;

-Considerando o disposto no Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, em especial no seu art. 5º, alíneas "d", "g" e "h", que consideram de utilidade pública a salubridade pública, a assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais e a exploração ou a conservação dos serviços públicos;

-Considerando o disposto no art. 2º do Decreto nº 62.504, de 08/04/68, que trata de desmembramento de imóveis rurais;

-Considerando que no Plano Plurianual - PPA 2010/2013 consta como meta a reforma de unidades de saúde;

-Considerando que a unidade de saúde da Linha Santo Antônio está edificada nesta área desde o ano de 1986;

-Considerando a urgência e a necessidade de reforma e ampliação deste prédio público, para melhor atender às pessoas que residem na Linha Santo Antônio e região;

-Considerando levantamentos topográficos e vistorias técnicas realizadas no local;

-Considerando que o Município foi contemplado pelo Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde, conforme proposta n. 4216102554844/8760 e Portaria n. 1.170 de 05/06/2012, do Ministério da Saúde, para ampliação da Unidade de Saúde da Linha Santo Antônio, com recursos financeiros no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais);

-Considerando que a 1ª parcela dos recursos financeiros para a execução da obra já foi disponibilizada pelo Ministério da Saúde e este determinou urgência na sua aplicação, sob pena de devolução da mesma;

-Considerando que com este programa o Governo Federal visa a contribuir para a estruturação e o fortalecimento da atenção básica, assim como para a mudança do modelo de atenção à saúde do país, mediante a melhoria da estrutura física das unidades de saúde, de forma a facilitar as práticas das equipes de saúde;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação por valor simbólico, o seguinte imóvel: área de terras de 1.005,825m², que se encontra dentro de uma área maior de 144.741,00m², localizada na Linha Santo Antônio, neste Município, e registrada na matrícula n. 5.187, do Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos, em nome de Vilma Gema Mulinari, portadora do CPF n. 017.594.019-35, com as seguintes confrontações atuais: Ao Norte: com terras do Estado de Santa Catarina, na extensão de 96,98m; Ao Sul: com faixa de domínio da estrada municipal, na extensão de 101,53m; Ao Leste: com terras de Vilma Gema Mulinari, na extensão de 2,66m; Ao Oeste: com faixa de domínio da estrada municipal, na extensão de 21,26m; tendo a seguinte descrição do perímetro: Inicia-se no vértice M-01, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, Sistema de Referência - SIRGAS2000, MC - 51º W, Projeção UTM: de coordenadas e (E 343.229,148 m e N 7.052.556,012 m); situado no limite da faixa de domínio da estrada municipal, deste segue com o azimute de 101º31'29" e a distância de 96,98 m confrontando

com terras do Estado de Santa Catarina, matrícula 6.832 até o vértice 'M-02' (E=343.324,177 m e N=7.052.536,636 m); deste segue com o azimute de 198º48'02" e a distância de 2,66 m confrontando com terras de Vilma Gema Mulinari, matrícula 29 até o vértice 'M-03' (E=343.323,322 m e N=7.052.534,123 m); deste segue confrontando pela faixa de domínio da estrada municipal com o azimute de 288º39'59" e a distância de 0,16 m até o vértice 'O-01' (E=343.323,169 m e N=7.052.534,174 m); deste segue com o azimute de 278º28'30" e a distância de 16,33 m até o vértice 'O-02' (E=343.307,015 m e N=7.052.536,581 m); deste segue com o azimute de 272º54'44" e a distância de 16,58 m até o vértice 'O-03' (E=343.290,457 m e N=7.052.537,423 m); deste segue com o azimute de 268º53'33" e a distância de 22,88 m até o vértice 'O-04' (E=343.267,580 m e N=7.052.536,981 m); deste segue com o azimute de 267º52'52" e a distância de 29,85 m até o vértice 'O-05' (E=343.237,750 m e N=7.052.535,877 m); deste segue com o azimute de 272º10'08" e a distância de 8,30 m até o vértice 'O-06' (E=343.229,458 m e N=7.052.536,191 m); deste segue com o azimute de 268º22'25" e a distância de 7,43 m até o vértice 'O-07' (E=343.222,030 m e N=7.052.535,981 m); deste segue com o azimute de 25º39'18" e a distância de 0,24 m até o vértice 'O-08' (E=343.222,134 m e N=7.052.536,198 m); deste segue com o azimute de 19º04'39" e a distância de 10,52 m até o vértice 'O-09' (E=343.225,573 m e N=7.052.546,142 m); deste segue com o azimute de 19º54'28" e a distância de 10,50 m até o vértice 'M-01' (E=343.229,148 m e N=7.052.556,012 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.005,825 m².

Parágrafo único. O referido imóvel destina-se à reforma e ampliação da unidade de saúde da Linha Santo Antônio.

Art. 2º As despesas decorrentes deste decreto serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

### Decreto Nº 1314, de 06 de Maio de 2013.

Constitui e nomeia membros de comissão de avaliação imobiliária, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90, atualizada;

-Considerando o disposto no Decreto Municipal nº 1313, de 03/05/13, que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, de imóvel que especifica, destinado à reforma e ampliação da unidade de saúde da Linha Santo Antônio;

-Considerando a necessidade de avaliação do imóvel por comissão específica;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída Comissão Municipal de Avaliação Imobiliária, com a incumbência de avaliar a área de terras de 1.005,825m², que se encontra dentro de uma área maior de 144.741,00m², localizada na Linha Santo Antônio, neste Município, e registrada na matrícula n. 5.187, do Cartório de Registro de Imóveis de São Domingos, em nome de Vilma Gema Mulinari, portadora do CPF n. 017.594.019-35, com as seguintes confrontações atuais: Ao Norte: com terras do Estado de Santa Catarina, na extensão de 96,98m; Ao Sul: com faixa de domínio da estrada municipal, na extensão de 101,53m; Ao Leste: com terras de Vilma Gema Mulinari, na extensão de 2,66m; Ao Oeste: com faixa de domínio da



estrada municipal, na extensão de 21,26m, para fins de desapropriação por valor simbólico.

Parágrafo único. O imóvel destina-se à reforma e ampliação da unidade de saúde da Linha Santo Antônio.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão os seguintes membros:

Flavio Celeste Lorenzi (Presidente);

Gilberto José de Souza Leite (Membro);

Moacir Roberto Visoli (Membro).

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da Comissão têm prioridade sobre quaisquer outros serviços públicos.

Art. 3º Aos membros da Comissão compete a avaliação "in loco" do bem, através de vistoria, devendo promover a avaliação do imóvel para fins de desapropriação mediante o pagamento de valor simbólico, cujo relatório será, oportunamente, levado à anuência do Prefeito Municipal.

Parágrafo único. É facultado à Comissão ora nomeada obter subsídios ou, a seu critério, solicitar auxílio de técnicos e/ou empresas especializadas, a fim de dirimir dúvidas e/ou emitir parecer, laudo ou outro documento de avaliação, podendo, para tanto, anexar os mesmos como peças integrantes do processo.

Art. 4º A Comissão desenvolverá os seus trabalhos no prazo máximo de 10 (dez) dias e apresentará um relatório de suas conclusões.

Art. 5º Aos membros da Comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 6º As despesas decorrentes do presente decreto, correrão por conta de recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda designada

### **Decreto Nº 1315, de 06 de Maio de 2013.**

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;

2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90;

3. Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08, atualizada;

4. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/02;

5. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98 atualizada;

6. Pela lei Complementar nº 042 de 04/04/12, atualizada;

7. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/12;

-Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado ACT nº 002/2012, para o Magistério Público Municipal e Agente Educativo;

-Considerando o Decreto nº 1213, de 07 de fevereiro de 2013, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 002/2012;

-Considerando o Sexto Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado ACT nº 002/2012 para o Magistério Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Maura Bortolini, para exercer o cargo de Professor PD/C-III (Educação Física), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 30 (trinta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2013, conforme o que estabelece a Lei Complementar

nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Decreto Nº 1316, de 09 de Maio de 2013.**

ALTERA COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA INTERDISCIPLINAR DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

-Considerando o disposto nos artigos 8º, 9º, 20, 21 e 22 da Lei Municipal nº 1.669, de 04 de agosto de 2011, que instituiu o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Crianças e Adolescentes;

-Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Assistência Social, senhora Sandra Fiorese;

-Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a composição da Equipe Técnica Interdisciplinar, responsável pelas inscrições, seleção, cadastro e capacitação das famílias que irão compor o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que passa a ser constituída pelos seguintes membros:

-Assistente Social - Cristiane Ansolin;

-Psicóloga - Ivany Claudete Serro Mulinari;

-Pedagoga - Anileida Nicolau Pretto;

-Enfermeira - Adriana Bressan;

Art. 2º A Equipe Técnica Interdisciplinar constituída no art. 1º deste decreto fica também responsável pela execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 3º Os trabalhos prestados por esta comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contidas no Decreto n. 874, de 09 de novembro de 2011.

São Domingos (SC), 09 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

### **Portaria N.º 1446, de 06 de Maio de 2013.**

PORTARIA N.º 1446, DE 06 DE MAIO DE 2013.

Dispõe sobre a designação de professores municipais admitidos em caráter temporário e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de



11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12, e:

Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes Silvia Rozani de Brito Baggio;  
Considerando a necessidade de adequação dos servidores públicos municipais;  
Considerando os princípios da legalidade e do interesse público dos atos da administração;

# RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais abaixo, para atuarem durante o ano letivo de 2013, nos locais a seguir relacionados:

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NAIR TEIXEIRA MORS-CHEISER				
NOME	CARGO	C. HR	TURNO	TURMA
Maura Bortolini	Professora PD/C-III	30 hs.	Mat/Vesp.	1º/2º/3º/4º/5º Ano (Ed. Física)
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES				
NOME	CARGO	C. HR	TURNO	TURMA
Carlos Gregório Cardoso	Professor PD/C-III	30 hs.	Mat/Vesp.	DME

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1417, de 06 de março de 2013, no que diz respeito ao servidor Carlos Gregório Cardoso.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 06 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária de Administração e Fazenda

# Portaria Nº 1442, de 29 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 1442, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Concede férias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

# RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a servidora pública municipal, conforme segue:

SERVIDOR (A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Tânia Aparecida Busato Sales de Lima	Agente Administrativo	28/06/2011-12	30	02/05/13 a 31/05/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 29 de abril de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Portaria Nº 1444, de 02 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº 1444, DE 02 DE MAIO DE 2013.

Concede férias a servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal de 28/09/90; pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/98; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 e Lei Complementar nº 0045, de 06/11/12 e:

Considerando requerimentos protocolados junto ao Setor de Pessoal;

# RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS aos servidores públicos municipais, conforme segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Carline dos Anjos Mezzomo	Coordenador de Programas	10/03/12-13	15	02/05/13 a 16/05/13
Ivanete Solange Antunes Paz Bilibio	Agente Comunitário de Saúde	02/06/11-12	15	02/05/13 a 16/05/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 02 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Portaria Nº 1447, de 07 de Maio de 2013.

Concede licença à servidora pública municipal gestante.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 100 e 299 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/90; Lei Complementar Municipal nº 0018 de 28/01/08, atualizada, pela Lei Complementar Municipal nº 045, de 06/11/12, Lei Complementar nº 0032 de 03/09/11, Lei Complementar 042 de 04/04/12;

-Considerando documento apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

# RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora pública Aline do Nascimento ocupante do emprego público de Técnico em Enfermagem, no período compreendido entre 02 de maio de 2013 a 28 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2013.

De Florianópolis (SC) para São Domingos (SC),  
07 de maio de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### **Termo de Permissão Para Uso de Ponto de Táxi Nº 0006/2013**

DADOS DE ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PUNTO DE TÁXI

MÊS/ANO: ABRIL/2013

Número do Termo de Permissão: Nº 0006/2013 DE 21/02/2013 - PRIMEIRO ADITIVO

Data do Aditivo ao Termo de Permissão: 30/04/2013

Data Vencimento: 31/01/2014.

Descrição: O objeto do presente aditivo consiste na alteração do Parágrafo único da Cláusula Primeira - Do Objeto, do Termo de Permissão para uso de ponto de táxi Nº 0006/2013, de 21/02/2013, para substituição do veículo antigo.

Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli OAB/SC 29.784-b  
Permissionário: Lauro Valdecir Walendorff

CPF: 162.465.949-72

Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

## São João do Sul

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº. 051 de 19 de Abril de 2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

DECRETO Nº. 051 DE 19 DE ABRIL DE 2013

“Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais) para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.250,00

TOTAL R\$ 5.250,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

02 - DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E SERVIÇOS

26.782.0114.2040 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 5.250,00

TOTAL R\$ 5.250,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

19 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº. 052 de 19 de Abril de 2013**

DECRETO Nº. 052 DE 19 DE ABRIL DE 2013

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências”.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

0301 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.846.0000.0002 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.00.00.3080 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o superávit financeiro de recursos ordinários, verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

19 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### **Portaria Nº 095 de 19 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 095 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

“DESIGNAR SERVIDOR”

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 53 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Designar o Servidor WILIAM SOUZA PEREIRA, ocupante do cargo Comissão de Chefe da Divisão de Secretária Geral, Nível DAS-3, para exercer as funções do cargo de Tesoureiro, a contar de 19/04/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 19 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**Portaria Nº. 096 de 19 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 096 DE 19 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Licença Maternidade para a servidora VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo Escolar, carga horária de 40 horas semanais, por 180 dias, no período de 08/04/2013 a 03/10/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
19 de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

**Retificação Abertura do Processo Nº 076/2013- (Novo Prazo)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, RETIFICA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 076/2013 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2013, CONTANDO SE NOVO PRAZO PARA ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO, MOTIVO EQUIVOCO NOS VALORES LANÇADOS, leia-se: ABERTURA DA SESSÃO DE LICITAÇÃO PARA O DIA 24/05/2013 HORÁRIO 09 HORAS, Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## São Pedro de Alcântara

### PREFEITURA

**Lei Nº 742, de 06 de Maio de 2013**

LEI Nº 742, DE 06 DE MAIO DE 2013

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica denominada Rua José Gregório da Silva, a via denominada no cadastro municipal como "número 24", que faz intersecção com a Rodovia SC-281, no bairro Boa Parada, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José, com extensão de

84,53m (oitenta e quatro metros vírgula cinquenta e três centímetros), conforme mapa anexo a esta LEI.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões municipais, no início da Rua denominada no artigo anterior.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Lei Nº 743, de 06 de Maio de 2013**

LEI Nº 743, DE 06 DE MAIO DE 2013

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa BADESC CIDADES II e Tomar Empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Bens de Capital.

Art.3º - Para atendimento das necessidades financeiras do Programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos Empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Leis orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Lei Nº 744, de 06 de Maio de 2013**

LEI Nº 744, DE 06 DE MAIO DE 2013

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,

Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) por conta de recursos de Operação de Crédito/BADESC na dotação abaixo identificada:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.1.044 - Aquisição de Equipamentos

/ Máquinas OBRAS R\$ 750.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0261.0 - Aplicações Diretas R\$ 750.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Decreto N.º 035/2013**

Decreto n.º 035/2013

DESIGNA SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designar a servidora MICHELE MAIA DA SILVA, matrícula 2959, ocupante do cargo de Secretária de Administração, Finanças e Planejamento; e JUCÉLIO KREMER, matrícula 2956, ocupante do cargo de Prefeito Municipal, como sendo responsáveis pela movimentação de contas da Defesa Civil, do município de São Pedro de Alcântara.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### **Decreto N.º 37/2013**

DECRETO N.º 37/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Funcionamento e Manutenção da

Coordenadoria da Saúde R\$ 30.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.002 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.002 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

### **Portaria N.º 175/2013**

PORTARIA n.º 175/2013

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, ocupante do cargo de Motorista II, lotado na Coordenadoria de Educação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor PEDRO JOSÉ RICHARTZ, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 26/04/2013, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26/04/2013.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.

### **Portaria N.º 178/2013**

PORTARIA n.º 178/2013

Concede férias a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora JULIANY CORDEIRO DA SILVA VENTURA, ocupante do cargo de Professora II, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/05/2013 a 04/06/2013, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013.



**Portaria N.º 179/2013**

PORTARIA n.º 179/2013

Concede férias ao servidor ELCIO LUIZ PERING.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor ELCIO LUIZ PERING, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, férias por 30 dias que gozará a partir de 06/05/2013 a 04/06/2013, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 180/2013**

PORTARIA n.º 180/2013

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- A servidora PATRICIA PETRY LAURENTINO passará a cumprir temporariamente de 06/05/2013 a 13/06/2013, carga horária semanal de cinquenta horas, haja vista, necessidade de atendimento junto as crianças do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 182/2013**

PORTARIA n.º 182/2013

Admite em Caráter Temporário SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 039/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 183/2013**

PORTARIA n.º 183/2013

Nomeia GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Nomear GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.

**Portaria N.º 176/2013**

PORTARIA n.º 176/2013

Autoriza a readaptação do servidor SAMIR JOSÉ VEBER.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Fica autorizado a readaptação do servidor SAMIR JOSÉ VEBER, ocupante do cargo de Motorista II, para exercer atividades laborativas que não demandem esforço físico, levantamentos de peso, longas caminhadas e atividades estressantes, pelo período de 120 dias a contar de 27/04/2013, para atuar junto a Escola Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho.

Art. 2.º- Fica autorizado a contratação de servidor temporário para substituir o servidor junto a Secretaria da Educação.

Art. 3.º- A readaptação não modificara a remuneração e o nível do cargo original.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27/04/2013.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2013.



**Aviso de Suspensão da Sessão de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R-223

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

**AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO**

Pregão Presencial n.º 27/2013, que tem como objeto aquisição parcelada e estimada de Filtros e óleos lubrificantes para o Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara e a Prefeitura Municipal com fornecimento diário e com mão de obra para a troca, quando estiverem na SEDE MUNICIPAL de acordo com os quantitativos e especificações em anexo.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

RESOLVE a Comissão Permanente de Licitações SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 10 de maio de 2013, às 09:00h.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será no dia 17 de Maio de 2013 às 09:00 h.

Publique-se; registre-se; cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de Maio de 2013

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

**Contrato de Prestação de Serviço Nº 066/2013**

CONTRATO Nº 066/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JORGE HASCKEL ME, residente a Rua Vereador Mathias Leopoldo Hoffmann, nº 3853, Fojoca, São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 2.224.008, inscrito no CPF sob nº 671.774.849-49, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço o transporte da máquina escavadeira dentro do território municipal, totalizando a quantia de 10 transportes.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para cada transporte realizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 07/05/2013 a

07/08/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

JORGE HASCKEL ME

Contratado

**Contrato de Prestação de Serviço Nº 067/2013**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 067/2013

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. MORILO BEPLER, residente a Estrada Geral de Rio Forquilhas Baixo São Pedro de Alcântara - SC, portador do RG: 1/R- 1.661.678, inscrito no CPF sob nº 398.673.589-53, PIS/PASEP nº. 119.78232.19-0 doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço à roçada de 9 km de extensão, na estrada geral de Rio Forquilhas - São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).

O pagamento será efetuado em duas parcelas, no valor de R\$1.300,00 (um mil e trezentos reais).

As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas serão de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de 13/05/2013 a 13/07/2013.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 07 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

MORILO BEPLER

Contratado

**Contrato N.º 039/2013**

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
CONTRATO n.º 039/2013

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob Nº 596.045.496.34, residente e domiciliada a Rua Lino Pedro da Silva, nº 72 - Sertão Maruim - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se su-jeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 08/05/2013, findando no dia 01/11/2013, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Muni-cipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havi-do suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentató-rios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificati-va, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cum-pridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servido-res efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alte-rações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de maio de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC  
JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ

CONTRATADA

Testemunhas:

**Termo de Posse do Sr. Gilson Peiter Testoni**

TERMO DE POSSE do Sr. GILSON PEITER TESTONI para o cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização.

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal JUCÉLIO KREMER, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Gilson Peiter Testoni, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de São José, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Coordenador de Tributação e Fiscalização, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

"Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos."

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 08 de maio de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

GILSON PEITER TESTONI

Empossado

**Schroeder****PREFEITURA****Portaria Nº 5.120/2013, de 09 de Maio de 2013**

PORTARIA Nº 5.120/2013, de 09 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Jucinéia Formigari, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 09 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



## O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**

**Anulação Pregão Presencial Nº 7/2013-FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

**CNPJ:** 83.102.491/0001-09  
**RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201**  
**C.E.P.:** 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 7/2013 - PR**

**Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 19/2013  
**Data do Processo:** 05/04/2013

**Objeto:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para revelação de fotos para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2013**

**Motivo:** Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 10 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**Dispensa Nº 19/2013-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 19/2013 - DL**Processo Nr.: 32/2013  
Data: 09/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FARMACIA ANJO - FARMA LTDA - ME  
Endereço: AV. MAL. CASTELO BRANCO, 5033  
Cidade: Schroeder - SC  
CNPJ: 06.944.058/0001-70

Código: 9934

Inscrição Estadual: 254.826.695

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamento fornecido através de Ordem Judicial pela Ação Civil Pública nº5000544-69.2011.404.7209/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	30,00	PAROXETINA 20MG	COMP	1,13	33,90

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**JUSTIFICATIVA**

O ESTADO DE SANTA CATARINA ESTÁ FORNECENDO ESTE MEDICAMENTO À PACIENTE, PORÉM ESTE MÊS O FORNECEDOR DO ESTADO NÃO CUMPRIU COM O PRAZO DE ENTREGA E POR CONSEQUENCIA A PACIENTE FICOU SEM A MEDICAÇÃO

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 9 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 19/2013 - DL**

**Processo Nr.: 32/2013**  
**Data: 09/05/2013**

Folha: 2/2

08/05/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Maio de 2013

**Valor da Despesa:** 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Dispensa Nº 20/2013-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 20/2013 - DL**Processo Nr.: 33/2013  
Data: 10/05/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor:** MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE - PAROQ.SÃO VENDELINO

Código: 9731

Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 84.708.478/0048-24

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aluguel do galpão da Igreja da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, s/n, Schroeder I, , sendo a metragem do galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia que acontecem 2 vezes durante o mês para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	8,00	Aluguel do galpão da Igreja da Comunidade Nossa Senhora das Graças, situado na rua Erich Froehner, s/n, Schroeder I, , sendo a metragem do galpão de 300m², incluso banheiros, para a realização dos grupos de hiperdia que acontecem 2 vezes durante o mês para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	MÊS	100,00	800,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

**X** - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem à sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

**JUSTIFICATIVA**

Justificamos que, a necessidade deste contrato de aluguel, para a Secretaria e Saúde, tem como priorizar um espaço adequado aos participantes dos encontros de hiperdia, sendo que o espaço físico onde acontecem estes encontros, já não está oferecendo espaço adequado, devido o aumento dos participantes nos grupos.

Schroeder, 10 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 20/2013 - DL

**Processo Nr.: 33/2013**  
**Data: 10/05/2013**

Folha: 2/2

15/4/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Abril de 2013

**Valor da Despesa:** 800,00 (oitocentos reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Dispensa Nº 32/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 32/2013 - DL**Processo Nr.: 83/2013  
Data: 09/05/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME  
Endereço: RODOVIA BR 101, KM75  
Cidade: Araquari - SC  
CNPJ: 09.387.475/0001-57

Código: 11680

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DIVULGAÇÃO DO EVENTO "PURA POESIA 2013", DA SECREATRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	7,00	FAIXA EM LONA 3 METROS DE COMPRIMENTO POR 060 M DE LARGURA, PINTADA COM ATÉ 3 CORES, COM MADEIRA FIXADA NAS LATERAIS	UN	65,00	455,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

RESSALTANDO QUE ESTE PEDIDO FAZ-SE EM VIRTUDE DE NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO. SENDO NECESSÁRIO A DIVULGAÇÃO DO EVENTO ANTECIPADAMENTE.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 9 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 32/2013 - DL**

Processo Nr.: 83/2013  
Data: 09/05/2013

Folha: 2/2

06/05/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Maio de 2013

**Valor da Despesa:** 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL



**Dispensa Nº 33/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 33/2013 - DL****Processo Nr.: 84/2013  
Data: 10/05/2013**

Folha: 1/2

Fornecedor: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA  
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 5685  
Cidade: Schroeder - SC  
CNPJ: 74.111.428/0001-48

Código: 7496

Inscrição Estadual: 252.767.136

**Objeto da Compra:** Aquisição de brindes para distribuição aos participantes do evento "Pura Poesia 2013" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	100,00	Porta Recado - com pregador em forma de sapo	UN	3,40	340,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

RESSALTANDO QUE ESTE PEDIDO FAZ-SE EM VIRTUDE DE NÃO HAVER TEMPO HÁBIL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 10 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 33/2013 - DL**

Processo Nr.: 84/2013  
Data: 10/05/2013

Folha: 2/2

29/04/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 29 de Abril de 2013

**Valor da Despesa:** 340,00 (trezentos e quarenta reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Inexigibilidade Nº 09/2013-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 9/2013 - IL**Processo Nr.: 82/2013  
Data: 09/05/2013

Folha: 1/2

**Fornecedor: BETHA SISTEMAS LTDA**

Código: 8088

Endereço: RUA JOÃO PESSOA, Nº 134, 1º ANDAR

Cidade: Criciúma - SC

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Inscrição Estadual: 253.086.027

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada de sistema para tesouraria - Betha Tesouraria para o período de maio a dezembro de 2013, para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3	8,00	Betha Tesouraria - Prefeitura - Mensalidade - 1 Usuário	MÊS	170,00	1.360,00
4	8,00	Betha Tesouraria - Saúde - Mensalidade - 1 Usuário	MÊS	68,00	544,00
5	8,00	Betha Tesouraria - Social - Mensalidade - 1 Usuário	MÊS	68,00	544,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****CAPUT - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.****JUSTIFICATIVA**

O Sistema Betha Tesouraria é um módulo dependente do sistema de contabilidade Betha Sapo. Para melhoria do funcionamento da Tesouraria, é indispensável a instalação do sistema para que os pagamentos através de bancos sejam realizados de forma integrada e automática.

Schroeder, 9 de Maio de 2013

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 9/2013 - IL**

Processo Nr.: 82/2013  
Data: 09/05/2013

Folha: 2/2

9/5/2013

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 9 de Maio de 2013

**Valor da Despesa:**

2.448,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e oito reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 12/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 12/2013-FMS

PROCESSO Nº. 31/2013-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de maio de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de maio de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 13 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**I Errata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 03/2013-FAS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2013-FAS

PROCESSO Nº. 09/2013-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item e data referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preço nº. 03/2013-FAS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de lanches para serem servidos aos usuários que participam das oficinas e projetos realizados pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e CREAS - Centro de Referência Especializada, órgãos da Política pública de Assistência Social vinculada a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

Data: 27 de maio de 2013

b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.

d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3. O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 27 de maio de 2013 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-B.

**ANEXO III**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2013-FAS – PROCESSO Nº 09/2013-FAS

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	MARCA	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	-------	-------	--------------------------	-----------------------



01	Suco de fruta com soja, embalagem de 1 litro, estilo embalagem Tetra Park, tampa abre e fecha. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva.	250	Unidade			
02	Suco de fruta com soja, embalagem de 200ml, estilo embalagem Tetra Park, com canudinho. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva.	2180	Unidade			

## ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2013-FAS

## TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Suco de fruta com soja, embalagem de 1 litro, estilo embalagem Tetra Park, tampa abre e fecha. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva.	250	Unidade	3,69	922,50
02	Suco de fruta com soja, embalagem de 200ml, estilo embalagem Tetra Park, com canudinho. Composição: água, açúcar, suco concentrado de frutas, maltodextrina, enriquecido com vitaminas B1, B2, B3, B6, B12 C, ácido fólico e minerais de ferro e zinco, acidulante e cloreto de cálcio, aromatizante, edulcorante artificial, sucralose. Não contém glúten. Sabores: laranja, morango, maracujá, uva.	2180	Unidade	0,99	2.158,20

Schroeder, 10 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**Extrato de Contrato Nº. 48/2013-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 48/2013-FMS

Dispensa nº. 18/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 30/2013-FMS

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DE BEM PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.058.713/0001-09, estabelecida na Rua Geronimo Correa, nº. 175, sala 02, Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de Imóvel localizado na Rua Presidente Costa e Silva nº 770, Bairro Rio Hern em Schroeder, terreno contendo área total de 1.120,00 m² totalmente murado com brita em toda sua extensão, edificado com uma casa em alvenaria com aproximadamente 200,00 m², contendo 14 ambientes. Imóvel a ser adaptado para atender as necessidades da Secretaria, afim de torná-la um ambiente adequado epidemiologicamente para alocação dos serviços de uma unidade de saúde, bem como seus fluxos de trabalho.

Valor do contrato: R\$ 17.903,23 (dezessete mil novecentos e três reais e vinte e três centavos)

Data da Assinatura: 10/05/2013 - Vigência: 27/05/2013 até 31/12/2013

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº. 87/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 87/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 83/2013-PMS - Dispensa de Licitação nº. 32/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERIPRINT COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 09.387.475/0001-57, estabelecida na Rua São Miguel nº. 164, Bairro Itinga, na cidade de Araquari, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.245-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de material para divulgação do evento "pura poesia 2013", da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	FAIXA EM LONA 3 METROS DE COMPRIMENTO POR 060 M DE LARGURA, PINTADA COM ATÉ 3 CORES, COM MADEIRA FIXADA NAS LATERAIS	07	Unidade	65,00	455,00
TOTAL R\$					455,00

Valor do contrato: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 10/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato Nº. 88/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 88/2013 - PMS

Processo Licitatório nº. 84/2013-PMS - Dispensa de Licitação nº. 33/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAPELARIA E PRESENTES MIGLAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 74.111.428/0001-48, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco nº. 5685, Bairro Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de brindes para distribuição aos participantes do evento "Pura Poesia 2013" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Porta Recado - com pregador em forma de sapo	100	Unidade	3,40	340,00
TOTAL R\$					340,00

Valor do contrato: R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais),

Data da Assinatura: 10/05/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**Programa de Gestão de Obras:**  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

**[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)**



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**CÂMARA MUNICIPAL****Extrato Contrato N. 004/2013**

CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER

**EXTRATO DE CONTRATO**

PARTES: CÂMARA DE VEREADORES DE SCHROEDER e OMVS CONSTRUTORA LTDA - ME.

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para a continuação da Construção da sede da Câmara de Vereadores de Schroeder, (Etapa II).

VALOR: R\$298.921,75 (duzentos e noventa e oito mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos).

PRAZO: 150 (cento e cinquenta) dias a contar da assinatura da ordem de serviço.

DATA DA ASSINATURA: 09 de maio de 2013.

SIGNATÁRIOS: Valdevino Anjos dos Santos e Osmair Rogerio Marquez.

**Timbó****PREFEITURA****Despacho Carta Convite N.º 38 2013**

CARTA CONVITE Nº. 38/2013

No dia 09/05/2013, a comissão de licitação reuniu-se no setor de licitações para avaliação dos pareceres contábeis e técnicos emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas participantes da carta convite nº. 38/2013.

Do parecer emitido pela engenheira Luciana Hartmann verificou-se que as empresas licitantes, AL CERTA CONST. E INCORPORADORA LTDA e OBRATECH ENG. CONST. E INCORPORADORA LTDA., apresentaram acervos técnicos de acordo com o exigido no edital.

Outrossim a Sra. Contadora, Carla Moser, verificou que os balanços patrimoniais apresentados pelas empresas referem-se ao exercício de 2011, sendo que a partir de 30/04/2013, a exigência é da apresentação do balanço patrimonial do exercício de 2012.

Diante da situação apresentada pela contadora, a Comissão de Licitação decide fixar o prazo de 5 dias úteis para que as empresas participantes apresentem o balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme autoriza o art. 48, § 3º da Lei de Licitações:

Art. 48. Serão desclassificadas:

( )

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Intimem-se as empresas participantes para cumprimento do acima determinado no prazo de 05 dias úteis.

Timbó - SC, 09 de maio de 2013.

DEISE A. N. MENDES

Presidente da Comissão de Licitações

BARBARA HOCHHEIM  
Secretário(a)

ALINEBUERGER  
Membro

**Errata Pregão Presencial N.º 04 2013 Fct - Feira de Rua do Livro**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2013 FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviços de locação de estruturas, sonorização, iluminação cenográfica para a Feira de Rua do Livro de Timbó que acontecerá do dia 05 ao dia 09 de junho de 2013 com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida.

Na letra " i ", constante do subitem 13.2 do edital onde se lê "A licitante vencedora deverá disponibilizar um técnico qualificado de som e um de iluminação para o horário que compreende a Feira: Das 8h às 23h do dia 05 ao dia 08 de junho", leia-se " do dia 05 ao dia 09 de junho".

Timbo (SC), 10 de maio de 2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Diretor de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****Ata Sessão de Abertura Pregão Presencial N°02/2013**

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº 08/2013

PREGÃO Nº 02/2013

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Germano Brandes, 711, sala 11, Centro, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 09/2013, de 18/02/2013, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, proceder a sessão de abertura dos trabalhos licitatórios do Pregão Presencial 02/2013, objeto do Processo Licitatório nº 08/2013, destinado a Aquisição de aparelhos de ar condicionado, modelo Split, com instalação, para a Câmara Municipal de Timbó (SC), conforme Anexo I, nos termos da minuta de contrato constante do Anexo V, do Edital de Pregão Presencial nº. 02/2013. Iniciada a sessão no horário estabelecido pelo Edital, o Pregoeiro conferiu a autenticidade dos documentos apresentados pela empresas Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda. EPP e AKON LTDA - ME. Recebeu os documentos de credenciamento das empresas Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP e AKON LTDA - ME, bem como os envelopes contendo a proposta de preço (envelopes nº 01), que foram rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes. O Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes contendo a proposta de preço da empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP, que apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 16.200,00, para o Item II no valor de R\$ 9.700,00, para o Item III no valor de R\$ 14.380,00, para o Item IV no valor de R\$ 7.190,00, para o Item V no valor de R\$ 12.800,00, para o Item VI no valor de R\$ 3.650,00, para o Item VII no valor de R\$ 3.280,00, para o Item VIII no valor de R\$ 6.960,00 e para o Item IX no valor de R\$ 79.600,00; a empresa AKON LTDA -ME apresentou proposta para o Item I no valor de R\$ 16.188,00, para o Item II no valor de R\$ 9.690,00, para o Item III no valor de R\$ 14.378,00, para o Item IV no valor de R\$ 7.189,00, para o Item V no valor de R\$ 12.790,00, para o Item VII no valor de R\$ 3.270,00 e para o Item VIII no valor de R\$ 6.954,00. Analisadas e rubricadas as propostas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e representantes credenciados, verificou-se que o preço ofertado pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP, referente ao Item IX, é superior a planilha estimativa de preços, estando em desacordo com o item 4.1, letra "c"

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

do Edital, sendo desclassificada nesse item. Realizados os lances verbais e negociação com as empresas participantes, conforme os critérios estabelecidos no Edital. O Item I foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP, com o valor de R\$ 16.138,00. O Item II foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP com o valor de R\$ 9.640,00. O Item III foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP no valor de R\$ 14.228,00. O Item IV foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP, com o valor de R\$ 7.139,00; O Item V foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP com o valor de R\$ 12.740,00. O Item VI foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP com o valor de R\$ 3.600,00. O Item VII foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP com o valor de R\$ 3.220,00. O Item VIII foi vencido pela empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP com o valor de R\$ 6.900,00. O Pregoeiro procedeu à abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação das empresas que apresentaram as melhores Propostas, e, após análise da documentação, constatou-se que os documentos de habilitação jurídica e fiscal exigidos no Edital foram atendidos, sendo declarada vencedora dos Itens I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII a empresa Tecnoponto Eletrodomésticos e Eletrônicos Ltda - EPP. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou os objetos da licitação à empresa declarada vencedora. Nada mais havendo a relatar, o Pregoeiro encerrou a Sessão com a lavratura desta ata, assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes das licitantes presentes. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

PREGOEIRO: \_\_\_\_\_

Equipe de Apoio: \_\_\_\_\_

**Três Barras**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 297 de 15 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 297 DE 15 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 353/2013, que noticia a nomeação do requerente para ocupar cargo em órgão da administração indireta;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares ao servidor WANDERLEY FRANCISCO VALIM, matrícula 8248.1-11, ocupante do cargo de condutor de veículos e máquinas, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 15 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº 303 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 303 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 057/2011-SECE.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SONIA REGINA STOCLOSKA BROZOSKI, matrícula 7163.3-9, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº 304 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 304 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 043/2013-SECE.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora ELIZIANE RUTH KRÜGER DE MATOS, matrícula 8473.5-7, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no



Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº 305 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 305 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 046/2013-SECE.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SIMONE ODIA CORDEIRO, matrícula 15261.7-0, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº 306 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 306 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 047/2013-SECE.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SUELI MARIA DOS SANTOS, matrícula 9189.8-6, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº 307 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 307 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 044/2013-SECE.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora TEODÓSIA BILESKEI SPOTTE, matrícula 604.1-14, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **Portaria Nº 308 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 308 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;



CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 167/2012-SECE.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora VERA LÚCIA SOARES FERREIRA, matrícula 260.7-9, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de abril de 2013;

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº 309 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 309 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à servidora MARIA ELIANE CARLOS DE MARIA - matrícula 226.7-12, ocupante do cargo de Professor, licença prêmio pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar de 01.04.2013, cujo período aquisitivo se operou de 01.08.2007 à 31.07.2012, com fundamento no art. 75 da Lei Complementar 140/2009 e requerimento nº 358/2013.

Art. 2º. Fica cancelada a licença, anteriormente deferida em favor da servidora, através da Portaria nº 153/2003, a contar de 31.03.2013.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº 310 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 310 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 048/2013-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora MARLI LOTHER DA SILVA, matrícula 13281.0-2, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 1º de abril de 2013.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº 311 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 311 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 052/2013-SECE.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Interromper, a pedido, a licença para capacitação concedida através da Portaria nº 272/2011 ao servidor MATHEUS UBA CHUPEL, matrícula 12744.2-3, ocupante do cargo de professor, determinado o retorno do mesmo ao exercício normal de suas funções, a contar de 08.04.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº 312 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 312 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento nº 357/2013;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença maternidade à servidora LUCIANE FLORES - matrícula 17716.4-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a contar de

15 de abril de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº 313 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº 313 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de vários afastamentos e aposentadorias;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

I - SOELI STACHUK, matrícula 689.0-16, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

II - DAMARIS DE FÁTIMA SOARES, matrícula 11508.8-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 12.04.2013;

III - GIOVANA RIBEIRO DAL COMUNE, matrícula 12965.8-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 15.04.2013;

IV - JOCELI DA SILVEIRA HOLZAPFEL, matrícula 10020.0-10, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 15.04.2013;

V - CRISTIANE NOVACK FRAGOSO, matrícula 115501.2-5, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

VI - AGOSTINHO KRYSZYSZYN, matrícula 15333.8-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

VII - DANNY KUKA DE LORENA, matrícula 821.4-16, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 15.04.2013;

VIII - NOELIA TINFE FOLLADOR, matrícula 503.7-18, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 15.04.2013;

IX - SUELI MARIA DOS SANTOS, matrícula 9189.8-6, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

X - ROSIMERE DE FÁTIMA BORGES HURMUS, matrícula 1010.3-14, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

XI - NISSIA CECÍLIA NUNES, matrícula 7916.2-7, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 1º.04.2013;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2013, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº 336 de 02 de Maio de 2013.**

PORTARIA Nº 336 DE 02 DE MAIO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC., usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar pelo período de 90 (noventa) dias a compensação de horário do expediente de quinta-feira do servidor TADEU KURPIEL JÚNIOR - Advogado Municipal matrícula nº 8475-1 do quadro do pessoal comissionado, na sexta-feira período vespertino, conforme requerimento protocolado sob o nº 385/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 02 de maio de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras.

**Portaria Nº. 283 de 04 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 283 DE 04 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

INTERROMPER o gozo de férias do Servidor LUIZ ROBERTO CORREA, cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40hrs, do quadro de pessoal Estatutário desta Prefeitura, haja vista necessidade de atendimento dos serviços públicos municipais, em conformidade com o caput do art. 72 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2010.

O gozo de férias de que trata o caput deste artigo refere-se ao período de aquisição de: 06/10/2010 À 05/10/2011, cujo gozo teve início 18/03/2013.

O saldo de férias devido do Servidor totaliza em 19 (dezenove) dias, que deverão ser gozados em: 11/04/2013, de acordo com o parágrafo único do art. 72 da lei Complementar nº138/2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 285 de 04 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 285 DE 04 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Nº	Matricula	Nome:	Data	Hrs
1.	15333.8 3	AGOSTINHO KRYSZYSZYN	01/04/2013	40HRS
2.	12656.0 10	CLARICE MARIA RODRIGUES DA SILVA	01/04/2013	40HRS
3.	13409.0 0	DANIELE DA SILVA	01/04/2013	20HRS
4.	16384.8 2	DIONEI DE OLIVEIRA DE SOUZA	01/04/2013	20HRS
5.	10548.1 4	GILVANE FATIMA DE OLIVEIRA ADUR	01/04/2013	20HRS
6.	14149.6 8	ISABELA CRISTINA COSTA FLO-RINDO	08/04/2013	20HRS
7.	12154.1 12	IVETE SOEK RICARDO DE JESUS	01/04/2013	40HRS
8.	827.3 19	MARIA BILESKI GUIMARAES	01/04/2013	40HRS
9.	13281.0 3	MARLI LOTHER DA SILVA	01/04/2013	20HRS
10.	16078.4 4	MIRELA GOGOLA	01/04/2013	20HRS
11.	17372.0 0	NEUSELI BEYERSDORFF OLSEN	01/04/2013	20HRS
12.	1005.7 12	ROZELI TEREZINHA CORNELSEN	01/04/2013	40HRS

CONTRATAR, os servidores abaixo citados para exercer suas funções no cargo de PROFESSORES, Aprovados através do Processo Seletivo 06/2012, quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013. Lotados na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 300 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 300 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

AUTORIZA o pagamento á servidora inativa MARLI CORDEIRO, Professora, 20hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$441,28 (quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), a titulo de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 317 de 01 de abril de 2013. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 DE ABRIL DE 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 301 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 301 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

AUTORIZA o pagamento á servidora inativa SONIA MARCIA S KUCHLER, ASSISTENTE PEDAGOGICO, 40hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$1.737,16 (hum mil, setecentos e trinta e sete reais e dezesseis centavos, a titulo de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 339 de 08 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09 DE ABRIL DE 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 302 de 18 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 302 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei

Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

AUTORIZA o pagamento á servidora inativa SOLANGE G MULLER DA SILVA, PROFESSORA, 40hrs - lotada na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes, do quadro de pessoal estatutário desta Prefeitura, de parcela mensal no valor de R\$2.263,96 (dois mil, duzentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos), a título de complementação de proventos, em consonância com o previsto no parágrafo único do art. 180 da Lei Complementar nº138 de 08 de outubro de 2009 e requerimento protocolado sob o nº 348 de 11 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 DE ABRIL DE 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 314 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 314 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, a servidora ROSILENE DOS PASSOS IURKIV, para exercer suas funções no cargo de Secretária Adjunta PC 05 quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo desde município. Para a Secretaria de Saúde; sem prejuízo de remuneração, A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 315 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 315 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o servidor MAURICIO DE SOUZA DOBROCHINSKI, para exercer suas funções no cargo de Secretário Adjunto, PC 05 quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico & Turismo desde município. A contar de 01 de Abril de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 316 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 316 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

EXONERAR, o servidor ANTONIO CARLOS ALVES DE LIMA, das funções que exercia no cargo de SUB-DIRETOR, PC 07 quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Viação & Obras desde município. A contar de 01 de Abril de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 317 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 317 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

TRANSFERIR, o Servidor REINALDO WENGRZYNOVSKI, para exercer as funções no cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, PC 05, quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Saúde desde município. Para a Secretaria de Assistência Social; sem prejuízo de remuneração, A contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Abril de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**Portaria Nº. 318 de 22 de Abril de 2013.**

PORTARIA Nº. 318 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, o servidor ANTONIO CARLOS ALVES DE LIMA, para exercer suas funções no cargo de DIRETOR, PC 06 quadro de funcionários comissionados desta Prefeitura. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura & Esportes desde município. A contar de 01 de Abril de 2013.



Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 22 de Abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**Portaria Nº. 324 de 30 de Abril de 2013.**  
PORTARIA Nº. 324 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Nº	Matricula	Nome:	Data
1.	17797.0 0	ADINOR PEREIRA DA CRUZ	01/04/2013
2.	12076.6 7	ANTONIA CLAUDIA SOLOSINSKI	01/04/2013
3.	1026.0 5	ARNOLDO ANTONIO PINTO	01/04/2013
4.	17804.7 0	FABIO PATRIK DA SILVA	01/04/2013
5.	16031.8 1	INES MARGARETE SOKALSKI SZCZYGIEL	01/04/2013
6.	17855.1 0	INES ZOVIA BUENO	22/04/2013
7.	17872.1 0	JOSE AIRTON DO AMARAL	01/04/2013
8.	16913.7 2	JUSCELIA TEREZINHA FERREIRA	19/04/2013
9.	17867.5 0	MARCIO JOSE CARVALHO	01/04/2013
10.	17810.1 0	PATRICIA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	11/04/2013
11.	17168.9 0	RUBENS ROSA DOS SANTOS	01/04/2013
12.	9593.1 0	SARA CARDOSO DA SILVA	01/04/2013
13.	16037.7 2	SILMARA DE FATIMA CARDOSO	01/04/2013
14.	11307.7 1	SIMONE APARECIDA SOUZA DOS SANTOS	18/04/2013
15.	17805.5 0	SOELI TEREZINHA REZENDE	01/04/2013
16.	17801.2 0	WILSON PEREIRA	01/04/2013
17.	17799.7 0	WILSON SCHUPEL	01/04/2013

CONTRATAR, os servidores abaixo citados para exercer suas funções no cargo de AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS, Aprovados através do Processo Seletivo 01/2013, quadro de funcionários Estatutário desta Prefeitura, Conforme o Decreto Lei 4.196 de 04 de fevereiro de 2013.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 30 de abril de 2013.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supracitada.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Turvo

### PREFEITURA

#### Decreto 24/2013

DECRETO Nº 024/13, de 06 de maio de 2013.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 019/13

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o § 2º da Lei Municipal nº 1.067/94, de 25 de abril de 1994 e suas alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º - A Alínea i do art. 1º do Decreto nº 019/13, de 17 de abril de 2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

i) Representante da Câmara de Vereadores:

Titular: Gizeli Estevam Baesso

Suplente: Albino Giusti

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 06 de maio de 2013.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal em Exercício

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATE

Secretário de Adm. e Finanças  
designado.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### Termo de Contrato Nº. 09/2013.

Termo de Contrato nº. 09/2013.

Proponente: Volta Grande Comunicações Ltda.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Turvo.

Objetivo: Publicação de matérias Institucionais, na forma de informativo do Poder Legislativo.

Quantidade: 1.180 (mil cento e oitenta) (cm/cl) centímetros/columna

Valor: 6,75 cm/cl (seis reais e setenta e cinco centavos) o centímetro/columna

Vigência: De 02 de maio a 31 de Dezembro de 2013.



# Videira

## PREFEITURA

### Lei Nº 2.914/13

LEI N.º 2.914/13, DE 08 DE MAIO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar permissão de uso a Sociedade Amigos do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (SAMUVI), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar permissão de uso a Sociedade Amigos do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (SAMUVI), mediante termo cuja minuta integra a presente Lei, de uma sala com 109,65 m<sup>2</sup> (cento e nove metros e sessenta e cinco décimos quadrados), situada no térreo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin, nesta cidade de Videira, SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO  
LEI Nº 2.914/13

O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, inscrita no CNPJ sob nº 83.039.842/0001-84, representado por seu Prefeito Interino, Sr. LOURENÇO BECKER, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 310.685.459-68, residente e domiciliado na Rua Antonio Marcon, nº 300, em Videira, SC, doravante denominado PERMITENTE; e a SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DO VINHO MÁRIO DE PELLEGRIN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.233.946/0001-84, com sede na Rua Padre Anchieta, s/nº, na cidade de Videira, SC, neste ato representada pela sua presidente Sra. RITA CATARINA SINZKER, residente e domiciliada nesta cidade de Videira/SC, doravante denominada PERMISSIONÁRIA,

Acordaram e ajustaram, nos termos da Lei Municipal nº 2.914/13, a permissão de uso, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O PERMITENTE outorga, gratuitamente, à PERMISSIONÁRIA, a permissão de uso de uma sala, medindo 109,65 m<sup>2</sup>, localizada no térreo do Museu do Vinho Mário de Pellegrin, nesta cidade de Videira - SC

CLÁUSULA SEGUNDA - A permissão de uso será outorgada a título precário, para fins de utilização como ponto de turismo e comercialização de artigos de artesanato, souvenirs e livros, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovada por igual período se houver

interesse da administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - Correrão à conta da permissionária as despesas com manutenção e luz, incorridas em decorrência da permissão outorgada.

CLÁUSULA QUARTA - A PERMISSIONÁRIA se obriga a zelar pela boa conservação do objeto da permissão, ficando inteiramente responsável por qualquer dano resultante do descumprimento desses deveres.

CLÁUSULA QUINTA - A PERMISSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar da sala para outro mister que não seja para ocupação de seu estabelecimento comercial, não lhe sendo permitido transferir este contrato a outrem, ceder, emprestar, fazer modificações ou transformações na sala sem o expresso consentimento do PERMITENTE.

CLÁUSULA SEXTA - Ao PERMITENTE fica facultado vistoriar e examinar o imóvel, sempre que lhe aprouver.

CLÁUSULA SÉTIMA - A PERMISSIONÁRIA, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se a manter o imóvel em boas condições de higiene e limpeza, de iluminação, telhado, vidraças, ralos e demais assessorios em perfeito estado de conservação e funcionamento, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, ainda que necessárias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel.

CLÁUSULA OITAVA - A PERMISSIONÁRIA se obriga, ainda, a restituir o uso do espaço cedido, ao término do prazo da permissão ou das atividades.

CLÁUSULA NONA - À presente permissão aplicam-se às normas e princípios de direito administrativo e subsidiariamente os de direito civil.

CLÁUSULA DÉCIMA - Fica desde já eleito o foro da comarca de Videira - SC, para dirimir todas as dúvidas ou questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, acordados, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente instrumento, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira/SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PERMITENTE

RITA CATARINA SINZKER

Presidente

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**Lei Nº 2.915/13**

LEI N.º 2.915/13, DE 08 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bem imóvel pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Farmácia Líder Farma e Laboratório Vida, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.915/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Farmácia Líder Farma e Laboratório Vida, com sede no Município de Videira, SC, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.915/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso das dependências do Largo da Estação Ferroviária, localizado na Rua Nicolau Cavon, no Bairro Centro, com a finalidade de realizar evento de responsabilidade social da respectiva empresa, na data de 11 de maio do corrente ano, das 09h00min as 15h30min, bem como, a colocação de uma faixa de divulgação 01 (uma) semana antes do evento no respectivo local.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO**

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. Os eventos previstos na Cláusula Primeira deverão realizar-se, intransferivelmente, na data de 11 de maio do corrente ano, das 09h00min as 15h30min.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Segurança no local do evento;
- Proibição de venda ou distribuição gratuita de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim

diverso do ora estipulado;

f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;

h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

IV. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO**

A presente autorização de uso vigorará somente na data de 11 de maio do corrente ano, das 09h00min as 15h30min, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

FARMÁCIA LÍDER FARMA

Representante

TESTEMUNHAS:

Nome:

RG:

Nome:

RG:

**Lei Nº 2.916/13**

LEI N.º 2.916/13, DE 08 DE MAIO DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Firmar Convênio com a Escola de Pais do Brasil - Secção de Videira/SC e a repassar-lhe subvenção social que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Escola de Pais do Brasil - Secção de Videira, nos termos da minuta anexa que faz parte integrante da presente LEI.

Art. 2º O objeto do presente convênio é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos sociais da referida Entidade.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a serem pagos em parcela única no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, contendo os documentos

previstos na Lei nº 4.320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 016/13**

PORTARIA nº 0216/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Memorando nº 09/13 do Departamento Pessoal e no Processo Administrativo nº 7211/13;

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora CARLA SEIXAS PINHEIRO FELÍCIO, Enfermeira, a partir do dia 03 de maio de 2013 até 30 de agosto de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2013.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0213/13**

PORTARIA nº 0213/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2846/2013,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LAURA APARECIDA FERREIRA DUTRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 05 de maio de

2013 até 05 de agosto de 2013, referente ao quinquênio de 05 de maio de 2008 até 04 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2013.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0213/13**

PORTARIA nº 0213/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2846/2013,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a LAURA APARECIDA FERREIRA DUTRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 05 de maio de 2013 até 05 de agosto de 2013, referente ao quinquênio de 05 de maio de 2008 até 04 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2013.

Videira, 08 de maio de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0214/13**

PORTARIA nº 0214/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5175/2013,

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a IRMA WEISS, Auxiliar de Serviços Gerais, de 03 de junho de 2013 até 03 de setembro de 2013, referente ao quinquênio de 07 de abril de 2008 até 06 de abril de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

Videira, 08 de maio de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0215/13**

PORTARIA nº 0215/13

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Lei Municipal nº 2.256/09 e suas alterações;

#### **RESOLVE**

Designar MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, ARNALDO POSSANSKE e MIGUEL ALBERTO VIECELI, para comporem a Comissão de Avaliação de Imóvel, a fim de avaliarem, no prazo de 10 (dez) dias, para fins de licitação para permissão de uso para exploração comercial de espaço público, o seguinte imóvel localizado no Complexo Esportivo Medalhão: "Área para Bar e Lanchonete com 60,00 m²".

Os servidores integrantes da Comissão ficam ERdispensados de suas atividades normais nos dias de avaliação e elaboração do relatório final.

As avaliações deverão considerar os encargos/restrições dos contratados, para embasar o valor a ser fixado a título de remuneração mensal.

A comissão deverá fixar os valores a serem pagos a título de água e energia nos locais onde não houver medidores.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de maio de 2013.  
LOURENÇO BECK  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Portaria Nº 0217/13**

PORTARIA Nº 0217/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00028/13-6, nos assentos funcionais da servidora MARINÊS APARECIDA SARIGHELLI, detentora da matrícula funcional nº 8746, e do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 6974/2013,

#### **RESOLVE**

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais

da servidora MARINÊS APARECIDA SARIGHELLI, detentora da matrícula nº 8746 e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00028/13-6, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 09 de maio de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de maio de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **Edital de Chamada Pública 01/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar a Chamada Pública nº 01/2013. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEMEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, VERBA FNDE/PNAE/PNAC. 2. ENTREGA DOS ENVELOPES: Os interessados deverão protocolizar os envelopes contendo a documentação e proposta de preços até às 14:00 horas do dia 20 de Junho de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC, no Departamento de Protocolo. 3. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 4. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 07 de Maio de 2013.  
LOURENÇO BECKER  
Prefeito Municipal Interino

#### **Cancelamento do Termo Aditivo Nº 68/2013**

Cancelamento do Termo Aditivo nº: 68/2013.

Contrato/Ata nº: 267/2009.

Licitação: PR 48/2009-FMS.

Contratada: CLÍNICA DR. MIRANDA LTDA.

Objeto: Cancelamento do termo aditivo tendo em vista que a empresa contratada não tem mais interesse em continuar prestando os serviços médicos.

Data: 10.05.2013.



**Edital de Notificação Nº 011/13**

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2013

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ADAIR GONCALVES DIAS	531.349.749-91	9797/2012	08/05/2013
ADRIANA APARECIDA RAIZ	13.502.692/0001-18	7987/2012	08/05/2013
ANITA DE OLIVEIRA (EDER DE LIMA DE OLIVERA)	008.426.029-76	10045/2011	08/05/2013
ANTONIO MARTINI	163.642.109-10	2713/2012	08/05/2013
CASA DE EVENTOS E RESTAURANTE CASTELO LTDA	11.170.584/0001-60	15309/2012	08/05/2013
CELL SOFTWARE TELEFONIA CELULAR LTDA ME	12.021.514/0001-02	15112/2012	08/05/2013
CLAUDECIR AGOSTINHO FRIEBEL	893.381.549-04	614/2012	08/05/2013
CLEMIR SALETE DOS ANJOS DE CARVALHO	527.938.699-53	2530/2012	08/05/2013
COMERCIO DE VERDURAS OLZA LTDA	78.519.634/0001-42	1159/2012	08/05/2013
COMIDAS PRONTAS D GUEDES LTDA	14.337.824/0001-66	14788/2012	08/05/2013
CONSTRUTORA JOTA CASTELO LTDA ME	00.569.851/0001-50	10644/2012	08/05/2013
EVANDIR DOS SANTOS BORGES	366.489.578-91	10743/2012	08/05/2013
JOAO BATISTA ANTUNES DE CASTRO ME	07.011.958/0001-27	9867/2012	08/05/2013
JOSE ALVES GUEDES	220.618.869-49	12914/2012	08/05/2013
LEOCIR AGOSTINHO ALABORA	794.740.399-68	3473/2010	08/05/2013
LFR MOTO MECANICA LTDA	04.936.170/0001-33	14742/2012	08/05/2013
MARCELINA DE LIMA MORAIS	693.697.479-15	4144/2012	08/05/2013
MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA	731.387.899-00	14577/2012	08/05/2013
MARISA INES MARIM	892.109.309-59	11748/2012	08/05/2013

MATOSO EMPREENDIMENTOS LTDA ME	03.946.255/0001-30	16523/2011	08/05/2013
ONADIR PITTOL	195.795.009-91	1174/2010	08/05/2013
ORLANDO ANTUNES DE LIMA	304.854.109-82	12775/2011	08/05/2013
RAFAEL MAURINA	825.030.609-00	1889/2012	08/05/2013
RS AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	82.096.454/0001-72	1736/2012	08/05/2013
SERGIO ANTONIO HERDINA	148.090.529-15	4016/2012	08/05/2013
SIDNEY PITTOL	015.941.999-90	15078/2012	08/05/2013
SIMONE RIBEIRO DA ROSA	007.091.359-55	10717/2012	08/05/2013
TRANSPORTES FGF LTDA ME	82.139.247/0001-58	14565/2012	08/05/2013
VALMIR ANZANELLO	703.071.569-15	1687/2011	08/05/2013
VALMIR CESAR LEONI	103.617.159-00	7022/2012	08/05/2013
VERA LUCIA HERDINA	020.064.799-70	4017/2012	08/05/2013
VISUAL RODAS LTDA	11.063.458/0001-06	15038/2012	08/05/2013

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 09 de janeiro de 2013.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 019/2013**

DECRETO N.º 019/2013

DISPÕE SOBRE O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

**DECRETA:**

Art. 1º - O Fórum Municipal de Educação de caráter permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional de Educação e dos Fóruns de educação dos municípios.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal da Educação:

I - convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal da Educação, bem como divulgar suas deliberações;

II - elaborar o Regimento Interno da Conferência Municipal da Educação;

III - oferecer suporte técnico às unidades escolares do município para a organização e a realização de seus fóruns de estudo e das conferências;

IV - acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal da Educação;

V - zelar para que as conferências de educação dos municípios estejam articuladas com a Conferência Estadual de Educação;



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



VI - planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;

VII - acompanhar junto à Câmara de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação;

VIII - acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal da Educação.

Art. 3º - O Fórum Municipal da Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal da Educação:

- a) Diretoria de ensino;
- b) Equipe Gestora das Unidades Escolares da Rede;
- c) Professores da rede municipal de ensino;
- d) Associações de Pais e Professores das Unidades Escolares da Rede.

II - Escolas da Rede Estadual de Ensino.

III - Conselho Municipal da Educação.

IV - CDL - Clube de Dirigentes Lojistas de Vitor Meireles.

V - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitor Meireles.

VI - Câmara Municipal de Vereadores.

VII - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

VIII - Conselho Municipal da Assistência Social.

IX - Conselho Municipal da Saúde.

X - Conselho Tutelar.

XI - Conselho do FUNDEB.

XII - Conselho da Alimentação Escolar.

XIII - Secretarias Municipais (Administração e Finanças; Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente; Saúde; Assistência Social; Esporte, Cultura e Turismo).

XIV - Gabinete do Prefeito.

XV - Câmara Mirim.

XVI - Delegacia de Polícia.

XVII - Empresários.

XVIII - Presidentes de Associações de Moradores de Bairro.

Art. 4º - Os representantes de que se trata o art. 3º serão indicados pelos titulares e dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal da Educação serão definidos no seu Regimento Interno, aprovados em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições desse Decreto.

Art. 6º - O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estarão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação para garantir seu funcionamento.

Art. 7º - Os representantes de que trata o art. 3º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE MAIO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na data

Vitor Meireles/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 020/2013**

DECRETO N.º 020/2013

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais, estabelecidos pela Lei Municipal nº 0404, de 30 de agosto de 2000;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho de Alimentação Escolar - CAE:

I - Representante do Poder Executivo:

Titular: DARIO MONTAGNA

Suplente: SANDRO LUNELLI

II - Representante dos Docentes, Discentes ou Trabalhadores na área da educação:

Titular: MARCOS LEANDRO

Suplente: WILSONY GONÇALVES

Titular: ISOLANIA WIPPEL

Suplente: ROSILENI FISTAROL FORMENTIN

III - Representante dos Pais de Alunos:

Titular: JUCILEI CIPRIANI

Suplente: JOICE BATISTA DA SILVA

Titular: RAFAELA DE ANDRADE

Suplente: JULIANA CANDIDO

IV - Representante da Sociedade Civil:

Titular: NILTON JOSÉ BERNARDY

Suplente: NILO JUNGLOS

Titular: JOEL RODRIGO TEIXEIRA

Suplente: CAMILA MENEGHELLI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE MAIO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na data

Vitor Meireles/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

### **Decreto Nº 021/2013**

DECRETO N.º 021/2013

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais, estabelecidos pelo §7º, do Artigo 15, da Lei Complementar nº 049, de 23 de dezembro de 2009, § 7º, do Artigo 23, da Lei Complementar nº 048, de 23 de dezembro de 2009 e, § 2º, do Artigo 37, da Lei Complementar nº 007, de 13 de maio de 2003,

CONSIDERANDO, as indicações dos membros para representar os respectivos departamentos junto à Comissão de Avaliação de Desempenho e de Avaliação do Estágio Probatório dos servidores públicos municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais:

IRIA WILHELM

Representante da Secretaria de Saúde.

JAIR WIPPEL

Representante da Secretaria de Administração e Finanças.

LINDOLF LUTKE

Representante da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

ODIRLEI JEREMIAS

Representante da Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária

e Meio Ambiente.

ROSILENI FISTAROL FORMENTIN

Representante da Secretaria de Educação.

Art. 2º - As servidoras MARIA DE LURDES LANZMASTER e VERA LUCIA LUTKE, eleitas pelos professores efetivos, também compõem a presente Comissão, representando a Secretaria de Educação, quando da Avaliação dos servidores do quadro do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - A Comissão ora constituída tomará as providências necessárias à fiel execução e julgamento da Avaliação de Desempenho e de Estágio Probatório dos servidores públicos municipais de Vitor Meireles, pelo período de um ano, a contar da publicação deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 09 DE MAIO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na data

Vitor Meireles/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

## Consórcios

### CIGA

#### Extrato Contrato 139 - PGC - Botuverá

Extrato de Contrato nº 139/2013

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Botuverá

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Botuverá

CNPJ: 12.935.074/0001-07

CONTRATO Nº: 02/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 24 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 140 - Programa - Ilhota

Extrato de Contrato nº 140/2013

Contrato de Programa - Ilhota

CONTRATANTE: Município de Ilhota

CNPJ: 83.102.301/0001-53

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 01/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Ilhota e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ilhota no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal.

Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Ilhota, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 02 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

#### Extrato Contrato 141 - Rateio - Ilhota

Extrato de Contrato nº 141/2013

Contrato de Rateio - Ilhota

CONTRATANTE: Município de Ilhota

CNPJ: 83.102.301/0001-53

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Ilhota e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 01/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de maio de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Termo de Cooperação Técnica e Financeira Nº 01/2013 - CIGA e AMOSC**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA Nº 01/2013

Convênio de cooperação técnica e financeira celebrado entre o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA e a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC.

Considerando as atividades exercidas pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) e a disponibilização dos programas do Diário Oficial, Gestão de Câmaras de Vereadores, Gestão Tributária, Gestão da Assistência Social e Gestão de Obras, todos voltados aos interesses dos municípios associados à Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina,

Considerando a existência de objetivos comuns entre a AMOSC e o CIGA, em especial a prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação aos municípios catarinenses,

Considerando que a AMOSC possui departamento de projetos de engenharia e arquitetura para os Municípios e o CIGA possui o Programa de Gestão de Obras, o qual permite agilidade na elaboração de projetos e eficiência na gestão das obras,

Considerando que o CIGA dispõe de sistemas integrados à Rede Catarinense de Informações - Rede-CIM e demais serviços oferecidos pela Federação Catarinense de Informações - FECAM,

Considerando que na AMOSC já são consorciados ao CIGA os municípios Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, São Carlos, e Serra Alta,

Considerando que a AMOSC e o CIGA buscam soluções mútuas voltadas aos interesses dos Municípios para a melhoria da gestão e economicidade de recursos públicos,

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, associação pública de direito público, CNPJ nº 09.427.503/0001-12, com sede na Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito, Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA, associação civil sem fins econômicos, CNPJ nº 82.805.961/0001-38, Av. Getúlio Vargas, Nr 571-S, Chapecó - SC, CEP:89812-000, neste ato representada por seu Secretário Executivo, o Sr. Paulo Utzig, resolvem celebrar o presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, nos termos a seguir:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

O objeto do presente convênio é a prestação de apoio técnico, logístico e financeiro entre a AMOSC e o CIGA para o aprimoramento técnico da AMOSC na prestação de serviços e elaboração de projetos de engenharia e arquitetura e, para o apoio na contratação dos Programas do CIGA junto aos municípios da microrregião da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

**Cláusula Segunda - Do Apoio Técnico**

A fim de auxiliar a AMOSC na prestação de seus serviços aos Municípios, especialmente os de engenharia, e com respaldo nos princípios da eficiência e da economicidade, o CIGA disponibilizará seus Programas e prestará apoio técnico, por meio de seus funcionários, para fins de assessoramento das atividades da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina.

**Cláusula Terceira - Do Apoio Logístico**

O CIGA disponibilizará à AMOSC o acesso ao Programa de Gestão de Obras, treinamento e suporte para os trabalhos da própria associação na elaboração dos Projetos de Engenharia, O CIGA manterá para a AMOSC, as atualizações do Programa

de Gestão de Obras, incluindo tabelas básicas de referências de obras, para maior agilidade na elaboração e atualização de orçamentos de projetos,

**Cláusula Quarta - Da contrapartida**

A título de contrapartida financeira, a AMOSC repassará mensalmente ao CIGA a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

**Cláusula Quinta - Da correção dos valores**

O valor constante na cláusula quarta será corrigido a cada 12 meses através do IGP-M (índice geral de preços do mercado) que é divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

**Cláusula Sexta - Das Obrigações**

O CIGA obriga-se a prestar os serviços aos municípios consorciados, conforme objetivos constantes no Protocolo de Intenções, A AMOSC obriga-se a fomentar o consorciamento dos municípios ao CIGA e de divulgar os programas oferecidos pelo consórcio aos municípios de sua microrregião.

**Clausula Sétima - Do acompanhamento dos resultados**

O CIGA publicará no site [www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br) a listagem dos municípios com as respectivas leis de consorciamento ao CIGA e, publicará no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC os extratos de contratos firmados com os municípios da microrregião, Semestralmente, a AMOSC e o CIGA irão se reunir a fim de verificar o cumprimento das metas do presente convênio.

**Cláusula Oitava - Da Vigência**

O presente convênio entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

**Cláusula Nona - Da Rescisão**

As partes poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente convênio caso ocorra comprovado inadimplemento de quaisquer das cláusulas, pela superveniência de legislação que o torne impraticável e por mútuo interesse.

**Cláusula Décima - Do Foro**

As partes elegem o foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina para dirimir quaisquer conflitos resultantes do presente convênio.

**Cláusula Décima Primeira - Disposição Final**

Por estarem acordadas as partes, assinam o presente convênio em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas arroladas.

Florianópolis, 02 de Maio de 2012.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

PAULO UTZIG

Secretário Executivo da AMOSC



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



## CIM-AMAVI

### Aviso de Publicação de Edital de Carta Convite Nº 002/2013

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI  
CIM-AMAVI

CONVITE Nº 002/2013

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ nº 14.695.989/0001-00, estabelecido na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos e que realizará às 9 horas do dia 22 de maio de 2013, na sede do CIM-AMAVI, junto a AMAVI, na Rua XV de Novembro, 737, na cidade de Rio do Sul/SC, recebimento e abertura de propostas objetivando a aquisição de materiais eletrônicos e eletrodomésticos para o Acolhimento Institucional Albertina Berkenbrock, situado em Vidal Ramos, conforme quantidades previstas e preços unitários estimados, constantes do objeto. A documentação completa do Edital poderá ser retirada na sede do Consórcio ou no endereço eletrônico [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim).

Rio do Sul, 08 de maio de 2013.  
HUGO LEMBECK  
Presidente.

## CIS/AMUREL

### Extrato de Contrato de Credenciamento 35/2013

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 35/2013.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: LABORATÓRIO ADELSON E CRISTINE LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de laboratório.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009).

Data da Assinatura: 09/04/2013.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Cristine Pereira de Medeiros Monteiro pelo Contratado.

# PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**CISAM****Balancete Financeiro - por Categoria Econômica -  
Abril/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Abril/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	2.042,05	Despesa Orçamentária	369,81
RECEITA PATRIMONIAL	2.042,05	Despesas exceto Intra-orçamentárias	369,81
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	369,81
Receita Extra - Orçamentária	369,81	Despesa Extra - Orçamentária	369,81
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	369,81	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	369,81
OBRIGAÇÕES A PAGAR	369,81	OBRIGAÇÕES A PAGAR	369,81
FORNECEDORES	369,81	FORNECEDORES	369,81
Saldos anteriores	469.664,22	Saldos atuais	471.336,46
BANCO C/ MOVIMENTO	469.664,22	BANCO C/ MOVIMENTO	471.336,46
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	472.076,08	Total	472.076,08

Capinzal, 30/04/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE



**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Fevereiro/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Fevereiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.614,16		
RECEITA PATRIMONIAL	1.614,16		
Saldos anteriores	466.420,36	Saldos atuais	468.034,52
BANCO C/ MOVIMENTO	466.420,36	BANCO C/ MOVIMENTO	468.034,52
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	468.034,52	Total	468.034,52

Capinzal, 28/02/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE

**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Janeiro/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Janeiro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.945,85	Despesa Orçamentária	187,94
RECEITA PATRIMONIAL	1.945,85	Despesas exceto Intra-orçamentárias	187,94
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	187,94
Receita Extra - Orçamentária	187,94	Despesa Extra - Orçamentária	187,94
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	187,94	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	187,94
OBRIGAÇÕES A PAGAR	187,94	OBRIGAÇÕES A PAGAR	187,94
FORNECEDORES	187,94	FORNECEDORES	187,94
Saldos anteriores	464.662,45	Saldos atuais	466.420,36
BANCO C/ MOVIMENTO	464.662,45	BANCO C/ MOVIMENTO	466.420,36
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	466.796,24	Total	466.796,24

Capinzal, 31/01/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE

**Balancete Financeiro - por Categoria Econômica - Março/2013****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	1.815,61	Despesa Orçamentária	185,91
RECEITA PATRIMONIAL	1.815,61	Despesas exceto Intra-orçamentárias	185,91
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	185,91
Receita Extra - Orçamentária	185,91	Despesa Extra - Orçamentária	185,91
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	185,91	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	185,91
OBRIGAÇÕES A PAGAR	185,91	OBRIGAÇÕES A PAGAR	185,91
FORNECEDORES	185,91	FORNECEDORES	185,91
Saldos anteriores	468.034,52	Saldos atuais	469.664,22
BANCO C/ MOVIMENTO	468.034,52	BANCO C/ MOVIMENTO	469.664,22
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	470.036,04	Total	470.036,04

Capinzal, 31/03/2013

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC 017818-O-1

ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE

**CISAMA****Aviso de Licitação**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

O CISAMA, torna público o lançamento do edital:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2013

OBJETO: Aquisição de veículo para utilização na elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - PIGERS e demais ações para consecução dos objetivos da Política de Resíduos Sólidos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 13/05/2013 à 28/05/2013 até as 9:00 horas

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 28/05/2013 às 9:00 horas

SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 28/05/2013 ÀS 9:30 horas

TIPO: menor preço global

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) (Banco do Brasil)

Os interessados poderão obter a íntegra do edital pelo site: [www.amures.org.br](http://www.amures.org.br) (CISAMA)

INFORMAÇÕES: na secretaria do CISAMA, à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 Centro nesta cidade pelo telefone/fax (49) 3224.48.00 ou pelo e.mail [informatica@amures.org.br](mailto:informatica@amures.org.br).

Lages, 10 de maio de 2013  
ADEMAR DO BONA SARTOR  
Presidente do CISAMA

**IBERE****Estatuto do Consorcio Ibere**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL - CONSÓRCIO IBERÊ.

Pelo presente instrumento os municípios de São Carlos, Águas de Chapecó, Planalto Alegre, Caxambu do Sul, Guatambu, Cordilheira Alta e Chapecó, devidamente representados pelos Prefeitos Municipais infra-assinados, devidamente autorizados pelas competentes Leis autorizativas, alteram o Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental - Consórcio IBERÊ -, nos termos da Lei Federal Nº 11.107 de 06 de Abril de 2005, do artigo 30 Constituição Federal, demais legislação aplicável, que passa a vigorar com a seguinte redação.

**ESTATUTO SOCIAL****CAPÍTULO I**

Da Constituição, Denominação, Sede e Duração.

Art. 1.º O Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento Ambiental, Consórcio Iberê, constitui-se sob a forma jurídica de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, sem fins lucrativos, fundado em 22 de julho de 1999, por prazo indeterminado, devendo reger-se pelas normas da legislação pertinente, pelo presente estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos, bem como normas e

princípios de direito publico aplicáveis.

Art.2.º Os municípios que integram o Consorcio Iberê estão localizados na região oeste do estado de Santa Catarina, entre a foz do rio Chapecó e a foz do rio Irani, que possuem área territorial em bacias hidrográficas de outros cursos de água afluentes do Rio Uruguai.

Art.3.º É facultado o ingresso de novo associado no Consórcio a qualquer momento, a critério do Conselho de Associados, o que se fará por termo aditivo firmado pelo seu presidente e pelo prefeito do município que desejar consorciar-se.

Parágrafo único - O ingresso do novo consorciado dependerá de lei autorizativa do município ingressante.

Art.4.º O Consorcio terá sede e foro na Travessa Ilma Rosa de Nêz, 91-D, 2º andar, centro, na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.801-014 e terá duração ilimitada.

Art. 5.º A área de atuação do Consorcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo uma unidade territorial, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

**CAPITULO II****Das Finalidades**

Art.6.º São Finalidades do Consorcio:

I - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, relacionadas às atividades de preservação ambiental perante quaisquer entidades de direito publico ou privado, nacionais ou internacionais especialmente perante as esferas constitucionais de governo;

II - planejar, adotar e executar programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, bem como capacitar e educar a população da região compreendida no território dos municípios consorciados;

III - promover a integração das ações, dos programas e projetos desenvolvidos pelos órgãos governamentais articulando com entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, visando à obtenção de recursos e parcerias para investimentos, elaboração e/ou execução de projetos, obras e serviços na área de meio ambiente e saneamento básico;

IV - buscar a integração dos investimentos municipais, estaduais e federais para a execução de programas comuns em Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Educação Ambiental e preservação do Meio Ambiente;

V - assessorar e cooperar com as Prefeituras e Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados na adoção de medidas legislativas que concorram para a gestão ambiental, hídrica e sanitária adequada para a melhoria da qualidade de vida da população;

VI - promover a realização de estudos, pesquisas, planos e projetos destinados à solução de problemas ambientais, de preservação e recuperação de qualidade da água, e de saneamento básico, bem como assessorar nas ações relacionadas a empreendimentos de grandes impactos;

VII - Administrar esforços para a conscientização e capacitação da população sobre as ações relacionadas à preservação e recuperação dos recursos hídricos, ao meio ambiente e ao saneamento básico;

VIII - Dar apoio técnico ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e aos Comitês das Bacias que forem eventualmente criados pelo Poder Público Estadual, para execução dos planos e programas definidos por essas instâncias;

IX Assessorar os municípios consorciados, sempre que solicitado, em assuntos pertinentes e correlatos aos objetivos do consórcio.

Parágrafo Único - Para o cumprimento de suas finalidades, o consórcio poderá:

- a) Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;
- b) Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos do governo Estadual, Federal e Internacional;
- c) Prestar a seus associados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais.

### CAPITULO III

Da Estrutura Organizacional e das Atribuições

Art. 7.º O Consórcio terá a seguinte estrutura básica:

I - O Conselho de Associados

II - Presidente e Vice-Presidente

III - Conselho Executivo e Quadro de Funcionários

IV - Plenária de Entidades e Grupos de Trabalho

V - Conselho Fiscal

#### Seção I

Do Conselho de Associados

Art. 8.º O Conselho de Associados é o órgão deliberativo, constituído pelos prefeitos dos municípios consorciados.

§ 1º - O Conselho de Associados será presidido pelo prefeito de um dos municípios consorciados, eleito em escrutínio secreto, pela maioria de seus membros, para um mandato de dois (02) dois anos, após a apreciação das contas correspondentes ao último ano do mandato anterior, sendo vedada à reeleição, obedecendo obrigatoriamente à rotatividade por todos os seus componentes no exercício da presidência do consórcio.

§ 2º - Acontecendo empate, proceder-se-á a novo escrutínio. Persistindo a situação será escolhido o mais idoso.

§ 3º - Na mesma ocasião e condições dos parágrafos anteriores, será escolhido um vice-presidente, que substituirá o presidente nas suas ausências e impedimentos e auxiliará o presidente em suas tarefas e naquelas defendidas pelo Conselho de Associados.

§ 4º - A eleição do presidente e do vice-presidente será realizada no mês de janeiro a cada dois anos, em reunião ordinária, com data previamente determinada e convocação pessoal a todos os integrantes do Consórcio Iberê.

Parágrafo Único: A eleição será nos anos ímpares, em virtude das eleições municipais.

Art. 9.º Compete ao Conselho de Associados, em Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Iberê:

I - Deliberar, em última instância, sobre os assuntos gerais do consórcio;

II - Aprovar e modificar o Estatuto do Consórcio, bem como deliberar e decidir sobre os casos omissos;

III - Aprovar o plano de atividade e a proposta orçamentária anual, ambos elaborados pelo Conselho Executivo, de acordo com as diretrizes do Conselho de Associados;

IV - Definir a política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;

V - Escolher o Conselho Executivo, bem como determinar o seu afastamento ou a sua substituição, com a participação dos coordenadores dos Grupos Municipais de Trabalho;

VI - Homologar o relatório geral e a prestação de contas da do Conselho Executivo, com o parecer prévio do Conselho Fiscal;

VII - Prestar contas aos órgãos públicos, concessionários dos auxílios e subvenções que o consórcio venha a receber;

VIII - Autorizar a alienação dos bens do consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operações de crédito;

IX - Aprovar a requisição de funcionários municipais para servirem no consórcio;

X - Autorizar a entrada de novos associados;

XI - Deliberar sobre a mudança de sede.

Art. 10. O Conselho de Associados reunir-se-á em Assembléia Geral, Ordinariamente e Extraordinariamente, por convocação do Presidente do Conselho de Associados, ou em caso de urgência, pelo vice-presidente, pelo Conselho Executivo, pelo Conselho Fiscal ou por um quinto dos Associados.

Art. 11. A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante aviso enviado aos membros por correspondência, e-mail ou publicado em Jornal de Circulação Regional.

Art. 12. O quorum exigido para a reunião do Conselho de Associados será o da maioria absoluta dos membros do Consórcio.

Art. 13. Participarão com direito a voto apenas os prefeitos, participando ainda da reunião o conselho Executivo, sem direito a voto.

#### Seção II

Do Presidente e do Vice Presidente

Art. 14. Compete ao presidente do Conselho de Associados:

I - presidir as reuniões;

II - representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos, consórcios, convênios podendo delegar poderes a um dos integrantes do Conselho Executivo, com anuência do Conselho de Prefeitos;

III - movimentar, em conjunto com um dos representantes do Conselho Executivo, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

Parágrafo único - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.



### Seção III

#### Do Conselho Executivo e do Quadro de Pessoal

Art. 15. O Conselho Executivo é o órgão gestor e de execução das ações do Consórcio, constituído por três membros voluntários, sendo um prefeito municipal eleito pelo conselho de Associados e pelo apoio técnico e administrativo formado pelo quadro de pessoal constituído da seguinte forma:

- 01 Secretária(o), empregado público, regido pela CLT, admitido após aprovação em concurso público, cuja remuneração será de R\$1.500,00 Mensais.

- 01 assessor jurídico, inscrito no órgão fiscalizador da profissão de advogado, comissionado, indicado pelo Conselho de Associados, cuja remuneração será de R\$ 1.800,00.

- 01 assessor contábil, inscrito no órgão fiscalizador da profissão de contador, comissionado, indicado pelo Conselho de Associados, cuja remuneração será de R\$ 1.800,00.

- 01 Assessor técnico, com conhecimento e formação na área ambiental, indicado pelo Conselho de Associados, cuja remuneração será de R\$ 1.800,00.

- 01 Assessor Administrativo, empregado público, regido pela CLT, admitido em caráter temporário, por prazo determinado, cuja remuneração será de R\$ 2.500,00 mensais.

- 01 Diretor Executivo, com curso superior e conhecimentos em administração pública, comissionado, indicado pelo Conselho de Associados, cuja remuneração será de R\$ 2.000,00.

§ 1.º Os detentores de cargos comissionados serão indicados pelo Conselho de Associados, em consenso com os coordenadores dos Grupos Municipais de Trabalho, e empossados pelo seu presidente.

§ 2º A destituição do Conselho Executivo dependerá de voto concorde de 2/3 dos presentes à Assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou, com menos de 1/3 (um terço) dos associados nas convocações seguintes.

§ 3º Os integrantes do Conselho Executivo, prestarão serviços gratuitamente, não fazendo jus a remuneração, sendo que o vínculo tido com o Consórcio, não gera quaisquer direitos.

§ 4º Poderão integrar o corpo técnico do Consórcio, Conselheiros Voluntários, até o número de três, desde que vinculados a outras entidades e por ela indicados, sem poder decisório, sem direito a remuneração e sem vínculo com o Consórcio.

§ 5º Os empregados públicos ingressarão no serviço após aprovação em concurso público de provas, ou de provas e títulos.

§ 6.º Poderão atuar junto ao Consórcio, no serviço de apoio, servidores públicos municipais, cedidos pelos Municípios consorciados, com todos os ônus suportados pelos entes cedentes.

§ 7º A Assembléia dos Prefeitos definirá anualmente, um valor a ser pago aos Conselheiros Voluntários como indenização pelas despesas por eles efetuadas e comprovadas, para participar dos eventos do Consórcio, que será denominada Ajuda de custo.

Parágrafo único: O valor fixado para os assessores jurídico, contábil e na área ambiental corresponde a 40 horas semanais, sendo possível à redução de carga horária e de remuneração na correspondência.

Art. 16º - Compete ao Conselho Executivo:

I - promover a execução das atividades do Consórcio;

II - propor ao Presidente a estruturação das atividades de seus serviços, alteração do quadro de pessoal e da respectiva remuneração, a serem submetidas à aprovação do Conselho de Prefeitos;

III - propor ao Conselho de Prefeitos a requisição de servidores municipais para servirem ao Consórcio;

V - elaborar o plano de atividades e propostas orçamentárias

anuais, a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos;

VI - efetuar compras autorizadas pelo Presidente, obedecido o processo legal, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho de Associados, e fornecimento que estejam de acordo com o plano de atividades aprovados pelo mesmo Conselho;

VII - autenticar livros de atas e de registros do Consórcio.

Art. 17. Os conselheiros Executivos respondem solidariamente pelos atos por eles praticados, quando contrários à Lei, às disposições contidas no estatuto e às deliberações Plenárias.

#### IV

#### Da Plenária das Entidades e dos Grupos de Trabalho

Art. 18. As entidades e voluntários não remunerados, poderão integrar o Consórcio, mediante a indicação do Conselho Executivo e aprovação do Conselho de Prefeitos.

Art. 19. Os grupos municipais de trabalho constituem-se na representação do Consórcio Iberê nos respectivos municípios consorciados e integrarão a Plenária das Entidades, sendo indicados pelos respectivos prefeitos dos municípios, nos termos do parágrafo sexto do artigo 15 do presente estatuto.

Art. 20. Os membros dos Grupos de Trabalho vinculados aos municípios, comporão Câmaras Técnicas Temáticas que serão responsáveis pela elaboração dos projetos técnicos correspondentes à sua área de atuação.

Art. 21. Compete a Plenária de Entidades e aos Grupos de Trabalho:

I - servir de órgão consultivo, fiscalizador e gestor das práticas de preservação ambiental e hídrica da região;

II - acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente às atividades políticas do consórcio;

III - emitir parecer sobre o plano de atividade do consórcio a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos pelo Conselho Executivo;

IV - a presidência e condução das reuniões da plenária de entidades serão realizadas por um dos integrantes do conselho Executivo;

V - assegurar o controle social das políticas de preservação do meio ambiente;

VI - veicular as propostas e reivindicações da sociedade civil.

Art. 22. Os integrantes da Plenária de Entidades e os Grupos de Trabalho prestarão serviço gratuitamente sendo que o vínculo tido com o Consórcio, não gera quaisquer direitos.

Parágrafo único - A Assembléia dos Prefeitos definirá anualmente, um valor a ser pago aos Voluntários como indenização pelas despesas por eles efetuadas para participar e promover eventos do Consórcio, que será denominada Ajuda de Custo.

#### Seção V

#### Do Conselho Fiscal

Art.23. O Conselho fiscal será composto por conselheiros, em número igual ao dos associados, indicados pelas Câmaras de Vereadores dos municípios consorciados, que serão indicados a cada dois anos, no mês de janeiro, concomitante com a eleição do

conselho de Associados.

Art. 24. Será eleito um presidente do Conselho Fiscal, após a posse dos conselheiros, dentre eles.

Art. 25. Compete ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio Iberê;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno, quaisquer operações econômicas ou financeiras do consórcio;

III - exercer controle de gestão e de finalidade do consórcio;

IV - emitir parecer sobre o Plano de Atividades, propostas orçamentárias, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidas ao Conselho de Prefeitos pelo conselho Executivo.

Art. 26. O Conselho Fiscal, por decisão de maioria absoluta de seus membros, poderá convocar o Conselho de Prefeitos para as devidas providências, quando verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira e patrimonial, ou ainda, inobservância das normas legais, estatutárias ou regimentais.

#### CAPITULO IV

Do Patrimônio e dos Recursos Financeiros.

Art.27. O patrimônio do Consórcio Iberê será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe foram doados por entidades públicas e particulares, nacionais, estrangeiros ou internacionais.

Art. 28. - Constituem recursos financeiros do Consórcio Iberê:

I - Recursos dos entes consorciados advindos de contratos de rateio, formalizado em cada exercício financeiro, com prazo de vigência igual ao das dotações que o suportarem, salvo os contratos que tenham por objeto projetos que consistam em programas e ações contemplados no Plano Plurianual ou que digam respeito à gestão associada de serviços públicos, com custeio através de tarifas ou preços públicos;

II-Transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços;

III - a remuneração de seus próprios serviços;

IV - os auxílios e subvenções concedidas por entidades públicas ou particulares;

V - as rendas de seu patrimônio;

VI - os saldos do exercício;

VII - as doações e legados;

VIII - o produto da alienação de seus bens;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais.

#### CAPÍTULO V

Da Retirada, da Exclusão e Casos de Dissolução.

Art.29. Cada associado poderá se retirar da Associação, desde que

comunique sua intenção com prazo nunca inferior a 60 dias do exercício seguinte, cuidando os demais associados de acertar os termos da redistribuição dos custos dos planos, programas ou projetos de que participe o retirante.

Art. 30. Serão excluídos do quadro social, ouvido o Conselho de Prefeitos, pela maioria absoluta de seus membros, os associados que não tenham incluído no orçamento de despesas, a dotação devida ao consórcio, ou se incluída, deixado de efetuar o pagamento, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos, através de ação própria que venha a ser promovida pela associação.

Art. 31. O Consórcio Iberê somente será extinto por decisão do Conselho de Prefeitos, em reunião extraordinária, especialmente convocada para esse fim e pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, ratificada por lei dos municípios consorciados.

Art. 32. Em caso de extinção do Consórcio Iberê, os bens e recursos da Associação reverterão ao patrimônio dos associados, proporcionalmente às participações feitas na associação, e, no caso de sobra remanescentes, serão destinados às Instituições municipais, de fins idênticos ou semelhantes, escolhidas pelo Conselho de Prefeitos.

Parágrafo único - Aplica-se o disposto no caput deste artigo, aos casos de encerramento de determinada atividade do consórcio cujos investimentos se tornem ociosos.

Art. 33. Os associados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens e recursos da Associação quando da sua extinção, ou encerramento de atividades, na proporção da participação tida.

Parágrafo único - Qualquer associado, entretanto, pode assumir os direitos daquele que saiu, mediante ressarcimento dos investimentos que esse fez na Associação, em valores corrigidos.

#### CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 34. Os estatutos do consórcio somente poderão ser alterados pelos votos de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Prefeitos, em assembleia extraordinária, especialmente convocada para essa finalidade.

Art. 35. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria absoluta dos membros do Consórcio Iberê.

Art. 36. Havendo consenso entre seus membros, às eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos poderão ser efetivadas através de aclamação, salvo aquelas com exigência de quorum definido expressamente na lei e/ou neste estatuto.

Art. 37. Após a aprovação deste Estatuto, e regulamentação do Protocolo de Intenções, o Conselho de Prefeitos se reunirá para a eleição de seu presidente e vice-presidente.

Art. 38. Os votos de cada membro do Conselho serão singulares, independentemente das participações feitas pelo município que representam na associação.

Art. 39. A quota de contribuição dos consorciados, para o corrente exercício, será fixada na primeira reunião do Conselho de Prefeitos, após a eleição do presidente e do vice-presidente.

Art. 40. Os municípios sócios do consórcio respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Associação.

Parágrafo único - Os membros da Diretoria do consórcio não

responderão pessoalmente pelas obrigações assumidas em nome da Associação, mas responderão pelos atos por eles praticados de forma contrária à Lei, às disposições contidas no presente estatuto e as deliberações Plenárias.

Art. 41. Fica autorizado o Conselho de Prefeitos a obter o registro do presente instrumento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na cidade de sua sede, para a preservação de sua personalidade jurídica, agora como uma associação civil.

Art. 42. À Associação é defeso remunerar, conceder vantagens ou benefícios, sob qualquer forma e título as seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalentes.

Art. 43. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Associados.

Chapecó, 05 de dezembro de 2008.

GILBERTO ARI TOMAZZI

Presidente

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal de Cordilheira Alta

ELIO PEDRO HOSS GODOY  
Prefeito de São Carlos

EDGAR ROHRBECK  
Prefeito de Planalto Alegre

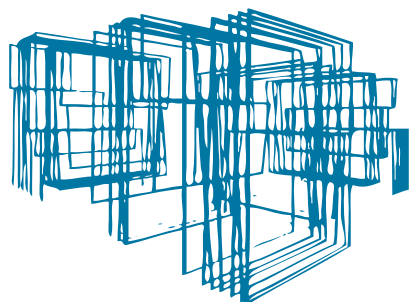
Gilberto Ari Tomazzi  
Prefeito de Caxambu do Sul

João Rodrigues  
Prefeito de Chapecó

Lauri J. Gerelli  
Prefeito de Guatambu

Moacir Dalla Rosa  
Prefeito de Águas de Chapecó

Análise de projetos e obras em alto nível:  
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



## Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:  
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



[www.ciga.sc.gov.br](http://www.ciga.sc.gov.br)



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)